

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O “Álbum dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: uma análise de  
Política e Imagem no Rio Grande do Sul da década de 1920**

**RODRIGO DAL FORNO**

Porto Alegre  
2015

**RODRIGO DAL FORNO**

**O “Álbum dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: uma análise de  
Política e Imagem no Rio Grande do Sul da década de 1920**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção  
do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em  
História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Porto Alegre  
2015

Dados de Catalogação:  
Bibliotecária: Zilda M. Franz Gomes CRB -10/741

D136a Dal Forno, Rodrigo  
O “Album dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: uma análise de Política e Imagem no Rio Grande do Sul na década de 1920 / Rodrigo Dal Forno; Luiz Alberto Grijó, orientador. - Porto Alegre, 2015.  
203 f; il.

Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

1.Revolução de 1923 - Rio Grande do Sul. 2. Política – Rio Grande do Sul – Aliança Libertadora 3.Fotografia – Álbum dos Bandoleiros 4. Primeira República - Década de 20 I.Grijó, Luiz Alberto, orient. II.Título.

CDD 981.6505

**RODRIGO DAL FORNO**

**O “Álbum dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: uma análise de Política e Imagem no  
Rio Grande do Sul da década de 1920**

Dissertação apresentada como requisito  
para a obtenção do grau de Mestre pelo  
Programa de Pós-Graduação em História  
do Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó (Orientador)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Céli Regina Jardim Pinto (UFRGS)

---

Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir (UNISINOS)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisabete Leal (UFPEL)

Porto Alegre  
2015

## AGRADECIMENTOS

Para a elaboração desta dissertação contei com a colaboração de diversas pessoas que foram fundamentais durante esta caminhada. Deixo aqui algumas singelas menções de agradecimento, mas repletas de respeito e gratidão.

A minha família, mãe, pai e irmãos, pelo suporte e carinho durante os momentos mais difíceis desta trajetória.

A Micheli Tarnowski, minha namorada e melhor amiga, pela paciência e companheirismo de sempre. A tua presença tornou tudo muito mais fácil, te amo!

A Luiz Alberto Grijó, pela orientação e leitura do trabalho sempre atenciosa, competente e criteriosa. Todas as críticas e sugestões proporcionaram dois anos de intenso aprendizado e amadurecimento enquanto historiador e pesquisador.

A Elisabete Leal, minha eterna orientadora da graduação, cuja participação foi fundamental na elaboração do projeto de pesquisa. As indicações foram parte fundamental na construção deste texto e da mesma forma agradeço a disponibilidade em participar da banca avaliadora.

A Alice Trusz, que através da troca de muitos e-mails, colaborou com diversas sugestões e reflexões que ampliaram os questionamentos e a compreensão da temática de estudo.

A Céli Pinto pelo acompanhamento do trabalho desde o exame de qualificação até a banca final e também por ter proporcionado, através da disciplina ministrada no PPGH, os momentos de reflexão e discussão teórica mais instigantes de minha trajetória acadêmica. A Alessandra Kerber, pelas sugestões na qualificação, as quais foram incorporadas e serviram para aprimorar o andamento da pesquisa. A Cláudio Pereira Elmir pelo aceite em participar e colaborar na banca de defesa.

Aos amigos Leandro, Roberta e Vanessa, pelas discussões, risadas, conselhos e pela amizade de longa data e para todo o sempre.

À fauna da graduação, Aline, Mariana, Melissa, Pablo e Victor pela amizade, trocas de ideias, cervejas e churrascos.

A Victor e Zilda Gomes pela atenciosa revisão final do texto.

Aos colegas discentes, professores e funcionários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialmente do Programa de Pós-Graduação em História.

Aos funcionários e instituições que cordialmente abriram as portas de seus acervos para tornar esta pesquisa possível: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Museu da

Comunicação Hipólito José da Costa, Núcleo de Pesquisa em História/UFRGS (em especial ao estimado Francisco Carvalho Jr), Biblioteca Pública Pelotense, Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da PUCRS, Fundação Getúlio Vargas, Cinemateca Brasileira e Biblioteca Rio-Grandense.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos que possibilitou a dedicação integral a pesquisa.

A todos os demais que não couberam nesta breve lista, mas que de alguma forma contribuíram neste processo, minha gratidão.

Porto Alegre, 30 de abril de 2015

A eloquência de uma fotografia.

O quadro é edificante de eloquência.

Olhai-o e ressaltará para vossa observação a grandeza desse movimento formidável de opinião que foi ao campo de batalha, aos últimos extremos e recursos de uma campanha armada para afirmar um ideal.

Olhai-o e tereis percebido o que é de empolgante o protesto que vai lá fora...

Digam esses subservientes atrelados ao carro da usurpação, que somos bandoleiros, que fazemos mashorca que nos reunimos para depredar, para roubar, para matar!

Aí está na simplicidade dessa fotografia o desmentido; aí está a evidente prova de quanto somos e valem.

Podem os despeitos, a inveja, a infâmia, a mentira, a intrujice, campear infrene nas assacardilhas com que a ditadura pretende empanar o brilho sugestivo da nossa causa - ali está na reprodução fotográfica o desmentido a tudo.

(ÚLTIMA HORA, Porto Alegre, 31/10/1923, p.1)

## RESUMO

DAL FORNO, Rodrigo. **O “Álbum dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: Uma análise de Política e Imagem do Rio Grande do Sul da década de 1920.** 2015. 203 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O *Álbum dos Bandoleiros* (1924) foi um álbum fotográfico impresso, organizado e publicado pela revista ilustrada *Kodak* em homenagem às oposições político-partidárias da guerra civil de 1923 no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A publicação tinha por objetivo responder as críticas direcionadas aos rebeldes no decorrer da luta armada, pejorativamente apelidados de “bandoleiros” pelos adversários vinculados a Borges de Medeiros e ao Partido Republicano Rio-Grandense. Este estudo tem por objetivo analisar as dimensões de imagem e política relacionadas com o poder simbólico do conteúdo e publicação deste artefato visual, compreendendo de que forma este álbum fotográfico objetivou contribuir no enquadramento de uma memória coletiva da guerra civil e na construção de um determinado imaginário sobre os “bandoleiros”. Desta forma, interessa perceber a inserção e relevância deste discurso no processo de legitimação, articulação e unificação das oposições político-partidárias regionais durante a Primeira República, principalmente, através de suas composições e atuações na década de 1920, com destaque para a formação da Aliança Libertadora, posteriormente convertida em Partido Libertador.

**Palavras-Chave:** Álbum dos Bandoleiros. Revolução de 1923. Política. Fotografia. Aliança Libertadora.

## ABSTRACT

DAL FORNO, Rodrigo. **The “Álbum dos Bandoleiros” of 1923 Revolution: An analysis of Politics and Image in Rio Grande do Sul 1920s.** 2015. 203 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

The *Álbum dos Bandoleiros* (1924) was a photograph printed album, edited and published by Kodak's illustrated magazine in a tribute for the party political oppositions of 1923's civil war in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. The published had the intention to answer the criticisms directed to rebels during the war, pejoratively called “bandoleiros” by opponents tied to Borges de Medeiros and the *Partido Republicano Rio-Grandense*.

This study aims to analyze the dimensions of image and politics related to the symbolic power of the content and publication of this visual artifact, including how this album aimed to contribute in the framework of a collective memory of the civil war and the construction of a particular imaginary about the “bandoleiros”.

Thus, it is interesting to realize the integration and relevance of this discourse in the process of legitimation, mobilization and unification of the regional party political opposition during the First Republic, mainly, through their compositions and actions in the 1920s, especially with the formation of the *Aliança Libertadora*, later converted into *Partido Libertador*.

**Keywords:** *Álbum dos Bandoleiros*. Revolution of 1923. Politics. Photography. *Aliança Libertadora*.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - “Vultos da causa redentora” .....	37
Figura 2- Disposição das imagens fotográficas nas páginas do Álbum dos Bandoleiros .....	60
Figura 3 - Estácio Azambuja: Fotografia de Benjamin Camozato e versão reproduzida no álbum fotográfico .....	64
Figura 4 - Capas das duas edições do Álbum dos Bandoleiros .....	68
Figura 5 - “Quadro Pro Paz” produzido pelo fotógrafo Carlos Gatti.....	77
Figura 6 - Panteão dos “bandoleiros”: “Honrando uma época da nossa geração” .....	92
Figura 7 - “Os Heróis da Serra”.....	97
Figura 8 - Tropas de Zeca Netto desfilam pela cidade de Pelotas .....	101
Figura 9 - Tropas de Zeca Netto desfilam pela cidade de Pelotas II.....	102
Figura 10 - Dois soldados seguram uma imagem de Borges de Medeiros.....	103
Figura 11 - Borges de Medeiros assinando o pacto da paz .....	105
Figura 12 - Sepultamento de um soldado morto I.....	111
Figura 13 - Sepultamento de um soldado morto II .....	111
Figura 14 - Manifestações de apoio e celebração para Honório Lemes .....	112
Figura 15 - Manifestações de apoio e celebração para Honório Lemes II .....	113
Figura 16 - Confraternização entre Honório Lemes e Fernando Abbot .....	115
Figura 17 - Um churrasco entre Setembrino de Carvalho e Felipe Portinho.....	118
Figura 18 - Setembrino de Carvalho em Porto Alegre.....	121
Figura 19 - Setembrino de Carvalho em Porto Alegre II .....	122
Figura 20 - Assinatura do Tratado de Paz por Assis Brasil e Setembrino de Carvalho .....	124
Figura 21 - Enfermeiras "Bandoleirinhas" .....	125
Figura 22 - Cruz Vermelha e um ferido .....	127
Figura 23 - Homens e Mulheres da Cruz Vermelha .....	128
Figura 24 - "Conferência de Bagé" .....	138
Figura 25 - "Conferência de Bagé II" .....	139
Figura 26 - “Centro Cívico Rio Grandense” .....	141

Figura 27 - Congresso de fundação da Aliança Libertadora .....	143
Figura 28 - Candidatos da Aliança Libertadora, eleições federais de 1924 .....	146
Figura 29 - Panfleto eleitoral da Aliança Libertadora “Assis Brasil – Menino Deus”, Porto Alegre (Frente e Verso) .....	163

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Padrões Temático-Visuais e Descritores .....	89
---	----

## **LISTA DE SIGLAS**

AL	Aliança Libertadora
AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
CPDOC/FGV	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas
PF	Partido Federalista
PL	Partido Libertador
PRR	Partido Republicano Rio-Grandense

## Sumário

<b>Considerações Iniciais.....</b>	<b>12</b>
<b>1 O <i>Álbum dos Bandoleiros</i>: Imprensa, Política, Fotografia e Luta Simbólica no Rio Grande do Sul da década de 1920 .....</b>	<b>33</b>
1.1 A imprensa e a guerra civil: a construção simbólica dos “bandoleiros” através do jornal <i>A Federação</i> .....	34
1.2 <i>Álbum dos Bandoleiros</i> : Política, Imprensa e Fotografia.....	42
1.2.1 Entre a imprensa e a política: a revista <i>Kodak</i> e Fernando Barreto .....	46
1.2.2 <i>Álbum dos Bandoleiros</i> : conteúdo e edições .....	57
1.3 A Revolução de 1923 através das imagens: produtores e produtos visuais .....	72
<b>2 “Provam o nosso acerto, as fotografias deste álbum”: Memória e Imaginário dos “bandoleiros de 1923”.....</b>	<b>80</b>
2.1 Movimento Armado: os “bandoleiros-heróis” militares da guerra civil .....	90
2.2 Sociedade, Memória e Celebração: os “bandoleiros” em comunhão com o povo e o “enquadramento da memória” .....	106
2.3 A Política Nacional e a Pacificação do estado: a intervenção federal e a “vitória” opositora .....	116
2.4 A “Cruz Vermelha Libertadora”: médicos, enfermeiras e soldados feridos .....	125
<b>3 “Bandoleiros! Uni-vos para salvar, nas urnas, o Rio Grande do Sul”: a Aliança Libertadora entre dissidências e mobilizações .....</b>	<b>131</b>
3.1 Movimento Político-Partidário: um projeto de união e coesão para as oposições político-partidárias .....	132
3.2 A formação da Aliança Libertadora: eleições, mobilizações e dissidências .....	147
3.2.1 Conflitos externos e conflitos internos: o árduo caminho da unificação.....	150
3.2.2 Propaganda e mobilização: os “bandoleiros” na campanha eleitoral de 1924 .....	157
3.3 As urnas, os levantes tenentistas e a consolidação em Partido Libertador.....	164
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>176</b>
<b>Referências .....</b>	<b>193</b>
<b>Arquivos e Fontes Históricas consultadas .....</b>	<b>199</b>

## Considerações Iniciais

A chamada Revolução de 1923<sup>1</sup> no Rio Grande do Sul se deflagrou após a vitória conturbada do presidente reeleito Antônio Augusto Borges de Medeiros<sup>2</sup> contra Joaquim Francisco de Assis Brasil<sup>3</sup> nas eleições para presidente do estado no ano de 1922. O pleito eleitoral daquele ano colocou em confronto o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), comandado pelo próprio Borges de Medeiros, contra uma frente de coalizão organizada pelos diversos setores oposicionistas em favor da candidatura de Assis Brasil. A suspeita de fraude e invalidade da vitória borgista nas urnas ocasionou um período de crise política e guerra civil que se iniciou no mês de janeiro de 1923. O conflito armado se alastrou pelo estado ao longo do ano e se encerrou apenas no mês de dezembro através da intervenção do governo federal na mediação de um acordo de paz realizado pelo Ministro de Guerra Setembrino de Carvalho e que ficou conhecido como “Pacto de Pedras Altas”.

No decorrer da guerra civil de 1923, os partidários do PRR buscaram construir uma visão pejorativa acerca de seus adversários com o intuito de despolitizar e criminalizar a luta opositora, principalmente através da utilização e propagação de adjetivos “difamatórios” como o de “bandoleiros”. A alcunha de “bandoleiros”, inicialmente difundida como algo negativo, acabou sendo apropriada pelos próprios “difamados” de maneira positiva, se convertendo em um signo de identificação, distinção e orgulho para os oposicionistas. A tentativa de inversão simbólica da significação do termo, ocorreu, principalmente, através da publicação de um álbum fotográfico sobre a guerra civil de 1923<sup>4</sup> em homenagem à atuação das oposições durante o conflito armado. Intitulado como *Álbum dos Bandoleiros – Revolução Sul Rio-Grandense 1923*, a publicação tratou-se de um álbum impresso e ilustrado

---

<sup>1</sup> Para fins específicos deste trabalho, não interessa a discussão acerca da utilização ou não do conceito de “Revolução” para tratar dos acontecimentos ocorridos no estado em 1923. Embora acredite que o termo guerra civil ou movimento político e armado sejam mais adequados para tratar destes episódios, reproduzo aqui a nomenclatura e o tratamento utilizado pelos contemporâneos aos fatos, que designaram aquele momento histórico como “Revolução de 1923”, “Revolução Assisista” ou “Revolução Libertadora”.

<sup>2</sup> Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961), herdeiro político de Júlio de Castilhos, era chefe unipessoal do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e buscava sua quinta eleição como presidente do estado, sendo a terceira de forma consecutiva (FRANCO, 2010, p.135).

<sup>3</sup> Joaquim Francisco de Assis Brasil (1858-1938), republicano histórico, rompeu com o PRR em 1891. Em 1922 aceitou o convite das oposições para concorrer ao cargo de presidente do estado (FRANCO, 2010, p. 28-30).

<sup>4</sup> Cabe destacar que o *Álbum dos Bandoleiros* não foi a única tentativa de reversão e resposta das críticas realizadas pelos adversários. Durante os anos de 1923 e 1924, os oposicionistas esforçaram-se para construir e afirmar uma imagem de si positiva através de diferentes práticas e representações, como os discursos de suas lideranças, os contudentes editoriais de jornais partidários, a produção literária, as reuniões, comícios e propaganda política, etc.

com fotogravuras, publicado em sua primeira edição<sup>5</sup> no mês de janeiro de 1924 e em uma reedição aumentada (chamada de 8ª edição)<sup>6</sup>, lançada no final do mês de abril de 1924<sup>7</sup>. A 8ª edição contou com 96 páginas e aproximadamente 337 fotografias. As imagens registraram temáticas diversas, tais como: a participação dos principais chefes militares e suas tropas, retratos de lideranças partidárias e redatores de jornais oposicionistas, a atuação de médicos e enfermeiras da “Cruz Vermelha”, entre outras. O artefato foi impresso em uma tiragem de 20.000 exemplares e custando o valor 15\$000 mil réis.

O *Álbum dos Bandoleiros* foi composto por uma coletânea de imagens fotográficas, legendas explicativas com o uso efusivo de adjetivos glorificantes para os “bandoleiros” e também textos acerca dos diversos personagens, curiosidades, localidades e acontecimentos da guerra civil e das oposições político-partidárias no Rio Grande do Sul. Seu conteúdo tinha como objetivo “homenagear” e “destacar” o protagonismo dos oposicionistas e combater e responder às “críticas” e “difamações” dos republicanos situacionistas. A publicação foi assinada pela organização da revista ilustrada *Kodak* e pelos editores Fernando Barreto e Carlos Horácio de Araújo, respectivamente proprietário e diretor do semanário naquele momento.

Esse estudo constitui uma análise de política e imagem acerca deste álbum fotográfico, sua publicação, conteúdo e os diversos aspectos que estão relacionados ao contexto em que se inseriu este documento político-visual no Rio Grande do Sul da Primeira República. Destacase, desse modo, a análise da composição e atuação das oposições político-partidárias estaduais, especialmente no que tange aos episódios da luta armada de 1923 e das articulações políticas de formação da Aliança Libertadora em 1924.

O interesse por esta temática e a ideia de elaboração deste trabalho estão relacionados com minha trajetória de pesquisa acadêmica. A concepção desta dissertação de mestrado

---

<sup>5</sup> A 1ª edição encontra-se disponível para a pesquisa no acervo do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa (Porto Alegre/RS). No ano de 2013, o museu organizou uma edição digitalizada do álbum que foi lançada em formato de CD-ROM. Também constam exemplares nos acervos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS), no Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica-RS (Porto Alegre/RS) e no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (Caxias do Sul/RS).

<sup>6</sup> A 8ª edição foi localizada nos acervos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS), do Arquivo Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense (Pelotas/RS), da Biblioteca Rio-Grandense (Rio Grande/RS), no Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica-RS (Porto Alegre/RS), no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (Caxias do Sul/RS) e no Arquivo Antunes Maciel do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro/RJ).

<sup>7</sup> Para fins deste trabalho será utilizada a 8ª edição, justamente por se tratar daquela com o conteúdo ampliado e mais diversificado. Sobre as características e diferenças entre as duas edições consultar o capítulo I.

surgiu por meio de uma experiência de estudo anterior com a temática da Revolução de 1923, através da qual obtive contato com a construção do “estigma” de “bandoleiros” e com o próprio álbum fotográfico<sup>8</sup>. Através deste estudo foi possível abrir novas possibilidades de investigação e suscitar uma série de questionamentos e problemas históricos que culminaram na construção deste estudo.

A relevância e originalidade da pesquisa residem em alguns aspectos principais. O primeiro deles diz respeito à fonte histórica basilar da investigação. O *Álbum dos Bandoleiros* possui uma enorme potencialidade e amplas possibilidades de análise para a compreensão do processo político da década de 1920 no Rio Grande do Sul. Contudo, o documento permaneceu por muito tempo desprovido de uma análise pontual e aprofundada acerca do seu conteúdo<sup>9</sup>. Na maioria das vezes, as imagens fotográficas reproduzidas no álbum foram utilizadas sem maiores reflexões, apenas servindo para fins ilustrativos de estudos diversos que abordaram a guerra civil de 1923 ou o contexto histórico dos anos de 1920. Desta forma, pode-se considerar que este documento representa uma fonte inédita e original para a pesquisa histórica.

Um segundo aspecto, refere-se à temática de estudo sobre a participação das oposições político-partidárias no Rio Grande do Sul ao longo da Primeira República, especificamente no que tange à conjuntura da Revolução de 1923 e da formação da Aliança Libertadora em 1924 e sua conversão em Partido Libertador em 1928. Os grupos políticos oposicionistas estaduais receberam escassa atenção por parte dos historiadores, ficando na maioria das vezes preteridos em favor de investigações que contemplassem a atuação do PRR, partido hegemônico na esfera política estadual. O déficit de pesquisas voltadas para a atuação e formação dos setores oposicionistas no Rio Grande do Sul resultou em abordagens superficiais em torno das articulações e os arranjos destes grupos ao longo da década de 1920, bem como sobre diversos aspectos e personagens envolvidos com o conflito armado em 1923 e com a Aliança Libertadora<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Trabalho de Conclusão de Curso em História pela Universidade Federal de Pelotas com orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Elisabete Leal. A pesquisa tinha como objetivo analisar a atuação de Leonel Rocha, uma das lideranças da guerra civil na região norte do estado, assim como a consequente construção de “bandoleiros” operada pelos situacionistas sobre este personagem (DAL FORNO, 2012).

<sup>9</sup> O único texto localizado que versa especificamente sobre o conteúdo do álbum foi publicado pela pesquisadora Alice Trusz, na ocasião do lançamento da versão digitalizada do álbum pelo Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (TRUSZ, 2013<sup>a</sup>).

<sup>10</sup> Ao longo da pesquisa pude mapear escassos estudos que atentaram especificamente para a participação das oposições político-partidárias no Rio Grande do Sul durante as primeiras décadas do século XX. Destaco aqui as contribuições de Kliemann (1981), Kieling (1984) e Rouston (2012).

Por último, cabe destacar que este trabalho propõe realizar uma história política através das imagens, fazendo dialogar a história política com os estudos que envolvem uma história visual<sup>11</sup>, um debate que permanece pouco explorado por estudiosos de ambas as vertentes historiográficas. A realização de reflexões e discussões através da conexão entre política e fotografia, imagem e poder, podem trazer profícuas e instigantes contribuições para a pesquisa histórica, permitindo uma ampliação dos horizontes da análise e suscitando novos olhares e indagações acerca de velhos temas e abordagens.

Acredito que estes três aspectos apresentados apontam para contribuições relevantes na busca por preencher determinadas lacunas historiográficas, assim como possam servir de estímulo para que novos pesquisadores se interessem pela temática abordada, suscitando novos enfoques e interpretações que venham a questionar ou complementar as conclusões desenvolvidas ao longo deste texto.

O ponto de partida da análise consistiu em compreender o *Álbum dos Bandoleiros* enquanto um instrumento político em favor da frente oposicionista na sua luta simbólica e política contra o Partido Republicano Rio-Grandense e com o intuito principal de conquista do poder estadual. Um conflito que não iniciou nem se esgotou na guerra civil 1923. A luta que ora foi realizada através das urnas e ora através das armas, também se tratou de um conflito travado essencialmente através dos discursos e representações. Neste sentido, pretendi analisar, através dos recursos visuais e textuais apresentados e explorados por este álbum fotográfico, como ocorreu a construção e consolidação de uma determinada memória e imaginário acerca dos “bandoleiros” e da guerra civil. Com este objetivo, partiu-se da hipótese principal de que este artefato visual serviu como um *instrumento de poder simbólico* que tinha como intuito construir, veicular e consolidar uma *coesão, mobilização e legitimação* para os diversos e segmentados setores das oposições, tanto de maneira interna, visando à unificação e articulação mobilizada de seus adeptos em um partido único, como de forma externa, buscando legitimar sua luta, diferenciando-se e sobrepondo-se aos adversários.

Em torno dessas premissas, objetivei responder alguns questionamentos e problemas de pesquisa específicos, tais como: de que forma as imagens e textos que compuseram este álbum fotográfico contribuíram para a construção e veiculação de um determinado imaginário político e social acerca da Revolução de 1923 e dos “bandoleiros” oposicionistas? Como esta

---

<sup>11</sup> Campo de estudos que se desenvolveu com a renovação do interesse e pelos estudos em imagem e a revalorização das imagens enquanto fontes de representações sociais e culturais. Também chamado de estudos visuais se institucionalizou nos anos de 1990 nos Estados Unidos (KNAUSS, 2006).

construção foi utilizada, influenciou e atuou nas mobilizações, composições e ações das oposições no contexto posterior ao término da guerra civil de 1923, principalmente durante as articulações políticas da Aliança Libertadora em 1924? E ainda, como as páginas deste álbum serviram para construir uma narrativa específica sobre os acontecimentos de 1923 que estabelecesse uma determinada leitura e memória daquele conflito?

Em relação aos documentos históricos analisados durante a pesquisa, cabe ressaltar que embora o *Álbum dos Bandoleiros* seja a fonte histórica primordial da investigação, a coleta e análise de dados não se limitou exclusivamente a ele. Procurei reunir e averiguar outras informações históricas que ampliassem o entendimento sobre o objeto de estudo e também permitissem superar algumas lacunas de informações e limitações decorrentes da escassez de elementos em torno dos bastidores do projeto de publicação deste álbum fotográfico.

Especificamente, realizei pesquisas em três jornais em circulação na cidade de Porto Alegre durante o início da década de 1920: *Correio do Povo*<sup>12</sup>, *A Federação*<sup>13</sup> e *Última Hora*<sup>14</sup>. A escolha destes três periódicos se justifica devido a sua importância e circulação na capital gaúcha e no interior do estado, além dos seus respectivos posicionamentos e participação na política. O *Correio do Povo*, ao longo de sua trajetória na Primeira República, objetivou posicionar-se de maneira neutra na político-partidária estadual, oscilando entre uma tímida simpatia ou completa adesão perante as oposições, assim como constantemente abriu espaço em suas edições diárias para a publicação de notícias, informes e manifestos das lideranças oposicionistas. Já *A Federação* foi o veículo de comunicação oficial do PRR e do governo do estado, desta forma buscou combater arduamente os adversários de seu partido. Com esta postura o jornal desempenhou um papel primordial na construção da ideia do “oposicionista-bandoleiro” durante a guerra civil de 1923. Por sua vez, a *Última Hora*, fundado em 1915 por Lourival Cunha, foi um jornal explicitamente partidário aos oposicionistas e de destacada atuação nas movimentações políticas do início dos anos de 1920. A folha serviu como principal veículo de comunicação e articulação para as eleições de 1922, para a guerra civil de 1923 e para a consolidação da Aliança Libertadora em 1924.

---

<sup>12</sup> Disponível em formato de microfilmes no acervo do Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

<sup>13</sup> Disponível em formato digital e online no site da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro/RJ). <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 27 de Jan 2014.

<sup>14</sup> A coleção fragmentada do jornal “Última Hora”, consta com exemplares dos anos de 1922, 1923, 1924 e 1926 e encontra-se disponível para a pesquisa no acervo do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa (Porto Alegre/RS).

Além disto, os proprietários e redatores do jornal possuíam vínculos bastante próximos com a edição da revista *Kodak* e do *Álbum dos Bandoleiros*.

A consulta aos jornais ocorreu com dois objetivos principais. Primeiro, como fonte de informações acerca da publicação, comercialização e circulação do *Álbum dos Bandoleiros* na sociedade rio-grandense do período, principalmente através da leitura dos anúncios e notícias publicados pelo jornal *Correio do Povo*. E em segundo lugar, como fonte de problematização histórica acerca das diversas questões envolvendo a esfera política, como por exemplo, a leitura dos artigos de *A Federação* sobre a construção da ideia de “bandoleiro”, a investigação do posicionamento das lideranças da Aliança Libertadora através de manifestos, protestos e artigos publicados no *Correio do Povo* e *Última Hora*, além de avisos e comunicados publicados pelas associações políticas aliancistas com informações sobre comícios, passeatas e mobilizações do grupo. Ademais, coletei alguns dados históricos pontuais, tais como resultados eleitorais, fundação de associações e suas respectivas diretorias, notícias sobre conflitos armados pelo interior do estado e cobertura jornalística dos congressos oposicionistas.

Além da consulta aos jornais mencionados, também analisei algumas fotografias da guerra civil de 1923 que fazem parte do acervo iconográfico do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul<sup>15</sup>. Esta coleta de imagens fotográficas, alternativa e em paralelo ao álbum, desempenhou um importante papel no desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista a ausência de subsídios sobre a procedência e autoria das fotografias reproduzidas na publicação. Embora muitas das imagens do *Álbum dos Bandoleiros* permaneçam desprovidas de maiores esclarecimentos sobre sua produção original, difusão e circulação, a coleta de outros documentos visuais permitiu tecer comparações e levantar dados importantes para a investigação, como a identificação de alguns locais de cenas fotografadas, estúdios fotográficos e fotógrafos responsáveis pelo registro, etc. Além disto, a localização de múltiplos formatos de registros visuais sobre o movimento armado de 1923 suscitou constatações não imaginadas no início da pesquisa, como por exemplo, a existência de uma circulação e consumo expressivo de imagens visuais da guerra civil e das lideranças militares na sociedade rio-grandense.

Além destes, outros documentos históricos também foram utilizados na busca por elucidar alguns tópicos específicos e trazer uma maior complexidade para a investigação.

---

<sup>15</sup> Pastas 13, 14, 15, 16 e 17 do Acervo Iconográfico do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

Neste sentido analisei alguns exemplares da revista ilustrada *Kodak*<sup>16</sup> (editora e produtora do projeto de publicação do álbum) e um panfleto fotográfico de propaganda política, produzido pela Aliança Libertadora Assis Brasil de Porto Alegre<sup>17</sup>.

Para a construção e reflexão da problemática de estudo, parti de alguns estudos referenciais em torno da temática. Baseado em contribuições historiográficas pertinentes, busquei compreender e problematizar o contexto histórico da política no Rio Grande do Sul durante a Primeira República. Neste sentido, algumas leituras foram de vital importância, dentre elas podem-se destacar as pesquisas de Joseph Love (1971), Maria Antonieta Antonacci (1981), Hélió Trindade (1979), Loiva Otero Félix (1987) e Luiz Alberto Grijó (1998)<sup>18</sup>.

Boa parte da historiografia que atentou para a conjuntura política do Rio Grande do Sul durante o início da década de 1920, buscou compreender e explicar as causas e motivações que possibilitaram a aliança entre os diversos setores das oposições para o pleito eleitoral de 1922 e que posteriormente ocasionaram a deflagração da chamada Revolução de 1923. Neste sentido, a maioria destes estudos propuseram algumas explicações acerca dos motivos que ocasionaram a guerra civil no estado, buscando suas raízes e causas principais na ordem econômica, política ou ideológica.

A pesquisa de Joseph Love (1971) apresenta uma abordagem referencial acerca da política no Rio Grande do Sul durante a Primeira República. Preocupado com a questão presidencial e a política nacional, Love demonstrou de que forma o PRR se colocou como um grupo político de pressão e instabilidade para hegemonia das oligarquias paulistas e mineiras na comandância nacional. Analisando a política interna do estado sulino e propondo uma explicação para as articulações políticas de 1922 e a luta armada de 1923 entre as oposições, Love (1971) defende que as questões políticas estavam em primeiro plano nas motivações daqueles episódios, tendo em vista que a grande causa levantada pelos opositores, para além do problema econômico vivido no estado naquele momento, era a permanência de Borges de Medeiros no poder (LOVE, 1971, p.219). Aliado a este problema principal, o autor identificou no aumento considerável da fraude eleitoral e violência política frente aos

---

<sup>16</sup> A coleção da *Kodak* encontra-se disponível para a pesquisa no acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Porto Alegre/RS), no Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS), no Arquivo Histórico Regional (Passo Fundo/RS) e na Bibliotheca Rio Grandense (Rio Grande/RS).

<sup>17</sup> O documento encontra-se disponível para a pesquisa no acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, Setor de Publicidade e Propaganda (Porto Alegre/RS).

<sup>18</sup> Além dos autores mencionados, poderia ainda acrescentar as contribuições de Sandra Pesavento (1979), Céli Pinto (1986), Vélez Rodrigues (1980), Sérgio da Costa Franco (2010), entre outras.

opositores no estado entre as décadas de 1910 e 1920, um sintoma crucial do desgaste no poder borgista (LOVE, 1971, p.140-142).

Embora com amplo conhecimento a respeito da política rio-grandense durante a Primeira República, Love (1971) não se interessou e nem se aprofundou sobre os setores oposicionistas no Rio Grande do Sul. O autor identificou dois grupos políticos opositores que se uniram contra Borges de Medeiros na campanha eleitoral de 1922: os federalistas e democratas. Para o autor, a conjuntura de 1922 representou a superação dos antagonismos ideológicos que haviam impossibilitado a união entre estes dois grupos oposicionistas em episódios anteriores (LOVE, 1971, p.217). No entendimento de minha pesquisa, os setores oposicionistas eram mais fragmentados e complexos, assim como a sua unificação no início da década de 1920 muito pouco teve a ver com posturas ou superações ideológicas. Todavia, Joseph Love percebeu em seu estudo um elemento fundamental para a compreensão desta frente unificada dos opositores. Nas eleições para Presidente do Brasil em 1922, Borges de Medeiros havia se indisposto com o candidato vencedor Arthur Bernardes ao apoiar a chapa opositora e derrotada encabeçada por Nilo Peçanha, o que ocasionou uma fragilidade e tensão na relação do PRR com o poder nacional. O episódio serviu como estímulo nas esperanças e ambições das oposições regionais em atingir o poder político estadual diante da fraqueza de Borges (LOVE, 1971, p.216-217).

Maria Antonieta Antonacci elaborou um dos trabalhos pioneiros em atentar especificamente para as eleições estaduais de 1922 e para a guerra civil de 1923. Antonacci (1981) identificou na crise econômica do setor pecuarista rio-grandense, ocorrida após a Primeira Guerra Mundial, o fator principal para a unificação e articulação das oposições políticas estaduais, fato que impulsionou a candidatura de Assis Brasil ao pleito eleitoral para presidente do estado em 1922 e, posteriormente, a troca das urnas pelas armas em 1923. Para Antonacci (1981), a luta armada foi travada entre facções da elite dominante rio-grandense na disputa pelo poder estadual. Com o término da luta armada e a pacificação do estado, o Rio Grande do Sul entrou em um processo de reconciliação intra-oligárquica, o que tornou possível a aliança entre as até então facções divergentes em apoio à candidatura e ascensão de Getúlio Vargas no final da década de 1920 (ANTONACCI, 1981, p.113-116). Não obstante, Antonacci (1981) salienta outro aspecto importante para a reflexão deste trabalho. Segundo a autora, três grupos políticos das oposições se articularam em 1922: os federalistas, adeptos de Silveira Martins e liderados por Maciel Júnior, Wenceslau Escobar, Raul Pilla, Moraes Fernandes e outros; os democratas, seguidores de Assis Brasil e Fernando Abbott; e os

dissidentes republicanos, como os Pinheiro Machado, Menna Barreto, entre outros (ANTONACCI, 1981, p.66).

Por sua vez, Héglio Trindade (1979) apresentou um excelente diálogo entre as contribuições de Joseph Love (1971) e Maria Antonieta Antonacci (1981) para a compreensão dos conflitos políticos no Rio Grande do Sul. Trindade (1979) analisou o sistema político rio-grandense durante a Primeira República e percebeu em sua composição uma forte clivagem ideológica que dividiu o estado em dois grandes grupos: os conservadores-liberais (federalistas) e os conservadores-autoritários (republicanos). Esta divisão manteve o estado sulino em constante tensão durante a Primeira República e desembocou em duas guerras civis internas, ocorridas durante os anos de 1893-1895 e de 1923. Segundo o autor, a guerra civil de 1923 teria sido fruto, principalmente, de um processo de reestruturação das oposições liberais através da união entre dissidentes republicanos e federalistas históricos, frente ao descontentamento com a perpetuação dos republicanos no poder e do sistema opressor, repleto de fraudes eleitorais e violência política (TRINDADE, 1979, p.153). Desta forma, para Héglio Trindade, que refuta a explicação economicista de Antonacci, a natureza da contenda de 1923 estava em sua raiz político-ideológica, decorrente da clivagem que manteve o Rio Grande do Sul cindido e tensionado entre duas supostas famílias político-ideológicas<sup>19</sup> (TRINDADE, 1979, p.155).

Loiva Otero Félix (1987), ao analisar as relações de poder coronelísticas no Rio Grande do Sul durante a República Velha, destacou a relevância do conflito armado de 1923 nesta complexa relação de força entre poder local e poder estadual. Para Félix, a crise econômica do início da década de 1920 desempenhou um papel aglutinador para as oposições, contudo, os conflitos daquele período possuíam uma feição acentuadamente política (FÉLIX, 1987, p.138). Para a autora, o conflito ocorreu devido ao desgaste do projeto de poder do Partido Republicano Rio-Grandense e principalmente da figura de Borges de Medeiros, que encontrava-se em vias de assumir seu quinto mandato presidencial e que já não atendia as demandas das elites econômicas estaduais. Além disto, Félix (1987) ressalta a importância da figura do coronel e suas tropas durante a revolta armada de 1923, que assim como a guerra civil de 1893, pode ser considerada como uma luta eminentemente coronelista (FÉLIX, 1987, p. 142-143). Em sintonia com as contribuições de Antonacci (1981), Félix (1987) também

---

<sup>19</sup> As concepções de Héglio Trindade (1979) em torno da predominância do componente ideológico na política gaúcha influenciaram outras pesquisas sobre o tema, como por exemplo, os estudos de Céli Pinto (1986), Ledit Pereira de Paula (2006) e Eduardo Rouston (2012).

reconheceu na composição das oposições os mesmos três segmentos: federalistas, democratas e dissidentes republicanos (FÉLIX, 1987, p.138)<sup>20</sup>.

Em estudo mais recente, Luiz Alberto Grijó (1998) propôs analisar as trajetórias dos componentes da chamada “Geração de 1907”<sup>21</sup> e através deste estudo realizou uma importante contribuição para a compreensão da política no Rio Grande do Sul durante o período inicial da República. Segundo Grijó (1998), para compreender os partidos e a prática política na esfera estadual neste período é preciso atentar para fatores como as relações sociais de reciprocidade, a importância dos grupos familiares, a tradição militar, o peso do diploma de bacharel em Direito e as relações de patronagem e clientela. Estes aspectos formavam lógicas específicas que entrecortavam o jogo da política no âmbito estadual (GRIJÓ, 1998, p.22-23).

Neste sentido, Grijó (2010) alerta para a necessidade de tomar cuidado com a sobrevalorização da dimensão ideológica como um elemento catalisador das posições político-partidárias e das disposições para o enfrentamento bélico. Segundo o autor, o controle dos recursos públicos por parte das lideranças político-partidárias que possuíam redes clientelistas de relações sociais já era um motivo mais do que suficiente para justificar o recurso ao uso de armas (GRIJÓ, 2010, p.166). As constatações levantadas por Grijó permitem avaliar o grau de importância e determinação das orientações ideológicas nas disputas políticas, além de questionar a existência de projetos políticos ditos tão divergentes entre o situacionismo e as oposições ao longo dos conflitos políticos de 1922-1924. Visto que alguns anos mais tarde, com a ascensão de Getúlio Vargas, os mesmos projetos conflitantes estariam unidos em uma causa política de caráter nacional. Da mesma forma, Grijó (2010) também ressaltou a importância de refletir acerca de uma suposta polarização política restrita a dois lados. Segundo o autor, embora o PRR fosse a referência principal na organização política estadual, as oposições político-partidárias eram plurais, compostas por membros do

---

<sup>20</sup> Na mesma linha interpretativa de Félix (1987) acerca da importância das relações coronelísticas no jogo político, encontram-se os estudos de Lurdes Ardenghi (2003), Gunter Axt (2010), entre outros.

<sup>21</sup> Grupo de políticos rio-grandenses vinculado ao Partido Republicano Rio-Grandense e que iniciou sua carreira durante o pleito eleitoral para presidente do Rio Grande do Sul em 1907, através da formação do Bloco Acadêmico Castilhistas, formado entre os estudantes da Faculdade de Direito de Porto Alegre com o intuito de apoiar a candidatura de Carlos Barbosa Gonçalves, nome indicado por Borges de Medeiros. Também conhecidos como “Segunda geração de políticos do PRR”, a partir das contendas de 1922 e 1923 alcançaram sucesso e projeção no âmbito político estadual e nacional. Faziam parte do grupo: Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, João Neves da Fontoura, José Antônio Flores da Cunha, Lindolfo Collor, Firmino Paim Filho e Maurício Cardoso (LOVE, 1971, p. 233).

Partido Federalista e descontentes e dissidentes do PRR que nem sempre aderiam e se uniam aos federalistas (GRIJÓ, 2010, p.169).

Refletindo a respeito destas diversas contribuições historiográficas, acredito que seja necessário avaliar o contexto histórico da década de 1920, não apenas e exclusivamente, sob a perspectiva dos problemas econômicos vividos no estado ou das supostas divisões ideológicas existentes entre os grupos político-partidários rio-grandenses. Obviamente, estes aspectos desempenharam seu devido papel no acirramento da disputa política estadual e na deflagração de confrontos bélicos. Entretanto, no entendimento de minha pesquisa, o início da década de 1920 no Rio Grande do Sul representou um momento de intensa movimentação e articulação político-partidária, principalmente por parte dos setores oposicionistas. O período foi marcado por uma sequência de agitações políticas. Em 1922, tem-se o agrupamento apressado das oposições em torno de Assis Brasil para a disputa eleitoral de presidente do estado; em 1923, o momento de exasperação da situação política que culminou com uma guerra civil; e, por fim, o ano de 1924, caracterizado pelo anseio e tentativa das oposições em amadurecer sua união e criar um partido coeso e consolidado para combater a hegemonia do poder de Borges de Medeiros.

Esta complexa conjuntura representou um momento de oportunidade para as oposições rio-grandenses, o que impele a buscar as explicações e causas principais destes acontecimentos no âmbito da política, tanto na esfera estadual quanto nacional. Embora o político jamais deva ser entendido de maneira isolada dos demais espaços sociais, a chave para a compreensão deste momento histórico específico está em considerar que os oposicionistas, que se encontravam alijados do poder estadual desde a época de Júlio de Castilhos e foram marginalizados da comandância estadual com a hegemonia de Borges de Medeiros durante toda a Primeira República, vislumbraram, diante do desentendimento político nacional de Borges de Medeiros e Arthur Bernardes em 1921-1922, um momento de fraqueza borgista e a chance de finalmente enfrentar o situacionismo em igualdade de condições e atingir a presidência estadual. Embora os oposicionistas não tenham atingido seu objetivo principal de tomar o lugar de Borges, lograram importantes avanços e mudanças na política rio-grandense, principalmente através do surgimento de um novo ânimo para os diversos indivíduos insatisfeitos com o exclusivismo de Borges de Medeiros no poder. Ademais, segundo acertadamente afirma Céli Pinto (1986), o desfecho da guerra civil de 1923 através da efetivação do “Pacto de Pedras Altas” proporcionou espaços mais amplos e legítimos para os adversários do PRR no estado (PINTO, 1986, p.95).

Outro grupo de estudos desempenhou igual importância na concepção deste trabalho. Trata-se de pesquisas que abarcam a relação entre imagem e história e se utilizam de fontes visuais para a construção do conhecimento histórico. Cabe ressaltar que a produção bibliográfica nesta área em grande parte encontra-se voltada para a análise das relações entre imagens e modernidade, fotografia e vistas urbanas. Ainda assim, foi possível mapear e avaliar algumas leituras importantes para a reflexão da problemática de estudo, principalmente através de algumas investigações voltadas para o conteúdo de álbuns fotográficos e para complexidade das imagens na política e da política nas imagens. Dentre os muitos trabalhos consultados<sup>22</sup>, destacam-se algumas contribuições que serviram de inspiração e embasamento para minha análise visual, como os estudos de André Toral (2001), José Murilo de Carvalho (1990), Elisabete Leal (2006), Aristeu Lopes (2010), Solange Ferraz de Lima e Vania Carneiro de Carvalho (2008), Zita Possamai (2003) e Carlos Sampaio Barbosa (2006).

O trabalho de André Toral (2001) se deteve na análise iconográfica da Guerra do Paraguai, atentando para a imprensa ilustrada, o desenho, a pintura e a fotografia que retrataram aquele acontecimento histórico. Especificamente ao trabalhar com as fotografias, o autor salienta de que forma estas imagens “foram à luta”, no caso específico de cada fotógrafo enviado pelos respectivos países envolvidos no conflito. A elaboração de fotografias nos acampamentos de guerra acarretou numa série de inovações por parte dos fotógrafos e trouxe uma maior popularização e comercialização das imagens produzidas nas campanhas militares. Estas imagens fotográficas foram utilizadas e recebidas de diversas maneiras nos países envolvidos na guerra: como instrumento político de propaganda anti-López no Paraguai ou como registro e testemunho da estupidez e dos absurdos da guerra pelos países da Aliança, servindo assim como mecanismo de contestação sobre as razões da guerra e sua continuidade. Toral também destaca que a Guerra do Paraguai estabeleceu a utilização jornalística da fotografia, deixando esta de ser um artefato familiar e privado para ser de interesse público e fonte de informação histórica (TORAL, 2001, p.95-97).

José Murilo de Carvalho é autor de um dos trabalhos de grande relevância na historiografia brasileira acerca da construção de imaginários políticos. Em *A Formação das Almas*, Carvalho (1990) buscou analisar a batalha entre as diversas correntes republicanas,

---

<sup>22</sup> Outros autores também merecem destacada menção neste conjunto de estudo, como os ensaios de Susan Sontag (1981) e as pesquisas de Ulpiano Bezerra de Meneses (2003, 2005), Paulo Knauss (2006, 2008), Boris Kossoy (1993, 2002, 2012), Ana Maria Mauad (1993, 2008, 2011), Maria Helena Capelato (2009) e Lilia Schwarcz (2013).

com destaque para a atuação dos “republicanos positivistas” e sua participação no estabelecimento e manipulação de símbolos, heróis e alegorias na tentativa de composição de um imaginário republicano pautado pela consolidação, sustentação e legitimação do novo regime político instaurado no Brasil (CARVALHO, 1990, p.129). Desta forma, Carvalho (1990) percebeu a fundamental importância da veiculação de determinadas imagens, como a República representada através da imagem de uma mulher e a construção e veiculação da representação da figura de Tiradentes. Todavia, conforme demonstra o autor, em grande medida estas tentativas não foram capazes de alcançar o estabelecimento de um imaginário popular republicano perante a sociedade brasileira e com isto teriam caído no “vazio” (CARVALHO, 1990, p.141).

Também atentando para o caso republicano, Elisabete da Costa Leal (2006) centrou-se, principalmente, na análise de monumentos públicos e bustos, procurando compreender como a obra artística de Décio Villares e Eduardo de Sá colaborou para a consolidação de um panteão cívico nacional republicano, e para a promoção de atividades políticas de rua, incentivando um sentimento de pertencimento republicano e uma fixação de ideias políticas via imagens (LEAL, 2006, p.23-35). Segundo a tese de doutorado de Leal, os produtos visuais, como aqueles elaborados sob influência da arte positivista, podem ser percebidos como práticas políticas que assumem um papel central no ato de homenagear e lembrar de um herói, assim como de veicular um determinado conteúdo e síntese da história brasileira (LEAL, 2006, p. 266). Ainda em torno da questão republicana, situa-se a tese de Aristeu Machado Lopes (2010) que propôs analisar a imprensa ilustrada e de humor do Rio de Janeiro durante os anos da propaganda republicana e o período que sucedeu a implantação do novo regime. Lopes (2010) percebeu a importância da presença de símbolos e a utilização de recursos visuais, principalmente da alegoria feminina e do barrete frígio, como emblemas centrais no debate das questões políticas daquele contexto histórico. O autor demonstrou como os caricaturistas da imprensa tinham consciência do contexto político brasileiro e como eram influenciados pela simbologia republicana francesa, e a partir disto, de que forma se utilizavam das imagens publicadas nos periódicos ilustrados para veicular ideias e atividades republicanas ou satirizar e criticar o novo regime brasileiro (LOPES, 2010, p.407-409).

Os estudos que analisaram álbuns fotográficos desempenharam igual importância no tratamento com as fontes visuais. As historiadoras Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho (2008) apresentam dois trabalhos referenciais sobre álbuns fotográficos na historiografia brasileira, sendo que a construção teórico-metodológica de suas pesquisas

foram apropriadas e influenciaram diversos pesquisadores posteriores. Em seus estudos, Lima e Carvalho propuseram analisar os álbuns fotográficos da cidade de São Paulo produzidos entre os anos de 1887 e 1919, e entre os anos de 1951 e 1954. Através da metodologia de descritores icônicos, descritores formais e da definição de padrões temático-visuais identificados no corpus documental, as autoras buscaram perceber as relações entre imagens e sociedade na construção de um ideário urbano de modernidade para a capital paulista. De acordo com as autoras, o conteúdo visual de um álbum fotográfico deve ser entendido como parte integrante de um processo simbólico que é fundamental na organização e reprodução da vida social, uma vez que as imagens reformulam e dão sentido a elementos presentes nas relações sociais e desempenham funções reguladoras, legitimadoras, pedagógicas, etc. (LIMA; CARVALHO, 2008, p. 15).

A tese de Zita Possamai (2003) também deve ser encarada como um estudo primordial para temáticas relacionadas com álbuns fotográficos. A autora analisou três álbuns da cidade de Porto Alegre durante as décadas de 1920 e 1930: o álbum publicado pela *Diretoria de Obras Públicas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul* em 1922, o *Porto Alegre Álbum* de 1931 e o *Recordações de Porto Alegre* de 1935. Através destas três publicações, Possamai (2003) percebeu que os álbuns fotográficos operaram através da seleção e exclusão de determinadas imagens urbanas, contribuindo para construções de memória e esquecimento e de um imaginário urbano moderno para a cidade de Porto Alegre durante as primeiras décadas do século XX. Através da delimitação de um *corpus visual* das imagens fotográficas que compõem os referidos álbuns, a autora analisou os padrões temático-visuais presentes nas publicações, as narrativas construídas pelas imagens e o circuito social destes artefatos. Com isto, Possamai (2003) concluiu que os álbuns *deram a ver e fizeram ver* uma determinada Porto Alegre daquele contexto histórico, que salientava e enaltecia sua feição moderna e buscava ignorar e esquecer seu passado e os traços coloniais que ainda se faziam presentes no espaço urbano (POSSAMAI, 2003, p.264-267). Além destas importantes reflexões, muitas das informações levantadas pela pesquisa de Possamai, principalmente a respeito dos fotógrafos, estúdios, fotografias e o contexto cultural de Porto Alegre da década de 1920, foram apropriados para o desenvolvimento de meu trabalho.

Por último, mas de suma importância para minha análise, situa-se a pesquisa de Carlos Alberto Barbosa (2006). O autor buscou compreender como se constituiu uma representação fotográfica acerca da Revolução Mexicana através da publicação do álbum fotográfico *História Gráfica da Revolução Mexicana*, editado e publicado pela família Casasola no

México durante um período que abrange os anos de 1900 até 1970. Segundo Barbosa (2006), os álbuns e as fotografias devem ser entendidos como um “olho da história”, situados em um campo nebuloso entre história e memória, nos quais a seleção e publicação de imagens de determinados personagens e acontecimentos torna-se um “lugar de memória” que é ao mesmo tempo material e simbólico. A análise deste autor, ao se debruçar sobre um álbum histórico, fotográfico e de cunho acentuadamente político, características que o aproximam intimamente do *Álbum dos Bandoleiros*, serviu como uma importante fonte de reflexão, diálogo e inspiração metodológica.

Por meio da análise dos dez volumes que compõem esta publicação e articulando os três discursos constituidores do álbum - fotografia, legendas e textos, Barbosa (2006) buscou compreender como se constituiu uma “fotografia de representação” e uma narrativa visual acerca dos acontecimentos históricos da Revolução Mexicana, além de perceber sob qual ponto de vista os acontecimentos e personagens do conflito foram registrados e veiculados na sociedade mexicana ao longo do século XX (BARBOSA, 2006, p.244-246). Entre os diversos aspectos político-visuais percebidos pelo autor, através da análise dos volumes deste artefato visual, destaca-se a construção de uma ideia e visão sobre os atores considerados como protagonistas e proeminentes da guerra, ressaltados através da definição e veiculação de personagens principais (Francisco Madero e Venustino Carranza), personagens secundários (Emilio Zapata e Pancho Villa) e coletivos (tropas militares). Neste sentido, os produtores das publicações estavam subordinados aos ditames de uma enunciação previamente estabelecida por seus pressupostos políticos e sociais, o que explica a ênfase em algumas lideranças políticas do movimento e uma neutralização ou desqualificação de outras, como, por exemplo, um certo desprezo pelos comandantes vinculados ao campesinato (BARBOSA, 2006, p. 244). Segundo o autor, os editores estavam preocupados em realizar uma seleção de figuras simbólicas que deveriam se colocar enquanto *emblemas narrativos* da história do conflito mexicano e que são fundamentais para a compreensão das concepções de política, sociedade e história do país (BARBOSA, 2006, p.145-146).

Pertinente ao tema relativo às fotografias da Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, cabe destacar alguns estudos que abordaram documentações visuais relativas a outros conflitos sociais, políticos e militares ocorridos durante a Primeira República no Brasil, como por exemplo, investigações em torno de registros fotográficos da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1895-1895), da Guerra de Canudos na Bahia (1896-1897) e da Guerra do Contestado em Santa Catarina (1912-1916).

Aristeu Machado Lopes (2012) analisou algumas fotografias que retrataram o episódio do cerco à cidade de Bagé durante a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1893-1895). Lopes percebeu que as fotografias deste evento constituem um registro visual específico daquela guerra e auxiliam na reflexão sobre as condições de produção de um profissional habituado a fotografar apenas em estúdios ou paisagens. Diante das contribuições apontadas pelo autor, pode-se refletir sobre três aspectos principais que também podem ser percebidos no *Álbum dos Bandoleiros*: a percepção de que as imagens de guerra apresentam apenas os espaços urbanos (cenários do conflito) e os resultados da guerra, mas raramente imagens do momento dos acontecimentos, tendo em vista a dificuldade em se fotografar durante os conflitos; a importância das fotografias de guerra como um mecanismo e vontade coletiva dos soldados em serem lembrados; e por fim, a importância das fotografias enquanto documentos históricos para estudar e compreender determinados aspectos que não são possíveis de serem acessados pelas fontes escritas (LOPES, 2012, p.522-534).

As representações visuais sobre o conflito de Canudos talvez sejam aquelas que receberam maior atenção por parte de historiadores interessados na temática. Dentre os variados estudiosos do tema destacam-se duas abordagens referenciais: as contribuições de Ana Maria Mauad (1993) e Boris Kossoy (1993). As fotografias da campanha de Canudos foram realizadas pelo fotógrafo Flávio de Barros e formaram dois álbuns fotográficos, compostos respectivamente de 15 e 54 fotografias, além de algumas imagens avulsas. Ana Maria Mauad (1993) através do estudo de categorias analíticas específicas em torno das imagens (espaço fotográfico, espaço geográfico, espaço do objeto, espaço da figuração e espaço das vivências) buscou perceber os códigos de representação envolvidos na manutenção de uma memória oficial; os códigos de comportamento da elite militar e sua representação do sertanejo como o outro/diferente; e por fim, o conflito entre o litoral e o sertão. Neste sentido, Mauad (1993) analisou a construção de uma determinada memória e o estabelecimento de “uma única leitura possível” de Canudos, consolidada através do olhar fotográfico. Segundo a autora, esta construção foi responsável por delimitar a memória oficial do conflito, pautada por um estatuto de verdade anunciada (MAUAD, 1993, p. 25-28), assim como os registros dos militares sobre os sertanejos apontam para uma interpretação que tinha como objetivo revitalizar o papel dos militares no contexto republicano, salvaguardando seu passado de lutas e garantindo sua presença no futuro (MAUAD, 1993, p.39).

Por sua vez, Boris Kossoy (1993) analisou uma série de imagens fotográficas, dentre elas as de Canudos, e concluiu que estas representaram “imagens da ordem” frente às rebeliões políticas e sociais que eram vistas como “símbolos da desordem” na República.

Com isto, coube ao governo federal direcionar a leitura do povo sobre os episódios de Canudos segundo uma ótica de vitória do “bem” sobre o “mal” (KOSSOY, 1993, p.18). Kossoy também alerta que é justamente a partir do início do século XX que as fotografias passam a atuar como instrumentos poderosos para objetivos institucionais, comerciais e políticos. É neste período que as imagens encontram seu grande canal de expansão através dos veículos de comunicação como as publicações oficiais, cartões postais, jornais e revistas ilustradas (KOSSOY, 1993, p.17-19).

Por fim, o historiador Rogério Rosa Rodrigues (2012) analisou as fotografias produzidas pelo Exército Nacional durante a Guerra do Contestado (1912-1916). As imagens estudadas pelo autor compuseram um álbum fotográfico produzido pelo Exército e também foram reproduzidas em revistas ilustradas e em jornais da época. Sua utilização serviu como um reforço ao discurso oficial promovido pelos militares brasileiros, além de construir uma narrativa específica daquele episódio histórico. Segundo Rodrigues (2012), as imagens reforçavam o projeto intervencionista civilizador do Exército Brasileiro sobre regiões interioranas tidas como “bárbaras” e “atrasadas”. Através das representações visuais sobre a atuação da corporação militar no conflito do Contestado construiu-se uma ideia dos soldados como desbravadores, portadores de uma missão civilizadora de restabelecimento da ordem na região e guias do progresso no Brasil, em contraposição aos inimigos sertanejos locais, atrelados a uma ideia de ignorância e barbárie (RODRIGUES, 2012, p. 1304-1315). Através das contribuições de Rodrigues, percebe-se a importância das imagens na construção de representações entre grupos político-militares antagônicos e o poder desta visão na manipulação da memória e leitura de episódios históricos.

No que tange à construção do quadro teórico e metodológico, alguns aportes e conceitos foram apropriados para o desenvolvimento do estudo. As noções utilizadas serão debatidas de forma mais precisa ao longo dos capítulos na medida em que forem utilizadas na reflexão e na análise. De forma introdutória, cabe destacar alguns destes subsídios que desempenharam um papel crucial na construção do estudo.

A teoria de Pierre Bourdieu (2008) ofereceu importantes contribuições para refletir acerca do contexto em que o objeto se encontra inserido. Da reflexão bourdiana, utilizei principalmente, as noções de poder simbólico e luta simbólica. Neste sentido, parti da compreensão de que o *Álbum dos Bandoleiros* pode ser considerado como um *instrumento de poder simbólico* que objetivava realizar uma ação simbólica através da construção de um discurso que tinha por objetivo *fazer crer e fazer ver* uma determinada visão da política e dos grupos políticos rio-grandenses, especialmente dos “famigerados bandoleiros”. Ademais, o

artefato visual propunha-se *fazer conhecer* e *fazer reconhecer* uma determinada experiência em comum e uma leitura e memória dos acontecimentos de 1923, além de forjar a criação de uma identidade coesa e mobilizada no interior do grupo oposicionista. À vista disto, concebe-se que o álbum fotográfico tinha como objetivo realizar uma ação simbólica de agir, produzir e impor determinadas representações com o intuito de atuar sobre o mundo, assim como criar e constituir uma crença em uma determinada unidade e identidade compartilhada pelo grupo, através da ação sobre as representações que o próprio grupo tem de si e perante os demais (BOURDIEU, 2008, p.113-117).

O *fazer ver* e *fazer crer* se encontra intimamente relacionado com poder da visualidade, elemento que demonstra a importância do diálogo com os estudos de história e imagem. Desta forma, objetivei inter cruzar as discussões que abordam o objeto político com as pesquisas em torno da temática do visual, com a finalidade de considerar o *Álbum dos Bandoleiros* e suas fotografias como um instrumento político-visual, ou seja, um produto que através da utilização das imagens possuía objetivos e fins explicitamente políticos e partidários, defendidos e difundidos por determinado grupo dentro do jogo da luta pelo poder.

Através da combinação entre as contribuições de Pierre Bourdieu e os estudos de história visual, abordei o conteúdo do álbum avaliando sua linguagem visual específica, levando em consideração que as fotografias atuam na construção, produção e ressignificação de um sentido e imaginário político e histórico, mas que, enquanto objetos materiais também atuam e participam ativamente na sociedade como um instrumento político. Neste sentido, alguns procedimentos metodológicos da história visual foram apropriados. Para a análise específica das imagens fotográficas, optei por realizar o levantamento de padrões temático-visuais, inspirado pelos exemplos de pesquisas de Barbosa (2006), Possamai (2003) e Lima e Carvalho (2008). A metodologia de levantamento e definição de padrões temático-visuais trata-se de um mapeamento das principais temáticas e assuntos registrados nas fotografias que compõem o álbum, através da criação de um vocabulário controlado de descritores, elaborados a partir das próprias fotografias e da problemática de pesquisa, o que permite uma averiguação quantitativa dos assuntos fotografados (BARBOSA, 2006, p.71). Os procedimentos acerca desta ferramenta foram detalhados e expostos no capítulo II.

Além destes procedimentos e aportes, os conceitos de imaginário e memória foram sendo problematizados ao longo do texto. Para abordar e refletir sobre o conceito de imaginário, me apropriei, principalmente, das colaborações de Sandra Pesavento e Bronislaw Baczko. Segundo Pesavento (1995), a criação de imaginários consiste na elaboração de um sistema de ideias-imagéticas de representação coletiva mediante o qual elas se atribuem uma

identidade, estabelecem suas divisões, legitimam seu poder e concebem modelos para a conduta de seus membros (PESAVENTO, 1995, p.16). Desta forma a construção de imaginários está fortemente vinculada com a ideia de coesão e identidade dos grupos políticos e sociais. Tendo em vista que os imaginários sociais operam como uma potência unificadora que suscita adesão, modela comportamentos, captura energias e arrasta os indivíduos para uma ação comum (BACZKO, 1984, p.311).

Para Baczko (1984), o imaginário coletivo possui a capacidade de intervir nas disputas e no exercício do poder político, sendo que no imaginário se encontra o problema da legitimidade, do *poder legítimo*, desta forma ele se torna um espaço e objeto dos conflitos sociais e políticos (BACZKO, 1984, p.298-310). Neste sentido, as reflexões em torno de disputa pelo imaginário vão ao encontro do contexto de luta simbólica percebida no *Álbum dos Bandoleiros*. Ainda segundo Bronislaw Baczko

As situações conflituais entre poderes concorrentes estimulavam a invenção de novas técnicas de combate no domínio do imaginário. Por um lado, estas visavam a constituição de uma imagem desvalorizada do adversário, procurando em especial invalidar a sua legitimidade; por outro lado, exaltavam através de representações engrandecedoras o poder cuja causa defendiam e para o qual pretendiam obter o maior número de adesões (BACZKO, 1984, p. 300).

Além disto, segundo o autor, os imaginários intervêm ativamente na *memória coletiva*, para a qual os acontecimentos, muitas vezes, contam menos do que as representação construídas sobre eles (BACZKO, 1984, p.312). Segundo Michel Pollak (1992), autor aqui assumido como referencial na abordagem do conceito de memória coletiva, a memória é um fenômeno *seletivo* e *construído* que se constitui como um objeto de disputa em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos (POLLAK, 1992, p.202-205). Para o autor, a memória seria uma operação coletiva acerca dos acontecimentos e interpretações do passado que se busca salvaguardar, além disto, ela se integra no reforço de sentimentos de pertencimento a determinadas coletividades, como partidos, sindicatos, famílias, etc. Ou seja, a referência ao passado serve sempre como um elo de coesão, como um quadro ou ponto de referência para determinados grupos e instituições na sociedade (POLLAK, 1989, p.9). Ou ainda, conforme entende Jacques Le Goff (2003), a memória coletiva deve ser encarada como não apenas uma conquista, mas também como um instrumento e objeto de poder (LE GOFF, 2003, p. 469).

Da argumentação teórica de Pollak, utilizei o conceito de *memória enquadrada* ou *enquadramento da memória*, como uma forma de refletir acerca do trabalho que determinados grupos operam sobre suas memórias em comum. Esta operação de enquadramento da

memória se alimenta especialmente do material fornecido pela história e que é interpretado e combinado com outras referências na busca por reinterpretar o passado em função dos combates do presente e futuro, no qual encontra-se em jogo o sentido da identidade individual ou do grupo. Segundo Pollak, esta operação de enquadramento pode ser percebido através dos discursos produzidos em torno de acontecimentos e de grandes personagens, ou ainda através de objetos materiais, tais como, monumentos, museus, bibliotecas, entre outros (POLLAK, 1989, p.8-10). Neste sentido, considerei que o conteúdo e publicação do *Álbum dos Bandoleiros* carregou a intenção de se colocar como um instrumento de salvaguarda da memória histórica da guerra civil de 1923, assim como buscou enquadrar esta memória através de uma representação dos episódios que glorificassem o protagonismo de um dos lados envolvidos na guerra.

Para o desenvolvimento da proposta de estudo, o texto foi estruturado em três capítulos. No Capítulo I, problematizou-se o contexto de luta simbólica compreendido no período histórico em estudo. No primeiro momento do capítulo foi apresentado e analisado de que forma os adeptos do Partido Republicano Rio-Grandense objetivaram construir uma imagem pejorativa acerca dos adversários “bandoleiros” durante a contenda de 1923. Para realizar esta discussão foram utilizados os exemplares do jornal *A Federação*. Sequencialmente, analisei a publicação do *Álbum dos Bandoleiros*, entendido enquanto uma resposta e um confronto direto frente aos ataques dos adversários situacionistas. Neste sentido, elenquei algumas informações e características em torno do álbum fotográfico, como por exemplo, quem eram os editores da publicação, os fotógrafos autores das imagens, os personagens fotografados, as diferentes edições publicadas, etc. Aliado a isto, objetivei compreender o contexto cultural e político em que esta publicação se inseriu, percebendo a inclusão do álbum fotográfico em dois espaços sociais extremamente importantes em sua gênese: a imprensa e a política do Rio Grande do Sul durante a década de 1920.

O capítulo II compreende a análise e discussão acerca do conteúdo visual e textual do *Álbum dos Bandoleiros*. Através da metodologia de levantamento dos padrões temático-visuais, articulei fotografias, textos e legendas com o objetivo de problematizar a hipótese central de compreender este documento político-visual enquanto um instrumento político de busca por coesão, mobilização e legitimação das oposições estaduais. Esta hipótese de trabalho foi desenvolvida em torno de dois eixos de análise principais: a) A consideração de que o álbum procurou contribuir na construção de um determinado imaginário político sobre os “bandoleiros”, a guerra civil de 1923 e os grupos oposicionistas como um todo unificado; b) O entendimento de que a publicação deste álbum objetivou realizar o enquadramento de

uma determinada memória sobre o episódio do conflito armado, através do estabelecimento de uma leitura específica dos acontecimentos que salvaguardasse, perpetuasse e glorificasse a versão de apenas um dos lados envolvidos na contenda.

No terceiro capítulo, avaliei de que forma o *Álbum dos Bandoleiros* pode ter contribuído em favor da arregimentação e mobilização no processo de formação e consolidação da Aliança Libertadora. Para isto, busquei perceber a relevância e o diálogo de algumas das representações e ideias transmitidas pelo álbum com o momento político do conturbado ano de 1924. Neste sentido, dei prosseguimento à análise visual em torno dos padrões temáticos e abordei alguns tópicos específicos acerca da atuação e composição dos setores oposicionistas na política gaúcha e nacional durante a tentativa de composição de um partido único e unificado. Desta forma, relacionei os elementos difundidos pelo álbum fotográfico com alguns episódios importantes daquele contexto histórico: as dissidências e entendimentos em torno da Aliança; as eleições federais de maio de 1924; as propagandas e mobilizações em torno dos candidatos para deputado federal e senador; o posicionamento e a participação do grupo em relação aos levantes tenentistas; e, por fim, a efetivação e surgimento do Partido Libertador.

## **1 O *Álbum dos Bandoleiros*: Imprensa, Política, Fotografia e Luta Simbólica no Rio Grande do Sul da década de 1920**

Este primeiro capítulo se debruça sobre o contexto de luta simbólica no qual está inserida a criação e publicação do *Álbum dos Bandoleiros*. Para desenvolver esta proposta de discussão, o capítulo foi estruturado em duas partes principais. Na primeira, desenvolvo uma breve análise acerca da construção e adjetivação operada pelos republicanos-situacionistas em torno dos seus adversários políticos no decorrer da guerra civil de 1923. Parte-se da consideração de que o contexto histórico da primeira metade da década de 1920 deve ser entendido como um período de intensa luta simbólica entre os grupos oposicionistas e o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), em um confronto que tinha como objetivo final a obtenção do poder político estadual. Neste sentido, interessa compreender como ocorreu a elaboração de um determinado imaginário pejorativo e depreciativo acerca dos opositores de 1923, principalmente através da construção simbólica realizada pelo jornal *A Federação*, órgão de imprensa oficial do PRR e que no decorrer da Revolução de 1923 acusou os opositores à Borges de Medeiros de serem “bandoleiros” ou “bandidos”<sup>23</sup>.

O segundo momento do capítulo apresenta aquilo que considere como parte de uma resposta ou tentativa de reversão do imaginário depreciativo anteriormente operado pelas “difamações” legalistas. A réplica oposicionista ocorreu, principalmente, através da publicação de um álbum fotográfico impresso em homenagem aos “bandoleiros”. Neste item espero oferecer ao leitor algumas informações específicas acerca do projeto de publicação do álbum fotográfico e sobre os diversos aspectos relacionados ao seu conteúdo visual e textual. Além disto, elenquei algumas características do contexto cultural, social e político em que a publicação se inseriu, avaliando a importância e a dinâmica de algumas questões que envolvem fotografia, álbum fotográfico, imprensa e política no Rio Grande do Sul durante o início da década de 1920.

---

<sup>23</sup> Esta perspectiva acerca da adjetivação dos “bandoleiros”, como mencionado anteriormente, já foi trabalhada preliminarmente em outro momento de minha trajetória de pesquisa (DAL FORNO; DOBKE, 2011; DAL FORNO, 2012). Especificamente neste texto explorei alguns elementos e interpretações sobre a temática com o objetivo de compreender o contexto de elaboração do *Álbum dos Bandoleiros* e a batalha simbólica entre os grupos adversários.

### 1.1 A imprensa e a guerra civil: a construção simbólica dos “bandoleiros” através do jornal *A Federação*

A guerra civil de 1923, também chamada de “Revolução Libertadora” ou “Revolução Assisista”, eclodiu no Rio Grande do Sul durante o mês de janeiro de 1923 após o resultado oficial das eleições para presidente do estado que decretou Borges de Medeiros como vencedor do pleito<sup>24</sup>. As oposições político-partidárias coligadas em torno de Assis Brasil, descontentes com o resultado eleitoral e defendendo que as eleições haviam sido “fraudadas” e que a vitória borgista fora “ilegal”, optaram por convulsionar o estado em uma guerra civil na expectativa da intervenção do presidente Arthur Bernardes no estado. Constavam entre os objetivos da luta armada: que Borges de Medeiros não fosse reconhecido como presidente legalmente eleito; que o PRR fosse deposto do poder político estadual e que a carta constitucional rio-grandense fosse alterada.

O conflito armado se alastrou pelo território rio-grandense através da ação de lideranças militares e políticas em suas respectivas regiões de atuação. Entre os chamados “Generais Libertadores”, estavam Leonel Rocha, Menna Barreto e Felipe Portinho na região norte e nordeste do estado, Zeca Netto na zona sul, Estácio Azambuja no centro-sul e Honório Lemes na fronteira oeste. A luta armada durou praticamente todo o ano de 1923 e apenas se encerrou com a intervenção do governo federal na mediação de um acordo de paz, intercedido pelo Ministro de Guerra Setembrino de Carvalho e chamado de “Pacto de Pedras Altas”<sup>25</sup>.

A guerra civil embora tenha comportado o uso de violência e apresentado casos de mortes e assassinatos, representou condutas e graus um pouco diferenciados em comparação à Revolução Federalista de 1893-1895, considerada como a “revolta da degola”<sup>26</sup>. Ao longo dos

<sup>24</sup> Embora já ocorressem diversos enfrentamentos armados desde a ocasião das conturbadas eleições de novembro de 1922, considera-se que guerra civil se iniciou na virada do mês de janeiro para fevereiro com a deflagração inicial na região norte do estado e posteriormente se intensificando e se espalhando pelas demais regiões territoriais.

<sup>25</sup> Pacto assinado no dia 14 de dezembro de 1923 no Castelo de Pedras Altas, em Bagé, onde os opositores obtiveram vitórias significativas com o acordo. Apesar disto, muitos chefes “libertadores” acabaram decepcionados com o desfecho da revolta, tendo em vista que a principal reivindicação dos insurretos era a deposição imediata de Borges de Medeiros do poder, o que acabou não ocorrendo. O acordo de paz, em linhas gerais, proibia a reeleição para presidente do estado e para intendentess municipais; previa eleições diretas para vice-presidente; previa a adequação das eleições municipais e estaduais à legislação federal; garantia a representação das minorias na Assembleia e no Congresso; e concedia anistia aos revolucionários (ANTONACCI, 1981, p. 110; LOVE, 1971, p.223).

<sup>26</sup> Segundo Luiz Alberto Grijó, as primeiras décadas do século XX no Rio Grande do Sul foram de grande crescimento na oferta de estabelecimentos de ensino em todos os níveis, com destaque para a Faculdade de Direito em Porto Alegre. Este contexto representou uma espécie de “processo civilizador” no qual a violência foi perdendo espaço enquanto um instrumento legítimo do jogo da política, sendo substituída por outros hábitos e práticas para a resolução dos conflitos político-partidários. O bacharelismo desempenhou um papel importante nesta modificação das práticas políticas, caracterizadas pelo apego às leis, o gosto excessivo pela retórica e discurso, além de outras formas mais polidas e formalizadas de conduta e ação (GRIJÓ, 2010, p. 176-183)

episódios armados<sup>27</sup>, por todo o interior do estado e principalmente na capital Porto Alegre, uma das principais armas utilizadas por ambos os lados envolvidos nas contendas estava localizada nos parques gráficos de redação dos jornais simpatizantes ou partidários<sup>28</sup>. Para além do choque armado, a guerra civil foi caracterizada por uma intensa batalha de discursos, através do qual a luta simbólica com o uso das palavras e representações desempenhou um papel fundamental no desenrolar dos acontecimentos.

A imprensa jornalística, desde a virada do século XIX, passando pelas décadas iniciais do século XX, se tornou um espaço privilegiado de militância política no Rio Grande do Sul (FÉLIX, 1995, p.183), no qual os jornais constituíam um destacado posto de combate e uma arma de crítica política (RÜDIGER, 2003, p. 52). Na revolta de 1923, a imprensa foi utilizada como um mecanismo de organização e mobilização para a luta armada de ambos os lados, assumindo um papel de protagonismo e vital importância para os grupos em conflito<sup>29</sup>. Os jornais levantaram e defenderam a bandeira de seus partidos, servindo como um instrumento panfletário em defesa de cada grupo político, além de auxiliarem na divulgação de notícias, acusações e deslegitimações de seus adversários, mobilizações de seus adeptos, arrecadação de dinheiro, armamento e pressão para que o governo federal intervisse no estado no caso oposicionista e reforço ao apoio à liderança de Borges de Medeiros no caso do PRR. Esses aspectos e objetivos explorados pela imprensa eram reforçados pela capacidade e poder dos jornais em obter feitos através das palavras e de criar ou consolidar “factualidades” sobre determinados acontecimentos políticos (FÉLIX, 1995, p. 185).

---

<sup>27</sup> Não é interesse específico deste trabalho se debruçar sobre os acontecimentos militares da guerra civil de 1923. Embora não tenha localizado nenhum trabalho que aborde propriamente os episódios armados, alguns relatos, informações e interpretações sobre as batalhas podem ser encontrados através das contribuições de Roque Callage (1923), Antero Marques (1964), Artur Ferreira Filho (1973), Mem de Sá (1973), Joseph Love (1971), Glauco Carneiro (1977), Maria Antonacci (1981), José A. Netto (1983), Loiva Otero Félix (1987), Pedro Henrique Caldas (1995), Lurdes Ardenghi (2003), Ledir Pereira de Paula (2006), Lúcio Leão (2009), entre outros.

<sup>28</sup> Segundo Mem de Sá, em Porto Alegre a guerra civil foi marcada por uma “batalha de noticiários”. Os prédios de redação dos principais jornais, *A Federação* e o *Correio do Povo* situavam-se no centro da cidade e ficavam bastante próximos, fazendo com que entre eles aglomerassem-se multidões de pessoas sedentas pelas informações postadas nos *placards* (espécies de placas colocadas em frente às redações e atualizados esporadicamente com novas notícias). A euforia fazia com que, em algumas ocasiões, a Brigada Militar tivesse que intervir e espalhar a multidão (SÁ, 1973, p.60-61).

<sup>29</sup> Um excelente exemplo acerca desta espécie de “batalha de papel” ocorrida em 1923 pode ser encontrado nas investigações do pesquisador Cláudio de Leão Lemieszek acerca da imprensa no município de Bagé ao longo da guerra civil (LEMIESZEK, 2005; 2013).

Para ambos os lados envolvidos na contenda, a utilização dos jornais diários foi de extrema importância, preocupação e combate<sup>30</sup>. Especificamente do lado opositor, alguns jornais locais desempenharam um importante papel na luta armada, tais como: *Correio do Povo*, *Última Hora* e *O Democrata* em Porto Alegre; *Correio do Sul* em Bagé; *O Rebate* e *A Opinião Pública* em Pelotas; *Correio da Serra* em Santa Maria, entre muitos outros que investiram na defesa das tropas opositoras e na suposta “legitimidade” da causa política da luta armada, assim como enfatizaram as “irregularidades” percebidas na eleição de 1922 e no governo de Borges de Medeiros.

A importância da imprensa para a causa “libertadora” foi tão expressiva que muitos proprietários e redatores de jornais foram homenageados e conquistaram um espaço de destaque nas páginas e fotografias do *Álbum dos Bandoleiros*, sendo colocados em pé de igualdade com algumas lideranças político-partidárias do conflito. Figuras como Hugo Barreto, Mario de Sá e Lourival Cunha, todos vinculados ao jornal opositor *Última Hora*, de Porto Alegre, tiveram seus retratos impressos e expostos na galeria dos “vultos da causa redentora”, ao lado de políticos proeminentes, como os deputados federalistas Maciel Júnior e Arthur Caetano (Figura 1)<sup>31</sup>. Além disso, o cabeçalho de alguns jornais opositores também estampou as páginas da publicação como uma forma de homenagem e reconhecimento do serviço prestado pela imprensa à luta dos opositores durante a guerra civil.

Voltarei a discutir o papel da imprensa opositora na política quando tratar especificamente da figura de Fernando Barreto e sua relação e localização entre estes dois espaços fundamentais para o surgimento da publicação do *Álbum dos Bandoleiros*: a política e a imprensa. Por ora interessa analisar a atuação dos adeptos do Partido Republicano Rio-Grandense e vinculados ao jornal *A Federação*, com o objetivo de compreender o surgimento e a construção do epíteto de “bandoleiro”, amplamente utilizado e difundido no decorrer do ano de 1923.

---

<sup>30</sup> Vários foram os casos de censura contra a imprensa. Os “libertadores” atacaram e empastelaram jornais como *O Cidadão* em Quaraí e o *Diário Popular* em Pelotas. Por sua vez, os adeptos do PRR suspenderam a circulação de jornais opositores como *Correio do Sul* e *O Maragato*. Além disso, os redatores de *O Democrata* e *Última Hora*, de Porto Alegre, foram perseguidos pela Brigada Militar, enquanto que Frediano Trebbi, diretor de *O Rebate* de Pelotas, foi espancado pela polícia local (RÜDIGER, 2003, p.51-52).

<sup>31</sup> *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 1924, 8ªed, p.45.

Figura 1 - “Vultos da causa redemptora”



Fonte: Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 1924, 8ªed., p.5

Do lado situacionista da guerra civil, estava um dos veículos de comunicação, propaganda e formação de opinião política mais influentes do estado: o jornal *A Federação*. O jornal foi fundado no dia 1º de Janeiro de 1884 com o intuito de ser instrumento propagandista e veicular as ideias do PRR. Teve como primeiro redator, durante os quatro primeiros meses de funcionamento, o republicano Venâncio Ayres, que se afastou da direção do jornal por problemas de saúde e transferiu o cargo para um dos principais líderes do partido, Júlio de Castilhos, que, por sua vez, comandou a redação da folha diária do PRR durante muitos anos. Apesar de diversas dificuldades econômicas iniciais, *A Federação* funcionou de forma ininterrupta por cerca de cinquenta e três anos, encerrando suas atividades no ano de 1937 (LEAL, 1996, p. 166-172). Durante todo este período, o jornal teve como redatores chefes personagens de atuação destacada na política rio-grandense, como Pedro Moacyr, Pinto da Rocha, Evaristo do Amaral Jr, Lindolfo Collor, Décio Coimbra, etc. (FRANCO, 2010, p. 86).

Segundo João Neves da Fontoura, contemporâneo aos fatos, bacharel em direito, deputado estadual pelo PRR e que também atuou em sua redação, o veículo não era um jornal

como os outros, feito todas as tardes, no tumulto da improvisação. Era a página cotidiana de um alcorão partidário, elaborada com cuidados religiosos,

liturgicamente, de caso pensado. O artigo de fundo submetia-se, antes de composto, ao chefe do Partido [...] (FONTOURA, 1958, p. 26).

A folha situacionista, ao mesmo tempo em que foi um importante instrumento do PRR na veiculação das ideias e práticas do partido, também se colocou como um importante mecanismo de militância e projeção política para os partidários. Ocupar o posto de diretor do jornal, como foi o caso específico de indivíduos como Lindolfo Collor, era um importante recurso para atingir cargos políticos de destaque, como deputado estadual ou federal, tendo em vista que a atuação nos espaços dos jornais também significava a aquisição de aparescência social, prestígio e popularização (GRIJÓ, 1998, p.139).

Ao longo da Primeira República, *A Federação* se colocou diretamente como veículo de propagação das opiniões político-partidárias do PRR e, com a hegemonia do grupo castilhistaborgista no poder, se tornou o órgão de imprensa oficial do estado rio-grandense. Segundo Francisco Rüdiger (2003), a folha do PRR resumiu de fato o modelo de jornalismo político-partidário<sup>32</sup> existente no Rio Grande do Sul até o Estado Novo (RÜDIGER, 2003, p.43). Para Loiva Otero Félix (1993), o jornal, além de realizar o modelo de jornalismo vigente no período, caracterizado pelo caráter opinativo e não informativo, foi utilizado pelos partidários do PRR para objetivos explicitamente políticos e com a finalidade de persuadir e convencer os seus leitores e partidários. Tratava-se de através das palavras e do discurso exercer a militância política e obter efeitos através da força e do peso da argumentação de seus redatores (FÉLIX, 1993, p. 51-52).

Durante o ano de 1923 percebe-se uma intensa batalha de discursos através das palavras, insultos e adjetivações com o intuito de deslegitimar o adversário e se autopromover e autovalidar como partido “único” e “legítimo” para comandar o Rio Grande do Sul. A crise política e a guerra civil instaurada no estado exigiram do governo borgista uma ação imediata e enérgica não apenas através da força e intervenção armada da Brigada Militar, mas também através da eficácia das palavras e da persuasão presente nos discursos impressos do jornal oficial dos republicanos-situacionistas. Estes discursos tinham como objetivo operar um convencimento simbólico que legitimasse a hegemonia do grupo borgista no poder e invalidasse a luta oposicionista. A operação simbólica de *A Federação* ocorreu principalmente através de uma tentativa de “criminalização” do movimento armado opositor, por meio da desvinculação da luta oposicionista do plano político para o plano da

---

<sup>32</sup> Francisco Rüdiger dividiu a imprensa no Rio Grande do Sul em dois grandes regimes: o político-partidário e o informativo. Especificamente o regime político-partidário teria surgido progressivamente ao longo da segunda metade do século XIX e perdurado até a década de 1930 (RÜDIGER, 2003, p. 13-14).

criminalidade e da desordem social. A principal ferramenta encontrada e utilizada pelos adeptos do PRR foi o uso de adjetivos pejorativos que causassem uma associação do movimento armado com atos de banditismo e que mostrassem e representassem os opositores como “bandidos” e “inimigos da lei e da sociedade rio-grandense”. Neste sentido, o principal adjetivo difundido para arquitetar e propagar esta construção foi o de “bandoleiros”<sup>33</sup>.

A redação do jornal *A Federação* situava-se na Rua dos Andradas, n.56, no centro comercial de Porto Alegre. O prédio foi construído em 1922 exclusivamente para sediar a redação do periódico e atualmente abriga o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. O diário tinha como diretor de redação, ou redator-chefe, como era chamado no período, Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor<sup>34</sup>, deputado estadual na legislatura de 1921/1924 e jovem republicano que fazia parte de uma nova geração de políticos do PRR em ascendência na década de 1920<sup>35</sup>. Em 1921, com apenas 30 anos de idade, Collor assumiu a função de redator-chefe do jornal por indicação e convite direto do chefe do PRR, Borges de Medeiros. Através da sua atuação na imprensa se aproximou dos demais líderes do partido, como o próprio Borges de Medeiros, Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, entre outros (GRIJÓ, 1998, p.138-9). Collor manteve-se à frente da redação do jornal até o ano de 1924, quando, após adquirir notoriedade através de sua destacada atuação na imprensa, deixou a chefia editorial para assumir o posto de deputado federal no Rio de Janeiro, onde também veio a ocupar o cargo de redator-chefe do jornal *O Paiz* (GRIJÓ, 1998, p.150).

Lindolfo Collor e os demais redatores de *A Federação*, que durante a campanha eleitoral de 1922 já haviam investido de forma efusiva na defesa de Borges de Medeiros, com o eclodir da guerra civil em 1923, intensificaram a atenção de seus editoriais para o momento de convulsão vivido no estado. Em 24 de janeiro de 1923, um dia antes da posse oficial de Borges de Medeiros como presidente reeleito, as movimentações armadas e a ideia de guerra civil tomaram mais consistência no interior do estado. O deputado estadual e federalista Arthur Caetano, contando com o apoio da liderança militar-federalista de Leonel Rocha e do

---

<sup>33</sup> Cabe ressaltar que a utilização e propagação intensiva de adjetivos vexatórios e desmoralizadores não se trata de uma exclusividade e peculiaridade de *A Federação* e dos acontecimentos de 1923. Tratava-se de uma característica recorrente na imprensa e política ao longo do século XIX e início do século XX, como foi demonstrada por Loiva Otero Félix ao analisar o contexto da guerra civil de 1893-1895 através da imprensa. Segundo Félix, o jornal legalista, através do uso de adjetivos pejorativos, inúmeras vezes repetidos e reforçados sobre seus adversários, buscou criar no imaginário do leitor rio-grandense a impossibilidade dos opositores ao PRR de possuírem a capacidade e legitimidade para assumir o poder no Rio Grande do Sul e de se igualarem politicamente ao partido de Júlio de Castilhos (FÉLIX, 1993, p.54-56).

<sup>34</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 01/01/1923, p.1.

<sup>35</sup> Sobre a trajetória específica de Lindolfo Collor, consultar as contribuições de Luiz Alberto Grijó (GRIJÓ, 1998; 2001).

dissidente republicano Menna Barreto, emitiu um telegrama ao presidente da República, Arthur Bernardes, comunicando que na região norte do Rio Grande do Sul existiam quatro mil homens armados protestando contra Borges de Medeiros e dispostos a só largar as armas quando Borges renunciasse ao cargo<sup>36</sup>. Em consequência e em resposta aos distúrbios eclodidos, o jornal *A Federação* iniciou os ataques contra seus adversários, transmitindo para os leitores rio-grandenses suas interpretações acerca dos acontecimentos deflagrados naquela região do estado:

O que existe, ou melhor, o que existiu nos municípios de Passo Fundo e Palmeira nada teve de comum mesmo com um simulacro de revolta popular. Foi o banditismo flutuante e mal contido [...] não para lutar por uma ideia, embora condenável, mas para assaltar fazendas pacíficas, degolar colonos, violentar donzelas, espalhar a intranquilidade, em suma, e dar ao longe a impressão de que naquela parte do Estado estivesse realmente conflagrada por motivos de ordem política<sup>37</sup>.

O trecho acima representa de forma significativa o discurso construído pelos adeptos do PRR através de seu veículo de imprensa oficial durante todo aquele ano de 1923: a disputa simbólica através da palavra e do convencimento para desassociar a luta de seus adversários do plano da política para o plano da criminalidade e da desordem social. Neste contexto, a palavra se colocava como um instrumento político, um agente criador e transformador da realidade, que constrói “uma verdade” sobre aquilo que se enuncia (FÉLIX, 1993, p.181). Ou seja, um instrumento que buscava enaltecer e legitimar o poder de Borges de Medeiros e seus partidários e discriminar e estigmatizar os adeptos de Assis Brasil. No discurso construído e transmitido diariamente pelo jornal, os adversários não passavam de “bandoleiros” ou “bandidos” que não possuíam quaisquer qualidades, motivações e embasamentos políticos em sua luta, assim como atacavam um governo estadual legalmente empossado e reconhecido pelo Presidente do país e legitimado pelo apoio eleitoral da sociedade rio-grandense. Por outro lado, o rótulo e argumento de “bandoleiro” e a criminalização do movimento oposicionista enquanto “banditismo” também servia como um mecanismo de legitimação para o recurso ao uso da força e repressão física por parte da Brigada Militar contra os adversários.

Seguindo esta lógica, um artigo publicado na primeira página do jornal no dia 17/02/1923, com o título bastante expressivo de “*Revolução? Não: Banditismo!*”, buscou questionar a validade da luta armada dos opositores, objetivando retirar qualquer caráter político da guerra civil que se iniciava. O autor do texto procurou atacar especificamente a figura de Assis Brasil, acusado como sendo o chefe de um “bando de bandidos” e principal

<sup>36</sup> Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 1924, 8ªed, p.4.

<sup>37</sup> A Federação, Porto Alegre, 07/02/1923, p.1.

responsável pela “desgraça” e “desordem” que se espalhava pelo território estadual. Ao analisar o movimento de expansão da guerra civil para outras regiões do estado, não mais apenas recluso ao norte, mas com intensa movimentação no sul e na fronteira oeste, o artigo energizou a construção da ideia de despolitização do movimento armado: “É claro que a tal movimento ninguém, de boa fé, pode emprestar o nome de revolução [...] Existem, tão somente, os esforços desesperados do traidor [Assis Brasil] em infestar de banditismo outras regiões”. No mesmo texto, Assis Brasil ainda é chamado de “indivíduo sem escrúpulos, retovado de falsidades, cheio de hipocrisias”<sup>38</sup>.

Em outras ocasiões, o jornal persistiu em seu discurso de construção do imaginário do “bandoleiro” criminoso e responsável por atos de covardia. No artigo intitulado como “Autêntico bandoleirismo”, do dia 20/07/1923, ressaltam-se os mesmos aspectos depreciativos sobre os adversários:

Por mais que intente a retórica do sr. Assis Brasil colorir com as cores de um “protesto armado”, de um movimento de reivindicação política, o que por aí anda não é e não passa de miserável bandoleirismo [...] bandoleiros fujões, covardes e ladrões que não combatem senão obrigados, mas roubam, saqueiam e depredam, atacando aqui e acolá povoações indefesas<sup>39</sup>

Como é possível perceber, criminalizar e despolitizar a atuação dos opositores foi o tom das pinceladas de tintas dos redatores de *A Federação* durante toda a guerra civil de 1923. Este intento de deslegitimar o adversário através da propagação de um discurso negativo e de aversão ocorreu principalmente por meio da adjetivação e uso de termos pejorativos que retirassem qualquer atributo positivo dos adversários, essencialmente como o de “bandoleiros”. Através das páginas do jornal, os componentes das hostes rivais, principalmente as lideranças militares da guerra civil, como Felipe Portinho, Zeca Netto, Honório Lemes, Leonel Rocha, Estácio Azambuja e Menna Barreto, receberam diversas alcunhas desmoralizantes, tais como: “bandoleiros”<sup>40</sup>, “bandidos” “mashorqueiros”, “caudilhotes”, “degoladores”, “caudilhetes sem o menor valor”, “salteadores”, “chefetes bandoleiros”, “famigerados bandoleiros”, “falsos libertários”, “chefes de rapina”,

<sup>38</sup> A Federação, Porto Alegre, 17/02/1923, p.1.

<sup>39</sup> A Federação, Porto Alegre, 20/07/1923, p.1.

<sup>40</sup> Como demonstrou Loiva Otero Félix (1993), o adjetivo de “bandoleiro”, ao lado de outros apelidos, já estava presente no vocabulário da imprensa na conjuntura da revolta federalista de 1893. Embora sem a mesma força e propagação de 1923, sendo preterido por outros termos que causassem uma vinculação dos opositores de 1893 com a ideia de retorno ao regime monárquico e de inimigos do regime republicano (FÉLIX, 1993, p.53-56). Em 1893, por sua vez, a alcunha de “maragatos” foi utilizada para designar os partidários federalistas daquela contenda e tinha originalmente um sentido pejorativo que acabou sendo apropriado e revestido como signo de identificação para os próprios opositores (GRIJÓ, 2010, p. 167).

“saqueadores”, entre outros. Ou seja, na interpretação de *A Federação*, tratavam-se de indivíduos sem qualquer ideal e convicção política que percorriam o estado em bandos armados praticando os piores crimes e atrocidades possíveis contra a população rio-grandense. Nas palavras do próprio diário porto-alegrense, os chefes militares opositores eram “pobres diabos corridos pelo ridículo e pela execração do público, perfeitos bandoleiros sem nobreza cívica, sem convicções e sem coragem para entrar em contato com a polícia”<sup>41</sup>.

Através deste intento e da crença no poder de convencimento operado pelas palavras através da imprensa, os exemplares de *A Federação* buscaram, dia após dia, construir, difundir e consolidar uma versão e um imaginário específico sobre a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul e sobre os opositores ao partido dominante, rotulados e taxados através da alcunha de “bandoleiros”. Da mesma forma, os opositoristas buscaram se defender e construir suas próprias “verdades” e leituras dos acontecimentos de 1923, assim como acusar e adjetivar os adversários através de seus próprios jornais e argumentos. Uma das mais contundentes réplicas dos opositores contra as supostas difamações e a tentativa de construção de um imaginário positivo e revestido de honra e orgulho para os opositoristas veio logo após a pacificação do estado. Dispostos a reverter a imagem negativa construída pelos adversários-situacionistas, os opositores publicaram um álbum fotográfico que tinha por objetivo valorizar e aclamar a luta dos “bandoleiros” sob outra ótica e interpretação dos acontecimentos armados de 1923.

## 1.2 *Álbum dos Bandoleiros*: Política, Imprensa e Fotografia

A principal resposta dos opositores veio através de uma coletânea de imagens e textos que interpretou e narrou “outra versão” sobre a participação dos opositores nos episódios da Revolução de 1923. Diferentemente da argumentação difundida e defendida pelo jornal *A Federação*, a versão opositorista afirmou e ressaltou o “heroísmo” e os atributos positivos identificados nos “libertadores” e em sua luta.

O rebate simbólico dos “bandoleiros”, que já vinha sendo construído através do discurso operado por meio dos jornais opositoristas durante o ano de 1923, teve através da organização e publicação de um álbum fotográfico impresso o seu principal instrumento de luta discursiva e simbólica. Tendo em vista que os embates políticos não ocorrem somente por meio de textos escritos, mas também através de imagens que lembram e identificam uma doutrina ou tendência política (LEAL, 2006, p.265), as imagens fotográficas organizadas em

---

<sup>41</sup> A Federação, Porto Alegre, 28/02/1923, p.1.

um álbum representavam um reforço mais bem elaborado e organizado na difusão e construção de uma nova visão sobre quem eram os “bandoleiros” e o que foi a Revolução de 1923. Ademais, ao contrário dos jornais diários, que se reduziam ao efêmero do dia de sua publicação e circulação, o álbum fotográfico carregava consigo um componente de perpetuação de uma memória e leitura dos acontecimentos de 1923.

Distribuído no início do ano de 1924 e intitulado como *Álbum dos Bandoleiros – Revolução Sul Rio-Grandense, 1923*, o álbum apresentou uma clara e direta contra-argumentação e contra-representação perante as acusações e construções operadas pelos partidários de Borges de Medeiros. Foi diante e contra o imaginário pejorativo e depreciativo criado pelos adversários de *A Federação* que o conteúdo do álbum fotográfico buscou se contrapor e operar uma reversão acerca da significação do conceito de ser e pertencer aos “bandoleiros”.

Nas primeiras páginas que compõem o *Álbum dos Bandoleiros*, através de um curto parágrafo de apresentação e justificação da publicação, provavelmente escrito pelo editor Fernando Barreto, é possível perceber esta intenção de contraposição e duelo simbólico frente aos adversários.

BANDOLEIROS! Assim os escribas ditatoriais chamavam a elite social do Estado, nobremente consagrada na tarefa ingente da redenção dos costumes políticos gaúchos e na garantia da liberdade algemada, havia 30 anos, pela carta de 14 de Julho.

Realizaram tais escribas, a inversão significativa do vocábulo; - porque, tão distinta era a gente assim designada pelo cornetim infamante da ditadura (*A Federação*) que hoje, no Brasil, dizendo-se “bandoleiro” tem-se dito elite, escol, ou qualquer outro sinônimo de honrosa investidura.

Provam o nosso acerto, as fotografias deste álbum.<sup>42</sup>

O trecho acima ajuda a compreender uma série de questões relativas ao surgimento do álbum e o contexto em que sua publicação se inseriu. Em primeiro lugar, destaca-se o evidente posicionamento de resposta e contra-ataque por parte das oposições frente às supostas “difamações” sofridas por seus adeptos ao longo do ano de 1923. “Acusações” e “insultos” que na interpretação e concepção do álbum eram tidas como “injustas”. Desta forma, urgia reverter a carga vilipendiosa e estigmatizante através da afirmação e demonstração da “valorosa” e positiva atuação dos “bandoleiros”, que no entendimento do álbum faziam parte de uma “elite heroica e redentora” e não de um “bando de bandidos sem motivações políticas”, como o difundido pelos “escribas ditatoriais” do “cornetim infamante da ditadura”. Ou seja, tratava-se, como o problematizado por Pierre Bourdieu, de se impor e reafirmar diante de um conflito simbólico, no qual se encontrava em jogo o monopólio pelo

<sup>42</sup> *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 1924, 8ªed, p.7.

poder de fazer ver e fazer crer, de fazer conhecer e fazer reconhecer uma determinada definição legítima acerca do mundo social (BOURDIEU, 2008, p.108), assim como da política e dos grupos político-partidários envolvidos naquele momento histórico de disputa.

Um segundo aspecto possível de apreender através deste trecho, diz respeito ao papel das imagens fotográficas no intuito proposto e defendido pelo álbum. Conforme um breve texto que servia como um manifesto das intenções da publicação, as imagens fotográficas desempenhariam uma função de testemunho e de legitimação do discurso emitido pelo *Álbum dos Bandoleiros*. As fotografias provariam o “acerto” da publicação, da luta oposicionista e a “honrosa investidura” dos “bandoleiros”, assim como contrariariam as “infâmias” dos republicanos de *A Federação*.

Esta concepção sobre o poder das fotografias estava ancorada em um entendimento específico daquele momento histórico. Desde seu surgimento sob a égide do positivismo no século XIX, as fotografias incorporaram as noções de “prova” e “testemunho”, associando-se a uma noção de “espelho do real” (BARBOSA, 2006, p.42). Diante desta compreensão, as fotografias eram consideradas como “expressões de verdades”, decorrente ao caráter objetivo e fidedigno daquilo que era apreendido e congelado nas imagens fotográficas, com isto gerando um “status de credibilidade” quase inquestionável e irrefutável para os registros fotográficos (KOSSOY, 1993, p.13; 2012, p.29).

Cabe ressaltar que embora este caráter de “objetividade positivista da fotografia” de alguma forma persista até os dias de hoje e ainda sirva ao favor de diversos tipos de manipulações na sociedade, o registro e testemunho fotográfico possui uma verdade relativa que é construída através de um processo subjetivo de criação e seleção do olhar do fotógrafo autor da imagem (KOSSOY, 2012, p.114-116).

Além deste “status de credibilidade e prova”, ao longo do século XX as imagens fotográficas também desempenharam um importante papel nas lutas políticas, movimentos sociais e políticas de construção de identidades sociais (MAUAD; LOPES, 2011, p.273). Através deste entendimento, pode-se considerar que as fotografias veiculadas através do *Álbum dos Bandoleiros* aspiravam ser um instrumento político em favor das oposições na sua luta simbólica frente ao partido de Borges de Medeiros. Tratava-se de uma crença e aposta no potencial das imagens fotográficas enquanto um instrumento de manipulação e veiculação de ideias (KOSSOY, 1993, p.14), assim como em sua ampla capacidade em agenciar um discurso político capaz de criar um imaginário social acerca daquilo que se registra e também de elaborar um sentido que provoca mobilizações (MAUAD, 2008, p.37-44).

Na década de 1920, principalmente nos centros urbanos mais desenvolvidos, como na capital gaúcha, as fotografias e os álbuns fotográficos assumiram um papel de destaque e de considerável circulação e consumo na sociedade brasileira. Neste período, a fotografia pode ser considerada como um artefato que fazia parte da realidade social dos porto-alegrenses, ao menos das camadas mais abastadas da sociedade, como por exemplo, as elites políticas que possuíam o hábito de serem fotografadas. Contudo, é importante relativizar esta suposta massificação da fotografia durante este período histórico, pois ainda demorariam décadas para que as imagens fotográficas atingissem amplas parcelas da população brasileira (POSSAMAI, 2005, p.89-91).

Todavia, a fotografia já possuía um importante papel na política e sociedade de Porto Alegre na ocasião de lançamento do *Álbum dos Bandoleiros* em 1924. As imagens eram impressas principalmente em jornais e revistas, o que ocasionava uma considerável circulação e divulgação de fotografias pela cidade. De acordo com o levantamento feito pela pesquisadora Zita Possamai<sup>43</sup>, durante os anos de 1920, havia aproximadamente vinte fotógrafos exercendo sua profissão e com estúdios estabelecidos em Porto Alegre para oferecer diversos serviços aos seus consumidores. Entre os fotógrafos atuantes na capital naquele período, alguns gozavam de maior prestígio e importância, como os profissionais Jacintho Ferrari e Virgílio Calegari (POSSAMAI, 2006, p.267). Especificamente Calegari se destacou por fotografar autoridades políticas do partido governante e com o decorrer dos anos assumiu a função de fotógrafo oficial do Governo do Estado, tendo seu atelier fotográfico se tornado um ponto de visitação dos partidários do PRR e seu trabalho contribuído para a construção de representações visuais de aspectos caros ao grupo vinculado a Borges de Medeiros (POSSAMAI, 2013, p.51).

As primeiras décadas do século XX também representaram um momento de inclusão de imagens e melhoramento na qualidade da imprensa, graças à propagação e utilização de fotografias através dos jornais e, principalmente, das revistas ilustradas. Este fato ocorreu devido aos novos progressos no aperfeiçoamento e aceleração do processo gráfico vivido pela imprensa brasileira nas décadas de 1910 e 1920, o que permitiu com que revistas e jornais trouxessem uma série de avanços em seus produtos, entre eles, o aumento da tiragem de seus exemplares, o melhoramento da qualidade de impressão, a redução de custos e uma melhor e mais ampla dedicação e inclusão de imagens fotográficas em seus exemplares. Neste

---

<sup>43</sup> Baseada em uma ampla pesquisa, Zita Possamai realizou um importante levantamento acerca dos fotógrafos e estúdios fotográficos existentes em Porto Alegre durante as décadas de 1920 e 1930 (POSSAMAI, 2005, p. 40-49; 2006, p. 268-69).

processo de desenvolvimento técnico Porto Alegre representou, ao lado de Rio de Janeiro e São Paulo, a vanguarda do progresso na imprensa brasileira (TRUSZ, 2002, p. 54-56).

Através dos veículos de comunicação da época, como as publicações oficiais, cartões postais e revistas ilustradas, a fotografia passou a desempenhar diversas funções, tanto institucionais, como políticas, comerciais, etc. (KOSSOY, 1993, p.20). Especificamente as revistas ilustradas, além da inovação a respeito do uso e propagação das fotografias, também fizeram surgir na imprensa a figura do repórter fotográfico que era especialmente contratado pelo veículo para cobrir eventos políticos e sociais relevantes. Ademais, as próprias revistas dispunham de profissionais fotógrafos para trabalhar na elaboração de suas edições, publicavam materiais de outros fotógrafos e estimulavam o envio de fotografias diversas para serem veiculadas em seus números (POSSAMAI, 2005, p.67-68).

O *Álbum dos Bandoleiros* se insere em um contexto de intensa movimentação política e inovação da imprensa porto-alegrense dos anos de 1920, através do qual a fotografia se difundiu na sociedade e adquiriu um espaço destacado nas páginas dos jornais e revistas ilustradas. Neste sentido, para a compreensão da criação deste álbum é preciso analisar a relação e os vínculos deste produto político-visual com os principais responsáveis pela sua produção: a revista *Kodak* e o editor Fernando Barreto<sup>44</sup>.

### 1.2.1 Entre a imprensa e a política: a revista *Kodak* e Fernando Barreto

A revista *Kodak*<sup>45</sup> foi uma revista semanal ilustrada, publicada em Porto Alegre entre os anos de 1912 e 1923, embora com duas interrupções e mudanças de equipes e perfis editoriais. Durante sua primeira fase de produção, a revista circulou entre setembro de 1912 e dezembro de 1914, sob direção e propriedade de Lourival Cunha. Após um breve período de encerramento, o magazine ressurgiu em julho de 1917, com propriedade da “Sociedade Jornalística Kodak” e permaneceu sendo publicada, apesar de diversas interrupções mensais, até o ano 1920. Em 1923, a revista reapareceu novamente, embora se tenha conhecimento de apenas duas edições daquele ano, uma de janeiro, pertencente a “Cia. de Publicidade Ltda.”, e outra de outubro com propriedade e direção de Fernando Barreto e Carlos Horácio Araújo

<sup>44</sup> Carlos Horácio Araújo, segundo editor da 1ª versão do álbum, acabou não tendo sua atuação aprofundada na pesquisa devido a alguns motivos. Em primeiro lugar, sua participação na produção do álbum fotográfico foi efêmera, se reduzindo a apenas uma menção como editor na 1ª edição, o que me leva a crer e atribuir uma maior importância à figura de Fernando Barreto, tido aqui como principal responsável pela publicação. Em segundo lugar, encontrei uma enorme carência de informações biográficas sobre este personagem, dificultando ainda mais o conhecimento sobre sua atuação e participação com a *Kodak*, o álbum fotográfico e a política-partidária.

<sup>45</sup> Para maiores informações sobre o conteúdo, formato, circulação e outros aspectos da revista, ver os diversos trabalhos publicados pela historiadora Alice Trusz (2002; 2013a; 2013b).

(TRUSZ, 2013b, p.136-144). A nova dupla da *Kodak* também foi responsável pela edição do álbum fotográfico em 1924, talvez um dos últimos artefatos vinculados à existência do semanário ilustrado.

O nome utilizado pela revista, batizada de *Kodak*, foi uma apropriação da famosa marca de filmes, equipamentos e produtos fotográficos, a *Estman Kodak Company* de George Eastman e estava relacionada com a proposta de modernidade técnica e de utilização e propagação das novas formas de expressão visual e artística defendidas pela publicação do semanário (TRUSZ, 2002, p.64). A revista ilustrada representou um marco no seu gênero de publicação e se colocou como pioneira em diversos aspectos, iniciando uma nova fase na imprensa periódica de Porto Alegre (TRUSZ, 2002, p.64). Uma de suas importantes inovações foi a utilização maciça e qualificada de fotografias em seus exemplares. A aposta no poder das imagens fotográficas como um instrumento de prova e propaganda, também enfaticamente presente na concepção do *Álbum dos Bandoleiros*, já se encontrava veiculada nas primeiras edições da *Kodak* em 1912. Em um de seus editoriais de apresentação, o semanário destacou que: “como instrumento de luta e propaganda, nada há de mais eloquente que a figura geométrica de uma caricatura ou de um clichê” (KODAK apud TRUSZ, 2013, p.143).

Ao longo dos anos de 1910, a *Kodak* foi pioneira e referência no estado em relação à modernização gráfica de seus produtos. No início da década a revista contava com uma oficina própria de fotogravura com o objetivo de melhorar a qualidade e a arte gráfica de seus exemplares (TRUSZ, 2002, p. 66-67). Em 1914, então sob propriedade de Lourival Cunha, a edição anunciava em um de seus exemplares que já possuía oficinas de “fotomecânica, tipografia e cartonagem” e que a empresa “executava com máxima perfeição clichês para ilustrações de obras” e também realizava impressões de “obras ilustradas, retratos, diplomas, apólices, teses, obras literárias, trabalhos comerciais, etc.”<sup>46</sup>, demonstrando a diversificação comercial e capacidade gráfica das oficinas e profissionais do semanário ilustrado.

Uma de suas principais características foi a constante reprodução de imagens fotográficas provenientes de diversos municípios do estado. Eram fotografias possivelmente enviadas por colaboradores fotográficos em diversas localidades ou coletadas pelos redatores e repórteres da publicação. Neste sentido, a *Kodak* divulgou diversos retratos fotográficos de vistas urbanas de cidades do interior e de membros das elites locais, sempre acompanhados de uma referência à presença e atuação do magazine, tais como: “Kodak em Santa Maria”<sup>47</sup>,

<sup>46</sup> Kodak, Porto Alegre, 11/04/1914, p.17.

<sup>47</sup> Kodak, Porto Alegre, 15/09/1917, P.11.

“Kodak em Jaguarão”<sup>48</sup>, etc. Sempre preocupada com a posse de seus importantes “clichês”, a revista permanentemente alertou sobre a não devolução de retratos enviados por colaboradores para compor seus números. O aviso continuamente reiterado pelas edições alertava que “os originais fotográficos e literários enviados a esta redação sob pretexto algum serão devolvidos.”<sup>49</sup>.

Embora o semanário ilustrado tenha comportado diferentes orientações editoriais ao longo de sua trajetória, desde o ano de 1912 até a publicação do álbum de 1924, algumas características e aspectos particulares se mantiveram constantes em seus produtos visuais. No que tange à relação entre o *Álbum dos Bandoleiros* e a *Kodak*, alguns elementos do primeiro apresentam proximidade em relação a determinados artefatos, imagens e ilustrações apresentados pelas edições da revista em seus diversos exemplares publicados.

Em primeiro lugar, a edição e impressão de um álbum fotográfico não era novidade para as oficinas gráficas da revista. Em 1919, ela lançou um álbum fotográfico impresso, intitulado “Lembrança da visita da Real Embaixada Italiana no RGS”<sup>50</sup>. Composto por 250 páginas em papel *couché* e com mais de trezentas fotografias impressas, tratava-se da cobertura das festas realizadas em torno da visita da Embaixada Italiana ao Rio Grande do Sul. A autoria da publicação foi do editor Lourival Cunha e os exemplares foram postos a venda na redação da própria revista e nas livrarias do Globo e Americana, custando 20\$000 mil réis ou 25\$000 para o envio pelo correio<sup>51</sup>.

Diferentemente do *Álbum dos Bandoleiros*, o álbum de 1919 foi um pouco mais caro e rebuscado, sendo um volume encadernado em percalina e impresso a ouro. Além disto, teve seu lançamento publicado tardiamente, apenas em 1919, sendo que a visita da embaixada ocorreu em agosto de 1918, aproximadamente um ano antes da publicação do material (TRUSZ, 2013b, p.154). Enquanto que a publicação do álbum fotográfico de 1924 foi editada e lançada de forma extremamente rápida, após aproximadamente um mês do término do conflito armado.

Um segundo material que guardou proximidades com o álbum de 1924 foi uma cobertura fotográfica publicada pela revista durante o ano de 1914 acerca dos conflitos

<sup>48</sup> Kodak, Porto Alegre, 11/04/1914, P.10.

<sup>49</sup> Kodak, Porto Alegre, 15/09/1917, p.4.

<sup>50</sup> A pesquisadora Alice Trusz localizou um exemplar deste álbum no Arquivo José Spadari Adami (Caxias do Sul/RS). Além de anúncios e informações sobre sua publicação em exemplares da revista *Kodak* e do jornal *Correio do Povo* durante o ano de 1919 (TRUSZ, 2013b).

<sup>51</sup> A Federação, Porto Alegre, 05/06/1919, p.4.

armados na região do Contestado (1912-1916)<sup>52</sup>. Inicialmente a revista publicou, em sua edição do dia 30/05/1914, cerca de quinze imagens fotográficas sob o título de “Na região dos fanáticos”, acompanhadas da legenda “reportagem fotográfica da Kodak”<sup>53</sup>. Em seguida, na edição semanal de 11/07/1914, a revista apresentou uma espécie de anexo fotográfico, um suplemento contendo doze fotogravuras sobre o movimento armado do Contestado, no formato de fotomontagens, com contornos em cores e retratando as tropas do Exército Brasileiro que tomaram parte daquele conflito. Intitulado como “Suplemento da Kodak - Na Região dos Fanáticos – 1914”, o conjunto de fotografias vinha impresso em um formato de página dobrável, que quando aberta quadruplicava o seu tamanho original e facilitava a visualização e apreciação do leitor<sup>54</sup>. O suplemento trazia imagens fotográficas de diversos personagens do conflito, todos acompanhados por uma legenda explicativa com o nome e local dos episódios.

A matéria fotográfica sobre aquele movimento militar apresentou alguns elementos decorativos no contorno das fotografias que também estão presentes no *Álbum dos Bandoleiros*. Trata-se de adornos coloridos caracterizados pela decoração artística mais econômica e discreta, com temas florais ou em *art-nouveau* (TRUSZ, 2013a, p.12). Não obstante, através deste exemplo observa-se que a experiência e o interesse sobre a cobertura fotográfica de eventos militares e a exploração comercial da visualidade destes episódios também se trataram de importantes elementos constitutivos e explorados pela revista ilustrada.

Ao longo da trajetória da *Kodak* diversos repórteres e redatores passaram pela sua redação e lhe conferiram distintas orientações políticas e culturais, dentre eles, Lourival Cunha, Hugo Barreto, Roque Callage, Emilio Guimarães, Telmo Monteiro, Fernando Barreto, entre outros. Em termos de posicionamento político e vínculos partidários, embora a revista tenha buscado evitar assumir um posicionamento acerca das disputas na esfera estadual, acabou não conseguindo retirar os tons políticos de sua publicação. Durante sua fase inicial, entre os anos de 1912 e 1913, através das imagens que selecionou e publicou, as quais contemplavam majoritariamente os partidários do PRR, a revista acabou assumindo uma postura de adesão e propaganda política em relação a Borges de Medeiros (TRUSZ, 2013b, p.146).

---

<sup>52</sup> O registro visual dos episódios da guerra do Contestado também compuseram um álbum fotográfico produzido pelo Exército Brasileiro, material analisado pelo historiador Rogério Rosa Rodrigues (RODRIGUES, 2012)

<sup>53</sup> Kodak, Porto Alegre, 30/05/1914, p.12, p.15, p.16, p.20.

<sup>54</sup> Kodak, Porto Alegre, 11/07/1914, p.12.

Apesar da adesão inicial ao borgismo, a revista manteve uma visão e posição constantemente crítica e bem-humorada acerca da situação política estadual, tanto em relação ao situacionismo como acerca dos setores oposicionistas. Neste sentido, o semanário apresentou em sua capa do dia 08/09/1917, uma charge colorida que representou dois indivíduos devidamente identificados pelo caricaturista como sendo Borges de Medeiros e Assis Brasil. Na caricatura, os dois indivíduos tentam domar, com muita dificuldade, um cavalo aparentemente nervoso e agitado, designado como o Partido Federalista do Rio Grande do Sul<sup>55</sup>. Tratava-se de uma alusão cômica e direta sobre a tentativa de cooptação ou controle sobre o partido oposicionista até então mais ativo no âmbito estadual.

Em outras ocasiões a revista também apresentou caricaturas bem humoradas e repletas de ironias sobre o Partido Federalista. Em uma delas, uma charge em preto e branco representou o líder federalista Pedro Moacyr discursando para alguns partidários as seguintes frases: “Moacyr – Os partidos não vivem para os políticos- estes é que vivem para os bons partidos – A questão da chefia, no meu ponto de vista, correligionários? É uma questão de permuta... Cabeda no meu lugar... eu no lugar do Cabeda [...] Moraes Fernandes – Como eles partem o bolo sem se lembrarem de mim.”<sup>56</sup>. Através desta passagem, o semanário ilustrado conseguiu abordar de forma sutil e cômica uma das principais questões e conflitos no seio do grupo federalista: a constante disputa pela liderança e chefia partidária entre três de seus principais membros: Rafael Cabeda, Pedro Moacyr e Antônio de Moraes Fernandes<sup>57</sup>.

Além disto, a *Kodak* também alfinetou os deputados estaduais participantes da Assembleia dos Representantes, tanto aqueles vinculados ao PRR quanto ao Partido Federalista. Os membros da Assembleia foram acusados de estabelecer um completo marasmo caracterizado pela constante ausência de debates de ideias. Segundo os redatores da revista, na casa política onde deveria prevalecer o discurso e o combate de doutrinas e propostas entre os deputados do situacionismo e do oposicionismo, o que se via na realidade era uma prática simplória de “discursos de *meeting*”<sup>58</sup>.

Através destes exemplos, percebe-se que a faceta política da revista esteve sempre presente e atuante. As opiniões e posturas políticas dos redatores e diretores do semanário ilustrado ocuparam um espaço importante em suas edições, sendo que no início da década de 1920, estes contatos e vinculações políticas se tornariam mais acentuados.

<sup>55</sup> Kodak, Porto Alegre, 08/09/1917, capa.

<sup>56</sup> Kodak, Porto Alegre, 15/09/1917, p.16.

<sup>57</sup> As disputas internas na agremiação federalista podem ser consideradas como uma constante na trajetória do grupo. Conforme veremos no capítulo III, as dissidências e conflitos federalistas seriam um percalço na unificação e consolidação da Aliança Libertadora em 1924.

<sup>58</sup> Kodak, Porto Alegre, 12/10/1917, p.4.

Como mencionado anteriormente, no início do ano de 1923, a revista pertencia a “Companhia de Publicidade Limitada Cunha, Barreto e Cia” de propriedade de Lourival Cunha e Hugo Barreto, sendo que em outubro do mesmo ano o semanário foi repassado para a propriedade de Fernando Barreto e Araújo. A “Cia de Publicidade” também era proprietária do jornal *Última Hora*, no qual Fernando trabalhou como repórter durante muitos anos.

Ao que tudo indica neste momento o posicionamento político-partidário de indivíduos como Lourival Cunha, Hugo Barreto e Fernando Barreto estavam próximos com as oposições político-partidárias<sup>59</sup>. Especificamente o jornal *Última Hora* desempenhou um importante papel na política oposicionista do início dos anos de 1920. Segundo Sérgio da Costa Franco, o jornal foi publicado em Porto Alegre a partir de 1914 e teve como redatores Lourival Cunha, Hugo Barreto e Fernando Barreto. O diário foi porta-voz da opinião das oposições em 1922 e veículo de cobertura da guerra civil em 1923 (FRANCO, 2010, p.205). Em minhas pesquisas não encontrei nenhuma informação acerca de Fernando Barreto ter atuado como redator deste jornal, apenas como repórter, todavia é possível afirmar que o produtor do *Álbum dos Bandoleiros* possuía alguns vínculos e relações com este meio jornalístico e político situado entre a *Kodak*, *Última Hora* e os jornalistas Lourival Cunha e Hugo Barreto.

Em 1923, a *Última Hora* tinha como redator-chefe Hugo Barreto, como gerente Francisco Niederauer Timm e como proprietário Lourival Cunha. Sua redação e oficina gráfica estavam localizadas na Rua dos Andradas 58 e 60<sup>60</sup>. No desenrolar da revolta civil em 1923, o jornal participou ativamente do movimento armado através de diversas ações e envolvimento com a guerra civil, como, por exemplo, através das diversas campanhas de arrecadação de fundos e suprimentos para enviar às tropas oposicionistas. As chamadas “Subscrições em favor dos Libertadores” tinham como objetivo arrecadar dinheiro para auxiliar soldados feridos<sup>61</sup> e para prestar ajudas aos familiares de soldados mortos em combates<sup>62</sup>. Ao incentivar a campanha de doações o jornal alertava que a entrega dos fundos deveria ocorrer pessoalmente e exclusivamente para a gerência do jornal que em seguida repassaria os donativos para as tropas militares. Além destas campanhas, o jornal também noticiou e apoiou a criação das diversas unidades da “Cruz Vermelha Libertadora” em vários

<sup>59</sup> Uma das hipóteses iniciais da pesquisa, não confirmada devido a ausência de fontes, era de que Fernando Barreto possuísse uma relação profissional e política bastante próxima com Lourival Cunha e Hugo Barreto. Estes dois por sua vez, estariam igualmente envolvidos no projeto de publicação do *Álbum dos Bandoleiros* e na política oposicionista dos anos de 1920.

<sup>60</sup> *Última Hora*, Porto Alegre, 19/11/1923, p.1.

<sup>61</sup> *Última Hora*, Porto Alegre, Edição Vespertina, 06/07/1923, p.2; *Última Hora*, Porto Alegre, 06/05/1923, p.4; 10/05/1923, p.4; 18/05/1923, p.4; 23/05/1923, p.4; 21/06/1923, p.2; 16/10/1923, p.4.

<sup>62</sup> *Última Hora*, Porto Alegre, 13/10/1923, p.4; 16/10/1923, p.4.

municípios do estado<sup>63</sup>. Estas unidades tratavam-se de hospitais improvisados por médicos e enfermeiras para cuidar de feridos de guerra. Sua importância foi reconhecida e aclamada através de dezenas de fotografias sobre este espaço e os seus personagens que posteriormente foram reproduzidas no álbum fotográfico em 1924.

Além disto, o jornal também publicou em suas edições no decorrer de 1923, uma série de imagens fotográficas representando aspectos diversos das tropas opositoras e suas lideranças. Estas imagens possivelmente foram aproveitadas e disponibilizadas para compor o álbum fotográfico publicado em seguida. Entre as fotografias publicadas estavam um retrato do “heroico tropeiro da liberdade” Honório Lemes<sup>64</sup>, uma imagem de dois capitães da coluna do “valoroso e invencível Honório Lemes”<sup>65</sup>, um retrato de Felipe Portinho “o intrépido general da coluna serrana”<sup>66</sup>, uma fotografia do “bravo general Zeca Netto e seu estado maior”<sup>67</sup>, entre muitas outras.

Nas imagens impressas nas edições do jornal opositorista, uma delas apresentou aspectos interessantes e em sintonia com a concepção defendida pelo *Álbum dos Bandoleiros*. Trata-se de uma imagem, também reproduzida posteriormente no álbum fotográfico (Figura 10), retratando uma reunião, em meio a um churrasco, entre alguns chefes militares do conflito e o Ministro de Guerra Setembrino de Carvalho. A reportagem fotográfica traz o título de “A eloquência de uma fotografia” e foi acompanhada por um breve texto apologético às oposições da guerra:

digam esses subservientes atrelados ao carro da usurpação, que somos bandoleiros, que fazemos mashorca que nos reunimos para depredar, para roubar, para matar! Aí está a simplicidade dessa fotografia o desmentindo; aí está a evidente prova de quanto somos e valemos [...] aí está na reprodução fotográfica o desmentido a tudo: éramos tão relevantes nos nossos feitos, tínhamos importância tamanha na nossa causa que o Ministro de Guerra Setembrino de Carvalho, veio conferenciar com nossos chefes militares para a pacificação do Rio Grande do Sul<sup>68</sup>.

O exposto e defendido pela imagem e pelo texto seguiu a mesma lógica de embate simbólico e resposta das acusações dos partidários do PRR. A fotografia servia como legitimação e prova das “qualidades” e do “valor” da causa opositorista, assim como refutava as acusações dos adversários. Da mesma forma, a presença desta lógica discursiva através dos jornais opositoristas, ainda durante os episódios armados e anteriormente à publicação do álbum lançado em 1924, demonstra a construção e elaboração de um discurso

<sup>63</sup> Última Hora, Porto Alegre, 18/05/1923, p.1; 01/09/1923, p.1; 19/11/1923, p.4.

<sup>64</sup> Última Hora, Porto Alegre, 15/10/1923, p.1;

<sup>65</sup> Última Hora, Porto Alegre, 27/10/1923, p.1.

<sup>66</sup> Última Hora, Porto Alegre, 21/09/1923, p.1.

<sup>67</sup> Última Hora, Porto Alegre, 23/05/1923, p.1.

<sup>68</sup> Última Hora, Porto Alegre, 31/10/1923, p.1.

que era reforçado através da apropriação e utilização das imagens. Esta argumentação seria difundida com maior organização, consistência e ênfase por meio da edição de um álbum fotográfico.

O jornal diário também investiu na publicação de muitas notícias acerca de supostas vitórias das tropas opositoras na luta armada<sup>69</sup>. As notícias das “vitórias” e a “glorificação” dos “heróis” opositores, além de estamparem as páginas da publicação diária, também foram impressas em folhas de papel e fixadas nas portas da sede do jornal, no formato dos famosos *placards* utilizados pela imprensa da época para divulgar notícias e comunicados diversos. Em março de 1923, os diretores do jornal foram processados pelo advogado João Carlos Machado, representante de Borges de Medeiros. Os diretores do jornal, Barreto, Timm e Cunha foram acusados do crime de injúria, por “difamarem e caluniarem” o presidente do estado, além de divulgarem acontecimentos “mentirosos” acerca dos episódios da guerra civil<sup>70</sup>. O processo se alastrou durante todo o ano de 1923 e os responsáveis pelo jornal foram proibidos pela Brigada Militar de fixar os tais *placards* com notícias da guerra civil. Após sofrerem coações diversas no âmbito estadual e sob o risco de serem condenados à prisão, Barreto e Timm, através do advogado Plínio Casado, republicano dissidente e figura de destaque na política de Porto Alegre, solicitaram um pedido de *habeas corpus* ao Supremo Tribunal Federal<sup>71</sup>. No âmbito federal, o pedido foi aceito, tendo Borges de Medeiros sido incitado a cooperar com a proteção aos jornalistas e garantir a liberdade de imprensa, além de permitir a veiculação dos polêmicos *placards*<sup>72</sup>. Pressionado pelas autoridades nacionais, Borges de Medeiros telegrafou ao Ministro da Justiça informando que havia disponibilizado força policial para acompanhar os redatores do jornal e guarnecer o prédio da redação visando garantir a segurança dos periodistas e permitir a liberdade de publicação do jornal e a afixação dos *placards* com todas as garantias legais do governo do estado<sup>73</sup>.

Em outubro de 1923, os responsáveis pelo jornal envolveram-se em uma nova confusão, desta vez com adeptos do PRR que protestavam em frente a sua sede e teriam tentado agredir os redatores, que por sua vez revidaram, sendo Niederauer Timm conduzido até a delegacia para prestar depoimento sobre o ocorrido<sup>74</sup>. Ao noticiar o fato, *A Federação* acusou os membros da *Última Hora* de armazenarem armamentos e munições em sua

<sup>69</sup> Última Hora, Porto Alegre, 18/05/1923, p.4; 21/06/1923, p.1; 02/08/1923, p.1; 22/09/1923, p.4; 27/10/1923, p.1; 18/05/1923, p.4; 21/06/1923, p.1; 02/08/1923, p.1.

<sup>70</sup> A Federação, Porto Alegre, 20/03/1923, p.4; 30/04/1923, p.1;

<sup>71</sup> O Paiz, Rio de Janeiro, 13/09/1923, p.5.

<sup>72</sup> O Paiz, Rio de Janeiro, 24/08/1923, p.13.

<sup>73</sup> O Paiz, Rio de Janeiro, 18/10/1923, p.5.

<sup>74</sup> A Federação, Porto Alegre, 15/08/1923, p.2.

redação<sup>75</sup>. Em uma evidente alusão e crítica ao apoio explícito desempenhado pelos membros daquela folha aos “bandoleiros” da guerra.

No mês de novembro, durante as tratativas de paz, o jornal deslocou um de seus repórteres para a cidade de Bagé, com o intuito de cobrir a conferência de pacificação entre os generais “libertadores” do conflito. O jornal visitou e entrevistou lideranças como Zeca Netto, Honório Lemes e Felipe Portinho, tendo publicado uma matéria em sua edição<sup>76</sup>. Com o término da guerra civil e no decorrer do ano de 1924, o jornal seguiu a mesma linha editorial de apoio e defesa das oposições através da veiculação de notícias sobre as articulações da Aliança Libertadora, como na cobertura de notícias do congresso da agremiação na cidade de São Gabriel no início daquele ano<sup>77</sup>.

Ao longo de sua trajetória, o jornal *Última Hora* foi comandado por Lourival Cunha e Hugo Barreto, figuras polêmicas e politizadas no início da década de 1920. Lourival Cunha foi fundador e durante muitos anos proprietário e redator da *Kodak* e do jornal *A Noite*. Ao longo de sua trajetória esteve constantemente envolvido com a situação política do Rio Grande do Sul. Na década de 1910, apoiou abertamente o partido dominante, defendendo figuras como Borges de Medeiros e Carlos Barbosa em diversas ocasiões. Já na década de 1920, alterou sua postura e passou a simpatizar com as oposições e combater o situacionismo borgista<sup>78</sup>, tendo inclusive aderido e participado de reuniões de associações políticas vinculadas à Aliança Libertadora em Porto Alegre<sup>79</sup>. Por sua vez, Hugo Barreto foi redator chefe do jornal *Última Hora*, da revista *Kodak* e do jornal *A Noite*. Além disto, foi membro da diretoria do “Grêmio Federalista” em 1918<sup>80</sup> e em 1920 foi membro da comissão de fundação da “Associação Rio-Grandense de Imprensa”, sendo eleito procurador desta associação<sup>81</sup>.

Entre os dois proprietários de jornais, Hugo Barreto representou os vínculos mais constantes e acentuados com o grupo oposicionista no estado, tendo se envolvido em diversas polêmicas e conflitos com adeptos do PRR. Durante a virada do ano de 1920 para 1921, Hugo Barreto se envolveu em uma confusão com Paulo Pinto Pessoa, tenente da Brigada Militar de Porto Alegre. O episódio resultou na prisão de Barreto, que posteriormente foi posto em

<sup>75</sup> A Federação, Porto Alegre, 15/08/1923, p.5.

<sup>76</sup> Última Hora, Porto Alegre, 19/11/1923, p.4.

<sup>77</sup> Última Hora, Porto Alegre, Ed. Vespertina, 21/01/1924, p.1.

<sup>78</sup> Sobre a trajetória de Lourival Cunha e sua relação com a imprensa e a política estadual, ver os trabalhos publicados por Alice Trusz (2013a; 2013b).

<sup>79</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 12/10/1924, p.5

<sup>80</sup> A Federação, Porto Alegre, 10/06/1913, p.3.

<sup>81</sup> A Federação, Porto Alegre, 19/08/1920, p.5; 23/08/1920, p.5.

liberdade devido à alegação de legítima defesa. O advogado de defesa do jornalista foi Rego Lins, bacharel em Direito e afamado opositor de Porto Alegre<sup>82</sup>. O tumulto ocorreu após Hugo Barreto ter publicado em *Última Hora* comentários irônicos e repletos de deboche sobre os “monóculos” utilizados pelo referido tenente e pela corporação da Brigada Militar. Ofendido pelos comentários, Pessoa teria agredido Barreto que reagiu com um tiro, ferindo levemente o tenente. O episódio repercutiu amplamente na imprensa, inclusive levando a “Associação Rio-Grandense de Imprensa” a emitir uma nota em defesa de seu colega. Esta nota foi publicada em diversos jornais do Rio de Janeiro, com o intuito de noticiar e denunciar o acontecimento e as seguidas ameaças que Barreto vinha recebendo por parte da polícia, além de solicitar uma intervenção do Ministério da Guerra sobre o ocorrido a fim de garantir a liberdade de imprensa e integridade física do perseguido<sup>83</sup>.

Durante a guerra civil de 1923, Hugo Barreto voltou a ter problemas com a Brigada Militar. No final de março, Barreto teria aderido às tropas militares comandadas por Felipe Portinho na região norte do estado. No entanto, a vida de soldado do redator de a *Última Hora* durou muito pouco tempo, tendo sido apreendido no município de Cruz Alta pela tropas governistas e em seguida enviado a Passo Fundo e posteriormente para Porto Alegre, onde teve seu depoimento tomado e posto em liberdade. De acordo com as notícias de *A Federação* sobre o episódio, Hugo Barreto estaria atuando como secretário do General Portinho e realizando o transporte de dinheiro e correspondências para este general quando foi flagrado pelas tropas militares do governo estadual<sup>84</sup>. Pode-se supor que Hugo Barreto estivesse realizando o repasse das campanhas de subscrições levantadas pelo jornal *Última Hora* em Porto Alegre e ao que tudo indica o mesmo não voltou mais aos campos de batalha, se limitando a defender a causa opositora através da imprensa. Após o término da guerra civil, Hugo Barreto foi homenageado pelo *Álbum dos Bandoleiros* com um retrato na galeria dos “vultos da causa redentora”. Sua fotografia foi acompanhada pela legenda: “Hugo Barreto, redator-chefe do valente “Última-Hora” de Porto Alegre” (Figura 1)<sup>85</sup>.

Ainda em 1923, Hugo Barreto e Lourival Cunha mantiveram-se à frente do polêmico *Última Hora* e repassaram a *Kodak* para novos proprietários e diretores. A revista ilustrada reapareceu após uma interrupção ao lançar um novo exemplar em outubro de 1923. O jornal *A*

---

<sup>82</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 26/03/1921, p.1.

<sup>83</sup> *A Noite*, Rio de Janeiro, 14/12/1920, p.6; *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 18/12/1920, p.5; *O Paiz*, Rio de Janeiro, 18/12/1920, p.1.

<sup>84</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 04/04/1923, p.3; *A Federação*, 07/04/1923, p.3.

<sup>85</sup> *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 8ªed, 1924, p.45.

*Federação* noticiou o retorno do magazine ilustrado e elogiou sua nova edição, que trazia na capa uma fotografia de Carmen Calegari, filha do conhecido fotógrafo Virgílio Calegari. O novo exemplar da revista também contava com um “excelente texto”, “uma infinidade de nítidos clichês” e “seções muito desenvolvidas de Medicina, Agricultura, Artes, Literatura, Biografias, Teatros e História”. A revista contava com a nova “propriedade do sr. Fernando Barreto” e a “direção de Carlos H. de Araújo”<sup>86</sup>.

Sobre a figura de Carlos Horácio de Araújo encontrei escassas informações. Sabe-se que desempenhou a profissão de advogado em Porto Alegre<sup>87</sup> e sua experiência com a *Kodak* e o *Álbum dos Bandoleiros* foi bastante rápida, tendo participado apenas da primeira edição daquela publicação e logo após se retirou da sociedade com Fernando Barreto. Em 1924, Carlos Horácio Araújo atuou como advogado da Aliança Libertadora no município de Estrela, onde, segundo notícias do jornal *A Federação*, teria se envolvido em uma tentativa de assassinato de Pontes Filho, coronel da Brigada Militar e intendente daquele município<sup>88</sup>. O advogado foi preso e posto em liberdade para responder ao processo que se desenrolou no decorrer de 1924<sup>89</sup>. Aparentemente, Araújo não possuiu nenhum outro vínculo com a imprensa e a política do Rio Grande do Sul daquele período, não atuando em nenhum outro jornal ou tomando parte das demais articulações e conflitos políticos ocorridos na década de 1920.

Em torno de Fernando Barreto<sup>90</sup> também encontrei poucos registros de sua trajetória histórica. Sabe-se que possuiu uma acentuada atuação nos jornais de Porto Alegre durante a Primeira República. Entre os anos de 1913 e 1917, participou juntamente com Hugo Barreto e Lourival Cunha dos jornais *Última Hora* e *A Noite*, desempenhando a função de repórter jornalístico e atuando como responsável pela cobertura de diversos eventos políticos e sociais em Porto Alegre<sup>91</sup>. Em 1921, fundou e foi diretor-proprietário de um jornal “ilustrado de informação” que circulou em Porto Alegre no início dos anos de 1920, intitulado *A Rua*<sup>92</sup>. Em 1923, adquiriu a propriedade da *Kodak* em parceria com Carlos Araújo. Além do exemplar da

<sup>86</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 13/10/1923, p.13.

<sup>87</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 01/10/1923, p.6.

<sup>88</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 31/05/1924, p.5.

<sup>89</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 1/11/1924, p.1.

<sup>90</sup> Apesar de Hugo e Fernando possuírem o mesmo sobrenome Barreto, aparentemente não tinham qualquer vínculo familiar. Segundo os dados que levantei, Hugo era filho de Orozimbo Barreto e Eliza Ribeiro Barreto, e possuía dois irmãos, Luiz José Barreto e Jenny Barreto. Por sua vez, sobre o círculo familiar de Fernando nada foi possível averiguar.

<sup>91</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 19/02/1913, p.; 01/10/1914, p.09/09/1915, p.31; 16/09/1916, p.5; 10/07/1917, p.5.

<sup>92</sup> Infelizmente muito pouco se sabe e se preservou deste jornal. Existe apenas uma página de um exemplar datado de 6/10/1921 e pertencente ao acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Porto Alegre/RS).

revista ilustrada publicado com propriedade de Barreto & Araújo em outubro de 1923 e o próprio *Álbum dos Bandoleiros*, não se tem conhecimento de nenhuma outra notícia acerca da continuidade de circulação da revista ilustrada, ao que tudo indica estes foram os últimos exemplares e produtos vinculados com sua existência.

Em 1925, o jornal *A Federação* anunciou a publicação de uma nova revista gráfica em Porto Alegre, intitulada *Ford* e tendo como editor responsável “o sr. Fernando Barreto”<sup>93</sup>. Já após o ano de 1928, Fernando apareceu como representante do *Diário de Notícias* cobrindo eventos na capital gaúcha<sup>94</sup>, assim como desempenhando a função de repórter fotográfico ou fotógrafo do mesmo órgão de imprensa<sup>95</sup>.

Fernando Barreto, através de sua participação e circulação nos jornais que trabalhou, adquiriu um contato com a própria revista *Kodak* e os redatores-diretores Hugo Barreto e Lourival Cunha. Estes aspectos provavelmente contribuíram para sua inserção e posturas no meio político e jornalístico, assim como influenciou em sua tomada de decisão e criação do projeto de publicação de um álbum fotográfico em homenagem aos opositoristas na guerra civil de 1923.

### 1.2.2 *Álbum dos Bandoleiros*: conteúdo e edições

No comando da *Kodak*, Fernando Barreto investiu na empreitada de compilação e organização de imagens fotográficas sobre os episódios e personagens da guerra civil de 1923 com o objetivo de editar um álbum fotográfico sobre os acontecimentos daquele ano. Naquele momento, a própria noção de álbuns fotográficos, cujas origens remontam ao século XIX, remetia a uma ideia de coleção e organização de imagens fotográficas em um suporte específico. Segundo Lima e Carvalho, os álbuns podem ser definidos como

um tipo de publicação iconográfica na qual são aglutinadas, segundo um arranjo específico, fotografias que pretendem representar diversos aspectos [...] Trata-se de um tipo de publicação no qual a imagem visual é predominante e assume um papel ativo na construção de sentidos, articulando-se, ao invés de submeter-se aos textos e legendas (LIMA; CARVALHO, 2008, p.19).

Em geral, nos álbuns fotográficos, as imagens dominam o texto e são apresentadas não como simples ilustrações ou complementação ao texto escrito, mas como condutoras da narrativa. Conforme demonstra Carlos Barbosa através de seu exemplo particular de estudo, este tipo de produto pode ser entendido através de uma tríade entre texto impresso, fotografia

<sup>93</sup> A Federação, Porto Alegre, 17/09/1925, p.5.

<sup>94</sup> A Federação, Porto Alegre, 04/07/1928, p.4; 20/05/1935, p.3.

<sup>95</sup> A Federação, Porto Alegre, 05/09/1928, p.2; 18/06/1935, p.4.

e legenda e que atuam como uma linha de amarração da narrativa visual operada por meio das fotografias (BARBOSA, 2006, p.67). Zita Possamai considera que os álbuns fotográficos, ao reunirem e selecionarem imagens para tecer uma narrativa visual sobre uma temática definida, tendem a privilegiar determinados elementos a serem visualizados e excluir aqueles outros que devem permanecer na invisibilidade, jogando, assim, com operações de memória e esquecimento e fazendo ver e fazendo crer determinada visão daquilo que está representado e registrado nas suas páginas (POSSAMAI, 2005, p. 13-15).

O *Álbum dos Bandoleiros* foi um artefato constituído por características habituais e específicas. Em primeiro lugar, tratou-se de um álbum fotográfico ilustrado e impresso de forma tipográfica, se inserindo nos padrões característicos das publicações deste cunho produzidas durante as décadas de 1920 e 1930 no Rio Grande do Sul. Estes produtos, em sua grande parte, eram impressos tipograficamente e editados por um órgão oficial do governo ou por um editor privado, como, por exemplo, o álbum publicado pela “Diretoria de Obras Públicas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul” de 1922; o *Porto Alegre Álbum* editado por Pedro Carvalho em 1931 e o *Recordações de Porto Alegre*, editado pela Livraria do Globo em 1935 (POSSAMAI, 2005, p. 117-120). A publicação em homenagem aos oposicionistas foi organizada, editada e impressa nas oficinas da revista *Kodak* que naquele momento estava situada na Rua General Câmara, nº 73, na zona central de Porto Alegre.

Em segundo lugar, o conteúdo desta publicação possuía um caráter temático proeminentemente político. Diferente dos álbuns fotográficos impressos naquele período, que em sua grande maioria privilegiavam temáticas relacionadas com a modernização e o progresso dos espaços urbanos ou em alguns casos retratos de clãs familiares, o *Álbum dos Bandoleiros* possuía conteúdo, fins e objetivos explicitamente políticos. Sua publicação tinha por finalidade servir como propaganda e instrumento para um determinado grupo político em sua luta pelo poder estadual. Além disto, o álbum teve em sua concepção as características de tentar servir como uma referência de sinopse e registro de um episódio histórico específico. Ainda que, no momento do seu lançamento, os acontecimentos de 1923 fossem um passado recente e com diversos desdobramentos ainda presentes e atuantes na sociedade e política rio-grandense, o conteúdo visual do produto procurou constituir uma determinada leitura dos acontecimentos e perpetuar uma versão específica daquela história, desta forma estabelecendo uma narrativa visual, política e histórica da Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul.

Para além destas características, é igualmente necessário ressaltar que o projeto de publicação desta coletânea também foi um produto comercial e sua publicação se inseriu em um mercado econômico no qual um projeto fotográfico deste cunho representava a

possibilidade de ganhos financeiros para seus editores. Desse modo, é preciso avaliar o possível impacto da temática da Revolução de 1923 durante aquele período, no sentido de que um álbum fotográfico acerca de um assunto tão polêmico e em voga no momento, provavelmente tenha despertado a curiosidade e o interesse de uma boa parcela do público consumidor rio-grandense. Possivelmente, a publicação do álbum também representou uma tentativa de reestruturação econômica e reinserção da recém-ressurgida, e sob nova direção, revista ilustrada *Kodak* dentro do mercado editorial porto-alegrense e estadual. Depois de alguns anos fora de circulação, provavelmente o semanário necessitou atrair novos leitores, anunciantes e assinantes para custear sua manutenção e circulação.

As imagens fotográficas impressas nas páginas do álbum eram conhecidas pelo nome técnico de fotogravuras<sup>96</sup>. O processo de impressão gráfica das imagens através das fotogravuras surgiu no Brasil no início do século XX, devido ao desenvolvimento da reprodução qualificada da fotografia na imprensa, o que permitiu uma ampliação na circulação de fotografias por diversas regiões do país. A impressão tipográfica implicou em menores custos para os jornais e revistas e permitiu uma maior tiragem de exemplares, tornando o produto final da imprensa mais barato, assim como facilitando sua circulação comercial e possibilitando a impressão de reedições de publicações como os álbuns fotográficos (TRUSZ, 2013a, p.10).

As fotogravuras que compuseram a publicação em sua grande maioria tinham a característica de retratos, embora apresentassem diferentes tamanhos, formatos e enquadramentos acerca do fotografado. Da mesma forma, a organização e disposição das imagens nas páginas do álbum não seguiram nenhum padrão e ordenamento específico. Algumas páginas foram constituídas, em alguns casos, de apenas uma fotografia, já em outros momentos de cinco a seis imagens, conforme é possível perceber no exemplo abaixo.

---

<sup>96</sup> A fotogravura é um processo de impressão gráfica de imagens que parte do negativo original fotográfico para reproduzir fotografias sobre uma placa de zinco ou cobre através do uso de produtos químicos. Através deste procedimento se obtém uma retícula que permite a publicação de imagens com meios tons. A sua matriz era chamada na imprensa de *clichê* (BOND apud TRUSZ, 2013)

Figura 2- Disposição das imagens fotográficas nas páginas do Álbum dos Bandoleiros



Fonte: Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 1924, 8ªed., p.12

Todas as imagens fotográficas impressas no álbum foram acompanhadas por uma legenda explicativa, geralmente trazendo o nome dos fotografados e algumas vezes o local e o episódio específico do acontecimento registrado. As legendas possuíam a clara intenção de homenagem e glorificação dos retratados, sendo que grande parte delas foram acompanhadas pelo adjetivo de “bandoleiro” de forma a ironizar as “difamações” anteriores e demonstrar o orgulho por parte das oposições em ser e pertencer aos “bandoleiros” de 1923. O uso de adjetivos nas legendas foi um elemento explorado ao longo de todo o álbum. Através das legendas, os fotografados foram apresentados como detentores de variadas qualidades e estimas, como por exemplo, “o valente capitão bandoleiro Mario Crespo”, “o herói de 13 anos Henrique Albuquerque”, “um valente e convencido bandoleiro das forças de Zeca Netto”, “Dr. Rego Lins, um dos campeões da libertação”, “os valorosos bandoleiros Pedro e Juca Severo”, “belos exemplares de bandoleiros”, “dois ardorosos bandoleiros”, etc. Os elogios e adjetivações foram ainda mais inflamados quando trataram das lideranças militares do conflito, como foi o caso de Honório Lemes, apresentado através dos epítetos de “Trapeiro da Liberdade” ou “O Leão do Caverá”, e ainda Zeca Netto, alcunhado de “Condor dos Tapes”.

Sobre as temáticas representadas nas imagens, destacaram-se as fotografias relacionadas aos chamados “Generais Libertadores”, como Honório Lemes, Zeca Netto, Felipe Portinho, Estácio Azambuja, Leonel Rocha e Menna Barreto. Reconhecidos pela liderança militar no conflito armado, os chefes militares foram retratados como os verdadeiros “heróis” do Rio Grande Sul e aparecem acompanhados por seu “estado-maior”, com sua coluna militar marchando pelo território, em acampamentos militares ou posando para as fotos em diversas localidades. Principais alvos das fotografias, a representação dos líderes tinha como função primordial servir como papel simbólico, emblemático e indispensável na narrativa visual que se pretendia construir (BARBOSA, 2006, p.79).

Além das fotografias das lideranças, também foram reproduzidas grandes quantidades de retratos individuais dos diversos personagens que tomaram parte do conflito: enfermeiras e médicos da “Cruz Vermelha” atuando no tratamento de feridos de guerra em hospitais ou posando para fotos em estúdios, com destaque para a ênfase no registro da presença feminina neste espaço; retratos de políticos e lideranças civis de destacada atuação no movimento armado, como Assis Brasil, Francisco Antunes Maciel, Arthur Caetano, Fernando Abbot, Ângelo Pinheiro Machado, Plínio Casado, entre outros; além de retratos de diversos redatores de jornais envolvidos com a guerra civil através da imprensa.

O álbum fotográfico também foi composto por muitos retratos coletivos de grupos de “bandoleiros” pertencentes às “forças” de algum comandante. Tratava-se do registro de soldados anônimos que também fizeram parte da “valorosa” luta dos opositores e por isto mereciam menção e méritos. Os retratos coletivos impressos nas páginas do álbum remetiam a uma ideia, além da própria dimensão militar da imagem, de um grupo interligado por laços de solidariedade. Neste sentido, as imagens fotográficas coletivas foram utilizadas como recurso da memória daqueles que lutaram de forma unida em um conflito (BARBOSA, 2006, p.127). Como veremos nos próximos capítulos, a tentativa de construção de uma coesão e solidariedade interna entre os diversos e segmentados setores oposicionistas foi uma das importantes facetas e intenções do *Álbum dos Bandoleiros*.

As imagens fotográficas também registraram acontecimentos e localidades em que se desenvolveu a guerra civil, como, por exemplo, a série de fotografias sobre a tomada de Pelotas pelas tropas comandadas por Zeca Netto no dia 29 de outubro de 1923; a excursão do Ministro de Guerra Setembrino de Carvalho em diversas regiões do estado para articular a pacificação; fotografias que retratam as reuniões entre os chefes “bandoleiros” para selar o pacto de paz na residência de Assis Brasil no Castelo de Pedras Altas em Bagé. Além de muitos outros municípios captados pelos registros, como Porto Alegre, Caxias, Erechim,

Camaquã, Cachoeira, Santo Ângelo, entre outros. Segundo Barbosa, as fotografias dos locais dos conflitos funcionavam como um lastro de realismo para os álbuns fotográficos, tendo em vista que os eventos não ocorriam em locais desconhecidos pelo público leitor, mas em cidades identificáveis pelos consumidores da publicação (BARBOSA, 2006, p. 134).

Os partidários do PRR praticamente não foram lembrados pelas imagens fotográficas do álbum, exceto através de duas imagens que representaram diretamente os adversários situacionistas e apresentam um reforço sobre o componente pejorativo atribuído ao grupo legalista. A primeira delas foi o registro fotográfico do uruguaio Nepumoceno Saraiva<sup>97</sup> e seu estado-maior em solo rio-grandense. A fotografia foi acompanhada pela legenda “O mercenário e seu estado-maior com a bandeira uruguaia cravada no solo da pátria”<sup>98</sup>. A imagem apresentou uma evidente tentativa de desmoralização e crítica à Borges de Medeiros por supostamente ter feito o uso de forças estrangeiras durante a luta armada no Rio Grande do Sul. Uma segunda imagem fotográfica retratou Borges de Medeiros assinando o pacto de paz no Palácio do Governo em Porto Alegre. A legenda foi igualmente contundente: “assinatura da paz em Porto Alegre, no Palácio do Governo, onde se rasgou a constituição de 14 de Julho”<sup>99</sup>. Reforçava-se assim uma das supostas vitórias dos “bandoleiros” com a guerra civil. Na leitura do álbum, Borges curvava-se aos adversários e alterava a tão importante constituição escrita por Júlio de Castilhos, o que se tratava de um significativo triunfo moral e legal dos opositoristas em 1923. Além destas, outras alusões indiretas aos adversários foram feitas mediante a veiculação de diversos retratos de opositores *in memoriam*, uma homenagem aos “bandoleiros” que teriam sido “assassinados” pelas forças governistas durante as convulsões da guerra civil.

A procedência de muitas das imagens, como o fotógrafo-autor, o local e data específica do registro fotográfico não foram explicitadas no álbum. A publicação apenas apresentou uma menção acerca do “colaborador fotográfico” do álbum, de nome Affonso G. de Oliveira<sup>100</sup> e cuja função e importância em torno da elaboração do conteúdo visual não foi possível avaliar durante a pesquisa. Ao que tudo indica, as imagens fotográficas que foram reproduzidas no *Álbum dos Bandoleiros* possuíam autorias e origens diversas, tendo sido

---

<sup>97</sup> Borges de Medeiros teria feito o uso de forças “mercenárias” e estrangeiras, contratadas para auxiliar a Brigada Militar durante a guerra civil na perseguição das tropas opositoras. A “questão Nepumoceno” foi uma das principais polêmicas, críticas e acusações dos opositores ao longo da guerra civil, sendo explorada pelo *Álbum dos Bandoleiros* como uma forma de desmoralização do PRR. Sobre a participação das hostes uruguaias no conflito de 1923, consultar a dissertação de mestrado de Lúcio Leão (2009).

<sup>98</sup> *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 1924, 8ªed., p. 17.

<sup>99</sup> *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 1924, 8ªed., p. 82.

<sup>100</sup> Não foi possível coletar nenhuma informação biográfica sobre este personagem, exceto um retrato reproduzido pelo *Álbum dos Bandoleiros* (1924, 8ªed., p.51).

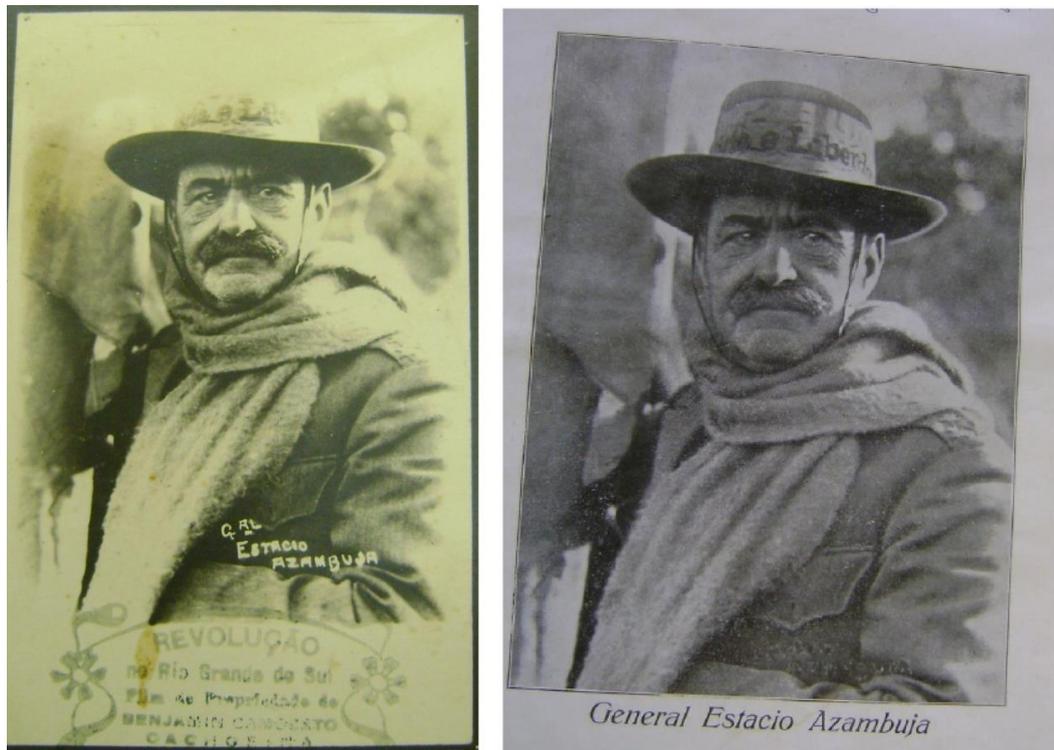
coletadas e organizadas pela edição da revista *Kodak* para compor o projeto de publicação. Tendo em vista que a prática de constituição de álbuns com fotografias de procedências variadas foi uma característica recorrente no arranjo e edição de outros álbuns fotográficos impressos durante este período histórico (POSSAMAI, 2005, p. 117-118).

É possível afirmar que apenas algumas destas imagens foram elaboradas diretamente com o intuito de fazer parte do álbum. Trata-se de algumas fotografias particulares que apresentaram legendas com informações precisas acerca do contexto da origem de seu registro. Entre elas, quatro fotografias foram acompanhadas pela legenda de “pousando para nossa objetiva”, o que indica que os personagens pousaram diretamente para o aparelho fotográfico e o profissional designado pela equipe editorial para registrar aquele momento. Uma fotografia com a legenda de “pousando para o Álbum dos Bandoleiros” e outra composta pela legenda de “pousando para a Kodak”, que também indicavam que os fotografados pousavam exclusivamente para a equipe do álbum e da revista ilustrada. Possivelmente estes registros tenham sido efetuados por algum representante ou colaborador fotográfico diretamente vinculado ao *Álbum dos Bandoleiros* e revista *Kodak* durante o ano de 1923.

Da mesma forma, é possível supor que a maioria destas fotografias tenham sido realizadas entre os meses de novembro e dezembro, momento em que ocorreu o armistício no qual os lados em conflito iniciaram o cessar das hostilidades armadas para tratar dos termos de paz. Este aspecto de tranquilidade provavelmente facilitou o trabalho dos fotógrafos no registro de lideranças e tropas que encontravam-se estacionadas em acampamentos aguardando novidades sobre a pacificação, tendo em vista as dificuldades encontradas em fotografar fora dos ateliers fotográficos, o que na maioria das vezes exigia que as imagens externas fossem previamente preparadas e posadas (BARBOSA, 2006, p. 137), dificultando a atividade de registro de cenas de batalhas e outros movimentos militares.

A procedência de algumas outras imagens foi possível localizar em uma pesquisa junto à coleção de fotografias sobre a Revolução de 1923 pertencentes ao acervo iconográfico do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS). Através da comparação entre esta coleção fotográfica e as imagens reproduzidas no *Álbum dos Bandoleiros*, pode-se concluir que as fotografias do álbum eram provenientes de diversos profissionais e estúdios espalhados pelo Rio Grande do Sul.

Figura 3 - Estácio Azambuja: Fotografia de Benjamin Camozato e versão reproduzida no álbum fotográfico



Fontes: Acervo Iconográfico do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Pasta 13, Fotografia 1923 007; Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 1924, 8ªed., p.54

Além disto, para serem impressas nas páginas do álbum, as fotografias tiveram o carimbo ou assinatura do fotógrafo original apagado ou escondido, com o intuito de ocultar o autor original da fotografia e concentrar todos os créditos da publicação para a equipe editorial da *Kodak*. Este aspecto pode ser percebido através da comparação entre as duas imagens fotográficas reproduzidas anteriormente, a primeira relativa à versão original do fotógrafo Benjamin Camozato, pertencente ao acervo iconográfico do AHRGS, enquanto que a segunda trata-se da versão reproduzida no álbum em homenagem aos “bandoleiros” (Figura 3).

Entre as imagens existentes no acervo do AHRGS e que foram reproduzidas na publicação, poucas trazem um carimbo ou assinatura do fotógrafo responsável pela autoria da imagem. Dentre elas, quatro fotografias foram assinadas como produzidas pelo fotógrafo Benjamin Camozato, as quais constam um carimbo com uma breve identificação: “REVOLUÇÃO no Rio Grande do Sul, Film Propriedade de BENJAMIN CAMOZATO,

CACHOEIRA.”<sup>101</sup>. Os registros fotográficos de Camozato retrataram diversos personagens do conflito, a maioria vinculada ao comandante Felipe Portinho na região de Passo Fundo e Erechim. Entretanto o fotógrafo também assinou a autoria de duas imagens do general legalista Flores da Cunha, a primeira um retrato individual do general e a segunda sendo acompanhado por seu estado maior de guerra<sup>102</sup>. Conforme veremos a seguir, Benjamin Camozato se destacou como um dos principais autores de registros do conflito armado de 1923, sendo responsável pela produção de variados produtos visuais acerca da guerra.

Outras duas fotografias possuíram o carimbo da “Tabacaria Brasileira Bagé” e retratam indivíduos vinculados ao grupo comandado por Zeca Netto, além de um retrato do próprio general acompanhado por seu estado maior<sup>103</sup>. Não foi possível localizar nenhum dado acerca do fotógrafo responsável por estes instantâneos, apenas se tem conhecimento da procedência das imagens, advindas da região de Bagé. Cabe ressaltar que as “tabacarias” realizavam o comércio de diversos acessórios e *souvenirs*, dentre eles cartões postais e fotografias. Desta forma, sem contar com informações específicas acerca da “Tabacaria Brasileira Bagé”, pode-se supor que a casa comercial possuía um fotógrafo que realizava a produção de artefatos fotográficos para comercializar ou, o que é mais provável, colocava seu carimbo nas fotografias que revendia e eram produzidas por diversos fotógrafos locais<sup>104</sup>.

Apesar de se tratarem de pouquíssimos exemplares, a existência destas imagens fotográficas provenientes de diversos fotógrafos e localidades no interior do estado apontam para a hipótese proposta de que o *Álbum dos Bandoleiros* foi composto por fotografias com origens e autores diversos, tendo sido coletadas e organizadas com o intuito específico de compô-lo. Neste sentido, provavelmente as fotografias tenham sido produzidas e realizadas com objetivos diversos, ou até mesmo antagônicos, daqueles difundidos pela sua publicação. Da mesma forma, estas fotografias foram elaboradas a partir da diferente bagagem cultural, ideológica, sensibilidade e criatividade de cada um de seus autores (KOSSOY, 2012, p.45). Estes diferentes olhares fotográficos, ao serem selecionados e reunidos para compor a edição do álbum, foram resignificados e inseridos em uma concepção única e homogênea, construída pelo conteúdo e pela narrativa visual da publicação.

<sup>101</sup> Acervo Iconográfico do AHRGS, Pasta 13, Fotografias R1923 006, R1923 009 (dividida em duas reproduções no “Álbum dos Bandoleiros”) e R1923 011.

<sup>102</sup> Acervo Iconográfico do AHRGS, Pasta 13, R1923 010, R1923 021.

<sup>103</sup> Acervo Iconográfico do AHRGS, Pasta 14, Fotografia R1923 030; Pasta 16, Fotografia R1923 054.

<sup>104</sup> Embora não seja possível identificar o fotógrafo responsável por estas fotografias, cabe destacar que um dos profissionais do ramo que atuavam naquele município durante este contexto histórico foi José Greco (1863-1924). Entre os muitos temas registrados por Greco estava a Revolução Federalista de 1893, em que o fotógrafo registrou imagens de trincheiras, grupos de soldados e lideranças de ambos os lados da contenda (LOPES, 2013, p.525).

Além das imagens fotográficas, o álbum também apresentou outros elementos, como textos informativos, mapas e reportagens sobre diversos aspectos da guerra civil. O conteúdo da publicação se iniciou com um texto intitulado “Nosso Depoimento”, de autoria dos editores Fernando Barreto e Carlos Horácio Araújo e escrito em Porto Alegre durante o “Natal da Paz, 25-12-1923”. O texto de cinco páginas traz uma breve narrativa histórica da Revolução de 1923, expondo suas causas, personagens e acontecimentos. O texto ainda exibiu a carta de Assis Brasil, datada de 04/10/1922, na qual o líder oposicionista aceitou oficialmente o convite para ser o candidato das oposições no pleito eleitoral de 1922, além de expressar sua opinião e leitura sobre o momento político vivido pelo estado. O texto também apresentou a transcrição do telegrama de Arthur Caetano para Arthur Bernardes, direto do município de Carazinho, no norte do estado, no qual o deputado federalista comunicou a conflagração do movimento armado. Ao final do escrito, os editores-autores também publicaram a ata do “Pacto de Pedras Altas” com as respectivas cláusulas e obrigações de ambos os lados da contenda ao assinarem o acordo de pacificação estadual<sup>105</sup>.

O *Álbum dos Bandoleiros* também exibiu uma série de outras curiosidades e informações sobre os episódios de 1923. Entre eles, um mapa do chamado “Combate da Ponte do Ibirapuitã”, batalha ocorrida em 19 de junho de 1923 entre as forças legalistas de Flores da Cunha e as forças “libertadoras” de Honório Lemes<sup>106</sup>; um mapa do Município de Erechim, assinalando a localidade em que se travou o combate na fazenda de “Quatro Irmãos”, entre as forças do opositor Felipe Portinho e as tropas governistas de Victor Dummoncel Filho<sup>107</sup>; uma reportagem, com fotografias e um breve texto explicativo, sobre o assassinato de dois irmãos no distrito de Anna Reck em Caxias do Sul, possivelmente cometido pelas forças governistas<sup>108</sup>; uma cópia da “carta patriótica” assinada pelo Capitão Zeno Zielinski, através da qual o autor se despedia de sua família para aderir às tropas de Zeca Netto<sup>109</sup>; uma carta do arcebispo D. João Becker agradecendo os editores pelo exemplar com que fora presenteado e comentando sobre o valor de documento histórico daquela publicação<sup>110</sup>; uma reportagem, com fotografias e um pequeno texto explicativo, sobre o tumulto que terminou com diversas mortes, entre elas a de uma menina de 13 anos, durante o dia 1º de novembro de 1923 em Porto Alegre, na ocasião de chegada do Ministro Setembrino de Carvalho para mediar o

<sup>105</sup> *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 1924, 8ªed, p.2-7.

<sup>106</sup> *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 1924, 8ªed, p. 17.

<sup>107</sup> *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 1924, 8ªed, p. 53.

<sup>108</sup> *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 1924, 8ªed, p. 56.

<sup>109</sup> *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 1924, 8ªed, p. 67.

<sup>110</sup> *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 1924, 8ªed, p.84.

acordo de paz<sup>111</sup>; a publicação da cópia de uma página da revista *Kodak*, de outubro de 1923<sup>112</sup>.

Em relação às suas características materiais, o álbum fotográfico foi constituído em um formato retangular e horizontal. Em sua 1ª edição media 35,7cm de comprimento e 24,8cm de largura, tendo sido aumentado, para a 8ª edição, em cerca de 2 cm em suas dimensões. O artefato apresenta capa e contracapa em papel acartonado e ilustradas e impressas em cores, as folhas internas possuem papel *couché*, comumente utilizado nas revistas ilustradas publicadas na época, com fotografias impressas em dupla face e em preto e branco (TRUSZ, 2013a, p.10-11). Além disto, o uso de cores em sua impressão seguiu uma característica de praxe entre as revistas ilustradas nacionais na década de 1920, caracterizada pela capa e contracapa impressas em cores e o restante das páginas em preto e branco (TRUSZ, 2002, p. 70).

O álbum foi editado e publicado em duas edições distintas, respectivamente designadas na documentação como a 1ª e 8ª (Figura 4). A razão da publicação em duas edições (1ª e 8ª) e o hiato de dados entre estas duas versões permaneceu como uma complexa lacuna de informações desta pesquisa. Todos os exemplares mapeados e consultados em diversos acervos históricos são relativos apenas a estas duas edições publicadas. Durante esta pesquisa, não foi encontrado, nem mesmo através de notícias e anúncios nos jornais de Porto Alegre durante do ano de 1924, nenhum tipo de menção e referência acerca da existência e publicação de quaisquer outras edições intermediárias entre as duas versões localizadas e analisadas neste trabalho.

Uma explicação plausível para esta questão é de que possivelmente foram publicadas apenas as ditas 1ª e 8ª edições e a lacuna entre ambas tenha sido proposital e signifique algum tipo de propaganda ou jogada comercial dos editores do álbum. Tendo em vista que a primeira edição foi lançada de forma extremamente rápida, apenas algumas semanas após o término da guerra civil, é possível supor que ela foi produzida às pressas e com um número bastante reduzido de exemplares, apenas para chamar atenção do público consumidor acerca da existência do projeto de publicação do *Álbum dos Bandoleiros*, além de atender a uma demanda de consumo mais urgente em torno de um acontecimento ainda latente e com ampla repercussão social, ao mesmo tempo que serviu como um mecanismo de teste para a receptividade daquele tipo de publicação pelos leitores rio-grandenses.

---

<sup>111</sup> Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 1924, 8ªed, p.87.

<sup>112</sup> Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 1924, 8ªed, p.93.

Figura 4 - Capas das duas edições do Álbum dos Bandoleiros



Fontes: Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 1924, 1ª ed. (Versão digitalizada pelo Museu da Comunicação Hipólito José da Costa); Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 1924, 8ªed. (Versão fotografada pelo autor, pertencente ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul)

Além disto, não existe nenhuma informação sobre a tiragem de exemplares desta edição, assim como foi localizado apenas um anúncio em jornais a respeito de sua comercialização. Com isto, pode-se supor que o álbum “completo” seria lançado em seguida, composto de todas as imagens coletadas, melhor organizadas e com uma ação de anúncios e circulação comercial mais ampla e efetiva, considerando-se que a 8ª edição é aquela considerada pelos próprios editores como “corrigida e aumentada”, assim como foi a que

apresentou uma tiragem mais expressiva, um conteúdo mais complexo e com pontos de venda e distribuição de exemplares mais variados e espalhados pela cidade de Porto Alegre. Devido a sua característica de “principal” versão do *Álbum dos Bandoleiros*, a oitava edição foi aquela que serviu como embasamento central para a análise nesta pesquisa.

A 1ª edição foi lançada no início de janeiro de 1924, com um número de tiragem desconhecido e com o custo de 10\$000 réis por cada exemplar, o álbum apresentou 70 páginas, compreendendo um total de 252 fotografias. Assinaram como editores desta versão Fernando Barreto e Carlos Horácio Araújo (TRUSZ, 2013a, p. 11).

No dia 9 de janeiro de 1924, o jornal *Correio do Povo* comunicou o recebimento de um exemplar do álbum oferecido para apreciação de sua redação. Através de uma nota, o jornal informou que o *Álbum dos Bandoleiros* havia sido editado por “Barreto-Araújo, diretores do conhecido magazine porto-alegrense Kodak”, e elogiou o conteúdo da publicação que possuía uma “capa bem desenhada”, “clichês em ponto grande e com muita nitidez do candidato da oposição Assis Brasil e do ilustre Ministro de Guerra, Setembrino de Carvalho” e também apresentava um texto com “o histórico da revolução, desde os seus primórdios até o pacto de lá de dezembro, feito e assinado pelos autores da obra”. O jornal também divulgou que o álbum contava com “cerca de 300 fotografias de chefes e soldados revolucionários, episódios de fatos guerreiros, plantas dos lugares em que se feriram os mais sangrentos combates”<sup>113</sup>.

No dia 13 de janeiro, o *Correio do Povo* publicou o primeiro e único anúncio de venda dos exemplares desta edição do álbum. O anúncio comunicava que a publicação era a “coleção mais completa sobre o movimento que empolgou o Rio Grande do Sul” e encontrava-se a venda no Café América pelo preço de 10\$000 réis. Além disso, também informava que os pedidos de exemplares para o envio ao interior poderiam ser efetuados pelo correio pelo preço de 11\$000 réis. O anúncio foi assinado pela “KODAK, BARRETO & ARAÚJO, Gen. Câmara, 73 (Ladeira), Porto Alegre”.<sup>114</sup>

A 8ª edição foi lançada no final do mês de abril de 1924, alguns meses após a primeira experiência da publicação e às vésperas das eleições para deputado federal e senador no Rio Grande do Sul. Com um número de páginas, imagens e textos aumentado, a última versão teve como editor apenas Fernando Barreto. A autoria da publicação foi assinada como “organizado pela Revista Kodak” e pelo “editor: Fernando Barreto, sucessor de Barreto &

---

<sup>113</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/01/1924, p.4.

<sup>114</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13/01/1924, p.4.

Araújo”. Sua tiragem foi de 20.000 exemplares<sup>115</sup>, número bastante expressivo para publicações deste cunho naquela época. O exemplar foi impresso com 96 páginas e aproximadamente 337 fotografias (TRUSZ, 2013a, p.11). Seu preço também ficou mais caro, passando a custar 15\$000 réis.

À guisa de comparação com o valor de compra do álbum fotográfico ofertado pela *Kodak* pode se refletir sobre o custo de outros artefatos produzidos na imprensa, como por exemplo, o *Almanaque do Globo* produzido em 1924, com 350 páginas de conteúdo e custando 2\$500 réis, ou 3\$500 com envio pelos correios<sup>116</sup>. Uma assinatura do jornal *Correio do Povo* que poderia ser adquirida pelos valores de 40\$000 réis (anual), 22\$000 réis (semestral), 12\$000 réis (trimestral) e 4\$000 réis (mensal)<sup>117</sup>. Por sua vez, outro álbum fotográfico também produzido pela *Kodak*, *Lembrança da visita da Real Embaixada Italiana no RGS* (1919), custava 20\$000<sup>118</sup>. Enquanto que uma dúzia de cartões postais fotográficos na década de 1920 poderia ser adquirida pelo preço de 8\$000 a 10\$000 réis. Já na década de 1930, um álbum fotográfico como o *Álbum Recordações de Porto Alegre* (1935) custava 10\$000 réis. Segundo Zita Possamai (2005), este processo reflete uma diminuição dos custos e maior acessibilidade no consumo de fotografias na passagem da década 1920 para os anos de 1930 (POSSAMAI, 2005, p.92-95). Ao que tudo indica, o *Álbum dos Bandoleiros* se insere neste contexto de barateamento dos custos de produção e comercialização deste tipo de produto fotográfico impresso. Todavia seu preço mantinha-se ainda elevado, possivelmente devido ao apelo e a relevância da temática da guerra civil de 1923 na sociedade, e o enorme trabalho de coleta e organização de centenas de imagens fotográficas realizado pela equipe editorial da revista ilustrada.

O novo *Álbum dos Bandoleiros* trouxe uma série de imagens fotográficas inéditas, com destaque para a cobertura do “memorável conclave político de S.Gabriel”, “onde foi fundada a Aliança Libertadora – Em 12-1-1924”<sup>119</sup>. Além dos registros acerca do congresso político ocorrido em São Gabriel, o álbum publicou a “Proclamação da Aliança Libertadora”, datada de 14 de abril de 1924 e assinada pela “Comissão Executiva da Aliança Libertadora”, composta por Assis Brasil, Honório Lemes, Edmundo Berchon, Firmino Torelly e Fernando Abott<sup>120</sup>.

<sup>115</sup> *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 1924, 8ªed. p.1

<sup>116</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/10/1924, p.4

<sup>117</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/10/1924, p.1

<sup>118</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 05/06/1919, p.4.

<sup>119</sup> *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 1924, 8ªed, p.88-9.

<sup>120</sup> *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 1924, 8ªed, p.90-91.

No dia 27 de abril, o jornal *Correio do Povo* publicou o primeiro anúncio sobre o lançamento e venda da nova edição. O anúncio trazia as seguintes informações: “Álbum dos Bandoleiros. Saiu do prelo a 8ª edição, aumentada com 30 páginas novas. Preço do volume 15\$000. Pedidos para KODAK. General Câmara, 73 (Ladeira). Pelo correio registrado 16\$000”. Na mesma edição, o jornal divulgou uma nota apreciativa acerca do último volume recebido para a análise de seus redatores:

Álbum dos Bandoleiros – Oferecido pelo editor, Sr. Fernando Barreto, recebemos um exemplar da 8ª. Edição do “Álbum dos Bandoleiros” que trata exclusivamente do movimento revolucionário de 1923.  
Este álbum vem enriquecido com mais de 300 fotografias de aspectos interessantes do último movimento que assolou o Estado.  
Traz, também, uma carta autografada do arcebispo d. João Becker, acusando o recebimento do álbum que lhe foi oferecido e a proclamação dos candidatos às próximas eleições federais e os respectivos retratos<sup>121</sup>.

Dois dias depois, um novo anúncio no jornal apresentou novas informações sobre a 8ª edição da publicação. A nova propaganda comunicava o lançamento da “8ª edição, correta e aumentada com 30 páginas novas” que se encontrava “à venda em toda parte” e disponível “para revendedores à preço especial.”<sup>122</sup>. O mesmo anúncio voltou a ser veiculado no jornal no dia 1º de maio<sup>123</sup>. Através dos avisos de comercialização percebe-se que a nova versão era considerada pelo editor como a edição “correta”, assim como foi disponibilizada para a revenda e distribuída para o comércio em diversos pontos de venda, apontando para a maior importância atribuída a esta 8ª edição.

Um novo e último anúncio da venda de exemplares foi publicado durante o mês de julho. O comunicado informava que a versão “correta e aumentada” do álbum encontrava-se a venda na “LADEIRA, 73” (sede da Kodak) e também na “Livraria Rotermund, Andradas, 495”, no “Bazar Ideal, Rosário 24 C”, na “Tabacaria Alpha, Andradas 208” e na sede da “Red. Última Hora, Andradas 60”<sup>124</sup>. Através do anúncio percebe-se que novos pontos de venda foram incluídos na comercialização do produto, aumentando a disponibilidade e facilidade para o público leitor adquirir os exemplares da publicação, sendo que grande parte dos locais estavam situados na principal artéria comercial de Porto Alegre: a Rua dos Andradas. Dentre os locais anunciados destaca-se a redação do jornal *Última Hora*, jornal oposicionista e com vínculos bastante próximos com a produção do *Álbum dos Bandoleiros*.

<sup>121</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 27/04/1924, p.4.

<sup>122</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 29/04/1924, p.4.

<sup>123</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 01/05/1924, p.4.

<sup>124</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 29/07/1924, p.4; 31/07/1924. p.4

Possivelmente por se tratar de um local de referência para os adeptos do oposicionismo de Porto Alegre, a redação do jornal deve ter sido utilizada como um dos principais pontos de venda.

Após o mês de julho de 1924 não foi possível encontrar nenhuma notícia acerca do *Álbum dos Bandoleiros* e da revista *Kodak*. Possivelmente a 8ª edição, com seu ambicioso projeto de ampla tiragem de exemplares e extenso conteúdo fotográfico, tenha sido a última e final versão daquela publicação e também um dos últimos trabalhos editoriais das oficinas gráficas da revista ilustrada.

O *Álbum dos Bandoleiros* representou, no entendimento dessa pesquisa, o documento visual, político e histórico mais significativo e complexo sobre a Revolução de 1923. Entretanto é preciso destacar que ele não foi o único produto visual elaborado sobre o conflito e que circulou na sociedade rio-grandense durante aquele período. Um conjunto de outras materialidades que representaram através das imagens os personagens e os episódios da guerra civil também possuíram significativa importância e chegaram até ao consumo dos espectadores da revolta no estado. A existência destes outros suportes de memória atesta a importância e a atenção direcionada para os acontecimentos da Revolução de 1923 na sociedade gaúcha, assim como salienta a presença relevante de um consumo e circulação de imagens visuais da luta armada e seus atores.

### 1.3 A Revolução de 1923 através das imagens: produtores e produtos visuais

Entre os diversos produtos visuais elaborados sobre e durante o contexto da guerra civil de 1923<sup>125</sup>, destaca-se especificamente três que apresentam uma relação de proximidade com o *Álbum dos Bandoleiros* e que também possuíram uma significativa importância durante sua época. São eles: a) um filme-documentário produzido por Benjamin Camozato que tinha o intuito de registrar de “maneira imparcial” as tropas militares de ambos os lados em disputa na guerra civil; b) Um conjunto de cartões-postais impressos com imagens fotográficas com retratos de diversos aspectos e personagens da guerra civil e que foram utilizados como correspondência entre pessoas envolvidas com o conflito; c) Um quadro constituído por 35

---

<sup>125</sup> Estes documentos históricos acabaram sendo descobertos ao longo do percurso de pesquisa e embora não façam parte do foco principal da análise, foram aproveitados na discussão deste último tópico do primeiro capítulo, justamente por tratarem-se de fontes riquíssimas para a pesquisa da temática. Com isto, espero que esta breve apresentação dos documentos possa vir a despertar o interesse e auxiliar pesquisadores interessados no assunto.

fotografias de retratos das lideranças da guerra civil, intitulado quadro “Pro-Paz” e produzido pela “Photografia Popular” de propriedade do fotógrafo Carlos Gatti em Porto Alegre.

O primeiro item trata-se de um média-metragem cinematográfico, intitulado “A Revolução do Rio Grande do Sul - 1923”, com duração de aproximadamente 35 minutos e dirigido e produzido por Benjamin Camozato da Companhia Zenith Filmes<sup>126</sup>. Como visto anteriormente, Camozato também foi autor de diversas imagens fotográficas reproduzidas nas páginas do álbum fotográfico. Benjamin Celestino Camozato nasceu em 1885, era natural de Porto Alegre, mas residiu durante quinze anos no município de Cachoeira, onde exerceu atividades como dentista, fotógrafo, cinegrafista e também investiu em casas de cinema e no comércio de máquinas de escrever. Durante as primeiras décadas do século XX, Camozato produziu uma série de cartões-postais com vistas urbanas da cidade e também organizou um álbum fotográfico, intitulado “Grande Álbum de Cachoeira”, editado em 1922 contendo diversas fotografias do município<sup>127</sup>.

O artefato documental produzido por Camozato retratou diversos aspectos das colunas armadas e das localidades envolvidas no conflito, além de trazer um breve esboço histórico das causas, personagens e acontecimentos da guerra civil em suas cenas iniciais. Com a pretensão de não preterir nenhum dos lados envolvidos na guerra, as imagens da película tinham por objetivo apresentar uma visão supostamente neutra e captar os indivíduos de ambos os grupos em confronto. O documentário foi dividido em quatro partes principais que possuíam os entretítulos de “Histórico da Revolução – Colunas em Marcha – Locais de Combate – Vasos da marinha brasileira – Aspectos de Porto Alegre – Barra do Rio Grande – Cruz Vermelha – Acampamentos” (TRUSZ, 2013, p. 7). Ao que tudo indica, Camozato percorreu o estado captando imagens dos indivíduos participantes da luta armada, posicionando-se de maneira “objetiva” através do intuito de abrangência e neutralidade política. No dia 7 de agosto de 1923, o jornal *A Federação* noticiou que o fotógrafo-cinegrafista encontrava-se no município de Passo Fundo, acompanhado por um operador de aparelho cinematográfico, com o objetivo de registrar as forças legalistas do General Firmino de Paula<sup>128</sup>.

<sup>126</sup> O filme encontra-se disponível para a pesquisa nos acervos do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Porto Alegre/RS) e da Cinemateca Brasileira (São Paulo/SP).

<sup>127</sup> Benjamin Camozato foi uma figura peculiar e com uma trajetória profissional muito interessante, entretanto ainda muito pouco pesquisada pelos historiadores. Os dados biográficos apresentados neste texto foram retirados do blog da pesquisadora Mirian Ritzel. A autora não possui nenhum texto publicado, todavia através de seu sítio na internet, Ritzel apresenta muitos dados históricos relevantes acerca deste personagem e da história do município de Cachoeira do Sul.

Ver: <http://historiadecachoeiradosul.blogspot.com.br/>. Acesso em 15 mar. 2014.

<sup>128</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 07/08/1923, p.1.

Segundo os dados levantados pela Cinemateca Brasileira, o filme foi exibido em diversos teatros das principais capitais do Brasil. Primeiramente, no dia 29 de outubro de 1923 foi apresentado em São Paulo e logo após no Rio de Janeiro, no Palácio do Catete, em uma exibição especial para o Presidente Arthur Bernardes. Posteriormente, no dia 7 de novembro de 1923, o filme passou pelo Teatro Mignon em Curitiba e, no dia 17 de dezembro de 1923, pelo Teatro Brasil-Uruguaí em Rio Grande. Durante a mesma data o curta foi exibido no Teatro Guarani em Pelotas. No principal cenário político gaúcho, em Porto Alegre, a película foi apresentada em seções entre os dias 21 e 24 de dezembro de 1923, nas dependências do Teatro Coliseu e no Teatro Thalia. O último registro sobre sua exibição foi em Caxias do Sul, no dia 14 de abril de 1924, no Teatro Apolo<sup>129</sup>.

A exibição do trabalho de Camozato em Porto Alegre repercutiu na imprensa diária.. Segundo o destacada nas páginas jornal *Correio do Povo*, as filmagens deveriam ser consideradas como o “único filme autêntico e imparcial da revolução autorizado pelo Governo do Estado e pelos Chefes da Oposição” (TRUSZ, 2013a, p.7).

Além do filme de Camozato, destaca-se a produção de uma série de cartões-postais com a reprodução de fotografias retratando diversos personagens e locais relacionados com a guerra civil. Alguns destes artefatos visuais puderam ser consultados durante esta pesquisa<sup>130</sup> e revelaram outros aspectos interessantes sobre o conflito armado de 1923. Além disto, a grande maioria das imagens fotográficas veiculadas nestes cartões também veio a fazer parte da coletânea organizada pela *Kodak*. Entre estas imagens, figura aquela que talvez seja a fotografia mais conhecida e reproduzida sobre a guerra civil de 1923, que representa o retrato dos principais chefes libertadores na ocasião da reunião para tratar das condições de pacificação do estado, na residência de Assis Brasil em Bagé<sup>131</sup>.

Os cartões-postais surgiram na Europa no final da década de 1860 e logo ganharam popularidade e atraíram a atenção dos fotógrafos que vislumbraram mais um meio de divulgação de seus trabalhos e uma forma de atingir ganhos financeiros. No Brasil, os primeiros postais fotográficos datam do final do século XIX e eram estampados com imagens fotográficas contendo vistas urbanas de autoria de fotógrafos famosos como Marc Ferrez e Lindemann. O processo de desenvolvimento da indústria gráfica no decorrer do início do século XX ocasionou uma diminuição significativa no custo de produção, barateando e

<sup>129</sup> Informações retiradas do site da Cinemateca Brasileira:

<http://www.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=ID=002515&format=detailed.pft#1>. Acesso em 15 de Mar. 2014.

<sup>130</sup> Os cartões-postais encontram-se disponíveis para a pesquisa no Acervo Iconográfico do AHRGS, Pasta 17.

<sup>131</sup> Ver capítulo III

popularizando a venda e consumo de cartões-postais impressos com imagens de vistas urbanas, monumentos, paisagens, celebridades, etc. (LÔBO, 2004, p.39-42).

Os postais localizados no acervo do AHRGS apresentam na parte frontal imagens fotográficas em preto e branco que retratam as tropas marchando sobre cidades, soldados acampados, lideranças do conflito pousando para fotos em estúdios, etc. Já no verso, além do espaço para o preenchimento do endereço postal, era reservado para a escrita de poucas linhas que servissem como mensagem ao destinatário. Muitos dos versos destes cartões permaneceram ausentes do preenchimento de informações, sendo preservados em sua forma original sem servirem para o fim de correspondência. Todavia, alguns cartões apresentam trocas de mensagens entre pessoas envolvidas com a luta armada e que buscavam se comunicar e enviar notícias para familiares ou amigos que se encontravam distantes devido aos episódios da guerra civil. Os postais fotográficos, assim como outras correspondências, visavam estabelecer uma comunicação entre ausentes e restituir uma distância, através de mensagens com declarações de amor, saudades e as convencionais informações sobre o bom estado de saúde (LÔBO, 2004, p.43). Principalmente em tempos de confrontos bélicos, os cartões serviam como forma de comunicar aos amigos e familiares sobre a sobrevivência dos soldados (VASQUEZ, 2002, p.25).

Este é o caso específico de alguns cartões-postais remetidos por um indivíduo chamado Paulo, possivelmente um combatente do lado opositor, para a destinatária Norma, aparentemente amiga próxima. Paulo, além de transmitir e solicitar notícias aos amigos e familiares, também enviou imagens fotográficas dos acontecimentos que ocorriam por todo o estado. Transcrevo abaixo um destes cartões:

Passo Fundo, 6/12/923.  
 Norma...  
 Desejando muita saúde a ti e todos de casa são meus votos.  
 Junto remeto quatro retratos de revolucionários aqui da serra. Sigo amanhã para Carasinho e Não me Toque, peço não escreveres para estes lugares, pois a correspondência é geralmente extraviada.  
 Escreva-me somente no dia 13 para Cachoeira.  
 Um abraço do amigo muito dedicado, Paulo.<sup>132</sup>

Observa-se que os cartões-postais serviram como um importante instrumento de circulação, distribuição e consumo acerca dos registros visuais da guerra civil de 1923. O emitente da correspondência escreve poucas e simples linhas em sua mensagem, no entanto envia quatro imagens fotográficas das tropas opositoristas estacionadas na região de Passo Fundo. Neste sentido, os postais não apenas foram utilizados como um mecanismo de

---

<sup>132</sup> Acervo Iconográfico do AHRGS, Pasta 17, Item R1923 073.

comunicação entre duas pessoas que estavam separadas pelos episódios da guerra, mas propiciaram aos indivíduos que se encontravam em diversas e longínquas regiões o acesso e o colecionismo de fotografias que retratavam o momento político e de guerra civil vividos no Rio Grande do Sul. As fotografias reproduzidas nos cartões possivelmente ampliaram o consumo e acesso visual da revolta, propiciando “olhar” e “conhecer” determinados aspectos da guerra sem sair de casa e estar diretamente envolvido com os episódios armados. Da mesma forma, se por um lado os postais serviram como mecanismos de comunicação e de coleção de imagens da guerra, também proporcionaram aos fotógrafos espalhados pelo interior do estado a possibilidade de fazer circular de forma massiva suas fotografias através da utilização deste mecanismo de correspondência (KOSSOY, 1980, p.96).

O terceiro produto visual trata-se dos artefatos produzidos e comercializados pelo fotógrafo Carlos Gatti, proprietário do estúdio fotográfico chamado de “*Photografia Popular*” em Porto Alegre. O fotógrafo foi um dos colaboradores comerciais e anunciantes do projeto do *Álbum dos Bandoleiros*. Através da 8ª edição da publicação, Gatti anunciou seus serviços de reprodução de fotografias, comunicando que seu estúdio possuía os originais de todos os clichês divulgados no álbum e que aceitava encomendas para ampliações com “preços de se admirar”<sup>133</sup>.

O atelier fotográfico de Gatti estava localizado inicialmente na Rua Marechal Floriano e em seguida abriu uma filial na Rua dos Andradas (POSSAMAI, 2005, p. 55). Com o término da guerra civil e publicação do *Álbum dos Bandoleiros*, Gatti passou a oferecer ao público consumidor rio-grandense, além da reprodução e ampliação das fotografias estampadas no álbum, outro artefato visual impresso com imagens do movimento armado de 1923.

Tratava-se de um grande quadro colorido, intitulado “Pro Paz Movimento Revolucionário 1923”, impresso com fotogravuras e composto de diversos retratos das lideranças oposicionistas da guerra civil, além dos retratos de personagens importantes na articulação da pacificação do estado, como o Ministro Setembrino de Carvalho, o arcebispo João Antônio Becker, o Senador Soares dos Santos, entre outros. O quadro “Pro-Paz” de Gatti apresentou similaridades com as galerias de retratos veiculados pelo álbum produzido pela *Kodak*, além de utilizar grande parte dos retratos de personagens da guerra civil divulgados nele.

---

<sup>133</sup> *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 1924, 8ªed, p.93.

Figura 5 - “Quadro Pro Paz” produzido pelo fotógrafo Carlos Gatti



Fonte: Imagem retirada de <http://simposiorevolucaoassisista.blogspot.com.br/p/apresentacao.html>.

Acesso em 05 mai. 2014

Durante os meses de fevereiro até maio de 1924, o fotógrafo anunciou seu serviço de comercialização do quadro no jornal *Correio do Povo*: “Pro-Paz. Grande quadro em 7 cores com 35 fotografias dos vultos mais proeminentes do movimento revolucionário. Preço 3\$500.”<sup>134</sup>. Posteriormente, o produto teve seu preço reduzido e passou a atender demandas de maiores quantidades: “Um quadro: 2\$500, 100 cópias 200\$000, 50 cópias 110\$000”<sup>135</sup>.

As produções oferecidas por Gatti estão relacionadas com um contexto de ampliação e busca por alternativas dos fotógrafos de estúdio com o intuito de viabilizar economicamente seu negócio. O oferecimento de diversificação de seus produtos tinha como objetivo atrair os clientes e vencer a concorrência com outros fotógrafos, através do investimento na fabricação de artefatos fotográficos diversos, como ampliações, reproduções, encomendas para presente, etc. (POSSAMAI, 2006, p.275). Além do mais, a existência deste tipo de produto visual,

<sup>134</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 01/02/1924, p.5; 5/02/1924, p.8.

<sup>135</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/02/1924, p.5; 04/03/1924, p.9.

juntamente com os outros dois artefatos produzidos em paralelo ao *Álbum dos Bandoleiros* e explorando a temática da guerra civil de 1923, apontam para a evidência de que havia uma demanda de mercado para este tipo de consumo (TRUSZ, 2013a, p. 14).

Ainda que o *Álbum dos Bandoleiros* possa ser considerado o principal e mais bem elaborado produto político-visual da guerra civil de 1923, ele não foi o único e dividiu o espaço de interesse e consumo do público rio-grandense com diversos outros artefatos visuais. Este aspecto demonstra a existência de uma circulação expressiva de imagens fotográficas sobre o movimento armado de 1923, comprovando a importância daquele conflito na sociedade e política do Rio Grande do Sul da Primeira República. Assim como esta presença considerável de produtos em homenagem aos “bandoleiros” de 1923 assinala para um certo tipo de prestígio e entusiasmo dos indivíduos identificados com as oposições político-partidárias naquele momento. Da mesma forma, este aspecto aponta para uma curiosidade em torno do acesso à fotografias que possibilitassem “ver” e “conhecer” personagens tão falados e repercutidos, como era o caso de Zeca Netto, Honório Lemes, Felipe Portinho, entre outros.

Conforme demonstrei ao longo deste capítulo, o *Álbum dos Bandoleiros* se inseriu em um contexto de disputa simbólica e de legitimação entre as oposições político-partidárias e o Partido Republicano Rio-Grandense. Ambos os grupos, através de seus instrumentos simbólicos de construção de discursos e convencimento, esforçaram-se para forjar uma leitura e interpretação acerca dos episódios da Revolução de 1923, assim como de seus respectivos adeptos e adversários políticos. Neste sentido, busquei situar a publicação deste álbum entre importantes elementos históricos do Rio Grande do Sul do início da década de 1920: a imprensa diária e periódica ilustrada identificada com o oposicionismo político em Porto Alegre; as imagens fotográficas de presença e circulação destacada na sociedade porto-alegrense, bem como um mecanismo de prova e testemunho, além de um importante instrumento de luta simbólica e política; e por fim, a causa e disputa político-partidária dos setores oposicionistas coligados em torno de Assis Brasil contra Borges de Medeiros.

As distintas características e elementos constituintes do “Álbum dos Bandoleiros” o configuram como um dos mais importantes documentos históricos, políticos e visuais da Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul. Na sequência dos capítulos, parto para uma análise aprofundada do conteúdo deste álbum fotográfico, concebendo as imagens, textos e legendas como um instrumento de poder simbólico que tinha por objetivo construir uma coesão, legitimação e mobilização dos grupos oposicionistas em sua luta política. Deste modo, procurei compreender de que forma a narrativa visual e textual apresentada pela publicação

objetivou contribuir na construção de um imaginário político dos “bandoleiros de 1923” e no enquadramento de uma determinada memória da guerra civil.

## 2 “Provam o nosso acerto, as fotografias deste álbum”: Memória e Imaginário dos “bandoleiros de 1923”

Durante os primeiros meses de 1924, o *Álbum dos Bandoleiros* chegou ao acesso e consumo da sociedade rio-grandense, principalmente, das elites políticas identificadas com o oposicionismo partidário. A ampla tiragem de 20.000 exemplares, editada em abril, passou a ser comercializada em diversos pontos de venda de Porto Alegre e através do envio pelo correio para os municípios do interior. Além disto, as lideranças oposicionistas e demais envolvidos no protagonismo do conflito, possivelmente foram presenteados com um exemplar da publicação para a apreciação, divulgação e popularização do produto entre seus amigos, familiares e correligionários. Este foi o caso, por exemplo, de um exemplar com uma dedicatória, enviado pelo editor Fernando Barreto para o deputado federalista Antunes Maciel<sup>136</sup>. Assim como os exemplares enviados ao arcebispo de Porto Alegre, João Becker<sup>137</sup>, e aos jornais locais, como o *Correio do Povo*, conforme era de praxe na imprensa da época. Ao que tudo indica, a prática de enviar exemplares como forma de presente aos personagens de destaque na política e sociedade parece ter sido explorada pelos produtores da publicação como um mecanismo - para além da divulgação comercial - de veicular e propagar as ideias e as concepções defendidas pelo projeto do álbum fotográfico e pelas lideranças oposicionistas durante aquele momento político após o término da guerra civil.

Neste capítulo pretende-se desenvolver algumas questões centrais em torno do conteúdo do *Álbum dos Bandoleiros*. Quais foram os principais temas retratados na publicação? De acordo com a narrativa construída e veiculada pelo álbum, quais foram os principais personagens, acontecimentos e localidades da guerra civil? Qual o intuito e o significado da ênfase em selecionar e excluir, lembrar e esquecer determinadas personalidades e determinados episódios? Através de que elementos as fotografias, textos e legendas impressas no álbum objetivaram construir uma determinada memória sobre a guerra civil de 1923 e salvaguarda-la à posteridade? De que forma este álbum fotográfico operou na construção de uma representação sobre a guerra civil de 1923 e sobre os tais “famigerados bandoleiros”, em que buscasse construir, veicular e consolidar um imaginário político e social dos opositores e da própria luta armada daquele ano? E de que forma estes aspectos estão

---

<sup>136</sup> Arquivo Pessoal – Antunes Maciel (AM), CPDOC-FGV, Rio de Janeiro/RJ. Registro Documento: 77.03(816.5)"1923"/A345.

<sup>137</sup> *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 1924, 8ªed. p. 84

relacionados com a construção e sedimentação de relações e vínculos de união, coesão, mobilização e legitimação entre os diversos e fragmentados setores e lideranças oposicionistas envolvidos com as articulações políticas de 1922 e com o conflito armado de 1923 e que se empenhavam em formar a Aliança Libertadora em 1924?

O intuito do álbum fotográfico obviamente esteve aliado e somado a outros esforços, entre práticas e representações, promovidos pelo oposicionismo político-partidário rio-grandense através de diferentes atividades, como por exemplo, os discursos de suas lideranças, os editoriais dos jornais partidários, a realização de comícios eleitorais, de congressos e reuniões da Aliança Libertadora, a formação e atuação de associações locais<sup>138</sup>, a mobilização na arregimentação de novos correligionários e eleitores, o estabelecimento de novas alianças, a distribuição de panfletos<sup>139</sup>, a produção de textos literários<sup>140</sup>, etc. Em consonância e acompanhado de todos estes e outros elementos, o *Álbum dos Bandoleiros* buscou somar esforços na construção de uma imagem dos “bandoleiros” que estivesse desvinculada da criminalização e marginalização operada anteriormente por seus adversários, além de construir um imaginário político calcado na exaltação de “grandes feitos” e “personagens heroicos” que deveriam ser lembrados e servirem como pontos de referência, elos de coesão, adesão e legitimação para a formação e mobilização do grupo político-partidário oposicionista no Rio Grande do Sul<sup>141</sup>.

Para responder às questões propostas anteriormente, analisei o álbum fotográfico concebendo-o como um instrumento de poder simbólico composto por uma tríade entre as fotografias (elemento central da narrativa construída), as legendas fotográficas e os textos diversos. No tocante à análise visual, optei por realizar um levantamento serial e quantitativo dos temas e assuntos mais explorados e reproduzidos pela publicação, levando em consideração que o destaque e a presença abundante de determinados motivos e assuntos indicam tendências na criação de sentidos específicos (POSSAMAI, 2005, p.258). Não

<sup>138</sup> A formação e atuação das associações políticas oposicionistas serão abordadas no capítulo III. A temática, sob outro prisma de estudo, também foi investigada na tese de Ricardo Aguiar Pacheco (2004).

<sup>139</sup> Um interessante panfleto político da “Aliança Libertadora Assis Brasil - Menino Deus” encontrado no acervo do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, também aponta para as questões que venho desenvolvendo ao longo deste trabalho. Este item será oportunamente abordado no capítulo III.

<sup>140</sup> Durante a guerra civil, Roque Callage escreveu a obra “O Drama das Coxilhas”, publicada em dezembro de 1923 pela editora de Monteiro Lobato em São Paulo. A publicação também tinha como objetivo, através da narrativa literária no formato de pequenas crônicas sobre acontecimentos e personagens da guerra civil, homenagear e destacar o “heroísmo” dos libertadores, assim como realizar uma crítica em relação a Borges de Medeiros (CALLAGE, 1923). Sobre a trajetória e os escritos de Callage, ver o estudo de Luciana Murari (2009).

<sup>141</sup> Como veremos no próximo capítulo, durante as mobilizações políticas da Aliança Libertadora em 1924, os “heróis militares” assumiram um papel de protagonismo e de referencial de propaganda partidária para as oposições ao longo das campanhas para as eleições federais e municipais daquele ano. Embora nenhum deles tenha efetivamente sido indicado para concorrer a nenhum dos cargos políticos daqueles pleitos eleitorais.

obstante, algumas imagens fotográficas foram exploradas de forma qualitativa, devido ao enorme potencial para a reflexão e problematização das questões levantadas no estudo.

Através da análise quantitativa do álbum elenquei os principais temas fotografados e reproduzidos pela publicação, com o objetivo de perceber quais foram os assuntos e personagens mais abordados e explorados e a partir disto refletir sobre os significados políticos e simbólicos em torno de determinadas escolhas, repetições e ênfases. Fundamentalmente inspirado no exemplo de pesquisa de Carlos Alberto Sampaio Barbosa (2006)<sup>142</sup> cheguei na definição dos “Padrões temático-visuais” exibidos no *Álbum dos Bandoleiros*. Antes disto, parti inicialmente da definição de um *vocabulário controlado de descritores*<sup>143</sup> temáticos e específicos em torno de cada fotografia da publicação através da reflexão e diálogo com a minha problemática de pesquisa e com o conteúdo visual específico do álbum fotográfico<sup>144</sup>.

Longe de esgotar todas as possibilidades de interpretação e indexação por assunto de cada uma das 337 imagens fotográficas pertencentes à 8ª edição da publicação, estabeleci um total de 23 descritores que através da investigação de cada uma das fotografias resultou em um total 681 recorrências temáticas, em uma média de aproximadamente dois descritores para cada fotografia. Cabe ressaltar que na maioria dos casos as imagens fotográficas receberam mais de um descritor devido às múltiplas possibilidades interpretativas de seu conteúdo. Desta forma, o número de descritores não necessariamente corresponde ao número de imagens fotográficas. Obviamente, se esmiuçássemos o conteúdo de cada uma destas imagens, teríamos diversas outras possibilidades temáticas e elementos a serem descritos e averiguados. Todavia, optei por limitar a análise para que o foco se mantivesse na discussão e reflexão daquilo que realmente interessava para a temática em estudo: a guerra civil, os “bandoleiros”, a política partidária e as operações de construção de memória e imaginário políticos. Da mesma forma, também não me preocupei em atentar para os chamados “descritores formais”, ferramenta que está relacionada com a investigação acerca do tratamento plástico das

---

<sup>142</sup> Serviram como embasamento metodológico para a pesquisa, principalmente, as contribuições de Zita Possamai (2005) e Lima e Carvalho (2008), autoras que exploraram procedimentos similares, embora com perguntas e temáticas diferentes. Por sua vez a pesquisa de Barbosa (2006), justamente por se utilizar do levantamento de padrões temático-visuais para a análise de um álbum fotográfico histórico, político e militar (*História Gráfica de la Revolución Mexicana*), tornou-se a principal referência no tratamento metodológico empreendido.

<sup>143</sup> Por “descritores” compreende-se uma palavra ou expressão utilizada em indexação, tanto de textos como de imagens, para representar um tema, conceito, ou assunto presente na fotografia (BARBOSA, 2006, p.71).

<sup>144</sup> De forma bastante simplificada, elaborei uma ficha descritiva em torno de cada uma das fotografias reproduzidas no álbum com o objetivo de identifica-las através dos referidos descritores, além de mapear algumas informações pontuais, tais como, localização geográfica, informações da legenda, personagens fotografados, formato e tamanho da fotografia, descrição da cena fotografada, sua página no álbum, etc.

imagens, como o enquadramento da fotografia, arranjo, plano fotográfico, etc. Justamente por estas preocupações não comporem o escopo principal da abordagem acabaram sendo excluídas da análise visual.

O vocabulário controlado de descritores temáticos ficou estabelecido com os seguintes itens: “Lideranças Militares”; “Oficiais diversos”; “Tropas Armadas/Coletivas”; “Acampamentos militares”; “Lideranças Político-Partidárias”; “Política Partidária”; “Imprensa”; “Civis”; “Enfermeiras”; “Médicos/Farmacêuticos”; “Feridos/Tratamento”; “Hospitais”; “In Memoriam”; “Cadáveres/Funerais/Sepultamentos”; “Intervenção Federal/Pacificação”; “Confraternizações/Manifestações”; “Adversários/Inimigos”; “Política Nacional” e, por fim, “Episódios/Acontecimentos” que foi dividido em torno de alguns eventos específicos como “Tomada de Pelotas”, “Excursão Setembrino de Carvalho”; “Conferência de Bagé”; “Combate do Ibirapuitã” e “Aliança Libertadora”.

O primeiro descritor, “Lideranças Militares”, refere-se às fotografias daqueles personagens que foram veiculados como as principais lideranças do movimento armado, sendo ao longo da guerra civil agraciados com o posto de “Generais Libertadores”. São eles: Zeca Netto, Honório Lemes, Felipe Portinho, Leonel Rocha, Estácio Azambuja e Menna Barreto. Estes personagens foram um dos principais alvos dos registros fotográficos sobre a Revolução de 1923, ao passo que também foram os principais alvos dos “ataques” e “difamações” por parte dos adversários. O descritor relativo a estas lideranças militares do movimento apareceu em 42 situações. Conforme será analisado ao longo deste capítulo, através destas imagens fotográficas, os líderes militares transformavam-se nos verdadeiros “heróis” do Rio Grande do Sul e nos principais referenciais de adesão e mobilização para as hostes oposicionistas na formação da Aliança Libertadora no período posterior ao término da luta armada.

O item “Oficiais diversos” corresponde àquelas fotografias em que estão representados personagens diversos que participaram das colunas militares e do movimento armado. Tratam-se de indivíduos identificados pelo uso de trajes militares, porte de armamentos, presença em acampamentos militares ou ainda identificados através das legendas fotográficas com os títulos de “coronel”, “major”, “tenente”, “capitão”, entre outros. Especificamente neste item foram alocadas fotografias que apresentam oficiais posando individualmente ou na companhia de no máximo dois homens. Foram mapeadas 121 repetições em torno desta temática. Por sua vez, no descritor “Tropas Armadas/Coletivas”, identifiquei as fotografias que retrataram contingentes numerosos de indivíduos, com a presença de acima de três personagens. Tratam-se de grupos de homens armados reunidos em uma mesma imagem, seja

posando em estúdio, em ambiente externo de campos ou cidades, em acampamentos, com suas colunas em marcha a cavalo ou a pé, etc. Foram identificados um número de 73 recorrências para este item.

No descritor “Acampamentos militares”, foram localizados 11 aparições e estão contidas as imagens fotográficas que retratam o cotidiano das tropas armadas estacionadas em determinadas localidades. As imagens representam grupos de homens acampados em seus momentos de lazer e descanso, com oficiais posando para fotógrafos em frente às suas barracas, sentados ou deitados pelo chão, preparando um churrasco ou fumando, lendo ou escrevendo, etc. Devido ao fato de inexistirem registros fotográficos sobre as tropas efetivamente em ação de batalha militar, as imagens de acampamentos acabam sendo alguns dos mais importantes registros da guerra civil e do cotidiano das colunas militares.

Em “Lideranças Político-Partidárias” encontram-se os retratos das figuras de destaque na política oposicionista gaúcha. Em grande maioria no formato de retrato individual, estão representadas as principais lideranças partidárias dos grupos oposicionistas: presidentes de partidos, deputados estaduais ou federais, chefes partidários locais, entre outros. Entre estes, encontram-se retratos de Assis Brasil, Fernando Abbot, Plínio Casado, Antunes Maciel, Raul Pilla, Ângelo Pinheiro Machado, etc. Sua recorrência foi de 40 exibições. Em complemento com este último item, estabeleci a temática referente à “Política Partidária”, que remete a representações de aspectos gerais e diversificados sobre a política oposicionista estadual através de fotografias dos demais membros e participantes dos grupos oposicionistas, assim como de registros acerca dos encontros e práticas partidárias diversas. Este descritor foi localizado em 18 ocasiões ao longo do álbum fotográfico.

Com o descritor “Imprensa” foram alocadas as imagens que representam os indivíduos defensores e propagandistas da guerra civil através da imprensa jornalística no estado. Tratam-se de fotografias de proprietários, repórteres, editores e diretores de jornais, tais como, Frediano Trebbi de *O Rebate* de Pelotas, Lourival Cunha e Hugo Barreto do *Última Hora* de Porto Alegre, Fernando Barreto, Carlos Horácio Araújo, produtores do álbum e diretores da revista *Kodak*, entre muitos outros. Embora muitos destes indivíduos estivessem ligados aos grupos políticos, optei por selecionar e destacar sua atuação especificamente no espaço da imprensa. A temática apareceu em 20 situações.

Através do descritor “Civis”, temática com ampla reprodução no álbum, comendo um número de 58, estão contidas as fotografias em que aparecem homens, mulheres e crianças que aparentemente não faziam parte do movimento armado, mas apresentam algum vínculo com os grupos armados e com o movimento político-partidário. São fotografias de

homens e mulheres em comunhão com as tropas, espectadores curiosos observando as marchas militares sobre algumas cidades, familiares e amigos dos soldados ou políticos, visitantes de acampamentos, etc.

No item “Enfermeiras” estão contidas fotografias que retratam a presença e atuação massiva de mulheres que participaram como enfermeiras na chamada “Cruz Vermelha” em suas diversas unidades pelo estado. Temática amplamente explorada pelo álbum, contou com 36 repetições do descritor e apresenta mulheres vestindo os uniformes usuais de enfermeiras, atuando em hospitais improvisados, cuidando de feridos de guerra ou posando em estúdios. Em complemento a este, encontram-se as fotografias relacionadas com o assunto “Médicos/Farmacêuticos”, tema que representa a presença de importantes indivíduos atuantes neste espaço de saúde e através dos quais foi possível identificar uma recorrência de 16 situações. Outro descritor relativo ao espaço de tratamento de feridos é o item temático relativo aos “Hospitais”, que apareceu em 25 momentos da investigação e no qual estão identificadas as fotografias que retratam espaços utilizados como hospitais pela “Cruz Vermelha”. Ainda em torno de aspectos similares, encontra-se o descritor “Feridos/Tratamento”, temática que representa homens em processo de tratamento e observação por médicos e enfermeiras nos hospitais, como por exemplo, soldados deitados em camas com ataduras, curativos, ferimentos, etc. Este descritor apareceu em 18 situações.

Através do descritor “In Memoriam” foram identificadas as imagens fotográficas que apresentam retratos de indivíduos falecidos em decorrência dos episódios da guerra civil. Devidamente assinalados nas legendas com seus nomes e causas das mortes, as fotografias apresentam os diversos personagens que morreram pela causa oposicionista e que deveriam ser lembrados e perpetuados através da publicação. O tema esteve presente em 24 ocorrências. Em consonância encontra-se o descritor “Cadáveres/Funerais/Sepultamentos”, que remete as representações acerca da morte na guerra civil, através de registros fotográficos de velórios, caixões, cortejos fúnebres, enterros, etc. Sua recorrência no conteúdo visual da publicação foi de 14 aparições temáticas.

Similar a estas duas últimas é o descritor “Adversários/Inimigos”, com 19 aparições na análise visual da publicação. Nele estão contidas as fotografias que retratam diretamente os adversários, como, por exemplo, a fotografia de Borges de Medeiros assinando a ata de paz e de Nepomuceno Saraiva e seus comandados. Ou ainda, as fotografias que abordam indiretamente o grupo situacionista, através da representação do conceito da “barbárie” e das “atrocidades” percebidas na atuação do inimigo, como, por exemplo, em fotografias que

registraram os supostos crimes, assassinatos e violências praticadas pelos adeptos de Borges de Medeiros contra os opositoristas no decorrer da guerra.

Com a temática de “Intervenção Federal/Pacificação” têm-se as fotografias que representam o tema da intervenção do poder federal no estado e as tratativas do estabelecimento da paz. A temática foi identificada com 24 aparições no *corpus* documental investigado. O assunto da intervenção do Presidente Arthur Bernardes no Rio Grande do Sul, um profundo desejo dos opositoristas e um repúdio completo dos situacionistas, foi representada através de diversas imagens de indivíduos que lutaram pelo projeto intervencionistas e também das fotografias que envolvem as viagens do Ministro de Guerra Setembrino de Carvalho, os emissários federais para articular a paz, os encontros para tratar do armistício, entre outras. Em diálogo com este item, encontra-se o descritor “Política Nacional”, no qual estão contidas as imagens fotográficas de personagens da esfera política nacional, como os retratos de senadores e deputados de outros estados. O assunto, representado 20 vezes, buscava operar uma clara tentativa de vinculação e diálogo entre os opositoristas regionais e os situacionistas do plano nacional.

No descritor temático relativo às “Confraternizações/Manifestações”, com recorrência de 42 exibições, estão mapeadas as imagens relacionadas com o assunto das práticas de confraternizações e de manifestações, tanto de caráter interno entre os adeptos do opositorismo através de seus comícios, celebrações, congressos e reuniões, como também de maneira externa, em comunhão e recebendo o apoio da população civil em diversas localidades. Através deste item enfatizava-se a ideia de apoio e adesão do povo rio-grandense à revolta armada e ao movimento político opositor.

Por último, foi estabelecida a temática de “Episódios/Acontecimentos”, que remetem aos registros visuais de eventos e momentos específicos da guerra civil e de situações posteriores ao seu término. São aqueles eventos que receberam uma maior importância na narrativa através do número de registros fotográficos apresentados pelo álbum. Reunidos, perfazem um total de 61 aparições temáticas. São eles: “Tomada de Pelotas” (24), com as fotografias que retratam a invasão das tropas de Zeca Netto na cidade de Pelotas em outubro de 1923; “Excursão Setembrino de Carvalho” (15), com os registros visuais das viagens, encontros e visitas do Ministro de Guerra pelo interior do estado durante os meses de novembro e dezembro; “Conferência de Bagé” (5), que contempla as fotografias relacionadas com o encontro entre as principais lideranças do movimento armado na cidade de Bagé para discutir sobre os termos da pacificação estadual; “Combate do Ibirapuitã” (4) com imagens acerca do respectivo combate entre as tropas de Honório Lemes e Flores da Cunha, embora

nenhuma fotografia seja propriamente da batalha; “Aliança Libertadora” (13) com fotografias relacionadas à formação e articulação da nova agremiação política, fundada em janeiro de 1924.

Através da identificação e reunião de todos os descritores temáticos, estabeleci cinco coletivos de imagens que se destacaram pela sua recorrência e de forma agrupada constituíram os seguintes “padrões temático-visuais” expostos na Tabela 1: 1) Movimento Armado 2) Sociedade, Memória e Celebração 3) Política Nacional e Intervenção 4) Cruz Vermelha 5) Movimento Político-Partidário (Tabela 1).

O primeiro grupo de imagens corresponde ao “Movimento Armado”, no qual foram alocados os descritores temáticos relacionados com os itens “Lideranças Militares” (41), “Tropas Armadas/Coletivas” (73), “Oficiais diversos” (121), “Acampamentos” (11), “Adversários/Inimigos” (19) e dois dos “Episódios/Acontecimentos”: a “Tomada de Pelotas” (24) e o “Combate de Ibirapuitã” (4). Ainda que o movimento armado não possa ser desvinculado do movimento político-partidário, e vice-versa, a divisão entre estes permitiu perceber alguns aspectos relevantes para a discussão proposta. Reunidas todas as recorrências dos descritores deste agrupamento obteve-se um total de 293 aparições temáticas, perfazendo uma porcentagem de 43.024% dos 681 descritores totais. Ou seja, aproximadamente a metade do conteúdo visual do *Álbum dos Bandoleiros* esteve direcionada para a dimensão militar do movimento de 1923.<sup>145</sup>

O segundo grupo diz respeito ao coletivo de temas referentes à “Sociedade, Memória e Celebração” que foi composto pelos seguintes itens temáticos: “Civis” (58), “In Memoriam” (24) e “Cadáveres/Funerais/Sepultamento” (14), “Confraternizações/Manifestações” (42). O grupo apresentou um total de 138 descrições, o que corresponde a 20,26% do total de descrições.

O terceiro padrão temático-visual do *Álbum dos Bandoleiros* foi intitulado como “Política Nacional e Intervenção” no qual estão agrupados os descritores temáticos referentes à “Intervenção/Pacificação” (24), “Política Nacional” (20), e um dos “Episódios/Acontecimentos”: a “Excursão Setembrino de Carvalho” (15). Em conjunto, o grupo fez um total de 59 descrições, correspondentes a 8,66% das 681 descrições visuais investigadas.

---

<sup>145</sup> Poderíamos ainda pensar na possibilidade de atrelar neste padrão o quarto agrupamento temático da “Cruz Vermelha” (95 recorrências), que guarda íntimas relações com a dimensão armada do movimento. Isto tornaria o número final ainda maior, somando 388 recorrências, ou um total de 56,97%, mais do que a metade da temática explorada pela publicação.

O quarto agrupamento refere-se a “Cruz Vermelha” e foi composta pelos descritores sobre “Hospitais” (25), “Médicos” (16), “Enfermeiras” (36) e “Feridos/Tratamento” (18). De maneira coletiva, o grupo apresentou 95 recorrências, uma porcentagem de 13,95% perante o número total.

O último padrão-temático visual estabelecido corresponde as fotografias vinculadas com o plano político-partidário das oposições regionais. Sob o título de “Movimento Político-Partidário” foram agrupados neste tópico os descritores relativos às “Lideranças Político-Partidárias” (40), “Política Partidária” (18), “Imprensa” (20), e dois dos “Episódios/Acontecimentos”, a “Aliança Libertadora” (13) e a “Conferência de Bagé” (5). Reunidos todos estes descritores temáticos, o grupo foi constituído de 96 recorrências ou 14,096% do total das 681 descrições temáticas mapeadas. Por estar intimamente relacionado com as articulações políticas do período pós-guerra civil, este item será discutido durante o capítulo III, no qual analisarei a formação e composição da Aliança Libertadora e sua relação com as representações transmitidas pelo álbum fotográfico.

Através destes grupos temáticos de imagens é possível partir para algumas considerações a respeito da dimensão visual e textual do *Álbum dos Bandoleiros* e com isto refletir de que forma este produto assumiu feições acentuadamente político-partidárias servindo como um instrumento de poder simbólico para o grupo oposicionista. Esta problemática remete a refletir sobre estes coletivos de imagens através de alguns tópicos específicos. Primeiramente, a consideração acerca do intuito da narrativa visual da publicação em construir e consolidar uma determinada leitura e memória dos episódios da guerra civil de 1923, ou seja, uma tentativa de *enquadramento da memória* do movimento em torno da definição de personagens, acontecimentos e localidades. Em segundo lugar, a reflexão sobre a construção de um imaginário político sobre os “bandoleiros” da guerra civil que permitisse a edificação do grupo através de algumas referências internas e contrapontos externos, se sobrepondo e se diferenciando em relação aos adversários do PRR e com isto, produzindo o próprio grupo, e no interior do grupo o sentido e o consenso sobre a sua identidade e unidade (BOURDIEU, 1998, p. 113).

Passo agora para uma discussão das questões relativas à memória e imaginário, através da ênfase nos padrões temáticos de imagens, ao mesmo tempo que exploro alguns exemplos de imagens fotográficas específicas, e em diálogo com os textos e as legendas reproduzidas no *Álbum dos Bandoleiros*.

Tabela 1 - Padrões Temático-Visuais e Descritores

<b>Padrão Temático-Visual</b>	<b>Descritores</b>	<b>Fotos</b>	<b>Recorrência - Porcentagem</b>
<b>Movimento Armado</b>	<i>Oficiais Diversos</i>	121	
	<i>Tropas Armadas/Coletivas</i>	73	
	<i>Lideranças Militares</i>	41	
	<i>Episódios/Acontecimentos: Tomada de Pelotas</i>	24	
	<i>Adversários/Inimigos</i>	19	
	<i>Acampamentos Militares</i>	11	
	<i>Episódios/Acontecimentos: Combate do Ibirapuitã</i>	04	
			<b>293 recorrências - 43,024%</b>
<b>Sociedade, Memória e Celebração</b>	<i>Civis</i>	58	
	<i>Confraternizações/Manifestações</i>	42	
	<i>In Memoriam</i>	24	
	<i>Cadáveres/Funerais/Sepultamento</i>	14	
			<b>138 recorrências - 20,26%</b>
<b>Movimento Político-Partidário</b>	<i>Lideranças Político-Partidárias</i>	40	
	<i>Imprensa</i>	20	
	<i>Política Partidária</i>	18	
	<i>Episódios/Acontecimentos: Aliança Libertadora</i>	13	
	<i>Episódios/Acontecimentos: Conferência de Bagé</i>	05	
			<b>96 recorrências - 14,096%</b>
<b>Cruz Vermelha</b>	<i>Enfermeiras</i>	36	
	<i>Hospitais</i>	25	
	<i>Feridos/Tratamento</i>	18	
	<i>Médicos/Farmacêuticos</i>	16	
			<b>95 recorrências - 13,95%</b>
<b>Política Nacional e Intervenção</b>	<i>Intervenção Federal/Pacificação</i>	24	
	<i>Política Nacional</i>	20	
	<i>Episódios/Acontecimentos: Excursão Setembrino de Carvalho</i>	15	
			<b>59 recorrências - 8,66%</b>
<b>Totais</b>	<b>23 descritores temáticos - 681 recorrências - 100%</b>		

Fonte: Tabela elaborada pelo autor

## 2.1 Movimento Armado: os “bandoleiros-heróis” militares da guerra civil

A temática relativa aos acontecimentos, personagens e aspectos militares do movimento de 1923 foi aquela que recebeu maior atenção por parte do conteúdo visual do álbum fotográfico. Perfazendo aproximadamente a metade das temáticas investigadas (43,024%), as dimensões militares da revolta foram os principais alvos das fotografias impressas na publicação. Mas o que isto quer dizer? Qual a intenção e o significado destas representações transmitidas por meio do destaque dos aspectos bélicos do conflito de 1923? De qualquer maneira, parece evidente que o *Álbum dos Bandoleiros* carregou e enfatizou o componente armado e o elegeu como o principal assunto a ser difundido pela publicação através das diversas imagens fotográficas que retrataram os líderes militares, as tropas armadas, os acampamentos e os soldados que tomaram parte dos acontecimentos da guerra civil.

Primeiramente, é importante destacar a importância das lideranças militares do conflito. Comandantes como Zeca Netto, Honório Lemes, Leonel Rocha, Felipe Portinho, Estácio Azambuja e Menna Barreto foram os principais responsáveis por arregimentar e mobilizar as colunas armadas mais numerosas e ativas nos combates frente à Brigada Militar estadual. Foi mediante a presença destes líderes e seus seguidores que a luta se sustentou por diversos meses, assim como foi através da atuação destas lideranças é que estavam contidas as esperanças dos opositoristas em obter algum êxito na empreitada militar. Especificamente os tais “Generais Libertadores” aparecem em 44 fotografias do álbum: Zeca Netto em 12, Honório Lemes em 11, Felipe Portinho com 9, Estácio Azambuja e Leonel Rocha em 6 fotografias cada um e por fim Menna Barreto que foi fotografado em 2 ocasiões<sup>146</sup>. Além disto, de maneira indireta, as presenças destas lideranças também foram exaltadas de diferentes maneiras, como, por exemplo, através de legendas que identificavam soldados e oficiais como “pertencentes às forças de Zeca Netto”, “membro do estado maior de Felipe Portinho”, “participantes do esquadrão de lanceiros de Honório Lemes”, entre outras. As legendas fotográficas que apontam para este sentido correspondem a um total de 83, das quais Zeca Netto é mencionado em 42 delas, Honório Lemes em 19, Felipe Portinho em 7, Estácio Azambuja em 7 e Leonel Rocha em 2 ocasiões.

---

<sup>146</sup> Em alguns casos específicos, como por exemplo, nos registros fotográficos da “Conferência de Bagé”, os chefes militares estão todos reunidos em uma mesma fotografia. Desta forma, estes números específicos apresentados não coincidem necessariamente com aqueles destacados no descritor “Lideranças Militares”.

Percebe-se que o álbum operou com uma série de elementos que sinalizam para a significativa importância destes personagens enquanto referenciais de comandância e mobilização das colunas militares. Além das fotografias, os textos e as legendas também exploraram de forma contundente a glorificação e exaltação destes líderes por intermédio da utilização de elogios e adjetivos, como foi o caso de Honório Lemes, apresentado através das alcunhas de “Tropeiro da Liberdade” ou “O Leão do Caverá” e Zeca Netto apelidado de “Condor dos Tapes” e com sua atuação exaltada de diferentes maneiras: “Ei-lo em todo seu esplendor”, “O Condor dos Tapes recebendo estrondosas ovações dos bandoleiros da cidade”, etc. Neste sentido, o trecho de um discurso proferido pelo deputado opositor Plínio Casado durante o banquete oferecido pelos opositores ao Ministro da Guerra Setembrino de Carvalho no Magestic Hotel em Porto Alegre no dia 19 de Dezembro de 1923, e transcrito nas primeiras páginas do álbum fotográfico, é interessante para refletir sobre a construção da imagem social dos chefes militares como figuras épicas e emblemáticas:

“Bandoleiros”, desbriados, desordeiros, malta de sicários, quadrilha de ladrões são os epítetos com que a gentileza ditatorial e fraternidade republicana mimoseiam os **abnegados batalhadores da liberdade** [...] [...] o caudilho mercenário Nepomuceno Saraiva, a quem foi confiada a tarefa derrancada e nefanda de profanar e conspurcar a bandeira nacional que, graças a Deus, já foi desagradada, no sítio predestinado de Ponche Verde, **pela bravura indomável do Leão do Caverá, a figura épica do tropeiro da Liberdade**<sup>147</sup> (Grifos meus)

O discurso de Plínio Casado reproduzido no álbum, entre outras coisas, refere-se aos encontros entre as tropas comandadas por Honório Lemes e as hostes de Nepomuceno Saraiva. Percebe-se no discurso a tentativa de reversão do conceito de “bandoleiro”, anteriormente vexatório e desmoralizante, mas que posteriormente recebe um novo significado e transmuta-se para fazer parte de um imaginário heroico-militar em torno dos “bandoleiros”, os “abnegados batalhadores da liberdade”. Neste sentido, o “ser bandoleiro” é recolocado enquanto um emblema, um símbolo, presentificando e personalizando todo um conjunto social e que como tal, pertence ao imaginário que mobiliza representações e sintetiza valores e julgamentos (MACIEL, 1998, p.83). Cabe destacar que na tentativa de construção de um imaginário político e social do “bandoleiro-herói-libertador” operado pelo *Álbum dos Bandoleiros*, a figura dos líderes assumiu o papel dos “heróis” que encarnam uma série de qualidades e estimas. Conforme Maria Eunice Maciel (1998), ao refletir sobre as construções míticas de heróis:

<sup>147</sup> Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 8ªed, 1924, p.7.

De certa forma esta figura assume ares de heróis. No imaginário local, ele é imbuído de todas as qualidades pelas quais a população identifica um dos heróis, sua bravura e seus “grandes feitos”. Mas como uma figura pode realizar grandes ações? Porque ela, enquanto símbolo, “representa”, personifica e presentifica (MACIEL, 1998, p. 84).

Uma das imagens fotográficas significativa em torno desta concepção de “líderes-heróis” e identificada no padrão temático relativo ao “Movimento Armado” trata-se de uma galeria de retratos que explora a tentativa de construção e estabelecimento de um panteão com os personagens de maior destaque no movimento de 1923.

Figura 6 - Panteão dos “bandoleiros”: “Honrando uma época da nossa geração”



Fonte: Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 8ªed., 1924, p.7

Os retratos acima fazem parte das primeiras fotografias reproduzidas no álbum, ou seja, estão expostos como uma espécie de abertura visual da publicação, na qual o leitor prontamente ao abrir o artefato e folhar as primeiras páginas, visualiza e identifica os principais “vultos” do movimento militar, que deveriam, portanto, ser conhecidos, reconhecidos e difundidos entre os contemporâneos, assim como documentados e perpetuados para o conhecimento das futuras gerações<sup>148</sup>.

<sup>148</sup> Um aspecto curioso é que esta galeria de retratos não foi reproduzidas nas primeiras páginas da 1ª edição da publicação. Naquela versão, a abertura fotográfica do álbum cabia aos retratos de Assis Brasil, acompanhado da

A reunião e exposição dos retratos das figuras difundidas como as mais proeminentes do movimento apontam para dois aspectos interessantes. Primeiro, a tentativa de selecionar, definir e veicular para o público consumidor da publicação aqueles que haviam sido os “bandoleiros-heróis” do Rio Grande do Sul e que teriam “honrando uma época da geração” de rio-grandenses. Neste sentido, é importante perceber que não por acaso, bem ao centro e no plano de maior destaque e ênfase estão os retratos dos seis “Generais Libertadores”, que encontram-se rodeados e cercados por outras figuras de alguma relevância, porém hierarquicamente um pouco inferiores na concepção da publicação sobre os personagens da luta armada. Da mesma forma, exatamente os mesmos retratos fotográficos foram aproveitados pelo fotógrafo Carlos Gatti na produção do “Quadro Pro-Paz” que também buscou veicular, segundo o próprio anúncio de venda do produto no jornal *Correio do Povo*, os “vultos mais proeminentes do movimento revolucionário”<sup>149</sup>. A existência do quadro de Gatti e outros produtos político-visuais explorando fotografias das lideranças, também apontam para um grau de circulação, propagação e penetração da imagem destes líderes na sociedade rio-grandense e a construção de um imaginário político e social em torno dos “bandoleiros”, tendo em vista que a repetição e reprodução das fotografias em diversos formatos como jornais, cartões-postais, ampliações fotográficas, etc., contribuíram na tentativa de estabelecimento deste imaginário. Conforme percebeu Lilia Schwarcz (2013), ao analisar a difusão de imagens do imperador Dom Pedro II no Brasil do século XIX, é justamente através deste movimento de repetição e multiplicação de imagens pictóricas em diversos espaços sociais, que se produz no imaginário a visibilidade e a importância de determinados personagens (SCHWARCZ, 2013, p. 87).

Um segundo aspecto possível de ser apreendido através da galeria dos retratos, diz respeito à ênfase em rememorar e celebrar um sentimento de união e solidariedade entre os oposicionistas, assim como de também excluir e esquecer os conflitos e controvérsias entre eles. Ao atentar para a trajetória biográfica de cada um destes personagens retratados é possível perceber que possuíam posturas e trajetórias bastante diversas e até conflitantes em dados momentos de suas histórias de vida. Este é o caso de Zeca Netto e Menna Barreto, que durante muitos anos foram adeptos do PRR, tendo inclusive durante a “Revolução Federalista de 1893” combatido no lado legalista da guerra civil contra os opositores vinculados ao Partido Federalista. No “panteão dos bandoleiros”, Netto e Barreto estão colocados lado a

---

legenda de “O Regenerador” e de Setembrino de Carvalho, “O Pacificador”. Na edição posterior, estes retratos passaram para as últimas páginas e a galeria assumiu seu lugar. Aspecto que, possivelmente, se explique pela popularização e penetração das imagens destas lideranças na sociedade durante os primeiros meses de 1924.

<sup>149</sup> Sobre o “Quadro Pro-Paz” e outros produtos visuais localizados na pesquisa, consultar o capítulo I.

lado com indivíduos como Honório Lemes, Leonel Rocha e Felipe Portinho, três federalistas de longa data e de importante atuação em seus municípios, assim como reconhecidos veteranos da guerra civil de 1893. Ou seja, inimigos em 1893 e que em 1923 representavam um mesmo movimento armado e um mesmo grupo político. Para o intuito defendido pelo álbum, pouco importava estas divergências, interessava apenas o fato de que todos eles haviam lutado e defendido uma mesma causa ao pegarem em armas em 1923 e desta forma eram todos “bandoleiros” lutando contra um inimigo em comum. Nesse sentido, o álbum privilegiava determinados elementos a serem visualizados e excluía aqueles que deveriam permanecer na invisibilidade, jogando com operações de memória e esquecimento (POSSAMAI, 2005, p.13), exaltando aquilo que deveria ser rememorado na construção do imaginário dos “heroicos feitos” dos “bandoleiros” e da Revolução de 1923.

Especificamente sobre a noção de imaginário, cabe explicitar algumas definições em torno da sua utilização. Parto aqui da aceção do conceito proposta por Sandra Pesavento (1995), que entende que a noção de imaginário, embora de complexa definição, pode ser compreendido como um sistema de ideias-imagéticas de representação coletiva, mediante os quais os grupos sociais se atribuem uma identidade, estabelecem suas divisões, legitimam seu poder e concebem modelos para a conduta de seus membros (PESAVENTO, 1995, p.16). Desta forma, a construção do imaginário encontra-se fortemente associada com o estabelecimento de vínculos e de ideias de coesão e identidade no interior dos grupos políticos e sociais. Tendo em vista que o imaginário pode ser considerado como uma espécie de um “cimento social” no interior dos grupos (MAFFESOLI, 2001, p.76).

Segundo Bronislaw Baczko (1984), um dos principais teóricos sobre o conceito, é justamente através dos imaginários sociais que uma coletividade designa sua identidade, elabora uma representação de si, estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais, exprime e impõe crenças comuns e constrói uma espécie de código de “bom comportamento” de seus adeptos através da instalação de modelos formadores, tais como: o do “chefe”, o “bom súdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. (BACZKO, 1984, p. 309-310). Por sua vez, Loiva Otero Félix (1998) salienta o caráter mobilizador para a ação que os imaginários suscitam por meio da sua capacidade de sensibilizar corações e mentes em torno de uma unidade e identidade que é construída e legitimada através da coletividade (FÉLIX, 1998, p. 146-147).

Devido a sua importância no meio social, a construção e consolidação de imaginários são sempre locais de conflitos, relações de poder e disputas de poder simbólico. Sendo que para o poder político, o domínio do imaginário e do simbólico se coloca como um espaço

estratégico (BACZKO, 1984, p.297), aspecto que justifica os esforços e investimentos dos grupos político-partidários na produção de determinados produtos e estratégias de ação simbólica de convencimento e persuasão.

No entendimento deste estudo, a criação do imaginário sobre os “bandoleiros” estava estritamente relacionada à necessidade de reverter e combater a representação pejorativa forjada anteriormente pelos adeptos de Borges de Medeiros. Tratava-se de definir aquilo que era entendido como sendo “bandoleiro” por parte do grupo, exaltando as qualidades e os méritos da coletividade, ao mesmo tempo em que se contrapondo e se diferenciando em relação aos seus adversários, denunciando e acusando os elementos negativos percebidos nos adversários borgistas. Tendo em vista que, em um contexto de batalha simbólica pela definição do imaginário político, conforme problematiza Lilia Schwarcz (2013), melhor que descobrir quem foram os vencedores destes combates, é repensar a importância da dimensão cultural e perceber que todo regime político estabelece em sua base um imaginário social constituído por utopias e ideologias, mas também por mitos, símbolos e alegorias, elementos poderosos na conformação do poder político, especialmente quando adquirem uma aceitação popular (SCHWARCZ, 2013, p. 20).

Diante desta batalha simbólica de definição dos contornos do imaginário político, ele é trabalhado através de um arsenal de mecanismos emocionais, como os símbolos de um partido, as datas que devem ser comemoradas, os heróis e mitos que devem ser lembrados, os ritos que precisam ser atualizados (MAFFESOLI, 2001, p. 78). Conforme defende Pesavento (1995), o imaginário se expressa através de símbolos, ritos, crenças, discursos e representações alegóricas figurativas (PESAVENTO, 1995, p.24).

Não obstante, ao falarmos de imaginário, luta simbólica e representações, não se trata de estabelecer uma oposição e distinção entre aquilo que corresponde ao real e aquilo que remete ao nível do imaginário. Segundo Félix (1998), ambos não podem ser encarados como antagônicos, mas pelo contrário, percebidos como unidos simbioticamente (FÉLIX, 1998, p. 142). Por sua vez, Roger Chartier (1988), através de importante contribuição para a análise do conceito de representação, afirma que não existe uma oposição entre o mundo real e o imaginário, sendo que discursos e representações podem se colocar como importantes instrumentos de constituição de poder e transformação da própria realidade (CHARTIER, 1988, p. 26-34.). No mesmo sentido, Raoul Girardet (1987), ao refletir a respeito das mitologias, mitos e imaginários políticos, defende que estes são tão determinantes quanto

determinados, saídos da realidade social e igualmente criadores da realidade social (GIRARDET, 1987, p. 183-184). Aproximando-se desta discussão, Zita Possamai (2005) ao analisar a relação entre álbuns fotográficos e imaginários sociais, considera que o imaginário social interfere tanto na criação das imagens fotográficas, como nas concepções de coleção que resultam na produção de um álbum fotográfico. Da mesma forma, no outro extremo, o da recepção, o álbum e as imagens contribuem para a construção e veiculação de um determinado imaginário, através da visualidade como um elemento central (POSSAMAI, 2005, p.138). Neste sentido, pode-se considerar que o *Álbum dos Bandoleiros* tanto objetivou contribuir na construção de um determinado imaginário político e social nesta luta simbólica, como foi produzido em decorrência e a partir de determinadas ideias, valores e concepções difundidas pela sociedade e política de seu tempo.

Contribuições extremamente profícuas para a discussão proposta são os trabalhos do sociólogo francês Pierre Bourdieu. O autor compreende que os sistemas simbólicos e instrumentos de poder simbólico só podem exercer um poder estruturante porque são igualmente estruturados, e desta forma, possuem a capacidade de conformar ou transformar uma visão de mundo, e desta forma, o próprio mundo (BOURDIEU, 2012, p.9-11). Neste sentido Bourdieu (1997) explora a ideia de ação simbólica, que segundo ele tem por

[...] objetivo produzir e impor representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) do mundo social capazes de agir sobre esse mundo, agindo sobre as representações dos agentes a seu respeito (BOURDIEU, 1997, p.117).

O conteúdo do *Álbum dos Bandoleiros*, pensado como um instrumento de poder simbólico, tinha por objetivo, através das representações que veiculou e do imaginário que procurou construir, realizar esta ação simbólica, que na concepção bourdiana trata-se de um ato de suscitar mobilização para produzir a unidade real dentro de determinado grupo, ou a crença na existência desta unidade que tende a gerar a própria unidade real e o próprio grupo (BOURDIEU, 2012, p. 120). Conforme será debatido ao longo do texto, uma das principais concepções do álbum fotográfico estava em auxiliar na tentativa, levada a cabo pelas diversas lideranças da Aliança Libertadora durante a década de 1920, de construção e consolidação de laços mais sólidos e coesos no interior dos setores oposicionistas.

Mas voltemos à análise visual do *Álbum dos Bandoleiros*. O intuito de definição de heróis também se encontra presente em diversas outras fotografias da publicação, como por exemplo, na imagem fotográfica de alguns oficiais vinculados a Felipe Portinho, que durante a análise do corpus documental foi identificada com os descritores de “Lideranças Militares” e “Tropas Armadas/Coletivas”.

A fotografia reproduzida a seguir foi impressa ocupando uma página inteira da publicação<sup>150</sup>. Ela apresenta parte do grupo comandado por Felipe Portinho, possivelmente os oficiais mais próximos do general e que faziam parte do “Estado Maior” de sua coluna militar. Aparentemente em uma sala de estar, os homens posam para o fotógrafo com expressões sisudas, alguns em pé e outros sentados.

Figura 7 - “Os Heróis da Serra”



Fonte: Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 8ªed., 1924, p.42

Na imagem encontra-se representada uma tônica das poses fotográficas registradas pelo álbum: o general, líder principal, aparece na maioria das vezes, sentado ou em pé, mas sempre ao centro da fotografia, postado bem ao meio do grupo de pessoas que o cercam. Segundo Carlos Alberto Barbosa (2006), as fotografias permitem uma percepção da hierarquia das relações militares, sociais e políticas através das relações entre fotografados e suas localizações nas imagens: a centralidade e o primeiro e segundo plano. Quanto mais central e em primeiro plano, maior era o destaque dado aos personagens mais importantes (BARBOSA, 2006, p. 128). Este elemento pode ser compreendido através dos papéis que

<sup>150</sup> Na grande maioria das páginas do álbum foram impressas de três a seis fotografias. Em alguns casos, principalmente quando se tratavam de imagens com forte apelo simbólico, como os retratos de lideranças, as fotografuras foram dispostas de maneira ampliada e ocupando toda uma página.

estes chefes assumiram enquanto centros de referências e de adesões para a luta armada. Naquilo que tange a construção de uma determinada memória do grupo oposicionista em torno dos acontecimentos de 1923, conforme ressalta Michel Pollak (1989), as duas funções essenciais da memória são de forjar uma coesão interna e construir uma defesa das fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, o que significa fornecer pontos e um quadro de referência (POLLAK, 1989, p.9), o que o álbum buscava calcar na exaltação dos “heróis” e seus “grandes feitos”.

Outro aspecto possível de ser compreendido nesta fotografia, assim como em diversas outras imagens que remetem ao tema das “Tropas Armadas/Coletivas”, é de que estes registros coletivos remetem a uma ideia, além da própria dimensão militar de um grupo numeroso de soldados, de que a fotografia foi utilizada como recurso da memória daqueles que lutaram juntos, com isto servindo como elemento de construção de uma solidariedade coletiva (BARBOSA, 2006, p.127). Centenas de indivíduos foram retratados pelo álbum e com o auxílio do registro fotográfico teriam sua participação eternizada. Da mesma forma, as fotografias coletivas também significavam uma espécie de atestado do poderio coletivo do grupo e demonstrava que a força dos “libertadores” também se encontrava vinculada ao contingente numeroso de correligionários e homens armados que poderiam ser mobilizados para participar do combate frente ao partido hegemônico no estado, tanto em disputas armadas quanto eleitorais. Através destes aspectos, a ênfase na coletividade também contribuía para sedimentar a legitimidade da causa e das colunas militares na guerra civil, e conseqüentemente, a legitimidade do grupo político-partidário opositor. Com a dimensão visual da numerosa adesão que as hostes opositoras suscitavam na população rio-grandense, “fazia-se ver e fazia-se crer” que os “bandoleiros” não se tratavam de uma minoria política na sociedade, mas pelo contrário, uma maioria ampla, mobilizada e ativa.

Outro descritor temático amplamente identificado no conteúdo visual da publicação trata-se do tema relativo ao “Episódio/Acontecimento” da “Tomada de Pelotas” composto por fotografias que retratam a invasão das tropas de Zeca Netto naquela cidade.

No dia 29 de Outubro de 1923, 250 homens comandados por Zeca Netto invadiram a cidade de Pelotas e ocuparam a zona urbana do município por algumas horas<sup>151</sup>. As tropas encontraram pouca resistência legalista no local e atacaram e tomaram os postos de guarnição da Brigada Militar. Após a invasão da cidade, o grupo desfilou pela área central,

---

<sup>151</sup> Algumas descrições e interpretações deste episódio podem ser encontradas no livro de memórias escrito pelo próprio Zeca Netto (1983), além da pesquisa de Pedro Henrique Caldas (1995) e das contribuições de Arthur Ferreira Filho (1973).

acompanhado por uma multidão de curiosos e adeptos que pararam para presenciar e seguir a procissão de Netto e seus homens pelas ruas. A tomada culminou com a ocupação da Intendência Municipal na qual Zeca Netto lavrou uma ata de registro da conquista da cidade e emitiu um telegrama ao presidente Arthur Bernardes comunicando sobre o acontecimento.

O comandante do ataque, Zeca Netto, ao narrar os episódios daquele acontecimento em seu livro de memórias, expõe seu entendimento de que Pelotas representava a segunda cidade do estado, um município central e comercial que com a sua tomada estratégica demonstraria ao presidente Arthur Bernardes que a posição de Borges de Medeiros não era “tão forte como o governo federal havia sido informado”. Assim como, as circunstâncias eram favoráveis a uma tentativa de tomada da cidade, tendo em vista que a maior parte da Brigada Militar do município, comandada por Emilio Massot, havia recebido ordens superiores para seguir em direção a região serrana em perseguição a coluna de Honório Lemes, com isto restando uma defesa mínima ao local do ataque (NETTO, 1983, p.97). Por outro lado, ainda segundo o registro memorialístico de Netto (1983), as próprias autoridades de Pelotas descreditavam em um possível ataque contra a cidade. Conta-se que o intendente municipal Pedro Osório, durante a madrugada ao ser comunicado por um soldado sobre a proximidade de homens de Zeca Netto na região, teria respondido: “Vá dormir, não pense em Netto, que está sempre anunciando vir, e cá não tem vindo e nem virá” (NETTO, 1983, p.100).

Vitória, conquista, tomada, ocupação momentânea ou passagem rápida, seja como for e possam ser interpretados os acontecimentos ocorridos naquele dia, o episódio ganhou ampla repercussão e ficou conhecido como um dos principais feitos do grupo armado oposicionista durante a guerra civil<sup>152</sup>. Não por acaso, foi um dos temas favoritos explorados pelo *Álbum dos Bandoleiros* com a presença de 24 recorrências do descritor temático. As fotografias do episódio remetem a alguns aspectos fundamentais na tentativa de construção do imaginário e estabelecimento da memória da guerra civil. Primeiro, a ênfase em definir este evento como um “fato heroico” e uma importante vitória militar. Tomar uma cidade como Pelotas, um importante centro urbano, econômico e político do estado, como havia previsto Netto, significava um triunfo moral de grande importância para as tropas militares, na medida em que aumentava o ânimo e a esperança de todos os opositores, enfraquecia a confiança de Borges de Medeiros e pressionava ainda mais o governo federal para encaminhar uma solução ao conflito. Tendo em vista que Pelotas contava com uma forte adesão ao PRR e a Borges de

---

<sup>152</sup> O episódio parece ter adquirido ampla repercussão na época. O pesquisador Pedro Caldas transcreve algumas matérias de jornais pelotenses do período que evidenciam o êxtase em torno da presença das tropas oposicionistas na cidade de Pelotas (CALDAS, 1995, p.65-70).

Medeiros, a conquista da cidade e a exibição visual do apoio recebido pelas tropas por parte da população significava uma demonstração de força política dos setores oposicionistas na zona sul do estado.

No mesmo sentido, é preciso destacar que Zeca Netto havia diretamente ido até a Intendência Municipal e assumido o posto do então intendente e partidário do PRR, Pedro Osório, assim como lavrado a ata da ocupação, registrando para a posteridade através da escrita os episódios ocorridos naquele dia de 29 de outubro de 1923. Registro e perpetuação que o *Álbum dos Bandoleiros* também objetivava documentar através das fotografias dos acontecimentos, personagens e localidades nos quais a guerra civil havia saído “vitoriosa”. Conforme analisa Michel Pollak (1992), é justamente através destes três elementos, os acontecimentos vividos pelo grupo, os personagens conhecidos e reconhecidos de maneira indireta ou direta e os lugares vinculados à lembrança, é que as memórias coletivas são construídas (POLLAK, 1992, p.202-203). Já que os episódios da invasão de Zeca Netto parecem ter adquirido um lugar de destaque e permanecido sendo rememorados na memória coletiva e no imaginário local durante diversas décadas posteriores ao acontecimento<sup>153</sup>.

Em segundo lugar, as imagens que retrataram este episódio reforçam um elemento de adesão e comunhão com o povo, dos moradores da cidade de Pelotas em relação as tropas oposicionistas. Nas fotografias, Zeca Netto e seus comandados aparecem cercados e imersos em uma multidão de pessoas que parecem confraternizar e comemorar com a presença coluna militar na cidade. Na primeira imagem reproduzida abaixo (Figura 8), a multidão realiza a abertura de um corredor para que Zeca Netto pudesse desfilar triunfante em meio ao povo, em uma completa deferência da população e dos comandados por Zeca Netto, enquanto o “Condor dos Tapes” recebia ali as “estrondosas ovações dos leais “bandoleiros” da cidade”.

---

<sup>153</sup> Pedro Caldas, em sua obra, reproduz um discurso proferido por um jovem durante a passagem das tropas no centro da cidade, no qual Zeca Netto é efusivamente ovacionado como o “General herói libertador da cidade”. Além disto, o autor ainda ressalta que em conversa com moradores de Pelotas, descobriu que durante a década de 1950 era muito comum a utilização da expressão “Chegou o Zeca Netto!”, que costumava ser dita quando ouvia-se fogos de artifício na cidade, em alusão aos tiroteios de 29 de Outubro de 1923 (CALDAS, 1995, p.110-114). No mesmo sentido as reminiscências do acontecimento podem ser percebidas ainda hoje através de manifestações culturais, como por exemplo, na música “Satolep” de autoria de Vitor Ramil, que traz uma breve menção ao episódio: “Muito antes das charqueadas, da invasão de Zeca Netto, eu existo em Satolep...” (RAMIL, 1984).

Figura 8 - Tropas de Zeca Netto desfilam pela cidade de Pelotas



O "Condor dos Tapes" recebendo as estrondosas ovações dos leaes "bandoleiros" da cidade

Fonte: Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 8ªed., 1924, p. 25

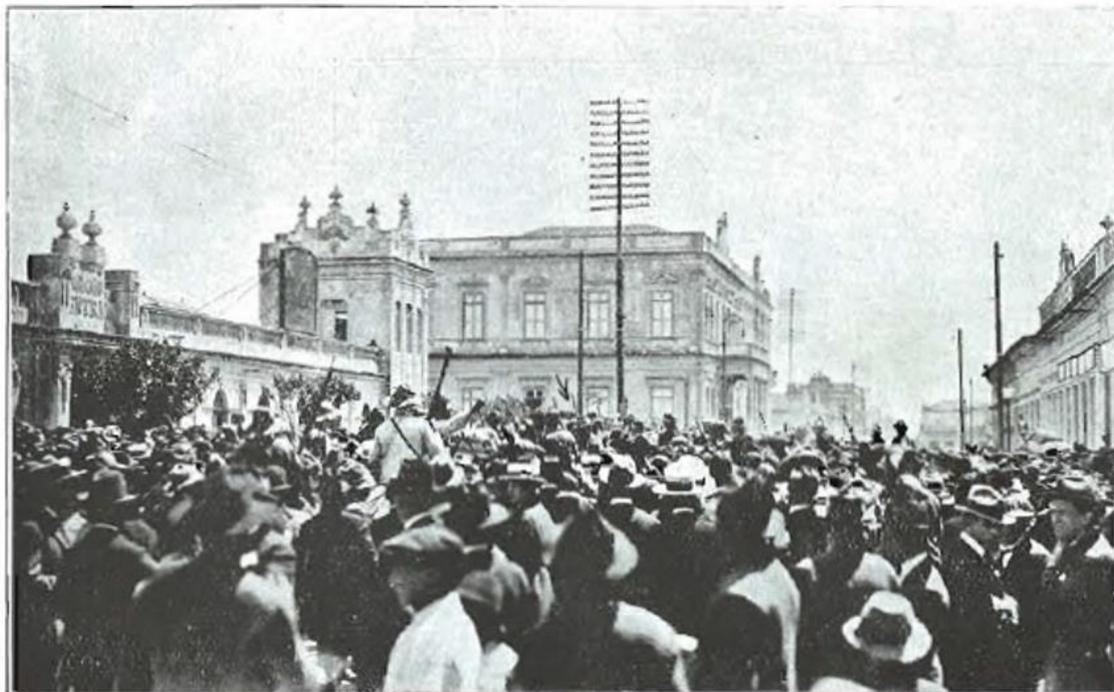
Por sua vez, a fotografia apresentada à seguir (Figura 9), retrata a tropa em frente ao Mercado Público e se encaminhando em direção a Intendência, prédio ao fundo na esquina com o Mercado. No trajeto, as forças são cercadas pelo povo, que segundo a legenda fotográfica, "as vitoriava, jogando-lhes flores", tornando visualmente quase impossível diferenciar soldados e civis devido ao grau de proximidade e aglomeração da multidão.

Alguns trechos da narrativa memorialística de Zeca Netto são interessantes para compreender estes aspectos. Segundo ele: "as onze horas, conduzido por uma compacta massa popular, cheguei a Intendência, onde se encontravam os principais vultos daquela cidade pertencentes ao credo revolucionário." (NETTO, 1983 p.102). Em outro momento, já durante a retirada das tropas, Zeca Netto foi convidado a tomar um café na residência de um correligionário, lá chegando relata que

[...] com dificuldade pude entrar na casa, onde vindo o café para cima de uma mesinha, esta girava para todos os lados, com empurrões daquelas pessoas que desejavam abraçar-me. A xícara de café ficou cheia de pétalas de rosas. [...] já ao pôr do sol cheguei a casa de negócios de Carlos Brauner, onde fiz uma leve refeição, porque desde o meio dia anterior não havia comido, e somente havia tomado a xícara de café com flores (NETTO, 1983, p.103)

Ainda em torno da mesma figura, estes elementos de afago da população com as tropas e a liderança de Zeca Netto se tornam ainda mais contundentes.

Figura 9 - Tropas de Zeca Netto desfilam pela cidade de Pelotas II



Forças do Gal. Zeca Netto, em Pelotas, cercadas pelo povo que as victoriava, jogando-lhes flores.

Fonte: Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 8ªed., 1924, p. 25

Na concepção defendida pelo *Álbum dos Bandoleiros*, as diversas e numerosas manifestações de solidariedade e apoio da sociedade rio-grandense, na qual o episódio de Pelotas representava um momento sintomático e extremo, demonstravam que a maioria da população estava com os opositores e que esta ampla maioria acreditava que aqueles não eram “bandoleiros-bandidos” como diziam os governistas, assim como vislumbravam naquele grupo político a melhor alternativa para a comandância estadual. Possivelmente estes aspectos reiteravam e legitimavam as mobilizações políticas do grupo opositor na sua luta pelo poder estadual. Voltarei a este aspecto ao abordar o grupo temático relacionado com a “Sociedade, Memória e Celebração”.

Ainda em torno dos acontecimentos da invasão de Pelotas, outra importante fotografia apresenta elementos extremamente instigantes para a reflexão da proposta de estudo. Trata-se do retrato de dois oficiais da coluna de Zeca Netto durante o momento de ocupação da Intendência Municipal.

Figura 10 - Dois soldados seguram uma imagem de Borges de Medeiros



Dois heróes da tomada da cidade, retrato arrancado da Intendencia Municipal.

Fonte: Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 8ªed., 1924, p. 22

A fotografia apresenta alguns aspectos peculiares em torno da relação entre fotografia e política, imagem e poder simbólico. Na cena, dois homens, vestindo os trajes improvisados e tradicionais de soldados das forças do “Exército Libertador” e cada qual portando uma arma de fogo, um deles com uma flor dependurada no cano da arma, posam para a lente do fotógrafo. Um deles segura um retrato ampliado, virado de ponta cabeça, do presidente estadual Borges de Medeiros. Segundo a identificação da legenda, os “dois heróis da tomada

da cidade” teriam arrancado da intendência municipal o retrato do presidente do estado e carregado consigo, como uma espécie de prêmio e recordação daquele momento vitorioso.

A cena também aponta para os usos e a penetração das imagens fotográficas na sociedade e política daquele momento histórico. Os homens reconheciam a figura de Borges de Medeiros, embora possivelmente tenham o visto apenas através de retratos, assim como possuíam um conhecimento sobre a importância daquele artefato visual detentor de um destacado poder simbólico, justamente por se tratar da representação da figura e do poder político de Borges de Medeiros e com isto tratava-se de um símbolo de poder a ser manipulado e utilizado, seja como forma de veneração e exaltação ou como mecanismo de crítica e deboche.

O ato de apoderar-se da fotografia se tratava de uma ação simbólica: invadir a intendência, apossar-se do retrato de Borges de Medeiros, que possivelmente estava exposto na parede da sala do gabinete do intendente (espaço físico que representava o poder municipal), e após isto deixar-se fotografar portando aquele troféu (possivelmente de maneira conscientemente irônica o virando de ponta cabeça), significava a vitória do movimento armado, a superioridade dos opositoristas e a decadência de Borges de Medeiros como um ícone do poder do partido adversário. Tratava-se de um retrato-símbolo, que conquistado pelos soldados opositoristas, demonstrava a vitória da luta dos “bandoleiros”, assim como configurava uma metáfora em torno da deposição do presidente do estado: assim como aquele retrato havido sido expurgado da parede do poder municipal, seria o presidente do estado deposto da presidência. Ato simbólico que demonstra o poder de uma imagem em um momento peculiar que era eternizado pelo registro fotográfico e sua reprodução na coletânea do *Álbum dos Bandoleiros*.

Por fim, como um diálogo com a análise proposta no próximo grupo temático, cabe destacar uma fotografia vinculada com o descritor temático relativo aos “Adversários/Inimigos”. A imagem reproduzida a seguir trata-se de um dos poucos registros reproduzidos pela publicação em torno dos adversários da guerra civil. Contudo, possui uma carga simbólica fundamental na transmissão das ideias e concepções veiculadas pelo conteúdo do álbum fotográfico e que extrapolava os limites apenas “militares” da representação da guerra civil.

A fotografia, embora esteja vinculada a um ambiente extremamente político-partidário, foi identificada no padrão temático relativo ao movimento armado por se tratar da assinatura do término da revolta, acordo que pôs um fim à luta armada e levou ambos os lados a depor as armas, assim como devido ao fato de representar o principal inimigo do

movimento: Borges de Medeiros. Segunda a ótica do álbum, a fotografia representaria o líder máximo do grupo legalista se curvando aos “bandoleiros” e assinando o pacto de paz. Fato que significava e evidenciava que Borges havia sido derrotado e cedia às diversas reivindicações do grupo opositor ao sofrer a tão debatida e esperada intervenção federal dentro dos domínios do PRR.

Figura 11 - Borges de Medeiros assinando o pacto da paz



Fonte: Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 8ªed., 1924, p. 82

Na imagem, Borges de Medeiros, sentado em uma mesa, ao centro da cena fotografada, no seu gabinete dentro do Palácio do Governo, assina os termos da paz, cercado por diversas pessoas pertencentes às elites políticas do PRR e também por representantes do governo federal que intermediavam a pacificação e que observam o presidente estadual assinar os papéis com uma feição séria e compenetrada.

A fotografia é repleta de significados. Através dela é possível apreender a construção de uma ideia de que Borges de Medeiros havia sido derrotado e assinava, contra sua própria vontade, os termos que selavam a paz e atingiam em cheio a soberania de seu partido e seu governo. O líder máximo do estado e do PRR cedia aos “bandoleiros” e ao poder nacional, e

que, conforme o exposto na legenda, tratava-se da “Assinatura da Paz em Porto Alegre, Palácio do Governo onde se rasgou a Constituição de 14 de Julho”. Cabe ressaltar que muitos dos chefes militares acabaram desapontados com o desfecho final da revolta, tendo em vista o desejo de que Borges de Medeiros fosse imediatamente deposto do seu cargo, o que acabou não ocorrendo, uma vez que Borges permaneceu até o fim do seu mandato em 1928. Ainda assim, o *Álbum dos Bandoleiros* buscou destacar a eloquência daquele momento através do qual se alterava a tão importante e defendida carta constitucional estadual escrita por Júlio de Castilhos em 1891 e que também pode ser percebida como outro símbolo de poder político do PRR. Conforme apontou Céli Pinto (1986), um dos elementos presentes no discurso das oposições ao longo do ano de 1923 foi o de atacar o caráter ditatorial percebido na constituição rio-grandense (PINTO, 1986, p.87-95).

De qualquer forma o registro fotográfico daquele momento significava muito para as oposições político-partidárias e para o chamado “Exército Libertador”. Era a prova de que aqueles meses de luta armada não haviam sido em vão e ainda que a vitória não tenha sido plena, algumas novas possibilidades haviam sido abertas com o tratado de paz. Cabia agora aos opositores efetivarem a sua união e mobilizarem-se para os novos confrontos eleitorais contra o partido governista.

## 2.2 Sociedade, Memória e Celebração: os “bandoleiros” em comunhão com o povo e o “enquadramento da memória”

O segundo padrão temático-visual mais recorrente entre as temáticas da publicação foi o agrupamento em torno do assunto “Sociedade, Memória e Celebração”, que corresponde a 20,26% do total de descrições investigadas. Em torno desta temática foram reunidas as fotografias que remetem-se ao tema das manifestações de apoio da população civil em relação aos “bandoleiros”, assim como das celebrações internas entre os diversos correligionários oposicionistas, ou ainda, a comunhão entre as lideranças militares e as lideranças políticas do movimento de 1923.

Primeiramente, cabe analisar outro elemento extremamente recorrente dentro deste grupo temático, bem como em todo o conteúdo do *Álbum dos Bandoleiros*: o intuito de estabelecimento e salvaguarda de uma determinada memória histórica da Revolução de 1923, em uma tentativa de enquadrar esta memória em torno de selecionados personagens, localidades e acontecimentos específicos. Conforme Michel Pollak (1989) é justamente em torno das memórias políticas dos grupos sociais onde estão situadas as maiores disputas e

consequentemente os trabalhos mais árduos de enquadramento da memória. Esta operação de enquadramento trata-se de uma intervenção de ajuste e direcionamento da memória coletiva que pode ser compreendido como um investimento operado por organizações políticas, sindicais, entre outras, na busca por solidificar o grupo social. Este trabalho de “enquadrar a memória” ocorre através da valorização e hierarquização de determinadas datas, personagens e acontecimentos e que pode ser identificado através de seus rastros, como, por exemplo, na produção de discursos acerca de acontecimentos destacados e grandes personagens ou em objetos materiais, como monumentos, museus, entre outros (POLLAK, 1989, p.6-9), ou ainda, através do projeto de publicação de um álbum fotográfico que documentasse um episódio tido como excepcional na trajetória vivida pelo grupo. As imagens tratam-se de excelentes exemplos acerca deste trabalho com a memória.

Através da leitura de uma espécie de texto manifesto publicado no álbum, este “trabalho com a memória” se torna bastante evidente. Reproduzido nas primeiras páginas da publicação, intitulado como “Nosso Depoimento” e escrito pela dupla de editores da 1ª edição, Fernando Barreto e Carlos Horácio Araújo, o texto apresentou uma síntese dos episódios históricos ocorridos naquele período. Composto por cinco páginas, constrói uma breve narrativa histórica do início da década de 1920 através de uma seleção e ordenação em torno de causas, acontecimentos, localidades e personagens da Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul.

Segundo a construção e ordenamento da narrativa, o conflito se iniciou com a candidatura de Borges de Medeiros para a reeleição do estado em 1922, fato que levou as oposições a convidarem Assis Brasil para que concorresse ao cargo representando todos os oposicionistas. Assis emitiu uma carta-resposta (reproduzida pelos editores no texto), avaliando o momento político vivido pelo Rio Grande do Sul e aceitando a indicação de seu nome como candidato. A narrativa prossegue enfatizando a ampla “peregrinação cívica” de propaganda eleitoral realizada pelos adeptos oposicionistas pelo interior do estado durante o ano de 1922. Em seguida ocorreram às eleições do dia 25 de Novembro de 1922, nas quais, segundo os autores do texto, entrou em ação “a máquina borgista”, com sua ampla utilização de fraudes eleitorais e da coerção da Brigada Militar, que culminou em episódios como o assassinato do oposicionista Vasco Alves em uma mesa eleitoral de Alegrete e o emprego da comissão averiguadora dos votos válidos que estava completamente comprometida com Borges de Medeiros.

Dando prosseguimento à narrativa cronológica, o texto menciona o momento da posse de Borges de Medeiros no dia 25 de janeiro de 1923, antecedida um dia antes, pelo telegrama

(também reproduzido na íntegra no texto) do deputado federalista Arthur Caetano ao presidente nacional Arthur Bernardes, comunicando que o estado encontrava-se em guerra civil e a posse de Borges de Medeiros não seria aceita. Diante destes diversos aspectos, deflagrou-se a revolução por todo o território estadual durante os meses de 1923, apenas cessada com o envio de Setembrino de Carvalho para mediar o acordo de paz e o posterior estabelecimento definitivo da pacificação através da assinatura do pacto de Pedras Altas, transcrito completo pelo álbum fotográfico, com objetivo de servir como testemunho histórico para o futuro e para que o presente soubesse das responsabilidades do governo estadual e das “vitórias” conquistadas pelos opositores através do pacto assinado<sup>154</sup>.

Além da ordenação e explicação dos acontecimentos históricos do contexto, na conclusão do texto os autores expressam seu entendimento acerca do objetivo documental e memorialista da publicação daquele álbum fotográfico:

**Deixamos assim, consignada no álbum dos “Bandoleiros” a demonstração documentada para a história no futuro,** de como o gaúcho rio-grandense não perdeu da garupa de sua cavalgada, na grande travessia dos tempos, aquela bagagem honrosa, que fê-lo o centauro intrépido das coxilhas, tido e havido no passado, como a mais perfeita expressão do homem com todos os seus atributos de vida, força e admirável heroísmo; - nobre pela nítida inteligência dos seus ideais de liberdade; - sublime pelo atrevimento leal de sua audácia. Porto Alegre, Natal da Paz 25-12-923. Carlos Horácio Araújo e Fernando Barreto.<sup>155</sup> (Grifo meu)

Através deste trecho final é possível perceber a pretensão do *Álbum dos Bandoleiros* em servir como um artefato documental, no qual a fotografia é apresentada e utilizada em sua função de um registro objetivo e inegável dos acontecimentos (POSSAMAI, 2005, p. 154). A edição do álbum procurou assumir uma postura de objetividade, tentando demonstrar o que “realmente aconteceu” através da combinação entre a utilização das fotografias, caracterizadas pelo status de o “olho da história”, e os textos, vinculados ao discurso histórico. Assim, a pretensão de objetividade documental da publicação ocultava a posição subjetiva dos editores do álbum diante de uma determinada história que se buscava transmitir aos leitores (BARBOSA, 2006, p. 164).

Na mesma direção destas questões aponta a carta do arcebispo de Porto Alegre, João Becker, enviada para os organizadores do álbum em agradecimento ao exemplar recebido. Reproduzida na publicação, a correspondência emitida por Becker, salientou que o *Álbum dos Bandoleiros* era “sem dúvidas, um documento de alto valor histórico”<sup>156</sup>. Tratava-se de um elogio e reconhecimento de uma figura de destaque e prestígio na sociedade gaúcha, de quem

<sup>154</sup> Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 8ªed., 1924, p.2-7

<sup>155</sup> Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 8ªed., 1924, p.7

<sup>156</sup> Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 8ªed., 1924, p.84

o álbum não poderia deixar de reproduzir e salientar na busca por edificar a memória da guerra civil e comprovar o valor documental daquela publicação.

Entretanto, não apenas como artefato documental, o álbum também objetivava tornar-se um monumento, no sentido de ser algo que fica, que perdura, que é o resultado do esforço e da construção das sociedades históricas para impor ao futuro, de maneira voluntária ou involuntária, determinada imagem de si própria (LE GOFF, 2003, p. 538).

Tal qual a construção de um monumento exposto em praça pública, o álbum fotográfico tratava-se de uma tentativa de “monumentalizar” uma determinada memória do grupo. Conforme demonstrou Elisabete Leal (2006), as oposições nunca conseguiram erguer um monumento aos seus principais líderes, principalmente para Silveira Martins, ao contrário de seus adversários do PRR, que através de estátuas e bustos cultuaram a imagem de Júlio de Castilhos, amplamente utilizada e propagada como um mecanismo de representação da unidade do grupo (LEAL, 2006, p.262-264).

Segundo os editores do álbum, através da edição daquele álbum fotográfico estaria documentada e perpetuada para as próximas gerações a história dos “heróis-bandoleiros” de 1923, que segundo os editores, seriam a prova e a encarnação dos “valores e ideais mais nobres do gaúcho rio-grandense”. Através das fotografias e do texto que contava coordenadamente e cronologicamente a história da guerra civil, os episódios daquele ano de 1923 não seriam esquecidos e seriam efetivamente salvaguardados nos anais da história do Rio Grande do Sul. Segundo Michel Pollak (1992), a memória enquanto um fenômeno construído, seleciona, organiza, exclui, grava e relembra, seja de forma consciente ou inconsciente, ou seja, ela é sempre seletiva e nem tudo fica registrado (POLLAK, 1992, p.3). Os autores da publicação, ao selecionarem e excluírem os principais acontecimentos a serem elencados no texto, assim como os principais personagens fotografados ou descartados, estavam de maneira consciente ou inconsciente trabalhando com operações de enquadramento da memória.

Conforme as considerações de Pollak (1989), a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, está relacionada com tentativas de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, aldeias, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as suas oposições irreduzíveis (POLLAK, 1989, p.9). Através do *Álbum dos Bandoleiros*, os opositoristas, ao projetarem as disputas políticas futuras e olharem para o

movimento político-militar de 1923, encontrariam um ponto de referência e teriam naquele álbum a perpetuação de um passado de luta coletiva repleto de “façanhas” e “orgulho”.

As imagens fotográficas também contribuíram para algumas dimensões específicas desta operação de enquadramento da memória, como por exemplo, a lembrança e perpetuação da memória dos opositoristas falecidos em decorrência dos episódios da guerra civil.

As duas fotografias abaixo (Figuras 12 e 13) fazem parte de um conjunto de quatro imagens que registraram o cortejo fúnebre do corpo de um soldado libertador morto em Erechim e conduzido pelas ruas da cidade de Caxias. As imagens apresentam o momento no qual é realizada uma procissão em direção ao funeral e enterro do combatente. Na primeira delas, destaca-se o grupo de enfermeiras tomando a frente e conduzindo a procissão, acompanhada também por uma multidão de pessoas que seguiam o mesmo trajeto. Por sua vez, a fotografia do lado direito apresenta o corpo do jovem soldado sendo velado, enquanto é observado por uma enfermeira e cercado por diversas coroas de flores, elemento fundamental na dimensão visual da imagem, sugerindo a simpatia e estima que aquele recém falecido gerava nas pessoas que vinham lhe prestar homenagens e demonstrar o respeito e admiração pela participação do falecido soldado durante a guerra civil.

Através destas imagens fotográficas, aliada a diversos outros retratos “In Memoriam” de soldados mortos em combate, o álbum exaltou os “bravos bandoleiros” que haviam falecido lutando em favor da causa opositorista, e desta forma, jamais seriam esquecidos e ficariam armazenados na memória dos rio-grandenses. Neste sentido, o significado simbólico da morte trazia consigo a ideia do sacrifício em prol da causa opositorista, conforme indica a legenda fotográfica: “onde a população lhe consagra a justa estima que os seus méritos piedosos impõem”. Na argumentação da sequência fotográfica, a população local de Caxias reconhecia o valor daquele homem e desta forma procurava prestar-lhe uma última homenagem de forma honrosa e afetiva, assim como o *Álbum dos Bandoleiros*, assumindo sua função de documento e monumento da revolta, deixava consignado em suas páginas a participação daquele soldado na guerra civil, perpetuando sua participação na história da Revolução de 1923.

Por outro lado, os registros visuais daquela procissão fúnebre não deixaram de traçar uma comparação e uma crítica em relação aos adversários borgistas. Em primeiro lugar, ficava implícito que aquela morte havia sido causada pelos seguidores do PRR. Embora os aspectos bélicos fossem exaltados na publicação, a violência e a barbárie da guerra civil também apareciam como um elemento crítico, principalmente quando associado a “atrocidades” e “mortes” causadas pelo outro lado em combate. Conforme salienta Maria

Helena Capelato (2009), é justamente na disputa pelo imaginário político que se definem com igual força, os aliados e os inimigos, estes últimos principais catalizadores de todas as imagens do mal (CAPELATO, 2009, p. 56-57).

Figura 12 - Sepultamento de um soldado morto I



Figura 13 - Sepultamento de um soldado morto II



COMO OS „BANDOLEIROS“ SEPULTAM OS SEUS

Aspectos do enterro do libertador Biaesus, ferido em combate, no Erechim. Vê-se velando o Tte. Biaesus, a esforçada “bandoleira” senhorita Theresinha Menegotto de Lunardi, da elite da cidade de Caxias, onde a população lhe consagra a justa estima que os seus meritos piedosos impõem.

Fonte: Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 8ªed., 1924, p. 65

Desta forma, sempre o “outro” era o alvo das representações de “criminalidade” e “desonra”, e na qual as fotografias e legendas buscavam traçar uma diferenciação dos “bandoleiros” e seus adversários: “Como os bandoleiros sepultam os seus”, frase reproduzida na legenda de forma destacada. Em uma espécie de afirmação dos valores de compaixão e respeito diante da morte existente no interior do grupo oposicionista, aos adversários restavam as “malfeitorias”, “atrocidades” e “desrespeitos”. A memória é um elemento essencial daquilo que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, e cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades (LE GOFF, 2003, p. 469). Sendo assim, as construções de memória e identidade estão sempre associadas e pautadas pela relação e referência com o “outro” e com critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade (POLLAK, 1989, p.8-11). Através desta postura, o *Álbum dos Bandoleiros* estabelecia uma linha divisória entre aquilo que era concebido como “nós” e “eles” na política rio-grandense.

Retomando a questão já abordada anteriormente, sobre a adesão e comunhão do povo com os “bandoleiros”, uma série de outras fotografias exploraram a ideia das “Confraternizações/Manifestações” que remetem aos encontros e celebrações entre setores da sociedade e as tropas oposicionistas e suas lideranças. Alguns exemplos de fotografias em torno de manifestações de apoio a Honório Lemes são contundentes neste sentido.

Figura 14 - Manifestações de apoio e celebração para Honório Lemes



Alegrete — Uma apoteose ao Gal. Honorio Lemes, no dia de sua chegada.

Fonte: Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 8ªed, 1924, p. 34

A primeira fotografia reproduzida acima (Figura 14) apresenta aspectos do município de Alegrete, completamente tomado por uma multidão de pessoas aglomeradas no meio da rua. O aspecto visual da imagem dá a impressão de que a multidão que ocupa o caminho é infinita e está para além do que a fotografia é capaz de registrar, aspecto possível de perceber se seguirmos visualmente o trajeto da rua a massa de pessoas que ali se concentram. Trata-se de centenas de pessoas que estariam ali para observar e saudar Honório Lemes e suas tropas durante o momento de sua chegada na localidade. Segundo a legenda, tratava-se de uma “apoteose ao Gal. Honório Lemes” e embora não seja possível reconhecer visualmente o líder em meio à multidão, a fotografia apresenta a grandiosa manifestação realizada em sua homenagem.

A fotografia exposta abaixo (Figura 15) retrata Honório Lemes, bem ao centro e cercado por mulheres “bandoleiras” e homens, em frente a uma igreja no município de Dom Pedrito. Segundo a legenda, a fotografia havia sido tirada na saída de uma missa, oferecida pela elite da cidade em ação de graça as vitórias da coluna militar do comandante. Através da fotografia é possível perceber a presença de diferentes indivíduos: mulheres, crianças, jovens, adultos, homens e idosos, em uma composição social diversificada que sugere a abrangência do apoio recebido pelas tropas oposicionistas e suas lideranças, demonstrando que o “espírito revolucionário” havia atingido diferentes camadas e gerações sociais.

Figura 15 - Manifestações de apoio e celebração para Honório Lemes II



D. Pedrito — O Gal. Honorio Lemes, cercado de “bandoleiras” na saída da missa que, em acção de graças pelas suas victorias, a élite Pedritense mandou resar.

Fonte: Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 8ªed., 1924, p. 46.

O texto escrito pelos produtores do álbum também apresentou algumas contribuições importantes nesta construção da ideia de relação entre povo e bandoleiros. Segundo um breve trecho:

Os seus chefes, invadindo as vilas e cidades, eram aclamados pela multidão delirante que os cobria de flores e outras manifestações inequívocas do grande apreço que as populações dispensavam a causa redentora<sup>157</sup>.

<sup>157</sup> Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 8ªed., 1924, p. 4

Além disto, diversas legendas que acompanharam algumas das fotografias identificadas neste descritor temático são contundentes nestes aspectos: “em comunhão com o povo”, “Pelotas – Povo e ‘bandoleiros’ confraternizando pelo acontecimento da tomada da cidade”, “as forças recebendo as ovações da multidão”, “libertadores confraternizando com o povo”, etc. Portanto, percebe-se que o *Álbum dos Bandoleiros* buscou apresentar um conjunto de elementos que apontavam para uma ideia de que os “bandoleiros” possuíam amplo respaldo e apreço da sociedade rio-grandense. Em cada município e vila percorridos, as forças libertadoras, os seus líderes e soldados, eram aclamados como os verdadeiros heróis do estado sulino, dignos de serem agraciados com uma missa em ação de graças a sua pessoa e suas conquistas, de receberem flores e apoio de multidões que os ovacionavam ou até mesmo receber uma verdadeira “apoteose”, uma espécie de elevação daquelas figuras ao nível de uma divindade, um herói mítico que é consagrado pela coletividade. Conforme salienta Félix (1998), os “heróis” enquanto figuras singulares desempenham esta tarefa de centralidade e de unidade tornando-se, a partir de sua função política, um mito político (FÉLIX, 1998, p.146).

Por outro lado, outras fotografias exploraram o fator de celebração interna entre os oposicionistas, como por exemplo, através da fotografia que representou o banquete oferecido por Fernando Abbot a Honório Lemes. A imagem (Figura 16) representa aquilo que pode ser compreendido como um elo de união entre o movimento armado e o movimento político. Um momento de confraternização e celebração entre os dois aspectos principais que reunidos construíram o cerne do movimento político-militar de 1923: de um lado, a liderança partidária, de outro, a liderança militar do conflito.

Não obstante, esta imagem apresenta alguns aspectos relevantes que vão de encontro com a argumentação defendida. O primeiro deles é que o registro fotográfico é de um banquete oferecido para Honório Lemes, ou seja, trata-se de uma homenagem aos feitos deste líder militar oferecido por uma importante liderança político-partidária, “um dos velhos paladinos da democracia” segundo a legenda. Todavia, é o líder “bandoleiro-militar” a figura central na imagem, é ele quem está sentado na ponta da mesa como referência principal e de maior destaque naquela ocasião, enquanto Abbot está sentado ao seu lado esquerdo. É em torno de Honório que as mulheres se posicionam em volta, como uma maneira de estar próxima da figura principal da imagem e aparecer na cena fotografada, assim como é também devido à preocupação principal em captar, principalmente, aquele personagem, que o

Figura 16 - Confraternização entre Honório Lemes e Fernando Abbot



Banquete oferecido ao General Honório Lemes pelo Dr. Fernando Abbott, um dos velhos paladinos da democracia, em sua residência em S. Gabriel.

Fonte: Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 8ªed., 1924, p. 13

Um segundo elemento em destaque nesta cena é a representação da ideia de união e confraternização entre duas lideranças oposicionistas, aspecto também explorado pela já mencionada galeria de retratos dos principais líderes do movimento armado. Mais uma vez camuflava-se e esquecia-se das velhas divergências entre os setores oposicionistas: Abbot foi um dos principais líderes do PRR e bastante próximo a Júlio de Castilhos, por outro lado, também representou uma das principais cisões no interior daquele grupo ao divergir com Borges de Medeiros, rompendo com o partido e concorrendo autonomamente ao cargo de presidente do estado nas eleições de 1907. Enquanto que Honório Lemes manteve-se vinculado ao Partido Federalista e participou ativamente das lutas regionais do seu grupo. Além disto, ambos atuavam bastante próximos, liderando seus grupos partidários em municípios vizinhos: Lemes em Rosário do Sul e Abbot em São Gabriel.

Os elementos que separavam e distanciavam os opositores durante aquele contexto histórico eram todos deixados de lado, na busca por gerar um sentimento de coesão entre os diversos setores oposicionistas e construir uma memória que fortalecesse os laços de pertencimento do grupo como detentores de um mesmo passado e participantes de uma mesma luta coletiva. Segundo argumenta Maria Helena Capelato (2009), ao refletir sobre os aspectos visuais da propaganda política, as fotografias podem ser compreendidas como um

“instrumento de persuasão”, mecanismos destinados a inculcar valores e crenças e que auxiliam no ocultamento dos sinais de divisões e conflitos sociais (CAPELATO, 2009, p.40). Por outro lado, a memória também atua como um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é um fator extremamente importante na consolidação do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 5). Neste sentido, através do discurso construído pelo álbum fotográfico, apagavam-se as incoerências e ressaltavam-se os elementos que aproximavam todos os “bandoleiros” como parte de um só grupo unificado.

### 2.3 A Política Nacional e a Pacificação do estado: a intervenção federal e a “vitória” oposicionista

O terceiro grupo temático de fotografias está relacionado com os assuntos que envolvem aspectos da política nacional e da presença interventora do poder federal no Rio Grande do Sul durante as negociações para o término da guerra civil. Embora com um menor grau de recorrência entre as temáticas gerais da publicação, perfazendo um total de 8,66% entre os descritores investigados, a temática desempenhou uma importante contribuição no discurso construído pelo “Álbum dos Bandoleiros”. Evidentemente, um dos temas de maior relevância dentro deste grupo, trata-se das fotografias que remetem ao “Episódio/Acontecimento” da Excursão do Ministro da Guerra Setembrino de Carvalho ao estado do Rio Grande do Sul para mediar os acordos de paz entre os dois grupos rivais em conflito.

Exaltado como “O Pacificador” do estado pelo *Álbum dos Bandoleiros*, Fernando Setembrino de Carvalho nasceu em 1861 no município de Uruguaiana, interior do Rio Grande do Sul. Possuiu uma breve participação no PRR e combateu ao lado legalista na guerra civil de 1893, tendo em seguida se afastado de Júlio de Castilhos e rompido com o partido. Alcançou projeção política e militar no âmbito nacional sendo nomeado como interventor em diversos conflitos regionais, como na guerra civil entre o governo de Franco Rabelo e a facção do Padre Cícero no Ceará em 1913 e os distúrbios na região do Contestado em 1914. Através da presidência de Arthur Bernardes em 1922, assumiu a pasta de Ministro de Guerra, sendo em 1923 enviado ao Rio Grande do Sul, devido às suas habilidades diplomáticas, para conseguir um mútuo acordo entre as partes divergentes (FRANCO, 2010, p.54-55).

O Ministro partiu do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul no dia 14 de outubro de 1923, retornando apenas no final de dezembro daquele ano. Em excursão pelo interior do

estado<sup>158</sup> acompanhado de sua comitiva composta por diversos oficiais do Exército Nacional, Setembrino visitou pessoalmente algumas colunas militares e lideranças do movimento armado, assim como diversos hospitais da Cruz Vermelha e alguns municípios do estado, como Santo Ângelo, Cachoeira, Bagé, Porto Alegre, entre outros.

Segundo Joseph Love (1971), o Ministro não possuía laços de amizade com Borges de Medeiros, ao contrário, havia inclusive se manifestado contrário à sua reeleição em 1922 (LOVE, 1971, p. 222). A comitiva de viagem era composta por numerosos oficiais francamente vinculados aos oposicionistas, como o tenente coronel Lafayette Cruz, que em 1924 viria a ser eleito deputado federal pela Aliança Libertadora, e o capitão Cacildo Krebs que se tornou militante assíduo da oposição nos anos posteriores (SÁ, 1973, p.63). Acreditava-se naquele contexto em uma certa simpatia do emissário para com os oposicionistas, sendo que boatos disseminados durante as articulações da paz, indicavam que o Ministro estaria negociando perante os demais generais libertadores a realização de um golpe de deposição de Borges de Medeiros, através do qual ele seria nomeado o novo presidente estadual<sup>159</sup>.

As fotografias que remetem à figura de Setembrino são bastante numerosas. Apenas o descritor temático acerca de suas viagens apareceu em 15 recorrências. Uma destas fotografias registrou as visitas e negociações pela pacificação com as lideranças militares.

A cena fotografada (Figura 17) trata-se do encontro entre o Ministro de Guerra e seus acompanhantes de viagem com o comandante oposicionista Felipe Portinho e alguns oficiais de sua coluna militar no município de Herval, em meio a um churrasco. No primeiro plano da fotografia estão os personagens de destaque principal naquela reunião e que estavam ali reunidos para conferenciar sobre a guerra civil e as exigências para o armistício. Da esquerda para a direita: deputado federal Nabuco Gouvêa, General do Exército Nacional Fabio Azambuja, Felipe Portinho, Setembrino de Carvalho e outro homem não identificado. Ao lado deles o tradicional churrasco de chão era preparado para o grupo, elemento visual que demonstra o caráter de celebração e confraternização da reunião, um clima explicitamente amistoso e festivo que aquele encontro representava.

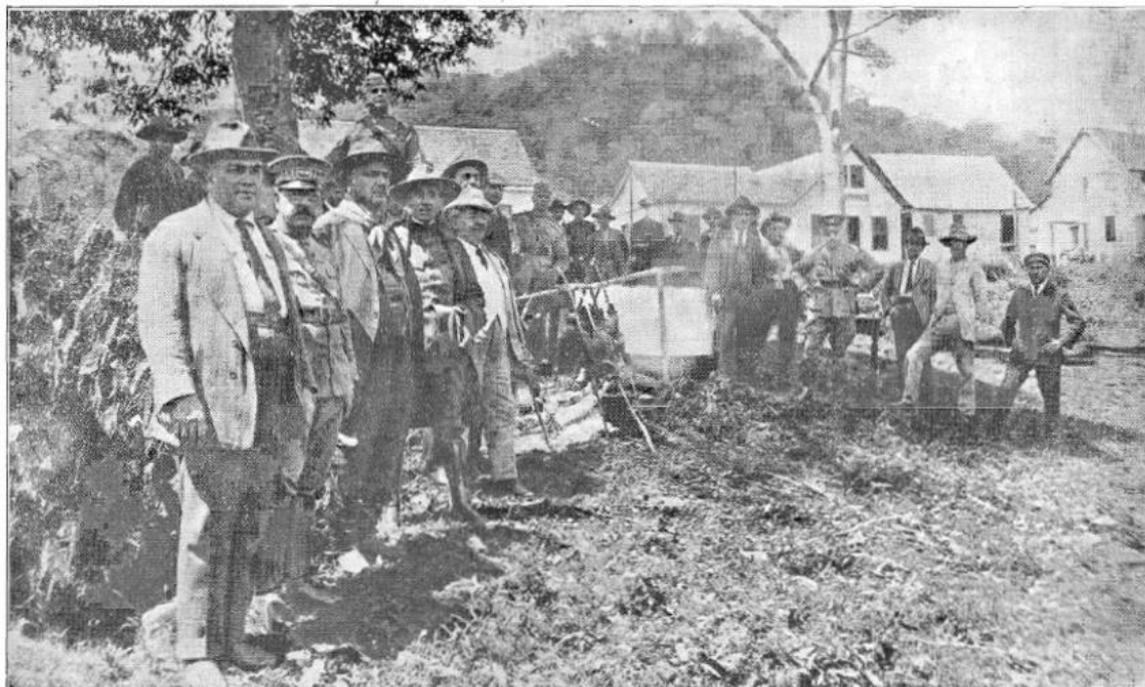
---

<sup>158</sup> Ao longo de sua viagem pelo estado, Setembrino de Carvalho produziu um diário de viagem, escrito por um de seus oficiais, através do qual são relatados aspectos da excursão. O documento encontra-se disponível para a pesquisa online no acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) - Arquivo Fernando Setembrino de Carvalho, documento FSC-4f. O referido acervo também possui material riquíssimo acerca da trajetória política e militar de Setembrino, dentre eles diversas cartas, telegramas e fotografias sobre as negociações de 1923.

<sup>159</sup> Documento anônimo com uma espécie de relatório enviado ao presidente Borges de Medeiros em 12-12-1923 sobre as reuniões entre os chefes oposicionistas e Setembrino. O item pode ser consultado online através do acervo digital do CPDOC-FGV. Arquivo Fernando Setembrino de Carvalho, documento FSC prs 1925.00.00.

A fotografia, mais que um registro visual das negociações para o término da guerra civil, representou a importância dos encontros e diálogos entre os “libertadores” e o governo de Arthur Bernardes. Neste sentido, as imagens procuravam enfatizar o reconhecimento do governo federal acerca da relevância do movimento político-militar realizado pelos opositoristas e de suas motivações, com isto, legitimando a existência e atuação do grupo na política gaúcha e nacional. Desta forma, as fotografias serviam como uma “prova irrefutável” de que a intervenção federal havia finalmente ocorrido, assim como havia ocorrido especificamente em solidariedade e em favor das reivindicações do grupo opositorista.

Figura 17 - Um churrasco entre Setembrino de Carvalho e Felipe Portinho



O Gal. Setembrino de Carvalho depois da conferência com o Gal. Portinho no Herval. O churrasco. Da esquerda para a direita: 1.º Deputado Nabuco, 2.º Gal. Fábio Asambuja, 3.º Gal. Portinho, 4.º Gal. Setembrino.

Fonte: Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 8ªed., 1924, p. 16

Por outro lado, o registro tornava claro que o elemento ausente e estranho nesta elite política fotografada tratava-se de Borges de Medeiros e seu grupo. Através da imagem percebe-se que era o grupo opositor que dialogava e conferenciava com os representantes do poder federal e não Borges de Medeiros, completamente excluído daquele processo de discussão política e com isto cada vez mais afastado de Arthur Bernardes, em uma relação já considerada conflituosa. Neste sentido, as ausências também merecem atenção, pois ao tratarmos da dimensão visual, em muitas ocasiões, o invisível, o ausente, também permite reflexões instigantes (BARBOSA, 2006, p. 163).

A mesma fotografia foi durante a guerra civil reproduzida pelo jornal oposicionista de Porto Alegre, a *Última Hora*, com elementos discursivos bastante próximos ao argumentado pelo *Álbum dos Bandoleiros*. Ao reproduzir a fotografia, sob o título de “A eloquência de uma fotografia”, o jornal defendia que

digam esses subservientes atrelados ao carro da usurpação, que somos bandoleiros, que fazemos mashorca que nos reunimos para depredar, para roubar, para matar! Aí está a simplicidade dessa fotografia o desmentindo; aí está a evidente prova de quanto somos e valemos [...] aí está na reprodução fotográfica o desmentido a tudo: éramos tão relevantes nos nossos feitos, tínhamos importância tamanha na nossa causa que o Ministro de Guerra Setembrino de Carvalho, veio conferenciar com nossos chefes militares para a pacificação do Rio Grande do Sul.<sup>160</sup>

A concepção defendida pelo jornal oposicionista em outubro de 1923, portanto, anteriormente a publicação do álbum fotográfico, demonstra a mesma lógica de utilização da “simplicidade de uma fotografia” como um instrumento de embate e resposta frente às acusações dos partidários do PRR. O recurso visual enquanto um instrumento político servia como legitimação do discurso proferido, em uma “evidente prova” das “qualidades” e do “valor” da causa e do grupo oposicionista, assim como um importante mecanismo de refutação, “desmentindo a tudo” das acusações dos adversários. Nesse contexto, uma das principais características das fotografias é fornecer provas sobre determinados acontecimentos que suscitam dúvidas, mas parecem comprovados através da visualização de uma imagem (SONTAG, 1981, p. 5). Além de que, as imagens possuem a capacidade de agenciar uma ação simbólica que representa uma estratégia política de convencimento bastante eficaz, na medida em que cria opiniões e molda comportamentos (MAUAD, 2008, p. 282-292).

Algumas outras fotografias também demonstram e salientam o prestígio político de Setembrino de Carvalho e da sua presença no Rio Grande do Sul (Figuras 18 e 19). O entusiasmo e reconhecimento daquela figura pode ser percebido através das fotografias que registraram a visita da comitiva federal em Porto Alegre no início do mês do novembro de 1923. A sequência de registros visuais sobre a presença do Ministro na capital do estado aponta para a ideia de comoção da população porto-alegrense perante a presença do mediador da paz. As duas fotografias reproduzidas na sequência retratam uma multidão de pessoas aglomeradas em frente ao hotel no qual ele estava hospedado e dando as boas-vindas ao representante do governo federal em sua chegada à cidade. A dimensão visual salienta a ideia de que se tratava de uma grandiosa e acentuada celebração em favor da presença daquele que encarnava em si a intervenção no poder e no domínio irrestrito de Borges de Medeiros.

---

<sup>160</sup> *Última Hora*, Porto Alegre, 31/10/1923, p.1.

Os relatos de Mem de Sá (1973) através de seu livro de memórias são interessantes para compreensão de alguns aspectos desta fotografia. Segundo o autor, contemporâneo aos fatos, a comitiva do Ministro chegou a Porto Alegre no dia 2 de novembro e foi se hospedar no Grande Hotel, o principal da cidade, situado quase defronte à Praça da Alfandega.

Segundo Sá (1973), os simpatizantes e correligionários das oposições e mais uma grande massa hostil ao regime borgista, aglomerou-se e ficou espremida em frente ao Hotel, se espalhando pela Rua dos Andradas, além da Caldas Junior e pela Praça da Alfandega. Havia ali um sentimento de entusiasmo e ebulição, pois acreditava-se que o Presidente da República enviara seu ministro de Guerra não exclusivamente para dar fim ao conflito armado, mas também “para infligir uma severa lição, senão humilhação, ao Sr. Borges de Medeiros” (SÁ, 1973, p. 63).

A recepção do emissário federal não foi apenas festa, mas também gerou alguns conflitos que demonstram a tensão política vivida no estado. No interior da multidão aglomerada no centro de Porto Alegre teriam sido disparados alguns tiros que atingiram diversas pessoas. Através de um breve texto, em uma espécie de fotorreportagem, o álbum noticiou o episódio que acabou causando diversas mortes, dentre elas a de uma menina de 13 anos de idade que fazia parte da Cruz Vermelha. Segundo o álbum, o fato representava uma chacina operada pelos “asseclas da ditadura” ou o “esquadrão da morte” representado pela Brigada Militar<sup>161</sup>. Novamente as críticas se direcionavam para o PRR e seu braço armado, a Brigada Militar. Na ótica dos editores da publicação, o grupo militar vinculado a Borges de Medeiros era incapaz de tolerar episódios de confraternização e celebração dos oposicionistas, sendo capaz inclusive de abrir fogo em meio a uma multidão e assassinar uma jovem enfermeira de 13 anos de idade. Segundo os oposicionistas, estes e outros episódios, ilustravam a “ditadura” vivida no estado e justificavam o recurso à luta armada como meio de atingir a “liberdade” e “justiça”, principais elementos explorados pelo discurso oposicionista durante a guerra.

Cabe ressaltar que a presença de Setembrino de Carvalho no estado e os fatos a ele relacionados geravam uma repercussão nacional em torno da atuação dos “libertadores” (CALDAS, 1995 p. 72). Com a preocupação da política nacional voltada para a solução do caso no Rio Grande do Sul, cabia aos opositores aproveitarem-se da situação para projetarem-se como um grupo político importante e legítimo, ao mesmo tempo que tratava-se de uma

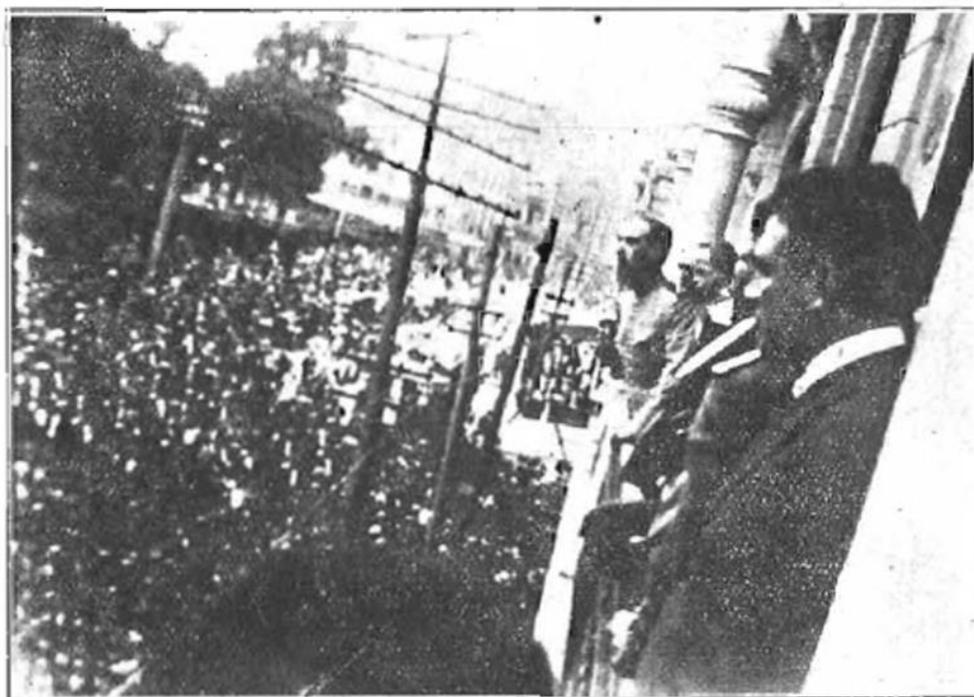
---

<sup>161</sup> Álbum dos Bandoleiros, 1924, 8ªed., p. 87.

oportunidade valiosa para desmoralizar o adversário e denunciar os problemas percebidos em Borges de Medeiros.

Na fotografia reproduzida a seguir (Figura 18), Setembrino de Carvalho, último indivíduo no plano visual, acompanhado de outras personalidades, aparece na janela do seu quarto de hotel, onde segundo a legenda “falava ao povo” que tomava as ruas para presenciar aquele momento e ver o pacificador do estado em pessoa.

Figura 18 - Setembrino de Carvalho em Porto Alegre



S. Exa. Ministro da Guerra fallando ao povo no dia de sua chegada a esta capital.

Fonte: Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 1924, 8ªed., p. 86

Novamente, Mem de Sá fornece uma descrição interessante sobre o episódio. Segundo os relatos do autor

[...] a multidão empolgada ululava o nome do General Setembrino, consagrando o seu afeto e esperança. Brados e vivas cada vez mais vibrantes, reclamando a presença do Ministro numa das sacadas do prédio. Setembrino cedeu, mas apenas abanou, num largo e efusivo sorriso, para agradecer a espontânea e vibrante homenagem (SÁ, 1973, p.63).

Percebe-se que as duas narrativas, a do álbum e a de Mem de Sá, divergem sobre um aspecto pontual daquele episódio. Segundo Mem de Sá (1973), o Ministro havia se limitado a acenar para a multidão, enquanto para o álbum este havia realizado um discurso ao povo, como o próprio aspecto visual da imagem indica através da manifestação corporal de

Setembrino. Mais do que saber o que realmente aconteceu, interessa assinalar que, para a construção de memória e imaginário, a figura alegórica do Ministro se rendendo ao povo e discursando para os adeptos oposicionistas era simbolicamente relevante. Como demonstrou Schwarcz (2013), talvez a resposta para a compreensão destas questões, esteja menos vinculada ao acontecimento histórico em si, e mais presa à sua memória e de como esta foi reelaborada através da escolha de determinadas imagens em detrimento de outras, através de algumas lembranças e diversos esquecimentos (SCHWARCZ, 2013, p.520).

Figura 19 - Setembrino de Carvalho em Porto Alegre II



Milhares de pessoas, defronte ao Grande Hotel ouvem e aclamam S. Ex.

Fonte: Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 1924, 8ªed., p. 86

Por sua vez, a fotografia acima (Figura 19) apresenta diretamente a massa de pessoas que se reuniam naquele local e “ouviam e aclamam” o Ministro. O fato do *Álbum dos Bandoleiros* enfatizar estes episódios pode ser compreendido através de alguns aspectos relevantes. Naquele momento político específico cabia estabelecer um bom diálogo com o presidente Arthur Bernardes e o seu governo<sup>162</sup>. Neste sentido, as oposições político-partidárias rio-grandenses possivelmente ansiavam por se apresentar como um elo de apoio ao

<sup>162</sup> Cabe destacar que as oposições rio-grandenses, especificamente o Partido Federalista, já haviam apoiado a candidatura de Arthur Bernardes no pleito eleitoral para presidente nacional em março de 1922. Embora tenham conseguido apenas 11.632 votos contra os 96.051 votos conquistados pelo PRR para Nilo Peçanha (FONTOURA, 1969, p. 256). Da mesma forma, nos anos seguintes viriam a romper com o governo federal e apoiar os levantes tenentistas.

governo federal no estado, enquanto que Borges de Medeiros era percebido e propagado como um adversário político da situação nacional. Estabelecer esta aliança com Bernardes representava uma nova projeção e um reconhecimento legítimo para os oposicionistas em sua luta política.

Por meio da apresentação e exibição das manifestações coletivas e massivas em torno da presença federal demonstrava-se que a “ampla maioria” apoiava o ato interventor e não reconhecia a legitimidade do poder de Borges de Medeiros. Cabe destacar que o próprio presidente Arthur Bernardes considerava-se como o grande vencedor dos distúrbios de 1923, tendo em vista que interveio no Rio Grande do Sul, além de em outras oligarquias vinculadas com a Reação Republicana, enfraqueceu Borges de Medeiros e o obrigou a se resignar perante o governo federal (VISCARDI, 2012, p.288-289).

Algumas outras fotografias são emblemáticas para a compreensão destas questões, entre elas os registros fotográficos dos encontros de Setembrino de Carvalho com Assis Brasil para tratar da paz (Figura 20). Através desta e de outras imagens da cobertura fotográfica da excursão do Ministro, buscava-se fazer ver e fazer crer perante a sociedade rio-grandense que a intervenção federal havia ocorrido em favor dos interesses oposicionistas, muito embora a tão aguardada interferência tenha sido efetuada de forma mais branda do que o esperado pelo grupo, tendo em vista que a principal reivindicação dos revolucionários era a deposição imediata de Borges de Medeiros, o que acabou não ocorrendo e deixando muitos dos chefes militares desapontados<sup>163</sup>. Além do que, naquele momento, os interesses oposicionistas eram veiculados como sendo os interesses de todo o estado sulino. Construía-se uma vinculação entre os anseios particulares do grupo com as ambições e interesses gerais, universalizando as reivindicações dos oposicionistas como forma de legitimar o protesto armado e atingir sucesso no jogo de poder e negociação com o governo nacional.

O pacto de paz foi assinado no dia 14 de Dezembro em Pedras Altas, Bagé<sup>164</sup>. Segundo o *Álbum dos Bandoleiros*, o que importava e o que devia ser ressaltado através das imagens e textos de sua publicação, é que a paz havia sido estabelecida, a “constituição castilhistas” alterada e Borges de Medeiros cedido e saído derrotado. Na leitura dos próprios editores da publicação ao reproduzirem no texto de abertura a ata da paz e seus consequentes

---

<sup>163</sup> Ver capítulo III.

<sup>164</sup> Os revolucionários foram os primeiros a assinar a paz no dia 14, em seguida, no dia 15, o tratado foi levado a Porto Alegre para que fosse assinado por Borges de Medeiros (Figura 6). A localidade de Pedras Altas foi escolhida como referência simbólica do estabelecimento da paz, pois teria sido uma homenagem do Ministro Setembrino de Carvalho para Assis Brasil, devido à sua elogiada participação nas tratativas da pacificação (CARNEIRO, 1977, p. 221).

resultados políticos: “estavam alcançados os princípios cardeais das oposições coligadas”<sup>165</sup>. Como acertadamente percebeu Alice Trusz (2013a), o conjunto de registros fotográficos sobre os episódios da pacificação e das reuniões com o Ministro de Guerra expressavam um sentimento de alegria e orgulho pelas conquistas obtidas com o pacto da paz e de esperança nas mudanças futuras, além da satisfação existente entre os oposicionistas em ter chamado a atenção de todo o país para o problema político do Rio Grande do Sul (TRUSZ, 2013a, p. 22).

Figura 20 - Assinatura do Tratado de Paz por Assis Brasil e Setembrino de Carvalho



Fonte: Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 1924, 8ªed., p. 82

Desta forma, os sentimentos de desilusão e discórdias em relação ao elemento de permanência de Borges de Medeiros na comandância estadual por parte dos correligionários oposicionistas eram excluídos e confinados ao esquecimento, enquanto que os supostos avanços vitoriosos das cláusulas políticas do “Pacto de Pedras Altas” eram exaltados, lembrados e perpetuados através do álbum fotográfico, servindo como uma espécie de prêmio simbólico da vitória oposicionista nas armas em 1923.

<sup>165</sup> Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 1924, 8ªed., p. 6

#### 2.4 A “Cruz Vermelha Libertadora”: médicos, enfermeiras e soldados feridos

O grupo de descritores temáticos relativo ao espaço de saúde na guerra civil também recebeu suntuosa atenção por parte do *Álbum dos Bandoleiros*. As fotografias em torno da “Cruz Vermelha” compuseram 13,95% do total das temáticas investigadas, perfazendo uma parcela significativa da publicação e se tratando de um aspecto extremamente curioso por abordar um assunto que não estava diretamente vinculado com as lideranças militares ou com o movimento político-partidário dos oposicionistas.

De todo modo, a atuação de médicos e enfermeiras no tratamento dos feridos de guerra tomou parte destacada na composição visual da publicação, aspecto que possivelmente esteja relacionado com o enorme prestígio da instituição para a causa oposicionista durante o ano de 1923, assim como a importância daquele tipo de assistencialismo para sociedade rio-grandense durante a Primeira República. A chamada “Cruz Vermelha” foi composta por homens e mulheres, jovens e adultos que colaboraram em diversas atividades durante o período de confrontos bélicos, como por exemplo, através da acolhida e tratamento de soldados feridos nos hospitais improvisados, a realização de festas beneficentes visando à arrecadação de fundos para auxiliar famílias prejudicadas pela guerra, o envio de médicos aos acampamentos, entre outras.

Figura 21 - Enfermeiras "Bandoleirinhas"



“Bandoleirinhas”.

Fonte: *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 1924, 8ªed., p.26

Na maioria dos casos, a iniciativa de fundação e manutenção destas unidades de saúde partiu de membros das elites municipais, aspecto que demonstra o prestígio social da prática e do espaço, visto com admiração e respeito pela sociedade civil e pelos próprios envolvidos com a luta armada. As diversas unidades locais da Cruz Vermelha se proliferaram pelo estado e muitas delas ganharam um espaço de homenagem e reconhecimento nas páginas do *Álbum dos Bandoleiros*, como por exemplo, aquelas fundadas em Bagé, São Gabriel, Porto Alegre, Pelotas, entre outros locais. Especificamente na capital porto-alegrense, o serviço começou a ser organizado em maio de 1923 por um grupo de senhoras das elites preocupadas em prestar auxílio para aqueles que lutavam na guerra pelo interior do estado (TRUSZ, 2013a, p. 16).

Nas páginas do álbum fotográfico, como não poderia ser diferente, as imagens e legendas em torno dos médicos, enfermeiras e pacientes, destacaram e elogiaram o importante papel desempenhado por aqueles personagens em favor da luta e dos objetivos oposicionistas. As legendas davam o tom da admiração e dos elogios: “a incansável enfermeira”, “suas abnegadas enfermeiras”, “gentis senhoritas e cavalheiros da Cruz Vermelha de S. Gabriel”, “Dr. Catharino Azambuja e sua exma. esposa, cercados de ‘bandoleiros’ no mister sagrado da Cruz Vermelha”, etc. Por sua vez, as fotografias reforçavam e enfatizavam a estima dos serviços prestados por aqueles personagens: enfermeiras posando para as fotos ao lado das camas de hospitais e evidenciando a dedicação especial direcionada para os soldados feridos; médicos realizando procedimentos cirúrgicos em pacientes militares; enfermeiras de variadas idades posando para fotografias em estúdios ou dentro dos próprios hospitais e demonstrando uma aparência de extremo orgulho com as atividades que realizava, entre outras.

Algumas das imagens fotográficas são significativas para compreendermos a importância deste grupo temático na busca pelo estabelecimento do imaginário e memória da guerra civil, como, por exemplo, a imagem reproduzida na figura 21, que retrata enfermeiras, crianças e adolescentes, na legenda identificadas como “bandoleirinhas”.

Através da sequência de fotografias em torno do assunto enfermeiras e médicos, buscava-se evidenciar a existência de um sentimento de pertencimento e adesão em torno dos “bandoleiros” da guerra. Na narrativa construída pelo álbum, até mesmo os personagens que não faziam parte das hostes armadas também eram identificados e poderiam ser considerados como “bandoleiros”. Ao problematizar esta questão, pode-se indagar que talvez as próprias enfermeiras não se identificassem com o oposicionismo partidário estadual<sup>166</sup>, talvez até

---

<sup>166</sup> Cabe destacar que os espaços da Cruz Vermelha, bem como os quartéis militares federais, a viação férrea e determinados prédios urbanos, compunham a chamada ‘zona neutra’ da guerra civil, guarnecida pelas tropas do Exército Nacional, e onde os indivíduos alocados nestes espaços não poderiam tomar partido de nenhum dos

mesmo apoiassem Borges de Medeiros e realizassem aquele ofício apenas por um sentimento de altruísmo ou em decorrência do prestígio social advindo da atividade. Todavia, estes detalhes pouco importavam para os sentidos construídos pelo *Álbum dos Bandoleiros*. O fundamental era pontuar e direcionar o olhar e a interpretação do público leitor, como, por exemplo, através da suscitação de algumas indagações: diante de tão “altruísta” e “fraterno” auxílio prestado por aquelas jovens mulheres, como poderiam os opositoristas serem acusados de representar uma “horda de bandidos”, “desordeiros” e “assassinos”? Como aquele grupo poderia receber esta pecha sendo que contava com apoio de diferentes setores da sociedade, entre eles de senhoras e jovens das elites locais que desempenhavam uma função extremamente benevolente? Mais uma vez, as fotografias do álbum “provavam o acerto” do documento político-visual e do grupo opositorista, assim como denunciava todos os equívocos dos adversários.

Figura 22 - Cruz Vermelha e um ferido



Senhoritas: Picuchinha Amorim, Jandyra Brito, Vazili Teurkan, senhorita Affonsina Ribeiro, Dr. Simch, senhorita Liza Pereira, Olga Contreiras.

Fonte: *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 1924, 8ªed., p.9

---

lados em disputa (CARNEIRO, 1977, p. 162). Esta informação também explica a presença de diversas homens com as vestimentas do Exército em meio a enfermeiras e médicos nas fotografias reproduzidas pelo *Álbum dos Bandoleiros*.

Algumas outras fotografias apresentam aspectos visuais relevantes e significativos dentro deste agrupamento temático. A imagem reproduzida anteriormente (Figura 22), apresenta um grupo de cinco enfermeiras e dois médicos, vestindo os trajes habituais na atuação em hospitais e enfermarias.

Os fotografados aparentam realizar os cuidados de um homem que apresenta um semblante de sofrimento e dor, possivelmente com ferimentos adquiridos durante os conflitos. Os médicos e enfermeiras devidamente identificados pela legenda dão a impressão de uma especial dedicação e cuidado perante a recuperação e a vida daquele homem, salientando os valores de bondade e de abnegação da instituição da qual faziam parte.

Figura 23 - Homens e Mulheres da Cruz Vermelha



Gentis senhorinhas e cavalheiros de elite da Cruz Vermelha de S. Gabriel

Fonte: Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 1924, 8ªed., p.13

Por sua vez, a Figura 23 apresenta outro grupo de homens e mulheres da Cruz Vermelha de São Gabriel. Os homens vestem trajes elegantes e usam no braço esquerdo a braçadeira de identificação do serviço da instituição, indicando que participavam, possivelmente, como médicos ou como colaboradores daquela instituição. Enquanto que as mulheres vestem o uniforme de enfermeiras todo em branco e com as tradicionais cruzes no peito e na testa. Os elementos visuais sutilmente presentes na imagem partem ao encontro do

explorado pela publicação ao longo de todo seu conteúdo: os “bandoleiros” representavam “a escol, a elite social do estado”. Através das fotografias da Cruz Vermelha, mudavam-se os personagens enfatizados, não são mais heróis militares ou lideranças partidárias de destaque, mas outros importantes participantes de que também contribuíram na luta oposicionista. Da mesma forma as fotografias também apontavam para o reiterado ideal de adesão e amplo respaldo que os “bandoleiros” encontravam em todos os espaços sociais do estado, fator extremamente importante na consolidação da identidade coletiva do grupo e de sua legitimidade perante a sociedade.

Neste sentido, o *Álbum dos Bandoleiros* enfatizava que o reconhecimento da legitimidade do grupo era tão evidente, que até mesmo os membros das elites não envolvidos com a luta armada se mobilizavam para prestar algum tipo de auxílio em favor daqueles que participavam dos confrontos nos campos de batalha. Ou seja, era o Rio Grande do Sul unido em favor da causa de um grupo, que por sua vez, encarnava e representava os valores e ambições de toda a coletividade.

Na concepção veiculada pelo álbum fotográfico, embora houvesse uma hierarquia de importância entre os personagens protagonistas e secundários da guerra civil (fator que pode ser percebido através da recorrência de cada um dos descritores temáticos em análise), ainda assim, soldados, líderes políticos, generais, enfermeiras, médicos, entre outros, todos estes compuseram um vasto repertório de “bandoleiros” que procuravam atestar o valor e a amplitude da causa oposicionista perante os leitores visuais da publicação. Desta forma, pode-se considerar que este diverso estoque de personagens que desfilam aos olhos do leitor ao folhar as páginas do álbum fotográfico, compunham um conjunto de figuras simbólicas, que transformaram-se em emblemas narrativos e que permitem compreender melhor as concepções de política, sociedade e história daquele período (BARBOSA, 2006, p. 147), assim como nos permitem conhecer mais detalhadamente os personagens e acontecimentos da história da Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul.

Não obstante, os registros fotográficos dos personagens da Cruz Vermelha igualmente não deixavam de servir como um agradecimento a todos aqueles enfermeiros, médicos e benfeitores que de alguma forma colaboraram com a luta dos “bandoleiros”. Através do espaço de destaque concedido a estes indivíduos nas páginas da publicação, os oposicionistas conheciam e reconheciam o valor dos serviços prestados pela associação ao longo da guerra civil. Assim como, salvaguardava-se a memória de diferentes outros personagens do conflito, documentando para as próximas gerações a importância destes homens e mulheres para aquele acontecimento histórico no estado. A sequência de fotografias deste grupo temático

transmitia uma ideia de que o movimento protagonizado pelos oposicionistas no Rio Grande do Sul representava uma luta de toda a sociedade estadual, ou seja, angariava e defendia os anseios de diferentes setores e indivíduos daquele contexto. Com isto, buscava-se desvincular o movimento armado dos interesses de exclusivamente um grupo minoritário pertencente às elites econômicas e políticas regionais, para colocá-lo em outro status, vinculado com a defesa e a representatividade de uma ampla coletividade que perpassa por diferentes camadas e espaços da sociedade gaúcha.

No decorrer deste capítulo procurei enfatizar através de que elementos o *Álbum dos Bandoleiros* objetivou contribuir na construção de um determinado imaginário “heróico e positivado” sobre os “bandoleiros de 1923” e no estabelecimento e enquadramento de uma determinada memória histórica sobre a guerra civil que assinalasse o protagonismo dos opositores, delegando orgulho e legitimidade para a atuação do grupo e servindo como um elo referencial de adesão e mobilização para as contendas político-partidárias futuras. Tratarei no próximo capítulo de avançar para a análise das disputas, dissidências, mobilizações e unificações dos oposicionistas após o conturbado ano de 1923, um novo período que compreende o lançamento das duas edições da publicação e o momento politicamente movimentado de 1924, caracterizado por novos e decisivos episódios: a fundação da Aliança Libertadora, um novo ano eleitoral e a aproximação com os levantes tenentistas, desafios que foram extremamente relevantes na caminhada rumo à formação do Partido Libertador em 1928.

### **3 “Bandoleiros! Uni-vos para salvar, nas urnas, o Rio Grande do Sul”: a Aliança Libertadora entre dissidências e mobilizações**

Neste terceiro e último capítulo pretendo discutir algumas questões que estão intimamente relacionadas com o conteúdo reproduzido pelo *Álbum dos Bandoleiros*. Para compreender as concepções vinculadas ao poder simbólico deste produto político-visual é necessário refletir sobre as articulações políticas dos grupos oposicionistas rio-grandenses durante a década de 1920, em um contexto histórico caracterizado por contundentes esforços de algumas lideranças partidárias na tentativa de construir uma união entre todos os “bandoleiros” através da fundação de um único e coeso partido político. Diante do quadro de negociação e rearranjo político-partidário, especialmente durante o movimentado ano de 1924, interessa analisar como as concepções defendidas e difundidas pelo álbum fotográfico estiveram presentes ou de que forma se inserem e se relacionam com o momento que compreende a formação da Aliança Libertadora (AL) e a propaganda e mobilização para as eleições federais daquele ano.

Cabe destacar que a atuação das oposições político-partidárias rio-grandenses, tanto no plano estadual quanto nacional, durante os anos posteriores ao término da guerra civil de 1923, até a formação da “Frente Única” e os acontecimentos de 1930<sup>167</sup>, foi abordada de maneira escassa por pesquisadores, formando uma lacuna historiográfica que justifica o esforço em focar alguns aspectos pontuais deste momento histórico específico. Segundo José Fernando Kieling (1984), se a conjuntura de 1921-1923 recebeu importante atenção por parte dos historiadores, o mesmo não pode ser dito sobre as fases seguintes deste mesmo processo político, que representa uma página em branco na historiografia brasileira (KIELING, 1984, p.4). Após trinta anos da elaboração da dissertação deste autor, escassas pesquisas foram realizadas acerca da atuação dos agentes e grupos oposicionista na década de 1920 no Rio Grande do Sul.

Com o objetivo de abordar essa questão, o terceiro e último capítulo desta dissertação foi dividido em três momentos específicos. Na primeira parte dou prosseguimento à análise do quinto padrão temático-visual identificado na análise do *Álbum dos Bandoleiros*, intitulado como “Movimento Político-Partidário”. Através dos aspectos visuais deste item, pretende-se refletir sobre algumas dimensões do discurso construído pela publicação em torno da

---

<sup>167</sup> Em 1928-1929, os dois partidos gaúchos (Libertador e PRR) se uniram na formação de uma frente única em apoio à Aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas à presidência nacional e posteriormente em ação conjunta nos episódios da chamada Revolução de 1930.

elaboração de um ideal de unidade e coesão partidária entre todos os “bandoleiros”. Em um segundo momento, desenvolvo uma breve análise<sup>168</sup> sobre as negociações, articulações, mobilizações, conflitos e dissidências na tentativa de construção e consolidação de uma agremiação partidária que reunisse todos aqueles indivíduos contrários ao governo borgista na política gaúcha. O intuito de construção e a efetividade desta união perpassava pelas mobilizações da AL e pelo sucesso nas eleições para deputado federal e senador ocorridas no mês de maio de 1924<sup>169</sup>. Por fim, analiso brevemente os desdobramentos deste processo que culminou com envolvimento dos “libertadores” nos levantes tenentistas e a consolidação do movimento oposicionista através da fundação do Partido Libertador em 1928.

### 3.1 Movimento Político-Partidário: um projeto de união e coesão para as oposições político-partidárias

O agrupamento temático-visual relativo ao “Movimento Político-Partidário”, ocupou parte significativa da publicação do *Álbum dos Bandoleiros*, perfazendo um total de 14,096% das recorrências temáticas identificadas na análise visual. Embora sem o mesmo grau de repetição e ênfase que aquela percebida sobre o assunto militar, o coletivo temático relativo aos personagens, atividades e aspectos político-partidários da guerra civil também desempenhou uma função destacada nas concepções exploradas pelas fotografias e textos da publicação. Ao analisar este grupo temático de fotografias é possível perceber a predominância de uma questão que se encontra intimamente relacionada com as dimensões de memória e imaginário da guerra civil: a necessidade e o esforço de construção e afirmação de uma unidade e coesão político-partidária entre os oposicionistas gaúchos.

Contudo, não apenas as presenças visuais e escolhas de temas e personagens fotografados explicam as dimensões políticas e simbólicas deste álbum fotográfico. As exclusões, esquecimentos e ausências também sugerem aspectos importantíssimos sobre o discurso construído pela publicação e o momento político vivido no estado. A principal e

---

<sup>168</sup> A análise se baseou, principalmente, em notícias e manifestos das lideranças oposicionistas publicados no jornal *Correio do Povo* de Porto Alegre durante o ano de 1924. Estas informações foram sendo cotejadas com dados retirados de livros de memórias escritos por personagens que tomaram parte daquele momento histórico, além de contribuições bibliográficas pertinentes ao tema.

<sup>169</sup> As eleições para deputados federais e senadores em todo o Brasil ocorreram em janeiro de 1924, com exceção do Rio Grande do Sul, onde o pleito foi transferido para o mês de maio em decorrência das exigências estipuladas pelo “Pacto de Pedras Altas”, que por reivindicação de Assis Brasil, permitia um maior tempo para o alistamento eleitoral e a organização das eleições no estado. As eleições deveriam contar com a fiscalização do governo federal e o acompanhamento pessoal do Ministro de Guerra Setembrino de Carvalho que deveria retornar ao estado.

histórica liderança do setor federalista, Gaspar Silveira Martins<sup>170</sup>, foi completamente excluída das páginas da publicação, que não reproduziu nenhum retrato fotográfico do tão aclamado fundador e líder do Partido Federalista no Rio Grande do Sul. Um esquecimento bastante significativo, tendo em vista que, conforme demonstrou Eduardo Rouston através da análise da atuação dos deputados federalistas na Assembleia dos Representantes, a figura de Silveira Martins persistiu durante toda a Primeira República como um importante elemento de apego e referencial simbólico e identitário no discurso dos representantes federalistas (ROUSTON JR, 2012, p.124-125). Da mesma forma, diversas atividades cívicas de culto aos heróis federalistas continuaram exaltando a figura central de Silveira Martins nos anos de 1920, como por exemplo, na homenagem póstuma durante a passagem dos restos mortais do líder por Porto Alegre (PACHECO, 2004, p.217). Até mesmo após a guerra civil de 1923, durante a ocasião do aniversário de 23 anos da morte de Gaspar, alguns adeptos federalistas persistiam em realizar homenagens à “sacrossanta memória” do “glorioso tribuno rio-grandense”<sup>171</sup>.

Qual o motivo desta importante ausência? Como explicar a omissão de um personagem tão caro ao setor oposicionista federalista? A escolha por esta ausência não deve ser encarada como um mero descuido por parte dos editores da coletânea de imagens, mas sim como uma escolha consciente no jogo de lembrar e esquecer da operação de enquadramento da memória dos “bandoleiros”. Possivelmente, apagar a imagem de Silveira Martins do álbum dos oposicionistas estava relacionado com a demarcação de um novo momento político-partidário para as oposições, perpassado por uma busca de encontrar novos heróis e novas personagens capazes de liderar e servir como referência na memória coletiva do grupo unificado. Tratava-se de um contexto de inovação nas hostes oposicionistas, em que se urgia olhar para o futuro e esquecer aquele que representava uma única corrente dentre os diversos setores da política oposicionista. Além do que, como veremos posteriormente, a figura de Silveira Martins permaneceu como um “fantasma” a assombrar as pretensões unificadoras da Aliança Libertadora.

---

<sup>170</sup> Gaspar Silveira Martins (1834-1901). Bacharel em Direito, foi deputado provincial, senador e uma das principais lideranças do Partido Liberal durante o Império. Com a instauração da República foi preso e exilado, retornou ao Rio Grande do Sul em 1892 e fundou o Partido Federalista, principal veículo de oposição a política de Júlio de Castilhos e o PRR. Durante a Revolução Federalista de 1893-1895 refugiou-se no Uruguai de onde dirigiu a guerra civil. Em 1895-1896 foi anistiado e retornou ao estado para coordenar as atividades do partido. Faleceu subitamente em 1901 (FRANCO, 2010, p.132).

<sup>171</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 20/07/1924, p.4; 22/07/1924, p.4; 23/07/1924, p.1

As imagens fotográficas identificadas neste agrupamento expressam representações primordiais para a compreensão da participação oposicionista no jogo político do início dos anos de 1920, assim como salientam um intuito bastante sintomático do conteúdo visual político-partidário da publicação. A essência desta que pode ser considerado como um dos principais objetivos da elaboração do álbum fotográfico, pode ser percebida através da primeira ilustração reproduzida na publicação e que foi acompanhada por uma frase emblemática: “*BANDOLEIROS! Uni-vos para salvar, nas urnas, o Rio Grande do Sul*”<sup>172</sup>.

Com esta finalidade, o *Álbum dos Bandoleiros* reuniu em suas páginas uma coletânea de retratos fotográficos de lideranças partidárias de diferentes setores da política gaúcha: federalistas como Antunes Maciel, Antônio Moraes Fernandes, Gaspar Saldanha, Raul Pilla; republicanos históricos e de antigos vínculos com o PRR como Fernando Abbot, Assis Brasil; entre outros recém cindidos com Borges de Medeiros, como Antônio Monteiro, Ângelo Pinheiro Machado, entre outros. Sem fazer ou desfazer distinções e avaliar os méritos e relevância de cada personagem, o álbum assinalou que todos aqueles homens faziam parte de uma geração de “bandoleiros de 1923”, elemento que demarcava um sentimento de igualdade política e expressava a necessidade de amadurecimento do processo de união iniciado em 1922/23 e que urgia ter continuidade nos anos seguintes.

O lema “Uni-vos”, utilizado como abertura na primeira página do álbum fotográfico, expressava claramente a necessidade de consolidação dos vínculos oposicionistas através da fundação de um partido que estivesse coeso e mobilizado para voltar às urnas e novamente medir forças frente aos adversários do PRR. Justamente pelo problema da unificação perpassa a formação de um partido capaz de, em igualdade de condições, pleitear o poder a nível estadual (KLIEMANN, 1981, P.89). Tendo em vista que o ano de 1924 tratava-se de um momento político-eleitoral agitado, em que seriam realizadas as eleições para senador e deputado federal, além dos pleitos para intendentes, vice-intendentes e conselheiros municipais. Aquele era o momento oportuno para “salvar nas urnas o Rio Grande do Sul” e realizar uma revanche em torno dos contestados resultados eleitorais das eleições para presidente do estado em 1922.

Para refletir sobre esta problemática é preciso compreender o processo de formação e luta política das oposições durante a conjuntura histórica da década de 1920. Como já mencionado anteriormente, durante as eleições de 1922, assim como na guerra civil de 1923,

---

<sup>172</sup> *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 1924, 8ªed., p.1

articularam-se três frentes de oposicionistas, mais ou menos organizadas e mobilizadas<sup>173</sup>, vinculadas e congregadas pelo combate frente ao partido hegemônico na situação estadual. Os chamados “libertadores” de 1922-1923 eram formados por indivíduos de diferentes setores das oposições estaduais: oriundos do Partido Federalista; seguidores de lideranças como Assis Brasil e Fernando Abbot, também conhecidos durante a época como “democratas republicanos”; ou ainda dissidentes do PRR de um período mais próximo aos anos de 1920, como aqueles vinculados as famílias “Pinheiro Machado”, “Menna Barreto”, etc. Da mesma forma, a conjuntura do início dos anos 1920 representou o momento crucial, em que após diversas tentativas frustradas de alinhamento entre as forças oposicionistas<sup>174</sup>, foi enfim possível unir e mobilizar todos os oposicionistas para um enfrentamento contra Borges de Medeiros (TRINDADE, 1979, p.159-163). Todavia, o momento político-partidário da década de 1920 apresentou características inovadoras no processo de unificação das oposições, já que finalmente as aproximações permitiram o lançamento de candidaturas aliadas, como a de Assis Brasil para presidente estadual em 1922, as chapas para as eleições municipais em 1924 e a candidatura de deputados e senador no mesmo ano. Além disto, a articulação oposicionista dos anos de 1920 finalmente culminou com a fundação de agremiações organizadas e oficializadas, como a Aliança Libertadora e posteriormente o Partido Libertador.

Cabe destacar que os três setores oposicionistas possuíam trajetórias de engajamentos e lutas políticas diversas, inclusive tendo se colocado como inimigos em dados momentos da Primeira República. Ademais, cada uma destas frentes possuíam suas próprias lideranças, alianças e redes de seguidores e adeptos. Ou seja, as oposições político-partidárias daquele momento eram plurais e possuíam uma feição bastante heterogênea, inexistindo entre elas um consenso e uma coesão mais sólida e diante da qual, em certa medida, os únicos pontos de convergência de sua união momentânea iniciada em 1922 eram o objetivo comum de revisar a Carta Constitucional Rio-Grandense e combater um inimigo comum catalisador de todos os

---

<sup>173</sup> O Partido Federalista (PD) representava a única instituição partidária oposicionista formalizada no estado durante ao início dos anos de 1920, muito embora o partido já estivesse enfraquecido devido a diversas disputas e dissidências internas. Os demais “Libertadores” eram provenientes de rompimentos e cisões com o PRR, alguns deles engajaram-se em tentativas de fundação de partidos que não obtiveram sucesso, como por exemplo, Assis Brasil e Fernando Abbot e o “Partido Republicano Democrático (PRD)”, organizado em 1908 mas com vida efêmera, desaparecendo poucos anos depois (FRANCO, 2010, p. 172-173). Justamente desta tentativa de organização do PRD, originou-se a alcunha de “democratas republicanos”, com a qual eram chamados os seguidores e aliados a Abbot, Assis Brasil e outros. Os demais dissidentes eram antigos membros do PRR que haviam rompido com o partido por motivos diversos e passaram a cerrar fileiras com os demais oposicionistas.

<sup>174</sup> Segundo Hélió Trindade, as tentativas de aproximações das oposições em nível partidário ocorreram, ao menos, em dois momentos significativos. Primeiro, em 1897 através de uma tentativa frustrada de Silveira Martins de fundir o Partido Federalista com o Partido Republicano Liberal; e depois em 1907-1908, na cisão de Fernando Abbot com Borges de Medeiros, onde os dissidentes tentaram aproximar-se dos federalistas mas foram repelidos devido ao veto da facção vinculada a Antunes Maciel (TRINDADE, 1979, p.154).

males, o monopólio de poder de Borges de Medeiros (ANTONACCI, 1981, p. 73). Conforme demarcou José Kieling (1984), o próprio termo “libertadores” amplamente propagado nos anos de 1922/1923 já era utilizado como um mecanismo de apagar as diferenças que separavam os “democratas” e “dissidentes republicanos” dos “federalistas”, assim como era uma tentativa de produzir uma generalização que abarcasse todos os oposicionistas (KIELING, 1984, p. 18).

Com o término da guerra civil, o momento político para os oposicionistas era outro. Segundo Luiza Kliemann (1981), o movimento de 1923 e o próprio “Pacto de Pedras Altas” demonstraram aos oposicionistas as reais possibilidades de uma coligação mais profunda e necessária para que fosse mantido aberto o caminho em direção ao poder (KLIEMANN, 1981, p. 92). Diante da nova conjuntura, os poucos elementos anteriores que serviram como fator de atração para a congregação do oposicionismo necessitavam ser reavaliados e atualizados com o intuito de alcançar solidariedades mais amplas e irrestritas, com o objetivo de incorporar definitivamente todos os fragmentados adeptos no estado e a partir disto permitir uma possibilidade de luta de igual para igual com o historicamente mobilizado e coeso PRR<sup>175</sup>.

Neste sentido, é importante mensurar que durante a conjuntura 1921/1923, os setores das oposições se aliaram sem contudo consolidarem seus laços num partido ou agremiação formalizada oficialmente. Isto apenas veio a acontecer através da fundação da Aliança Libertadora em janeiro de 1924<sup>176</sup>. A inexistência de uma instituição formalizada nos anos anteriores denuncia a fragilidade dos vínculos de identidade e cooperação entre os oposicionistas durante os anos iniciais de 1920. Naquele momento, as divergências entre os setores oposicionistas eram evidentes e os laços que uniam e mantinham mobilizados seus adeptos eram precários. Esta fragilidade levou o próprio Assis Brasil a temer uma possível dispersão das oposições e uma impossibilidade de consolidar as coligações em um novo

---

<sup>175</sup> Importante ressaltar que, conforme percebeu Elisabete Leal, o PRR também possuiu mecanismos de representação e busca por uma unidade partidária, principalmente através do culto e exploração da imagem de Júlio de Castilhos (LEAL, 2006, p.262-264)

<sup>176</sup> Esta especificidade acarretou alguns problemas recorrentes em grande parte da historiografia que atentou para os episódios políticos daquele período e insistiu em classificar os movimentos políticos e militares de 1922 e 1923 através da utilização do termo de “Aliança Libertadora”. Ainda que possivelmente o termo possa ser encontrado de forma superficial e vaga em alguma documentação do período, a nomenclatura e sua utilização apenas veio a surgir oficialmente no mês de janeiro de 1924 durante o “Congresso de São Gabriel” que propôs as articulações políticas para a disputa dos cargos de deputado federal e senador. Antes disso, o termo correntemente utilizado para se dirigir aos oposicionistas era o de “Libertadores” ou “Assisistas”.

partido, principal anseio de algumas de suas lideranças. Segundo declarou em um momento posterior aos episódios de 1922/1923:

Na situação de pouca solidez dos laços que uniam os Libertadores, mais atraídos entre si pelo sentimento de hostilidade contra o adversário comum do que por vínculos positivos e bem definidos de ideias, planos de administração e de governo, via claro o perigo da dispersão e do desmoronamento [...]. Preferia um compasso de espera, que nos permitisse a lenta sedimentação das afinidades profundas que nos aproximavam, a organização, enfim, de um partido cujo programa seria estulto tentar improvisar (ASSIS BRASIL apud ANTONACCI, 1981, p.86).

Em torno desta fragilidade e ausência de maiores laços de aproximação dos oposicionistas, pode-se questionar de que maneira as imagens fotográficas do *Álbum dos Bandoleiros* se inserem em uma tentativa de contribuir para a criação e consolidação destes vínculos mais afetivos e efetivos entre os diversos setores da oposição, suas lideranças e seguidores. Neste sentido, me parece que os editores do álbum encamparam e projetaram um anseio unitário, e as fotografias e textos reproduzidos pela publicação defenderam veementemente a necessidade de unificação oposicionista, sentimento que possivelmente estivesse presente em grande parte dos adeptos do grupo.

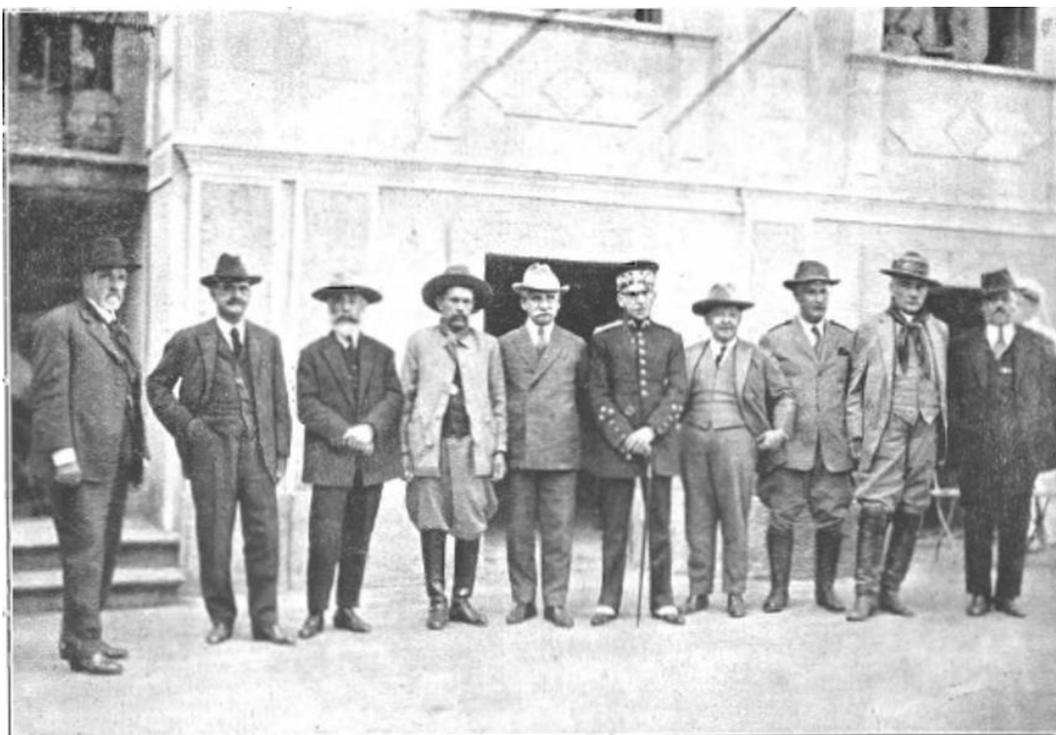
Uma das principais ideias transmitidas pelo *Álbum dos Bandoleiros* era justamente a de que as oposições representavam um só grupo, formavam uma só frente política homogênea, em que se apagavam as divergências e se exaltava a existência de uma identidade coletiva de “libertadores” ou “bandoleiros”. Da mesma forma enquadrava-se uma determinada leitura e memória dos acontecimentos, contemplando um passado recente repleto de “feitos, glórias e heróis”, dos quais o grupo deveria se apropriar como inspiração e projeção para as lutas do presente e futuro.

A figura 24 demonstra concepções pertinentes a esta problemática. A imagem apresenta os principais líderes do movimento armado e político reunidos para debater e solucionar o problema do término da guerra civil e as exigências políticas para a pacificação. Os dois registros fotográficos, conforme indicado pela legenda da segunda fotografia, foram realizados pela “nossa objetiva”, ou seja, efetuados por algum profissional designado ou vinculado diretamente com a equipe editorial organizadora da publicação.

O episódio fotografado refere-se a uma reunião convocada por Assis Brasil e o Ministro Setembrino de Carvalho com as lideranças militares da revolta, ocorrida na cidade

de Bagé no dia 14 de Novembro para conferenciar sobre as condições e exigências para o término da luta armada<sup>177</sup>.

Figura 24 - "Conferência de Bagé"



Posando para a nossa objectiva, após a conferência.

Fonte: Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 1924, 8ªed., p.80

As fotografias são emblemáticas por diversos aspectos. Elas representam, possivelmente, os registros fotográficos mais conhecidos e reproduzidos a respeito da guerra civil de 1923, seja durante o próprio contexto histórico<sup>178</sup> ou em investigações e obras posteriores. A importância da imagem decorre, principalmente, do fato de que ela se trata do único registro visual de todos os chefes do movimento de 1923 em uma mesma cena. Trata-se da captura de uma imagem apreendida pela equipe do *Álbum dos Bandoleiros*, que ciente da importância daquele momento e de sua repercussão, mobilizou recursos e profissionais para obter algumas fotografias, tendo em vista o poder documental e simbólico daquelas imagens nos objetivos de construção de memória e imaginário que se encontravam em definição.

<sup>177</sup> Para maiores informações sobre os bastidores do encontro ver os depoimentos de Baptista Lusardo (acompanhante de Honório Lemes na ocasião) cedidos à obra de Glauco Carneiro (CARNEIRO, 1977, p. 213-232).

<sup>178</sup> O mesmo retrato deste encontro foi impresso em diversos exemplares de cartões postais durante o período e circulou pela imprensa diária. Ver capítulo I.

Por meio da análise visual do álbum, as duas imagens foram identificadas no padrão temático relativo ao movimento político-partidário. O que se explica pelo fato de que as fotografias em torno da “Conferência de Bagé” (Figura 25) representam uma ocasião específica em que as lideranças militares não mais se apresentam como “bandoleiros militares” ou generais do conflito de 1923, mas sim, passam a se colocar como emblemas políticos e sintetizadores dos valores da luta partidária oposicionista. Signos de um grupo político-partidário que seriam amplamente acionados e utilizados durante a campanha e propaganda eleitoral da Aliança Libertadora durante o ano 1924.

Figura 25 - "Conferência de Bagé II"



Fonte: Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 1924, 8ªed., p.80

As fotografias também representam um momento emblemático do final da guerra civil: foi durante este episódio que os comandantes militares chegaram ao consenso de delegar a Assis Brasil, enquanto chefe político do movimento armado, plenos poderes de dialogar e decidir os termos e as condições para a pacificação perante o Ministro de Guerra e o governo federal (NETTO, 1983, p.107). Além disto, possivelmente foi a partir daquela reunião que

começaram a se delinear os rumos políticos que tomariam os primeiros meses do ano seguinte após o estabelecimento da paz. Caminhos que foram extremamente marcados, por um lado, pela importância simbólica das figuras dos “generais bandoleiros” e a utilização e exploração de sua imagem como um recurso de poder simbólico durante a formação e mobilização da Aliança Libertadora e por outro lado, pela habilidade de mediação e liderança partidária exercida por Assis Brasil.

A ação simbólica operada pelas duas fotografias em destaque está relacionada com a reunião dos personagens mais emblemáticos da guerra civil que representam o ideal de movimento militar e político dos oposicionistas e que haviam conquistado um prestígio e uma repercussão de grande relevância durante as empreitadas militares. Os principais personagens do movimento de 1923, concentrados em uma mesma imagem, mais do que o registro de um momento peculiar dentre os diversos acontecimentos da guerra, auxiliavam no reforço da visão de uma completa união e coesão de todos os adeptos do movimento. A união dos chefes de maior proeminência na revolta deveria servir como exemplo aos demais correligionários e seguidores, no sentido de que todas as diferenças e incompatibilidades deveriam ser esquecidas em um movimento unitário de defesa dos interesses oposicionistas. Desta forma, o poder simbólico expressado pelas fotografias se estabelecia como uma saída para a resolução do problema de unidade política no interior do grupo (SCHWARCZ, 2013, p.37). Com este objetivo, o *Álbum dos Bandoleiros* propagou uma visão da “unidade partidária” caracterizada pela exaltação de figuras que estavam acima de qualquer antagonismo partidário, já que, eram justamente estas lideranças que realizavam um importante passo rumo à construção de uma comunhão partidária mais sólida.

Se, por um lado, durante os primeiros meses de 1924, os oposicionistas valeram-se de instrumentos de poder simbólico como um álbum fotográfico para insistir na construção da ideia de união consensual, por outro, os adeptos do PRR, principalmente através dos editoriais do jornal *A Federação*, buscaram constantemente “desmascarar” a composição da Aliança Libertadora e quebrar com a suposta ideia de unidade política das forças oposicionistas, apontando as suas contradições e divergências internas. Segundo as críticas do jornal borgista, era evidente que inexistia uma doutrina política homogênea entre os aliancistas, aspecto contraditório que fazia com que os adeptos de um credo político votassem em candidatos reconhecidamente de ideias opostas e irreconciliáveis (PINTO, 1986, p.95).

A fotografia seguinte (Figura 26) também apresentou aspectos importantíssimos para as articulações políticas realizadas no ano seguinte ao término da guerra civil. A imagem abaixo se trata de um grupo de jovens reunidos para a inauguração do Centro Cívico Rio

Grandense, associação política formada por estudantes da faculdade de Direito de Porto Alegre em prol da campanha de Assis Brasil em 1922 e que posteriormente foi uma das apoiadoras da guerra civil e um dos importantes grupos de mobilização para as campanhas de alistamento e votação eleitoral em 1924.

Figura 26 - “Centro Cívico Rio Grandense”



Inauguração do Centro Cívico Rio Grandense. Directoria: Dr. Eurico Lustoza, Dr. Joaquim Fialho, Dr. Raul Pilla, sr. Antenor Lemos.

Fonte: Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 1924, 8ªed., p.49

Os membros da associação participaram ativamente das disputas políticas oposicionistas dos anos de 1920 e dentre os fundadores registrados pela fotografia acima encontra-se um dos personagens que viria a se tornar uma das principais lideranças oposicionistas na transição da AL para a consolidação e fundação do PL: Raul Pilla<sup>179</sup>. Principalmente na segunda metade da década de 1920, Pilla despontou como um dos principais articuladores da união oposicionista, sendo, ao lado de Assis Brasil, um dos grandes responsáveis pela fundação do Partido Libertador, e posteriormente pelo movimento de aliança nacional com o PRR na formação da Frente Única. Não obstante, este é o único

<sup>179</sup> Raul Pilla era médico e uma das lideranças do Partido Federalista, foi um dos principais articuladores da fundação do Partido Libertador (PL) em 1928, sendo eleito seu vice-presidente. Em 1933 elegeu-se deputado pelo PL (FRANCO, 2012, P.161). Sobre a trajetória política de Pilla ver a pesquisa de Antônio Bueno (BUENO, 2006).

registro fotográfico reproduzido pelo álbum em torno de Pilla, um dos principais personagens da política oposicionista pós-1923. O reduzido enfoque nesta figura talvez se explique pela pouca importância exercida pelo personagem no meio político-partidário antes da década de 1920, quando comparado a sua ascensão e protagonismo durante os anos subsequentes<sup>180</sup>.

A Figura 26 apresenta os membros da diretoria do Centro Cívico devidamente identificados pela legenda. O registro visual adquire maior relevância quando atenta-se para o contexto da sociedade e política estadual das primeiras décadas do século XX. Os estudantes da Faculdade de Direito de Porto Alegre são um exemplo sintomático de um movimento de dinâmica e renovação na opinião político-partidária gaúcha naquele período. Em 1907, durante a cisão de Fernando Abbot com Borges de Medeiros e o embate eleitoral entre Abbot e Carlos Barbosa Gonçalves, a grande maioria dos estudantes da faculdade se organizou e criou o Bloco Acadêmico Castilhistas com o intuito de apoiar a candidatura do nome indicado pelo chefe do PRR (GRIJÓ, 1998, p. 104). Alguns anos mais tarde, durante as mobilizações eleitorais de 1922, um grupo numeroso de futuros bacharéis em Direito da capital se organizou contra o situacionismo do PRR e fundou o Centro Cívico Rio-Grandense, criado especificamente para participar ativamente da campanha em favor de Assis Brasil (ANTONACCI, 1981, p.94). De forma similar, para as eleições federais de maio de 1924, outro grupo de estudantes que se apresentava como “os estudantes livres do Rio Grande” fundou o Centro dos Acadêmicos Independentes e manifestou publicamente seu apoio em favor da AL, expressando a necessidade existente naquele momento, entre todos os estudantes de tendências oposicionistas, onde “mais do que nunca se faz necessário a nossa aliança”<sup>181</sup>. O grupo também foi responsável por organizar e convocar algumas atividades de campanha em Porto Alegre<sup>182</sup>.

Segundo a concepção de que as fotografias “provavam o acerto” do *Álbum dos Bandoleiros*, a imagem daquele grupo de jovens fotografados era mais um testemunho de que os “bandoleiros” haviam conquistado a maior parte das simpatias político-partidária dos gaúchos, o que tornava evidente o crescimento das tendências contrárias ao borgismo na sociedade rio-grandense. Como veremos a seguir, este centro político desempenhou um importante papel na articulação e mobilização dos seus correligionários através de atividades

---

<sup>180</sup> Segundo Mem de Sá, Raul Pilla “vindo das fileiras federalistas, projetou-se como chefe de prestígio máximo, apesar da pouca idade”, tornando-se uma das principais lideranças na fundação do Partido Libertador em 1928 e em suas campanhas políticas posteriores (SÁ, 1973, p. 67).

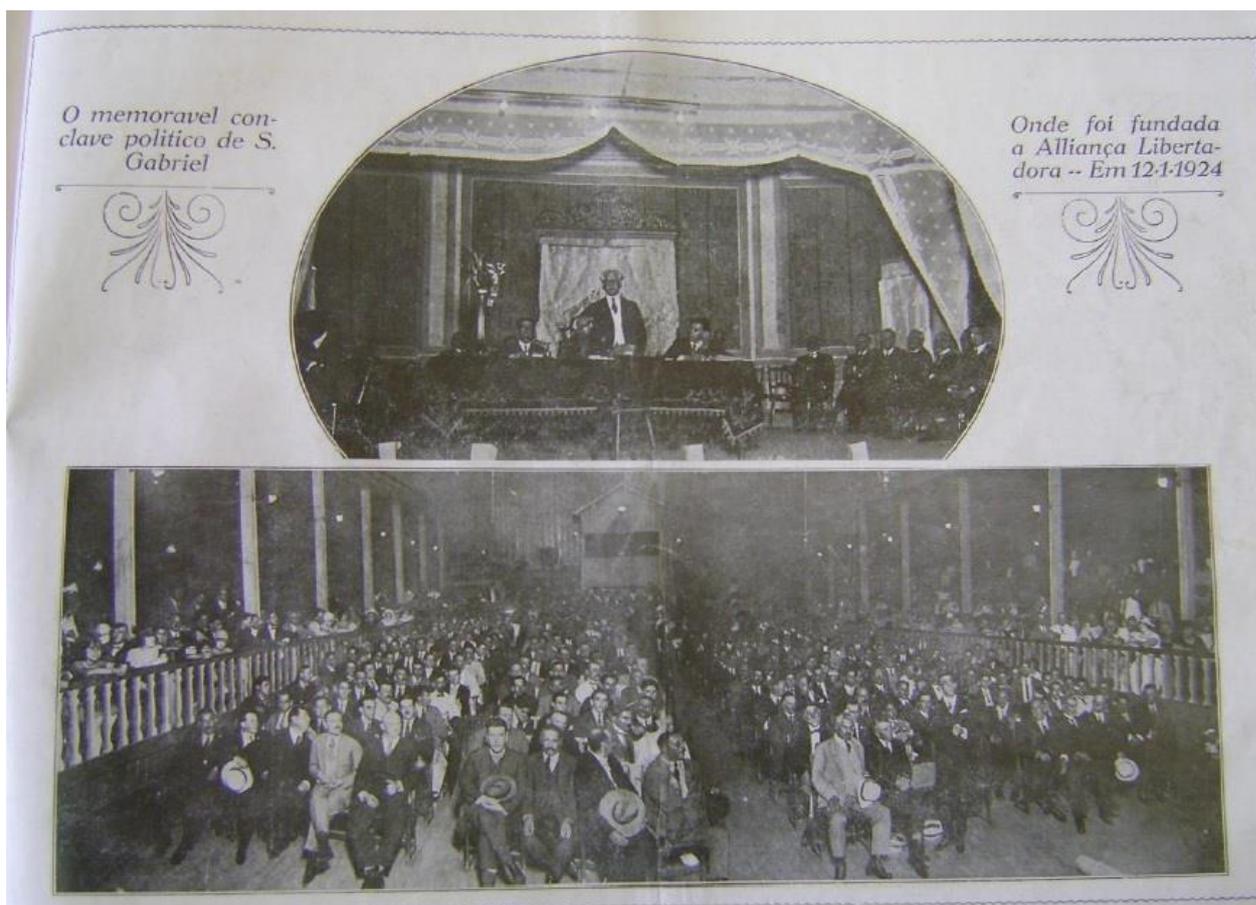
<sup>181</sup> Manifesto do grupo publicado no jornal *Correio do Povo*. Assinam o texto os membros da diretoria da associação: Homero Fleck, Francisco Ebling, Ubirajara da Costa, Luiz de Faria, Oscar Daudt Filho, Ito Ribeiro Franco, Breno Pinto Ribeiro e Plínio Gomes de Mello. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 01/05/1924, p.1.

<sup>182</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/05/1924, p.1

de propaganda eleitoral e alistamento de adeptos, colaborando ativamente no processo de unificação das oposições durante os primeiros meses de 1924.

A seguir reproduzo a matéria fotográfica (Figura 27) divulgada pelo *Álbum dos Bandoleiros* sobre o congresso político convocado por Assis Brasil e ocorrido na cidade de São Gabriel em janeiro de 1924. Este seria o primeiro encontro após o término da guerra civil e onde foi oficialmente fundada a Aliança Libertadora. Voltarei às articulações políticas deste congresso em outro momento; por ora interessam apontar algumas questões pertinentes as representações visuais em torno do episódio. Segundo o título que acompanhou a sessão de duas fotografias sobre o congresso, aquele era o “memorável conclave político” em que havia sido fundada a agremiação aliancista. O evento fundador era representado como um episódio fundamental para a memória do grupo político-partidário e com isto era contemplado com um espaço ampliado e destacado nas páginas do álbum fotográfico.

Figura 27 - Congresso de fundação da Aliança Libertadora



Fonte: *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 1924, 8ªed., p.88

O interessante de salientar nas fotografias é que o encontro tratava-se de um momento posterior ao término da guerra civil - temática central enfocada pelo álbum - ou seja, não havia mais luta armada. Ainda assim, a publicação reproduziu em suas páginas os registros fotográficos de um momento que demonstrava as mobilizações políticas posteriores ao término do conflito armado. Neste sentido, me parece que a veiculação de registros fotográficos deste tipo possuía um fim bastante explícito de transmitir uma ideia de continuidade do movimento de luta de 1923, que na leitura do álbum fotográfico não havia se esgotado com o Pacto de Pedras Altas. As articulações seguintes de 1924 representavam uma sequência direta da luta “bandoleira” através de outros mecanismos, mas com os mesmos objetivos e empenho. Ao sugerir a continuidade temporal do movimento armado, a Aliança Libertadora substituiria o Exército Libertador, definindo uma linha cronológica de acontecimentos a serem perpetuados e armazenados na memória dos “libertadores”. Assim como, ao reproduzir tais imagens, evidenciava-se a necessidade de que os adeptos do movimento militar permanecessem mobilizados e mantivessem o mesmo ímpeto para as lutas eleitorais.

As fotografias também enfatizam o contingente numeroso de partidários e apoiadores das hostes oposicionistas, reunidos e unidos com um único objetivo e representando um só partido. A multidão na cena fotografada servia como um elemento de testemunho acerca do poderio coletivo da agremiação. Por meio destas e outras imagens que demonstravam a abundância de seguidores, tratava-se de reforçar que os oposicionistas representavam uma massa de correligionários ativos e mobilizados e que os enfrentamentos políticos prosseguiriam através do confronto eleitoral. Conforme percebeu Maria Helena Capelato ao analisar as representações visuais em torno da aglomeração de pessoas durante os regimes políticos de Getúlio Vargas no Brasil e Juan Perón na Argentina, as representações das multidões e da coletividade possuem um valor simbólico muito claro: elas representam a união aplicada e organizada, sendo que através da construção do mito da unidade opera-se o convencimento e mascaram-se as divisões e os conflitos internos (CAPELATO, 2009, p.66-67).

Através de suas fotografias o *Álbum dos Bandoleiros* escondia as dissidências internas e reforçava o visual impactante da multidão coesa que fazia parte da Aliança Libertadora. Conforme a própria proclamação elaborada pela comissão executiva da agremiação e publicada nas últimas páginas do álbum fotográfico:

[...] a Aliança Libertadora levava nos comícios de Maio **uma demonstração impressionante da exatidão das suas alegações – de representar a grande maioria da opinião rio-grandense**. Nem as brutalidades que o abuso do poder de

fato possa pôr em prática, impedirão que os eleitores livres **façam conhecer a Nação a sua vontade soberana.**”<sup>183</sup> (Grifos meus)

Da mesma forma que os comícios e encontros organizados pela agremiação “fariam ver e conhecer à Nação a vontade soberana da grande maioria da opinião rio-grandense”, as imagens fotográficas, fundamentadas em uma capacidade enquanto instrumentos de poder simbólico que operam convencimento e consentimento, documentavam a veracidade e a autenticidade da argumentação de que a ampla maioria do eleitorado estadual estava comprometida com a luta dos oposicionistas. Uma ampla e diversa maioria formada por estudantes, políticos, jornalistas, enfermeiras, advogados, médicos, e diversos outros “bandoleiros” que se empenhavam na construção de um movimento político-partidário unitário.

Em prosseguimento à especial atenção voltada para as articulações da nova agremiação partidária, compreendida como uma continuidade direta da guerra civil, o álbum também publicou a “Proclamação da Comissão Executiva da Aliança Libertadora”, um texto composto por duas páginas e que também foi veiculado pelo jornal *Correio do Povo* no dia 15 de Abril de 1924<sup>184</sup>. Através da proclamação foram divulgados os candidatos para deputado federal e senador que haviam sido votados e escolhidos pelos partidários em congresso. O texto também apresentou uma leitura extremamente crítica e pessimista sobre o momento político estadual que permanecia conturbado e com recorrentes denúncias sobre episódios de perseguições e violências sofridas pelos oposicionistas, além das reiteradas dificuldades encontradas no alistamento dos eleitores para o pleito federal de maio.

Em anexo ao texto de proclamação, o *Álbum dos Bandoleiros* também reproduziu, de forma extremamente ágil e pioneira na propaganda eleitoral oposicionista, o retrato fotográfico de cada um dos candidatos que concorriam aos cargos de deputado federal e senador<sup>185</sup>. Algo que pode ser percebido, por um lado, como um objetivo de divulgar a imagem dos candidatos, “fazendo ver” e popularizando a imagem daqueles importantes líderes do oposicionismo que aspiravam alcançar os cargos federais. Por outro lado, a matéria fotográfica também demonstrava um esforço dos editores da publicação em se autoproclamarem e se estabelecerem como um dos principais veículos de propaganda política

<sup>183</sup> *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 1924, 8ªed., p.90

<sup>184</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15/04/1924, p.1

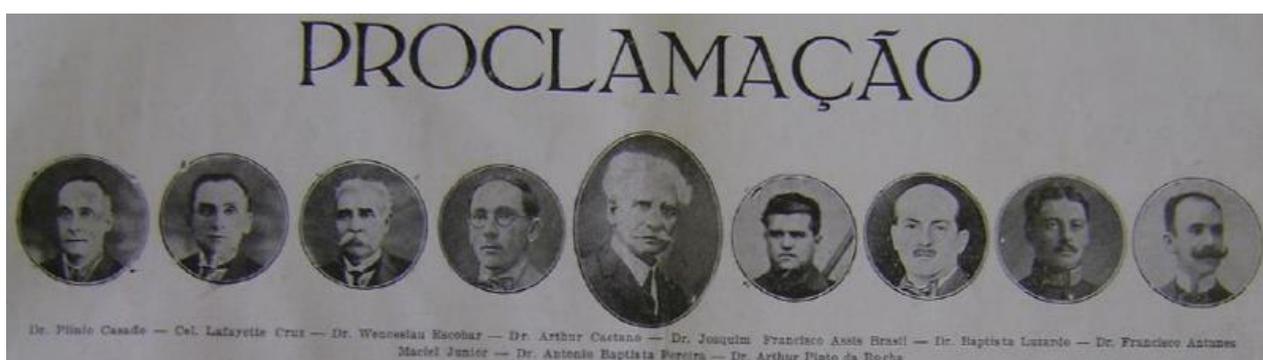
<sup>185</sup> Segundo Glauco Carneiro, o jornal oposicionista de Pelotas, *A Opinião Pública*, publicou em seus exemplares um perfil da bancada federal da Aliança Libertadora eleita em maio de 1924. A matéria trazia as respectivas fotografias dos deputados, com exceção de Baptista Lusardo, o qual o órgão de imprensa lamentava-se por não ter conseguido acesso à nenhum retrato (CARNEIRO, 1977, p. 238). Este episódio indica os contundentes trabalhos de pesquisa e aquisição de fotografias por parte dos organizadores do *Álbum dos Bandoleiros*, bem como de seu pioneirismo em torno da cobertura fotográfica dos personagens das oposições estaduais.

da Aliança Libertadora perante os próprios líderes da agremiação, os leitores e eleitores por todo o Rio Grande do Sul e também em relação aos demais órgãos de imprensa vinculados ao oposicionismo.

Através da divulgação do retrato fotográfico da chapa eleitoral, o álbum da *Kodak* assumiu a característica peculiar de servir também como um instrumento panfletário e de divulgação sobre as eleições que se aproximavam. A publicação tornava-se parte ativa e mobilizadora da campanha político-eleitoral de maio de 1924 através da divulgação dos retratos fotográficos dos candidatos. Com isto, os oposicionistas ganhavam mais um mecanismo de divulgação e propaganda para o convencimento e mobilização do eleitorado.

A publicação da 8ª edição com as fotografias dos primeiros meses de 1924 passou a ser comercializada poucas semanas antes da data agendada para as eleições, previamente estabelecidas para o dia 3 de maio. A escolha deste momento específico para o lançamento da edição mais completa do álbum, caracterizado por um momento final de campanha partidária e de mobilização eleitoral, indica uma importante e final cartada dos oposicionistas na busca pela mobilização dos eleitores e para a obtenção de um possível êxito nas urnas. Novamente fazia-se uso do poder simbólico das imagens e do valor de “prova e testemunho irrefutável” do *Álbum dos Bandoleiros* em favor das oposições político-partidárias gaúchas.

Figura 28 - Candidatos da Aliança Libertadora, eleições federais de 1924



Fonte: *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 1924, 8ªed., 1924, p.9

Além disto, os retratos dos candidatos aos cargos políticos também representavam um momento da transformação na luta dos “bandoleiros”: era chegado o momento crucial de trocar as armas pelas urnas e através do voto demonstrar a força coletiva do grupo. Nas palavras do próprio Assis Brasil sobre a pacificação e o retorno da luta através das urnas:

Por outras palavras ao povo rio-grandense, cuja maioria está visivelmente com os Libertadores, apresenta-se o terrível dilema desta interrogação peremptória: Queres conquistar o teu ideal nas coxilhas ou nas urnas? [...] O Povo nada tem a perder em

passar da luta das armas para a das urnas. A guerra não pode ir, nunca poderá ir, mais do que um contingente reduzidíssimo da imensa falange libertadora. O armamento é privilégio dos que dispõem do tesouro público. [...] Para as urnas, porém, as únicas armas necessárias são a coragem e civismo (ASSIS BRASIL apud CARNEIRO, 1977, p. 225-226).

Como é possível perceber nas palavras de Assis Brasil, cabia no momento convencer os adeptos oposicionistas da viabilidade do abandono da luta armada e a passagem para um enfrentamento dos adversários dentro das regras do jogo eleitoral. Todavia, este processo de convencimento, mobilização e unificação seria mais complexo e delicado do que o difundido pelo *Álbum dos Bandoleiros* e almejado pelos correligionários mais otimistas.

### 3.2 A formação da Aliança Libertadora: eleições, mobilizações e dissidências

Se por um lado o conteúdo do álbum propagou uma representação dos oposicionistas caracterizada pela suposta unidade político-partidária do grupo e tentou servir como um instrumento de convencimento desta coesão, por outro, as lideranças partidárias possuíam amplos desafios para efetivar o tão almejado projeto de comunhão entre os diversos setores partidários. Como organizar uma agremiação e selecionar os respectivos candidatos para concorrer aos cargos de senador e deputado federal agradando a todos os correligionários e não ferindo o orgulho de nenhum dos setores oposicionistas? Como manter a coligação articulada com o mesmo ímpeto das lutas de 1922 e 1923? De que forma mobilizar diferentes partidários e evitar dissidências e conflitos internos que atrapalhassem a coesão do grupo? Onde buscar elementos que servissem como catalisadores e consolidadores desta união? Quem lideraria a nova agremiação? E com que princípios esta seria organizada? O conjunto de desafios surgido nos meses que sucederam o “Pacto de Pedras Altas” demonstrava que o projeto de unificação não era tão simples quanto às fotografias reunidas pelo álbum fotográfico.

Um primeiro foco de discordância no interior das hostes oposicionistas ocorreu ainda durante as tratativas do próprio pacto de paz, especificamente em torno da delicada permanência de Borges de Medeiros no poder do estado. Segundo José Fernando Kieling (1984), Assis Brasil e Honório Lemes tiveram que discutir longamente com seus companheiros sobre a aceitação dos termos da pacificação para evitar rupturas imediatas nas fileiras das oposições, buscando convencê-los de que a luta prosseguiria nas urnas, sob um novo estatuto eleitoral vigiado de perto pelo governo federal (KIELING, 1984, p. 35). Glauco Carneiro (1977), baseado nos depoimentos de Baptista Lusardo, comenta que durante as reuniões alguns generais insistiram na importância da deposição imediata de Borges, sendo preciso três ou quatro conferências entre eles até que a ideia da permanência borgista fosse

aceita. Além destas discórdias, Assis Brasil também enfrentou outras pressões em torno do assunto, como as provenientes do Comitê Libertador de Pelotas que enfaticamente defendeu a continuidade da luta através das armas, inclusive acusando Assis ter “vendido e traído a Revolução” (CARNEIRO, 1977, p.219-220). Mem de Sá (1971) também salienta que o dissenso a respeito da permanência de Borges no poder deixou marcas importantes na união do grupo, já que uma parte dos “libertadores” não enxergava a “estrondosa vitória” das cláusulas do tratado, apenas se importando com a “terrível decepção da permanência do chimango” (SÁ, 1971, p. 67).

Outro desafio em torno da consolidação da união oposicionista viria logo em seguida, no dia 12 de Janeiro de 1924 na cidade de São Gabriel, no primeiro encontro político das oposições após o término da guerra civil<sup>186</sup>. O encontro apresentou uma prévia de algumas das divergências e conflitos de posicionamentos que os aliancistas enfrentariam ao longo de toda sua trajetória. Problemas que denunciavam a fragilidade dos laços entre os adeptos oposicionistas e as disputas internas de prestígio e espaço de poder entre suas diversas lideranças e correntes.

O congresso convocado por Assis Brasil foi sediado no Teatro Coliseu e recebeu ampla cobertura do jornal *Correio do Povo*. A folha da capital noticiou os bastidores e as negociações ocorridas ao longo do encontro que aconteceu durante a tarde do dia 12 e a manhã do dia 13 de janeiro e contou com a presença de 82 delegados representantes de diversos municípios e vertentes oposicionistas. Durante a realização do encontro “os generais revolucionários Zeca Netto, Felipe Portinho, Leonel Rocha, bem como o sr. Assis Brasil, foram saudados com salva de palmas quando penetraram no recinto do Coliseu”, demonstrando o prestígio e o papel de vanguarda que aqueles personagens assumiam no interior do movimento oposicionista, se colocando como os principais referenciais para a união e adesão ao grupo<sup>187</sup>.

No início do congresso subiram ao palco do teatro para conduzir a sessão os generais revolucionários e algumas lideranças partidárias, como Assis Brasil, Plínio Casado, Alcides Lima, Camilo Marcio, Alves Valença, Firmino Torelly, Maciel Junior, Eurico Lustosa e Raul

---

<sup>186</sup> Na mesma semana do congresso a primeira edição do *Álbum dos Bandoleiros* passou a ser anunciada e comercializada. Possivelmente, o encontro que reuniu grande parte das lideranças também serviu como um importante instrumento de divulgação e venda do produto elaborado pela *Kodak*, já que representantes da revista estiveram presentes para fotografar o evento. Da mesma forma, o congresso representava o momento mais propício para a difusão do lema “Uni-vos para salvar nas urnas” entre os correligionários presentes.

<sup>187</sup> Os principais líderes do movimento armado estiveram presentes no congresso, com exceção de Estácio Azambuja, de quem não foi possível identificar a razão da ausência, e Honório Lemes que segundo as informações da reportagem do *Correio do Povo*, encontrava-se enfermo na ocasião.

Pilla. Plínio Casado em seu discurso de abertura enfatizou um dos aspectos primordiais daquele congresso: “a necessidade da oposição manter-se unida e firme para a vitória integrada das suas aspirações de justiça e liberdade.”. Logo em seguida, Casado apresentou uma proposta da criação de uma agremiação específica e pontual com o objetivo de concorrer ao pleito eleitoral de maio, permanecendo para um futuro próximo e em um momento oportuno a fundação de um partido definitivo<sup>188</sup>.

As divergências do encontro se iniciaram em torno de que forma seria organizada a Comissão Executiva responsável pela chefia da agremiação. A ideia inicial sugerida por Assis Brasil e Plínio Casado tinha como intuito designar um comitê de cinco nomes escolhidos pelo voto direto entre todos os correligionários presentes no evento. Outro partidário, Francisco Simões, propôs uma junta composta por dez nomes: Honório Lemes, Zeca Netto, Leonel Rocha, Felipe Portinho e os drs. Alcides Lima, Firmino Torelly, Fernando Abbot, Edmundo Berchon e Serafão Mariante. Por sua vez, o deputado estadual Alves Valença e o general Zeca Netto defenderam a chefia unipessoal de Assis Brasil em torno de uma comissão. Assis recusou a proposta e enfatizou a necessidade da existência de uma junta coletiva de comando. O deputado federalista Antunes Maciel sugeriu então uma comissão de cinco nomes formada por Assis Brasil, Fernando Abbot, Firmino Torelly, Edmundo Berchon e Honório Lemes, este último representando todos os “generais revolucionários” perante a junta diretiva. Esta proposta foi repassada para o voto geral e acabou sendo oficialmente eleita como a Comissão Executiva da Aliança Libertadora, responsável pela organização das candidaturas para o pleito eleitoral federal. Por fim, os aliancistas realizaram uma eleição prévia sobre os nomes indicados para as candidaturas de deputado federal e senador que posteriormente seriam computados e definidos pela junta executiva em um novo encontro no mês de abril. Neste intermédio de tempo os correligionários deveriam investir na fundação de agremiações locais da Aliança para mobilizar os adeptos e realizar o alistamento eleitoral<sup>189</sup>.

Entre o primeiro encontro partidário ocorrido em janeiro e o lançamento da chapa oposicionista em abril é possível perceber algumas questões relevantes para a problemática deste estudo. Em primeiro lugar, a presença de uma ampla mobilização efetuada pela atuação de propaganda eleitoral realizada por associações políticas fundadas em todo o estado,

---

<sup>188</sup> O partido definitivo nasceu apenas em março de 1928 em um congresso realizado na cidade de Bagé. Sob a liderança de Assis Brasil e Raul Pilla os oposicionistas finalmente foram capazes de amadurecer e sedimentar sua união com a fundação de um partido político definitivo, o Partido Libertador. O novo partido terminou por extinguir definitivamente a Aliança Libertadora e absorver a grande maioria dos adeptos federalistas. O PL foi extinto em 1937 e se reorganizou em 1945, tendo definitivamente desaparecido em 1966 com Ato Institucional N.2 do governo militar (FRANCO, 2010, p.117-118). Sobre a atuação Partido Libertador durante as décadas de 1930-1960, ver as contribuições de Mem de Sá, um de seus principais partidários SÁ, (1973).

<sup>189</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 13/01/1924, p.1

principalmente na cidade de Porto Alegre. Em segundo lugar, os diversos problemas enfrentados pelos opositores, tanto de maneira externa com os adversários do PRR, como as perseguições e violências praticadas pela Brigada Militar, a dificuldade no alistamento eleitoral perante as autoridades competentes, entre outros. Além disto, os conflitos e dissidências internas, como, por exemplo, as divergências em torno da escolha dos candidatos, as rupturas entre algumas alas do Partido Federalista com a Aliança, os conflitos entre lideranças opositoras de Porto Alegre, as diferentes posições de partidários sobre temas como o apoio a Arthur Bernardes ou aos levantes tenentistas, etc.

### 3.2.1 Conflitos externos e conflitos internos: o árduo caminho da unificação

O ano eleitoral de 1924, tal qual o polêmico processo eleitoral de 1922, contou com diversas acusações sobre práticas de perseguições e violências contra os opositores<sup>190</sup>. Durante todo o ano de 1924, o jornal *Correio do Povo* apresentou um conjunto de denúncias e insatisfações dos “libertadores” sobre os problemas percebidos na situação política estadual<sup>191</sup>. As notícias publicadas pelo jornal porto-alegrense eram múltiplas: dificuldade no alistamento eleitoral e na obtenção dos respectivos títulos para que os eleitores pudessem votar<sup>192</sup>, perseguição contra antigos chefes militares de 1923<sup>193</sup>, múltiplos casos de violência contra os opositores, principalmente contra indivíduos identificados pela utilização dos famosos “lenços encarnados”<sup>194</sup>, entre outras.

Os casos de violências políticas pelo interior do estado se multiplicaram nas páginas do jornal através de episódios ocorridos em diversas cidades como Uruguaiana<sup>195</sup>, Rosário do

<sup>190</sup> Segundo José Fernando Kieling (1984), ao analisar as notícias publicadas pelo jornal *Correio do Sul* de Bagé, as diversas perseguições realizadas contra opositores em 1924 podem ser entendidas como uma prática operada pelo PRR com o intuito de embaraçar o alistamento eleitoral (KIELING, 1984, p.36-40). Luiza Helena Kliemann afirma que as eleições de 1924 transcorreram tranquilamente (KLIEMANN, 1981, p.93). Ao que tudo indica, o ano de 1924 foi tão tumultuado quanto os meses que antecederam a guerra civil de 1923.

<sup>191</sup> As denúncias, polêmicas e notícias reproduzidas pelo *Correio do Povo* sobre este tema, em grande parte eram transcritas de outros jornais de tendências abertamente opositoras, como por exemplo, o *Correio do Sul* de Bagé, *Correio da Serra* de Santa Maria, e principalmente, a *Última Hora* de Porto Alegre.

<sup>192</sup> Sobre fraudes eleitorais, manipulação do alistamento eleitoral e outras práticas existentes na Primeira República no Rio Grande do Sul, ver as contribuições de Loiva Otero Félix (1987) e Eduardo Rouston Jr (2012).

<sup>193</sup> Leonel Rocha em carta para Antunes Maciel durante os diálogos de aproximação entre PRR e as oposições em 1927, comenta que durante o ano de 1924, “queimaram minha casa e mandaram assassinar minha família oficial [...] sem armas depois da Revolução de 23 eu passei a maior parte do tempo dormindo nos matos, minha casa constantemente vivia rondada pelos assassinos deles e agora dizem que querem me tirar dos sacrifícios para que eu tenha uma boa vida.” (DAL FORNO, 2012, p.44).

<sup>194</sup> O tradicional lenço vermelho era um signo de identificação dos popularmente chamados “maragatos” desde os episódios da revolta de 1893. Por sua vez, os adeptos de PRR, vestiam o lenço branco e após o lançamento da obra *Antônio Chimango* (1915) escrita por Ramiro Barcellos como sátira à carreira de Borges de Medeiros, passaram a vulgarmente ser chamados de “chimangos”.

<sup>195</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/02/1924, p.1

Sul<sup>196</sup>, Quaraí<sup>197</sup>, Erechim<sup>198</sup>, Bagé<sup>199</sup>, Canguçu<sup>200</sup>, São Gabriel<sup>201</sup>, ou ainda em Palmeira das Missões onde a extremidade da situação levou Felipe Portinho e Assis Brasil a entrarem em contato com Borges de Medeiros temendo um “derramamento de sangue” nos quadros políticos locais diante das repetidas ameaças sofridas por Leonel Rocha e seus correligionários<sup>202</sup>. Situação similar ocorreu em Passo Fundo em que a sede do diretório da Aliança Libertadora foi alvo de um suposto ataque por parte de soldados da Brigada Militar, gerando contundentes protestos<sup>203</sup>. Também em Passo Fundo ocorreu o polêmico episódio envolvendo João Rodrigues Menna Barreto, antigo general do movimento de 1923, e alguns oficiais vinculados aos Corpos Provisórios da Brigada Militar. No início de fevereiro Menna Barreto teria trocado tiros e ferido mortalmente um destes soldados, acarretando na prisão do “ex-chefe bandoleiro”. Na busca por solucionar o problema e libertar seu irmão, Sabino Menna Barreto telegrafou ao Ministro Setembrino de Carvalho comunicando a situação e pedindo que intercedesse em favor do chefe oposicionista<sup>204</sup>. Barreto permaneceu detido por diversos meses e o caso foi levado às últimas instâncias do Supremo Tribunal Federal na busca por um habeas corpus de libertação do prisioneiro<sup>205</sup>.

Os problemas com a atuação de juízes encarregados pelo alistamento dos votantes e diversos outros atritos em torno das questões eleitorais também estiveram extremamente presentes, como em casos em São Francisco de Paula<sup>206</sup> e São Borja<sup>207</sup>. Cabe igualmente lembrar os recorrentes problemas encontrados durante as eleições municipais, em que reiteradamente lideranças oposicionistas protestaram contra a organização e realização das eleições que não obedeciam às diretrizes do Pacto de Pedras Altas e não se adequaram aos ditames da lei eleitoral federal, como foram os casos de Soledade, onde no distrito municipal em que as oposições possuíam maioria do eleitorado, as mesas eleitorais simplesmente não foram organizadas<sup>208</sup>, entre outras cidades, como Canguçu<sup>209</sup>, Santa Maria<sup>210</sup>, Dom Pedrito<sup>211</sup>, Uruguaiana<sup>212</sup>.

---

<sup>196</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 02/07/1924, p.2

<sup>197</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 07/02/1924, p.1

<sup>198</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 27/02/1924, p.1

<sup>199</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 02/03/1924, p.1

<sup>200</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 23/05/1924, p.3

<sup>201</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 11/03/1924, p.2

<sup>202</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 18/03/1924, p.1; 19/03/1924, p.1; 21/03/1924, p.1

<sup>203</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 12/04/1924, p.1

<sup>204</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 15/02/1924, p.1

<sup>205</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 11/06/1924, p.1

<sup>206</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 21/03/1924, p.1

<sup>207</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 13/05/1924, p.1

<sup>208</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 21/08/1924, p.1

<sup>209</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 25/07/1924, p.4

Todos os problemas acumulados no primeiro semestre de 1924 passaram a gerar uma descrença coletiva acerca dos resultados da guerra civil e as reais garantias oferecidas pelo acordo de paz e pelo Ministro Setembrino de Carvalho em torno da lisura do pleito eleitoral de maio. A preocupação levou Assis Brasil a telegrafar ao Ministro de Guerra solicitando um maior empenho e proximidade no acompanhamento da situação política do Rio Grande:

Apesar da negativa oficial, é uma realidade o terrorismo das autoridades e provisórios agredindo e ameaçando os opositores, bem como dos juizes, dificultando o alistamento. Os meus amigos em muitas localidades, garantem que o triunfo eleitoral depende da plenitude das garantias. Na falta destas, começa a alastrar a decisão de abandonar as urnas. Prevejo que os meus conselhos serão impotentes para evitar esse pernicioso resultado<sup>213</sup>

O temerário aviso de Assis Brasil chegou de fato a se tornar realidade em algumas localidades como, por exemplo, em Palmeira das Missões, onde os adeptos da AL, diante das ameaças sofridas e da impossibilidade de alistarem seus eleitores, decidiram por não comparecer às urnas no mês de maio<sup>214</sup>, tendo os candidatos opositores não alcançado nenhum voto nas mesas eleitorais do município<sup>215</sup>. A grave crise de insegurança e desconfiança com as eleições federais levou o Ministro Setembrino de Carvalho a se posicionar publicamente sobre o assunto. Em um manifesto intitulado “Ao Povo Rio-Grandense”, publicado no dia 27 de Abril de 1924 no *Correio do Povo*, Setembrino comunicou que chegara no estado para “satisfazer o solene compromisso que assumiu” de “colaborar na efetivação dos meios assecuratórios do livre exercício do direito do voto”, e com isto fazia um “fervoroso apelo” para que “os nobres conterrâneos exerçam o direito de voto sem impor quaisquer restrições a liberdade alheia, nem sapear a vitória eleitoral com os recursos da violência”<sup>216</sup>.

Além das ocorrências de violências e perseguições, os aliancistas também necessitaram solucionar diversos casos de dissidências internas em suas fileiras. Uma destas cisões ocorreu no interior do Partido Federalista de Porto Alegre devido às disputas pela liderança do grupo<sup>217</sup> e as tomadas de posição em relação aos aliancistas e seus candidatos.

---

<sup>210</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26/07/1924, p.1

<sup>211</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29/07/1924, p.4

<sup>212</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/09/1924, p.1

<sup>213</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/03/1924, p.1

<sup>214</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 01/05/1924, p.1

<sup>215</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/05/1924, p.4

<sup>216</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 21/04/1924, p.3

<sup>217</sup> O Partido Federalista já entrou na década de 1920 com múltiplas divisões em seu interior. Segundo Rouston, o partido era cindido por três alas: os seguidores de Raul Pilla, os de Rafael Cabeda e os de Francisco Antunes Maciel, sendo que as duas últimas mantiveram-se à margem da disputa eleitoral de 1922 (ROUSTON, 2012, p.172). A ala de Maciel mudou de posicionamento e se aproximou da tendência unificadora apoiando a guerra

Em artigo transcrito pelo *Correio do Povo*, Raul Pilla procurou elucidar o caso com o objetivo de que os adversários não se utilizassem da dissidência para atacar o projeto de unificação das oposições. Segundo explicação de Pilla, durante o congresso dos federalistas da capital no início do ano foram eleitos os correligionários responsáveis pela comissão diretiva da agremiação, na qual a presidência coube a ele. Além disto, os próprios presentes no evento, em sua maioria, optaram pela completa solidariedade à Aliança Libertadora. A eleição e a postura do diretório acarretou na dissidência de Antônio Moraes Fernandes que fundou e liderou o Centro Federalista Raphael Cabeda, órgão autônomo ao partido e contrário a uma coligação com os demais oposicionistas. Para Raul Pilla era preciso deixar claro que a postura de Moraes Fernandes não representava as aspirações e intenções da esmagadora maioria da agremiação federalista da capital<sup>218</sup>.

O Centro Federalista passou a atuar de maneira independente visando angariar adeptos para sua causa. No dia 28 de Março, a agremiação realizou nas dependências do Cinema República na Rua dos Andradas, uma conferência com “o orador Dr. José Júlio Silveira Martins, candidato federalista por este distrito” que falaria sobre o tema da “Reação necessária – O assalto ao Federalismo”<sup>219</sup>. Naquele momento, o grupo assumia publicamente um rompimento com os aliancistas e lançava seu próprio candidato para as próximas eleições, além de deixar claro através do tema da palestra qual a sua postura frente às tentativas de unificação de todas as tendências oposicionistas do estado. A imprensa noticiou a conferência política que contou com a presença de algumas lideranças federalistas, como Moraes Fernandes, Benjamin Avellino, Olympio Duarte e Álvaro Porto Alegre e tendo sido tema da palestra a missão dos federalistas frente ao novo cenário político oposicionista<sup>220</sup>. Com o mesmo objetivo, através da “Seção Livre” do *Correio do Povo* do dia 4 de Abril, Antônio Moraes Fernandes publicou um artigo intitulado “O Federalismo ameaçado”, criticando a Aliança Libertadora e exaltando a trajetória de lutas e os ideais do histórico Partido Federalista no Rio Grande do Sul. Segundo o autor, a “coligação de todos os elementos da oposição gaúcha” para as próximas eleições federais representava uma “tendência infeliz de, num esforço brusco, verdadeiramente traiçoeiro” transformar “o tradicional partido federalista em novo partido assisista”<sup>221</sup>. Com o intuito de apontar as contradições da unificação oposicionista, o Centro também mandou publicar no jornal um discurso de Plínio Casado

---

civil e compo a Aliança Libertadora, já os “cabedistas” jamais aceitaram a união com republicanos dissidentes.

<sup>218</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15/03/1924, p.1

<sup>219</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28/03/1924, p.1

<sup>220</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/03/1924, p.3

<sup>221</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/04/1924, p.4

(dissidente republicano que transformou-se em deputado federal pela Aliança e uma das principais lideranças das oposições) durante uma convenção do PRR em anos anteriores. No discurso Casado, na época membro do PRR, elogiava eloquentemente o seu partido e criticava os adeptos da agremiação federalista<sup>222</sup>.

Em resposta a todas as críticas realizadas por Moraes Fernandes e sua agremiação, Raul Pilla mandou publicar um longo artigo intitulado “Ao Federalismo de Porto Alegre”, no qual conclamou todos os adeptos da agremiação na capital a irem “unidos as urnas como unidos fomos à revolução”:

O dever do federalismo é um só no atual momento: cerrar fileiras em torno da chapa da Aliança Libertadora. Distrair votos é dispersar forças, é mais ainda, pô-las ao serviço do despotismo, conspurcando para sempre a honra do Partido<sup>223</sup>

Durante este contexto de desentendimentos entre os federalistas de Porto Alegre foi realizado o segundo encontro da AL entre as lideranças responsáveis pela comissão executiva. No encontro ocorrido em 14 de Abril em São Gabriel foi elaborada uma proclamação oficial e foram estabelecidos os candidatos concorrentes ao pleito federal, anteriormente consultados segundo uma eleição prévia realizada no primeiro congresso de janeiro. O texto com os candidatos e a proclamação foi reproduzido no *Álbum dos Bandoleiros* acompanhado das fotografias dos representantes e também em reportagem do jornal *Correio do Povo*<sup>224</sup>. As candidaturas ficaram estabelecidas da seguinte forma

Senador: J.F. de Assis Brasil, proprietário, residente em Pedras Altas  
Deputados: 1º Circulo: Lafayette Cruz, engenheiro, residente em Porto Alegre; Plinio de Castro Casado, advogado, residente em Porto Alegre; Wenceslau Escobar, proprietário, residente em Porto Alegre; 2º Circulo: Arthur Caetano da Silva, advogado, residente em Passo Fundo; João Baptista Lusardo, médico, residente em Uruguaiana; 3º Circulo: Antônio Baptista Pereira, proprietário, residente no Rio de Janeiro; Arthur Pinto da Rocha, advogado, residente no Rio de Janeiro; Francisco Antunes Maciel, proprietário, residente em Pelotas<sup>225</sup>

Ciente dos riscos de conflitos que a definição dos nomes acarretaria, a “Proclamação” da comissão alertou que era “provável que algum digno correligionário não veja contemplado o nome, ou nomes de sua predileção”, mas que não era “materialmente possível contemplar todos os correligionários meritórios” e que se acreditava que não “faltarão bom senso e patriotismo para se conformar com a decisão da autoridade suprema”. O texto ainda expunha uma longa crítica e um contundente pessimismo sobre a situação político-eleitoral do estado,

<sup>222</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 20/04/1924, p.5

<sup>223</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 22/04/1924, p.4

<sup>224</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 20/04/1924, p.1

<sup>225</sup> Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 8ªedição, 1924, p. 90

demonstrando a descrença em torno das condições para a realização de um pleito livre no mês de maio.

A recepção da chapa de candidaturas estipulada pela AL foi elogiada em grande parte das localidades, com exceção de alguns casos, como em Livramento, onde a seleção dos concorrentes foi questionada em decorrência da ausência de federalistas importantes como Paulo Labarthe e Gaspar Saldanha, além da desgostosa presença do histórico rival da família Cabeda, Pinto da Rocha<sup>226</sup>. Os seguidores de Cabeda que dominavam o diretório federalista naquele município, já haviam se negado a apoiar a candidatura de Assis Brasil para presidente do estado em 1922, sob o pretexto de que se aliar aos assisistas significaria a morte dos ideais parlamentaristas de Gaspar Silveira Martins e Rafael Cabeda. O mesmo grupo, no final dos anos de 1920, manteve-se intransigente sobre a dissolução do partido em aderência completa ao Partido Libertador (FRANCO, 2007, p.169).

Em resposta à chapa oficial lançada pela Aliança Libertadora, os dissidentes federalistas de Porto Alegre, aliados aos correligionários de Livramento, lançaram de forma independente seus próprios candidatos: “Senador: Paulino Vares, proprietário, residente em Livramento; Deputado: Dr. José Júlio Silveira Martins, advogado, residente no Rio de Janeiro.”<sup>227</sup>. O apelo de Moraes Fernandes (presidente do grupo e signatário do lançamento da chapa) para angariar os votos dos correligionários evocava justamente um apelo em torno da figura simbólica de Gaspar Silveira Martins:

Os votos dos verdadeiros continuadores da obra política de Silveira Martins, o maior dos rio-grandenses, só podem ser dados a companheiros laureados nas pugnas do liberalismo republicano [...] Por isto mesmo, o Centro Federalista, foi buscar no seio do partido duas individualidades que representam a figura máxima do extraordinário condutor de homens que foi **Silveira Martins – nosso guia insubstituível e grande chefe redivivo** -. <sup>228</sup> (Grifo meu)

Tratava-se de um apego e culto irrestrito ao herói de um passado de lutas políticas que talvez explique a ausência de fotografias daquele antigo líder no *Álbum dos Bandoleiros*. Para os federalistas mais conservadores, a presença de novas lideranças partidárias como Assis Brasil ou Raul Pilla, significava o desaparecimento dos princípios de seu “guia insubstituível”, cultuado e seguido mesmo após décadas de sua morte. Já para as novas lideranças que ascendiam no próprio meio federalista e nas oposições como um todo unificado, tal qual no objetivado pelo discurso difundido pelo álbum fotográfico, os novos tempos demandavam novos posicionamentos, mobilizações e heróis.

<sup>226</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 16/04/1924, p.2

<sup>227</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 24/04/1924, p.1

<sup>228</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 24/04/1924, p.1

Os correligionários vinculados a Raul Pilla e ao Diretório Federalista de Porto Alegre, preocupados com a confusão que as diferentes chapas poderiam causar no eleitorado federalista redigiram uma série de avisos publicados diariamente na capa do *Correio do Povo* na semana das eleições. O comunicado “prevenia os correligionários” sobre quem eram os candidatos indicados pela Aliança Libertadora e apoiados pelo Diretório, reiterando a importância de evitar “possíveis enganos e a inútil dispersão de votos”<sup>229</sup>. Em outro artigo da “Seção Livre”, um leitor chamado Antenor Lemos escreveu questionando Moraes Fernandes sobre quem, além dele próprio, compunha a diretoria do tal Centro Federalista e em que assembleia as tais candidaturas propostas haviam sido discutidas e votadas, acusando Fernandes de agir como um “autocrata” tal qual Borges de Medeiros<sup>230</sup>,

Em entrevista concedida ao jornal *Correio do Sul* de Bagé e transcrita pelo *Correio do Povo*, Assis Brasil também se posicionou sobre o assunto ao comentar sobre a escolha dos candidatos e as dissidências ocorridas em torno da chapa eleitoral aliancista. Sobre a dificuldade da definição dos candidatos, declarou que as escolhas teriam sido difíceis devido ao merecimento de tantos correligionários, mas que a comissão executiva seguiu os votos previamente indicados pelos delegados de diversos municípios que se fizeram presentes no primeiro encontro político de São Gabriel. Ainda acrescentou que o voto entre os adeptos da Aliança era “verdadeiramente livre”, ficando ao encargo da consciência de cada um o significado do “enfraquecimento das forças da comunidade pela dispersão de votos pela mera predileção”. Sobre a existência de rompimentos entre os aliancistas, como por exemplo, entre os “cabedistas” de Livramento, Assis lamentou a discordância e argumentou que os dissidentes estavam no seu direito de afastamento da comunhão caso não concordassem com ela, mas que a Aliança Libertadora não reconhecia nem “cabedismo” ou “assisismo”, e sim era formada por todos “os elementos da oposição ao despotismo imperante”, assim como questionava a magoa dos dissidentes, tendo em vista que um dos candidatos para deputado era justamente Antunes Maciel, federalista de longa data e o “mais íntimo companheiro do saudoso Cabeda”<sup>231</sup>.

Para além de todos estes problemas e conflitos ocorridos ao longo das mobilizações da Aliança Libertadora, a atuação e formação do grupo também encontrou solidariedades, concordâncias e aspectos positivos. Neste sentido, alguns temas e personagens parecem ter

---

<sup>229</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/05/1924, p.1; 03/05/1924, p.1

<sup>230</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25/04/1924, p.4

<sup>231</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25/04/1924, p.6

conquistado a maioria da simpatia e adesão entre todas as vertentes e lideranças oposicionistas, formando as principais fontes de unidade do grupo.

### 3.2.2 Propaganda e mobilização: os “bandoleiros” na campanha eleitoral de 1924

Diante dos diferentes problemas enfrentados pelo grupo aliancista, um aspecto em específico encontrou ampla ressonância entre os diferentes adeptos da agremiação e possibilitou um caminho de concordância coletiva: a exaltação dos “bandoleiros-heróis” do conflito armado<sup>232</sup> como um símbolo na identidade oposicionista. O prestígio dos “generais” de 1923, noção incessantemente construída e explorada pelo *Álbum dos Bandoleiros*, configurou-se como uma das principais estratégias utilizadas nas atividades de unificação e mobilização dos partidários durante o ano eleitoral de 1924. A importância de personagens como Zeca Netto, Honório Lemes, Leonel Rocha, Felipe Portinho e Estácio Azambuja pode ser percebida através das diferentes confraternizações, manifestações e atividades políticas promovidas por associações partidárias vinculadas ao grupo oposicionista.

Conforme mencionado anteriormente, uma das orientações definidas pela chefia da agremiação era que os correligionários deveriam investir no trabalho de criação de associações políticas municipais. Segundo Ricardo Pacheco, após o Pacto de Pedras Altas as disputas eleitorais ganharam um novo significado, cabendo aos grupos partidários estabelecerem novas estratégias para a conquista dos votos. Um destes mecanismos encontrados foi a criação de associações políticas locais, uma prática partidária recorrente no situacionismo e oposicionismo e que tinha por objetivo servir como instrumento de mobilização e arregimentação do eleitorado urbano (PACHECO, 2004, p.14-16). Em todo o estado os oposicionistas passaram a trabalhar na fundação destas associações e clubes<sup>233</sup> que tinham como objetivo realizar o alistamento eleitoral dos correligionários e a propaganda política dos candidatos indicados.

Além disto, grande parte destas instituições procurou homenagear e glorificar a memória dos chefes militares de maior proeminência, como, por exemplo, o “Centro Cívico

---

<sup>232</sup> Interessante destacar que, se por sua vez os oposicionistas elegeram e veicularam seus “heróis de 1923”, algumas lideranças do PRR também saíram do conflito prestigiadas e fortalecidas em seus quadros políticos regionais, como por exemplo, Victor Dummoncel e Vazulmiro Dutra (FÉLIX, 1987) e Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas (GRIJÓ, 1999).

<sup>233</sup> Segundo Ricardo Pacheco, o ano de 1924 representou o momento de maior surgimento deste tipo de associação política. O autor investigou a fundação e atuação destas associações em Porto Alegre durante este período, localizando os seguintes clubes oposicionistas: AL Assis Brasil, AL da Ilha Pintada, AL Menino Deus, Centro Cívico Honório Lemes, Centro Cívico Zeca Netto, Centro Democrático São João, Centro dos Estudantes Libertadores, Centro Federalista, Centro Libertador Republicano, Centro Rego Lins, Clube 15 de Novembro, Clube Rafael Cabeda, Clube Tropeiro da Liberdade, Grêmio Cívico (ou Grêmio Cívico Riograndense), Grêmio Cívico Ruy Barbosa, Grêmio Estudantil Federalista (PACHECO, 2004, p. 310).

Zeca Netto”, “Centro Cívico Tropeiro da Liberdade” e “Centro Cívico Honório Lemes” em Porto Alegre<sup>234</sup>, a “Aliança Libertadora General Portinho”<sup>235</sup> e a “União Feminina General Portinho” em Santa Maria<sup>236</sup>, a “Aliança Libertadora Felipe Portinho” em Carlos Barbosa<sup>237</sup>, entre outros. As associações eram responsáveis pela realização de múltiplas atividades, como a inscrição e orientação dos eleitores, organização de reuniões de propaganda no interior das sedes, comícios e passeatas que se utilizavam das ruas e praças da cidade, a distribuição das “chapas” com o nome dos candidatos no dia do pleito, etc. (PACHECO, 2004, p, 183). A presença dos chefes revolucionários dando nome a estas instituições demonstra que o imaginário positivado em torno da guerra civil e dos “bandoleiros” conquistou algum tipo de sucesso e aderência na sociedade. Aspecto que também pode ser percebido através da fundação de novos jornais oposicionistas que carregavam com orgulho os epítetos propagados em 1923, como as folhas “O Bandoleiro” em Alegrete<sup>238</sup> e “O Libertador” em Pelotas<sup>239</sup>.

A ampla repercussão e divulgação da imagem dos “Generais bandoleiros” como emblemas políticos da coletividade oposicionista também foram capitalizadas como mecanismos de propaganda eleitoral para os candidatos da Aliança Libertadora. Embora nenhuma das principais lideranças militares do movimento tenha sido indicada para concorrer aos cargos federais, durante os primeiros meses de 1924 algumas delas passaram a realizar longas excursões pelos municípios gaúchos participando de campanhas e comícios eleitorais. Segundo os depoimentos de Baptista Lusardo, ele próprio representava o único candidato a deputado federal saído diretamente da “corrente revolucionária” do conflito, aspecto que o colocou em uma posição singular na política aliancista, o levando a integrar uma comissão, quase toda de revolucionários, que iniciou uma peregrinação pelo Rio Grande do Sul, percorrendo os municípios de Vacaria, Bom Jesus, Passo Fundo, Cruz Alta, Santa Cruz, Bagé, Alegrete, Rio Grande, entre outros. Os comícios realizados nestas localidades tinham uma “plataforma baseada na vitória moral obtida na revolução”, sendo que ao subir nos palanques, o candidato era sempre acompanhado por Honório Lemes: “- Honório era o ídolo e minha palavra vinha em seguida...”. (CARNEIRO, 1977, p. 242-243).

Assim também foram as grandes caravanas promovidas pelas excursões de Honório Lemes em Santiago do Boqueirão<sup>240</sup>, São Sepé<sup>241</sup>, Santa Maria e Encantado na companhia e

<sup>234</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 12/03/1924, p.1

<sup>235</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 23/02/1924, p.1

<sup>236</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 03/02/1924, p.1

<sup>237</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 06/02/1924, p.1

<sup>238</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 08/02/1924, p.2

<sup>239</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 14/02/1924, p.4

<sup>240</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 29/02/1924, p.1

em campanha pelo deputado Plínio Casado<sup>242</sup> e em Rio Pardo e Santa Cruz<sup>243</sup>, Caxias, São Leopoldo e Novo Hamburgo<sup>244</sup>, Porto Alegre<sup>245</sup>, Cachoeira<sup>246</sup>. Em todas estas incursões, o roteiro dos eventos era bastante parecido: recepção por uma “multidão” na estação ferroviária ou no porto, acompanhada por uma grande festa planejada e convocada antecipadamente pelos correligionários locais, carreta do local de chegada até o hotel ou casa de uma liderança local aonde o convidado se hospedaria, realização de uma missa na principal igreja da cidade e posteriormente um grande comício público onde discursavam às lideranças políticas locais, os generais e os candidatos, e por fim um banquete oferecido em homenagem aos feitos dos “bandoleiros”, com o objetivo de reunir os correligionários e divulgar os candidatos aliancistas. Conforme defende Pacheco, tais atividades como comícios, recepções, passeatas e comemorações cívicas em praças e ruas da cidade, tratavam-se de mecanismos de publicizar as opiniões e posições políticas, assim como demonstrar publicamente a força do grupo partidário (PACHECO, 2004, p. 231-232).

Em viagem pela capital do estado, Honório Lemes foi recebido com uma grande festa organizada pelas associações políticas porto-alegrenses. Em convocatória publicada no *Correio do Povo*, dezoito clubes e associações conclamaram os correligionários para a acolhida de chegada no cais do porto do “invicto ‘Troeiro da Liberdade’ General Honório Lemes” com o objetivo de “render homenagem ao grande campeão da liberdade”<sup>247</sup>. Dentre os diferentes centros envolvidos com a homenagem e a mobilização do eleitorado naquele dia, pode-se destacar alguns: “Aliança Libertadora Assis Brasil”, o “Diretório Federalista de Porto Alegre” (vinculado a Raul Pilla) “Centro Federalista Raphael Cabeda” (vinculado a Moraes Fernandes). Ou seja, tratavam-se de vertentes distintas e conflitantes do oposicionismo de Porto Alegre, mas que durante aquele momento de reunião e celebração de um personagem tão significativo para o grupo, as desavenças eram esquecidas e as lideranças se uniam na organização conjunta de um evento grandioso. Desta forma, percebe-se que o apelo à figura simbólica dos “heróis bandoleiros” era utilizado como mecanismo de mobilização e unificação de todos os adeptos de diferentes associações e vinculações oposicionistas, servindo como uma fonte de, se não apagar, ao menos amenizar as diferenças internas.

---

<sup>241</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 15/03/1924, p.1; 16/04/1924, p.2

<sup>242</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 16/04/1924. P.2

<sup>243</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 21/03/1924, p.1

<sup>244</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 25/03/1924, p.1

<sup>245</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 20/03/1924, p.1; 22/03/1924, p.4

<sup>246</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 05/04/1924, P.2

<sup>247</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 20/03/1924, p.1

Através de suas memórias, Zeca Netto também relata que em março de 1924 foi convocado por Assis Brasil para aparecer em propaganda das candidaturas dos deputados federais. Durante esta jornada percorreu diversos municípios, como Porto Alegre, São Leopoldo, Montenegro, Caxias, Pelotas, Arroio Grande, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar, Encruzilhada, entre outras localidades da região norte e sul do estado (NETTO, 1983, p.109). O jornal *Correio do Povo* também fornece importantes informações acerca das passagens de Netto por Caxias<sup>248</sup>, Triunfo<sup>249</sup> e em Porto Alegre, onde a presença do general também recebeu uma contundente convocatória reproduzida na capa do jornal. O anúncio preparado comunicava que

As corporações oposicionistas abaixo firmadas convidam ao povo livre de Porto Alegre, a comparecer, hoje, as 6 horas da tarde, no cais do Porto, afim de assistir ao desembarque e acompanhar até o Hotel Lagache, **o invicto General Libertador José Antonio Netto, o herói de um dos maiores feitos da Revolução – a tomada de Pelotas**<sup>250</sup> (Grifo meu)

A chamada realizada por diversas “corporações oposicionistas” e tinha como objetivo prestar homenagem a Zeca Netto, o “herói de um dos maiores feitos da Revolução”. Reunir e mobilizar todos os adeptos oposicionistas para a homenagem em torno de um líder especial significava também uma oportunidade de confraternização entre correligionários e simpatizantes, propiciando um momento de sociabilidade capaz de sedimentar e ampliar os laços de unificação entre as diversas tendências oposicionistas. O principal em relação a estes eventos era o seu caráter de reafirmar o prestígio das lideranças militares e tornar pública a sua importância, que por sua vez estavam acima de qualquer querela partidária. Segundo Pacheco (2004), a divulgação da chegada de um líder representava para além das boas vindas, um ato de apoio e comprometimento com determinadas lideranças. Seguir estas lideranças em passeata pelas principais ruas da cidade era uma demonstração de lealdade partidária e contribuía na construção da percepção da legitimidade do grupo (PACHECO, 2004, p. 219-224). Da mesma forma, torna-se visível através do comunicado, a relevância de certos acontecimentos na memória e imaginário do grupo oposicionista. A tomada da cidade de Pelotas, enfaticamente explorada através de diversas fotografias do *Álbum dos Bandoleiros*, permanecia como uma das principais conquistas dos “heróis da Revolução”, um episódio a ser repetidamente lembrado, homenageado e perpetuado.

Como é possível de perceber através das efusivas festividades em torno de Honório Lemes e Zeca Netto, se existiam dissensos entre os adeptos de Porto Alegre, também haviam

---

<sup>248</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 27/02/1924, p.1

<sup>249</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 16/04/1924, P.2

<sup>250</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 15/01/1924, p.1

confraternizações e incessantes buscas pela realização de trabalhos em conjunto. Além das celebrações de recepção, os centros oposicionistas da capital também realizaram diversas reuniões coletivas com o objetivo de unificar os trabalhos eleitorais e reafirmar a “absoluta solidariedade” em relação às deliberações da chefia da Aliança Libertadora. Diversas instituições participaram destes encontros, tais como a “Aliança Libertadora de Porto Alegre”, “Diretória Federalista de Porto Alegre”, “Grêmio Cívico Rio-grandense”, “Centro Democrata”, “Centro Cívico Zeca Netto”, “Aliança Libertadora Assis Brasil”, “Centro Republicano Libertador”, “Centro Cívico Tropeiro da Liberdade”, “Aliança Libertadora do Menino Deus”, “Centro Cívico Honório Lemes”, entre outros<sup>251</sup>. Com o objetivo de organizar a campanha eleitoral municipal de Porto Alegre, a Aliança Libertadora lançou um comunicado convidando a todos os “clubes diretórios libertadores da Capital para uma reunião “[...] afim de tratar da organização das mesas eleitorais para o próximo pleito”<sup>252</sup>. Inclusive, durante o pleito municipal de Porto Alegre, as associações uniram esforços e recursos humanos para organizar e designar uma lista de “distribuidores de chapa”, correligionários responsáveis por repassar aos eleitores no dia da votação, um envelope com o nome dos candidatos aliancistas<sup>253</sup>.

Através destas reuniões, definiam-se as atividades de propaganda política, os eventos partidários a serem organizados, as estratégias de alistamento do eleitorado, mas sobretudo, estreitavam-se os laços entre os correligionários na busca pela almejada sedimentação dos vínculos político-partidários entre todos os oposicionistas. Mesmo após o término dos períodos eleitorais, as associações continuaram atuando e sendo fundadas, como é o caso de um novo clube surgido em outubro em Porto Alegre e batizado como “Centro Libertador Arthur Caetano”. Durante a reunião de fundação deste centro, um dos principais assuntos tratados pelos presentes foi o lema “Uni-vos”, reiteradamente as lideranças defenderam a necessidade dos oposicionistas em “manter-se unidos em torno da Aliança Libertadora”<sup>254</sup>

Com o objetivo de mobilizar e orientar o eleitorado, as associações também investiram na publicação de anúncios explicando o funcionamento do processo eleitoral, como por exemplo, a “Prevenção Necessária ao eleitorado da Aliança Libertadora” publicada pelo Grêmio Cívico<sup>255</sup> e os diversos informes publicados pessoalmente pelo candidato a deputado

---

<sup>251</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 12/03/1924, p.1

<sup>252</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 17/09/1924, p.1

<sup>253</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 27/09/1924, p.2

<sup>254</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 19/10/1924, p.5

<sup>255</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 20/04/1924, p.1; 30/04/1924, p.1; 03/05/1924, p.2

federal Wenceslau Escobar<sup>256</sup>. Os comunicados tinham como objetivo esclarecer sobre o funcionamento dos títulos eleitorais, sobre quem poderia votar e a localização das seções de cada eleitor, a utilização dos envelopes com as cédulas contendo o nome dos candidatos, a documentação necessária no momento da votação, o horário de convocação do votante na mesa eleitoral, entre outros. A quantidade de anúncios publicados neste sentido revelam a importância e o significado do período pré-eleições. Além de representar um momento de reforço dos laços entre os correligionários e o grupo, também era o momento de angariar novos seguidores e adeptos. Cabe destacar que no processo eleitoral da Primeira Republica, o alistamento eleitoral era o momento decisivo no qual os grupos mediam sua força e as reais possibilidades de sucesso nas urnas. Desta forma o número de eleitores alistados dependia diretamente da capacidade de mobilização dos grupos políticos desde o momento inicial de inscrição eleitoral até o dia da votação (PACHECO, 2004, p. 185).

Um panfleto político de propaganda eleitoral produzido e distribuído pela “Aliança Libertadora Assis Brasil do Menino Deus” de Porto Alegre<sup>257</sup> também apresentou elementos instigantes para a compreensão das questões que vêm sendo discutidas neste capítulo. O panfleto de propaganda impresso em frente e verso (Figura 29) era mais uma das estratégias políticas de mobilização realizadas pelas associações de Porto Alegre. Em sua parte frontal, o panfleto traz uma fotografia, devidamente identificada como sendo do “Gal. Felipe Portinho”, que na imagem apresenta uma aparência bastante jovem, portanto relativa a outra época, já que no momento de elaboração do panfleto o general possuía 63 anos de idade. O emblemático em torno desta propaganda política é que o veterano federalista de diversas contendas não havia sido nomeado para concorrer a cargo algum. Mesmo que seu nome não constasse na chapa oposicionista, Portinho “fornecia” sua imagem e seu prestígio de “bandoleiro-herói” em favor das candidaturas e da causa político-partidária da Aliança Libertadora. Mais uma vez, tal como ocorreu durante os comícios e excursões, o apego simbólico em torno das figuras “épicas” dos “heróis bandoleiros” era utilizado como um instrumento político-partidário em prol da coletividade oposicionista.

Através do verso do panfleto também é possível perceber algumas concepções importantes sobre aquele momento político. A fotografia de Portinho foi acompanhada por um breve parágrafo: *“A honra do Gaúcho está em jogo. O inimigo não nos bateu no campo como não nos baterá nas urnas. Vai se decidir portanto nas urnas o êxito da revolução. Votai*

---

<sup>256</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 11/03/1924, p.7; 12/03/1924, p.5; 18/03/1924, p.7

<sup>257</sup> Panfleto Político da Aliança Libertadora “Assis Brasil” do Menino Deus, Porto Alegre, 1924. Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, Setor de Publicidade e Propaganda, Porto Alegre/RS.

*nos deputados da liberdade.*”. O imaginário da guerra civil enquanto algo positivo repleto de honrarias e méritos para os opositoristas novamente se manifestava. No discurso transmitido pelo panfleto, o PRR não havia derrotado os “libertadores” no campo de batalha, assim como não derrotaria nas eleições. Todavia, para que os sacrifícios da guerra civil tivessem êxito era preciso comparecer nas urnas e votar nos “deputados” que representavam os ideais de “liberdade” e “justiça” invocados durante a luta armada e reafirmados através da Aliança Libertadora.

Figura 29 - Panfleto eleitoral da Aliança Libertadora “Assis Brasil – Menino Deus”, Porto Alegre (Frente e Verso)



Fonte: Setor de Publicidade e Propaganda do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Porto Alegre/RS).

Sobre este instigante panfleto interessa reafirmar algumas conclusões apontadas ao longo de todo este trabalho. Em primeiro lugar, a destacada circulação de imagens fotográficas na sociedade rio-grandense daquele período, com destaque para a penetração de representações visuais das lideranças militares do conflito de 1923. A imagem dos “chefes bandoleiros” se propagou pela sociedade gaúcha ganhando fama, prestígio e contornos de figuras épicas e heroicas. Em segundo lugar, os usos e funções políticas que estas imagens assumiram naquele momento histórico. Da mesma forma que foi difundida pelo *Álbum dos*

*Bandoleiros*, a propaganda partidária apropriava-se do poder simbólico em torno da utilização e visualização das imagens e sua capacidade de convencimento e mobilização de corações e mentes. O prestígio dos bandoleiros era capitalizado como um instrumento político do grupo na busca por alcançar os objetivos da Aliança Libertadora no jogo de poder estadual. E, por fim, pode-se ainda destacar a associação direta existente entre a Revolução de 1923 com a formação da AL e as eleições federais de maio: este era o momento de decidir de maneira legítima, dentro das regras do jogo político, os êxitos da guerra civil, provando aos adversários e ao restante do país a legitimidade do grupo oposicionista e de suas motivações. A luta contra a “tirania” e “ditadura” de Borges de Medeiros permanecia a mesma, apenas alteravam-se os instrumentos, das armas para as imagens e o poder simbólico, da guerra para as urnas e a legitimidade eleitoral.

### 3.3 As urnas, os levantes tenentistas e a consolidação em Partido Libertador

O resultado oficial das eleições federais de maio decretou a eleição de sete deputados da Aliança Libertadora contra onze do PRR, além da amarga derrota para senador de Assis Brasil (44.024 votos) frente a Vespúcio de Abreu (75.159). Segundo Kieling (1984), o resultado das eleições para a senatoria foi uma surpresa para ambos os partidos, já que o PRR esperava alcançar mais de cem mil votos, enquanto que os aliancistas ansiavam por uma revanche das eleições para presidente do estado com Assis Brasil saindo vitorioso (KIELING, 1984, p.93). Embora o resultado não tenha sido o melhor cenário possível para os oposicionistas, as eleições indicaram a existência de um equilíbrio de forças no estado. Conforme o próprio deputado situacionista João Neves da Fontoura declarou em suas “Memórias”, naquele momento ficava claro que “o tempo das unanimidades ou quase unanimidades findara” (FONTOURA, 1958, p.93).

O pleito de maio trouxe significativos avanços e conquistas para os oposicionistas, demonstrando a possibilidade de vitória através da formação de uma frente homogênea e efetiva no combate da hegemonia de Borges de Medeiros na política estadual. Alguns resultados eleitorais do pleito confirmavam esta tendência: no 1º círculo eleitoral<sup>258</sup> os aliancistas alcançaram a maioria dos votos para todos os seus deputados indicados:

---

<sup>258</sup> Durante as eleições estaduais e federais o Rio Grande do Sul era dividido em três círculos eleitorais. O 1º perfazia os municípios da região de Porto Alegre, Caxias, Lajeado, Bento Gonçalves, São Leopoldo, etc. O 2º correspondia a zona de Passo Fundo, Cruz Alta, Santo Ângelo, Uruguaiana, Alegrete, entre outras. O 3º círculo era formado pelos arredores de Livramento, Rosário do Sul, São Gabriel, Bagé, Pelotas, Dom Pedrito, São Lourenço, etc.

Wenceslau Escobar (32.059 votos), Plínio Casado (31.604), Lafayette Cruz (28.212), enquanto que o candidato mais votado pelo PRR foi Lindolfo Collor com 26.817 votos. No principal núcleo urbano e eleitoral do estado, Porto Alegre, os números também seguiram a tendência de vitória oposicionista, comprovando a intensa mobilização e adesão do grupo na capital do estado.

Os demais deputados oposicionistas eleitos nas outras regiões eleitorais foram Arthur Caetano, Pinto da Rocha, Maciel Júnior e João Baptista Lusardo. Este último era o único candidato vinculado diretamente com a vertente “bandoleiro militar-revolucionária” e foi o candidato oposicionista mais bem votado no 2º círculo (CARNEIRO, 1977, p. 243). Sua expressiva votação alcançou 25.060 votos, números próximo aos obtidos pelos deputados do PRR de enorme prestígio e predomínio político em suas regiões, como Getúlio Vargas (29.913 votos) e Flores da Cunha (29.903)<sup>259</sup>.

Logo após o resultado das eleições federais iniciaram-se os trabalhos das juntas municipais da Aliança Libertadora em torno do alistamento dos eleitores para participarem dos pleitos da intendência municipal em diversas localidades do estado. Em Porto Alegre, às lideranças da agremiação decidiram lançar uma chapa completa (Intendente, Vice-Intendente e Conselheiros Municipais) para as eleições que ocorreriam no final do mês de setembro. Os diversos diretórios e associações iniciaram os trabalhos de organização de reuniões, mobilizações do eleitorado e comícios de propaganda dos candidatos<sup>260</sup>. No poder municipal da capital os oposicionistas não conseguiram eleger nenhum candidato, embora o resultado tenha gerado veementes protestos contra a idoneidade do processo eleitoral. Segundo os diversos artigos de reclamação publicados pela AL, as eleições teriam sido uma “farsa” composta de práticas de fraude eleitoral como a “boca de urna” que surrupiou aproximadamente “8 mil votos” dos oposicionistas<sup>261</sup>. Em alguns municípios os aliancistas se abstiveram de participar das eleições devido à completa falta de garantias e direitos no alistamento eleitoral e na organização das eleições, como por exemplo, nas cidades de Passo Fundo<sup>262</sup> e Jaguarão<sup>263</sup>.

Entretanto, em alguns municípios os avanços eleitorais foram significativos. Em Caçapava as oposições venceram para os cargos de intendente e vice-intendente, além de

---

<sup>259</sup> Resultado oficial e completo anunciado pela junta apuradora da eleição e transcrita no jornal *A Federação*. *A Federação*, Porto Alegre, 26/05/1924, p.1

<sup>260</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15/05/1924, p.5; 27/05/1924, p.1; 13/09/1924, p.4; 21/09/1924, p.4; 21/09/1924, p.12;

<sup>261</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/10/1924, p.1

<sup>262</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17/09/1924, p.4

<sup>263</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/07/1924, p.1

terem conquistado quatro das sete cadeiras no conselho municipal<sup>264</sup>. Em Quaraí, a Aliança alcançou a maioria dos conselheiros municipais, conquistando cinco das nove vagas disponíveis<sup>265</sup>, embora com ocorrência de graves problemas com as autoridades locais, sendo necessário telegrafar ao presidente do estado para que o resultado das urnas fosse respeitado<sup>266</sup>.

O tumultuado ano de 1924 ainda guardaria novos desafios para a Aliança Libertadora, mas desta vez longe das urnas. Em paralelo a posse dos deputados libertadores no Rio de Janeiro e as eleições municipais pelo estado, no centro do país eclodiram os levantes militares tenentistas<sup>267</sup>. No início do mês de julho, uma rebelião liderada por Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa apoderou-se da cidade de São Paulo que permaneceu nas mãos dos revoltosos durante três semanas, quando as tropas se retiraram em marcha para o oeste. Seguindo o exemplo dos paulistas, outros levantes eclodiram pelo país, como no Amazonas, Sergipe e Mato Grosso, embora tenham sido rapidamente dominados pelo Exército. No mês de outubro, destacamentos militares estacionados no interior do Rio Grande do Sul iniciaram uma nova onda de insurreições. Liderados por Luís Carlos Preses, Juarez Távora e outros, os militares levantaram-se em armas nas cidades de Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, São Borja e Uruguaiana. O novo fluxo de protestos armados colocou os aliancistas em uma encruzilhada: manifestar apoio a Bernardes, já que o presidente havia intercedido supostamente “a favor” dos libertadores em 1923, ou se colocar a favor dos tenentes rebeldes e seguir a corrente de contestação e insurreição que supostamente fazia parte da essência do ser “bandoleiro-libertador” e a partir disto, aproveitar-se do movimento para realizar um novo levante contra Borges de Medeiros e a situação política estadual.

A espinhosa questão acarretou discussões e diferentes opiniões sobre a postura com que o grupo deveria encarar a questão. Em um primeiro momento, permanecer ao lado de Bernardes parece ter sido a opção mais bem aceita pela maioria dos partidários. Segundo Glauco Carneiro (1977), os sete deputados eleitos pela oposição gaúcha chegaram no congresso com um drama: Bernardes ou não Bernardes? A ampla maioria optou por apoiar o presidente, ficando apenas Lusardo como defensor do movimento rebelde e tornando-se “o

---

<sup>264</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 07/11/1924, p.1

<sup>265</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 20/09/1924, p.1

<sup>266</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 30/09/1924, p.2

<sup>267</sup> Não é objetivo deste estudo analisar as dimensões políticas e militares dos movimentos tenentistas ao longo da década de 1920. Em específico, interessa perceber o posicionamento e participação da Aliança Libertadora em relação a estes episódios. Os opositoristas gaúchos tomaram parte ativa nos levantes militares em duas frentes: através do posicionamento da bancada opositorista na câmara federal e com a participação de alguns ex-chefes revolucionários de 1923 que aliaram-se aos grupos comandados por Prestes e Távora no interior do Rio Grande do Sul.

porta-voz da coluna na Câmara” (CARNEIRO, 1977, p.248). Segundo Kieling (1984), as divergências sobre apoiar ou não o movimento tenentista, abalaram a coesão e dificultaram ainda mais a marcha rumo a um partido homogêneo e poderoso como desejava Assis Brasil (KIELING, 1984, p.95).

Do outro lado, Borges de Medeiros, disposto a uma reaproximação com o situacionismo federal, foi um dos primeiros presidentes estaduais a demonstrar solidariedade ao governo de Bernardes, telegrafando ao presidente e colocando a sua disposição as forças militares do Rio Grande do Sul<sup>268</sup>. Em seguida, e durante praticamente todo o segundo semestre de 1924, numerosos contingentes da Brigada Militar foram enviados para combater os rebeldes no centro do país<sup>269</sup>. Segundo Love (1971), o chefe do PRR suspeitava que os opositores gaúchos poderiam se juntar a outras revoltas contra o seu regime, em consequência enviou um contingente de 1.200 homens para auxiliar a esmagar precocemente a rebelião paulista (LOVE, 1971, p.225).

O tema da eclosão do movimento em São Paulo tornou-se o principal assunto debatido pelos deputados aliancistas. Plínio Casado, líder da bancada da câmara, discursou defendendo a moção para o estado de sitio em São Paulo, reiterando que a Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul era abertamente defensora da “República e da Constituição Federal” e da “lei e da autoridade legítima”, sendo que os libertadores gaúchos, “saídos de uma revolução” saberiam diferenciar que o movimento dos tenentes não passava de uma “revolta de quartéis” que “não triunfaria”<sup>270</sup>. Por sua vez, o deputado Antunes Maciel telegrafou aos correligionários de Pelotas, pedindo tranquilidade e solicitando que a imprensa libertadora “procurasse noticiar sobre a revolta somente aquilo que for de origem oficial”<sup>271</sup>, evitando cair em boatos e rumores prejudiciais ao grupo oposicionista.

Enquanto os deputados expressavam publicamente seu apoio ao governo federal no Rio de Janeiro, no território sulino as perseguições contra elementos supostamente “subversivos” recrudesciam. Não à toa, as “medidas de ordem pública” adotadas no estado recaíram justamente sobre os alvos regionais mais “suspeitos”: os antigos revolucionários de 1923 e os proprietários de jornais vinculados ao oposicionismo. Neste sentido, diversos órgãos de imprensa foram censurados e tiveram sua circulação suspensa. A censura realizada pelos delegados de polícia vedava os jornais de veicularem notícias “alarmantes ou tendenciosas relativas ao levante de São Paulo” e levou proprietários de jornais como Fanfa

---

<sup>268</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 06/07/1924, p.1

<sup>269</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 16/07/1924, p.1

<sup>270</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 22/07/1924, p.6

<sup>271</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 22/07/1924, p.1

Ribas do *Correio do Sul* de Bagé a exilar-se no Uruguai<sup>272</sup>. Outros redatores de jornais também foram presos e processados, como Arnaldo Mello do *Correio da Serra* de Santa Maria e Júlio Ruas de *O Bandoleiro* de Alegrete. Os dois diretores estariam publicando “informações julgadas inconvenientes à ordem pública”<sup>273</sup>, sendo assim foram encaminhados por praças do exército até Porto Alegre e dali para o Rio de Janeiro aonde foram interrogados pelas autoridades federais<sup>274</sup> e em seguida liberados para regressar ao estado<sup>275</sup>.

Na cidade de Pelotas, a Junta Libertadora local, temendo retaliações, resolveu suspender a circulação do jornal oposicionista *O Libertador*. Até mesmo o *Correio do Povo*, órgão de imprensa que se autoproclamava como apartidário, foi alvo da censura em torno de seus editoriais. O chefe de polícia estadual nomeou um censor específico para vigiar o jornal da capital, além de ameaçar apreender as edições da folha que contivessem informações sobre indícios de deflagração de quaisquer distúrbios militares no Rio Grande do Sul<sup>276</sup>. Inconformada com a medida, a direção do jornal publicou uma série de artigos questionando a censura, ao mesmo tempo em que entrou com um pedido de *habeas corpus* com o objetivo de tornar ilegal a atitude repressiva<sup>277</sup>.

A perseguição e prisão de indivíduos suspeitos à ordem pública no estado também atingiu personagens de destacada atuação na guerra civil de 1923 e alvos de importantes registros fotográficos pelo *Álbum dos Bandoleiros*, como Theodoro Klemann, membro do estado maior de Zeca Netto, feito prisioneiro em Pelotas<sup>278</sup> e Mario Garcia, chefe da Divisão Missioneira de 1923, apreendido em Santiago do Boqueirão diante de um suposto envolvimento com os rebeldes<sup>279</sup>.

De qualquer forma os libertadores mantinham-se publicamente ao lado do situacionismo federal. Segundo informações do *Correio do Povo*, alguns dos antigos chefes libertadores, logo após o surgimento das primeiras informações sobre o levante paulista, telegrafaram ao Presidente Arthur Bernardes “reafirmando solidariedade e oferecendo seus serviços”. De acordo com as notícias publicadas pelo jornal, Felipe Portinho, Leonel Rocha, Salustiano de Pádua e Quim César estariam na região de Passo Fundo e Erechim, “com autorização do governo federal”, arregimentando elementos para formar uma força que seria

<sup>272</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/07/1924, p.1

<sup>273</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/07/1924, p.7

<sup>274</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/07/1924, p.1

<sup>275</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24/08/1924, p.2

<sup>276</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/11/1924, p.3

<sup>277</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/11/1924, p.3; 15/11/1924, p.3; 19/11/1924, p.5.

<sup>278</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/07/1924, p.1

<sup>279</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 01/11/1924, p.6

encaminhada aos estados do Paraná e São Paulo para combater os rebeldes<sup>280</sup>. Honório Lemes recebeu a orientação de Antunes Maciel, Lafayette Cruz e Baptista Lusardo, para que formasse um “batalhão patriótico” de civis em auxílio ao governo federal. Seguindo a indicação dos correligionários, Lemes enviou uma mensagem ao Ministro Setembrino de Carvalho colocando seus serviços à disposição das forças federais<sup>281</sup>. Algumas semanas depois, o próprio Ministro respondeu agradecendo a disponibilidade, mas esclarecendo não ser necessário o auxílio dos chefes gaúchos, tendo em vista que se encontrava restabelecida a ordem no país<sup>282</sup>. Com o mesmo pretexto foram dispensados os serviços de Quim César e Pádua em Passo Fundo<sup>283</sup> e de Leonel Rocha em Palmeira<sup>284</sup>.

No início do mês de setembro, a situação começou a se inverter e boatos indicavam uma aproximação entre a Aliança Libertadora e os revoltosos, embora os deputados tentassem despistar e até negar estes rumores. O deputado Antunes Maciel discursou na câmara, reafirmando que a oposição rio-grandense desde o início do levante paulista deu “manifestações inequívocas de solidariedade ao sr. Presidente da República e seu governo”. Na mesma sessão, o deputado leu uma carta de Assis Brasil desmentindo a possível vinculação dos opositores com o movimento armado. Segundo a correspondência de Assis, “nenhuma ligação existe por parte da Aliança Libertadora, nem creio que de partido político algum”<sup>285</sup>. Com o mesmo intuito de elucidar o assunto, Felipe Portinho, acompanhado por uma comissão de antigos revolucionários, viajou ao Rio de Janeiro onde, em companhia do deputado Maciel, conferenciou com Arthur Bernardes sobre a situação política do país e a postura dos opositores gaúchos<sup>286</sup>.

No mês seguinte as guarnições militares do Exército no Rio Grande do Sul sublevaram-se, engrossando as fileiras da revolta no restante do país. Em manifesto encaminhado ao povo de Santo Ângelo, Luiz Carlos Prestes comunicou a deflagração do levante de oficiais militares por diversos quartéis pelo interior do estado e em comunhão com movimento iniciado por Isidoro Lopes em São Paulo. De acordo com Prestes, a revolta contava com a adesão dos “chefes revolucionários Honório Lemes e Zeca Netto” que se encontravam invadindo o estado pela fronteira com o Uruguai, “tudo de acordo com o grande

---

<sup>280</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 26/07/1924, p.3; 28/07/1924, p.1

<sup>281</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 28/07/1924, p.3

<sup>282</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 13/08/1924, p.1

<sup>283</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 14/08/1924, p.1

<sup>284</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 15/08/1924, p.3

<sup>285</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 01/08/1924, p.3

<sup>286</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 13/09/1924, p.1

plano já organizado”<sup>287</sup>. Outro manifesto lançado pelos revolucionários contava com a assinatura de militares como Isidoro Lopes, Miguel Costa e também dos chefes civis Felipe Portinho, Leonel Rocha, Honório Lemes e José Antônio Netto (KIELING, 1984, p. 63-64).

Ao que tudo indica, desde muito cedo os aliancistas mantinham diálogo com os militares no planejamento de um “grande plano” de insurreição. De acordo com Joseph Love, o próprio Isidoro Lopes, um veterano da guerra federalista contra Castilhos e Floriano, teria estabelecido contato com os rebeldes gaúchos durante o ano de 1923 (LOVE, 1971, p.225). Segundo o relato memorialístico de Zeca Netto, dois dias antes da eclosão do levante de julho em São Paulo, ele já havia recebido convite para aderir ao movimento e com este intuito viajou a São Paulo, onde conferenciou com lideranças paulistas, concordando em rumar para o Uruguai e dali invadir o Brasil (NETTO, 1983, p.110-115). Suspeitamente, Leonel Rocha e Zeca Netto durante o final do mês de maio encontravam-se em Pelotas em reuniões e banquetes fornecidos por amigos<sup>288</sup>. Dali, Leonel Rocha partiu para Pedras Altas visitar Assis Brasil e Zeca Netto para a referida estadia no Rio de Janeiro e São Paulo<sup>289</sup>. Segundo Loiva Otero Félix (1987), os prenúncios de um levante já podiam ser percebidos desde o mês de abril através de conchavos e mobilizações políticas operadas por Leonel Rocha e outros na região norte do estado (FÉLIX, 1987, p.152).

Segundo os relatos históricos escritos pelo próprio deputado Baptista Lusardo<sup>290</sup>, durante a primeira quinzena de agosto, reuniões entre Assis Brasil, Zeca Netto e alguns militares responsáveis pelas guarnições no Rio Grande do Sul definiram o acordo de cooperação da Aliança Libertadora com o movimento, ficando ao encargo de Assis Brasil a chefia civil da revolta. Logo após este encontro foram despachadas ordens para que Honório e Leonel iniciassem as movimentações para o levante que originalmente deveria ocorrer no mês de setembro (LUSARDO apud CARNEIRO, 1977, p.265-268). Segundo Love (1971), as tropas de Isidoro proclamaram Assis Brasil como chefe da insurreição, embora ele não tenha sido consultado sobre a deflagração do movimento de julho em São Paulo, ainda assim, o chefe aceitou o título sem disfarçar seu interesse principal de atingir Borges de Medeiros (LOVE, 1971, p.227).

---

<sup>287</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 05/11/1924, p.3

<sup>288</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 23/05/1924, p.3

<sup>289</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 24/05/1924, p.1

<sup>290</sup> Tratam-se de onze pequenos textos sob o título de “A Coluna Prestes através do Brasil”, escritos pelo próprio Baptista Lusardo e publicados originalmente no jornal “O Globo” do Rio de Janeiro em 1926. Os relatos trazem informações históricas preciosas acerca da atuação dos militares rebeldes no Rio Grande do Sul e dos bastidores da participação da Aliança Libertadora no movimento. O documento foi reproduzido na íntegra na obra biográfica sobre Lusardo escrita por Glauco Carneiro (1977, p.259-284).

Logo após este primeiro encontro, uma outra reunião em Uruguaiana entre o deputado Lusardo e oficiais representando as guarnições militares de São Luiz, São Borja, Alegrete, Santana do Livramento e São Gabriel, acordou que a revolta deveria se iniciar na efeméride do 7 de Setembro e com a chefia militar de Zeca Netto (LUSARDO apud CARNEIRO, 1977, p.268-270). Por problemas diversos, o levante foi adiado e apenas finalmente irrompeu no final do mês de outubro.

Com o início da insurreição, o governo federal passou a pressionar Borges de Medeiros no sentido de garantir a manutenção da ordem na fronteira<sup>291</sup>, o chefe do PRR prontamente respondeu enviando tropas da Brigada Militar para a região sublevada. Na data de 30 de Outubro, o *Correio do Povo* noticiou as primeiras informações sobre as insurreições das guarnições militares federais de São Luiz, Santo Ângelo, São Borja e Uruguaiana<sup>292</sup>. No dia seguinte, o jornal também comunicou ter chegado ao conhecimento das autoridades legais que Honório Lemes teria aderido ao levante e encontrava-se movimentando tropas na região de Uruguaiana<sup>293</sup>. Com o decorrer dos episódios, outros “bandoleiros” passaram a ter seus nomes publicamente vinculados com o movimento: Pedro Arão e Juca Raymundo em atuação conjunta com Luiz Carlos Prestes em Santo Ângelo<sup>294</sup>, Mario Garcia em Santiago do Boqueirão<sup>295</sup>, além da atuação amplamente conhecida das tropas comandadas por Leonel Rocha e Zeca Netto pelo interior do estado<sup>296</sup>.

Segundo o relato histórico de Baptista Lusardo sobre a postura de adesão dos aliancistas em relação aos levantes dos militares no país:

A Aliança compreendera que havia chegado o momento histórico para o país. Não podia negar, e nem negou a sua abnegada e fervorosa colaboração. Os três grandes generais civis, que eram em suas melhores glórias – Honório Lemes, Zeca Netto e Leonel Rocha – se fizeram em campo, e enfrentaram resoluta e heroicamente a campanha (LUSARDO apud CARNEIRO, 1977, p. 263)

De acordo com os relatos, as colunas civis dos “espartanos de Honório Lemes e Zeca Netto” eram encarregadas da movimentação pela zona fronteira com o Uruguai, enquanto que os “heroicos elementos de Leonel Rocha” deveriam tumultuar o interior da região serrana. O comando das guarnições militares na região missioneira ficaria ao encargo de Luís Carlos Prestes (LUSARDO apud CARNEIRO, 1977, p. 263).

<sup>291</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 29/10/1924, p.4

<sup>292</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 30/10/1924, p.1

<sup>293</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 31/10/1924, p.1

<sup>294</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 02/11/1924, p.3

<sup>295</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 01/11/1924, p.6

<sup>296</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 04/11/1924, p.3; 19/11/1924, p..1; 23/11/1924, p.3

Com a adesão dos “chefes bandoleiros” ao movimento, a bancada oposicionista viu-se obrigada a manifestar-se a favor dos revoltosos. Em discurso, Wenceslau Escobar lembrou aos demais deputados sobre a situação delicada vivida no Rio Grande do Sul, o movimento de 1923, o não cumprimento por parte do governo estadual das cláusulas do Pacto de Pedras Altas e as perseguições e violências sofridas por seus partidários, elementos que segundo ele, justificavam a postura da Aliança frente ao momento político nacional<sup>297</sup>. No mesmo sentido manifestou-se Arthur Caetano, afirmando que os oposicionistas rio-grandenses “não distinguem a hostilidade quer contra o sr. Borges de Medeiros, quer contra o sr. Arthur Bernardes, a quem responsabilizamos pela grave situação no nosso Estado”. O discurso foi aplaudido e apoiado pelos deputados Wenceslau Escobar e Plínio Casado<sup>298</sup>. O próprio Caetano foi alvo de acusações por parte dos deputados situacionistas em torno de seu “envolvimento com os levantes militares”<sup>299</sup>. Convocado para depor na Comissão de Justiça da Câmara Federal, o deputado gaúcho declarou não ter qualquer relação com os episódios do centro do país, mas que era “solidário aos amigos em armas no Rio Grande do Sul”<sup>300</sup>. A mesma solidariedade foi demonstrada por Baptista Lusardo que durante outra sessão de debates se pronunciou em defesa das críticas sofridas pelas tropas comandadas por Honório Lemes<sup>301</sup>.

Os deputados oposicionistas estaduais através das discussões na Assembleia dos Representantes também se posicionaram de maneira favorável aos rebeldes no estado. O deputado federalista José Alves Valença argumentou ser impossível “impedir que os membros desta oposição se aliassem ao movimento que se bate pela liberdade do Brasil e do Rio Grande”, já que o “escopo máximo” dos oposicionistas gaúchos “foi sempre a libertação do Rio Grande”<sup>302</sup>.

Após a realização de diversos combates e escaramuças, enfrentando a mesma inferioridade de material bélico e de recursos humanos que em 1923, os rebeldes no Rio Grande do Sul acabaram por dividirem-se em dois grupos. O grupo comandado por Prestes, perseguido e encurralado pelo exército legalista, deixou o território rio-grandense e iniciou uma marcha em direção ao norte do país para juntar-se ao grupo de Isidoro e compor aquela que ficaria conhecida como “Coluna Prestes”, responsável por uma longa marcha pelo interior do país durante dois anos e meio, percorrendo cerca de 25.000 quilômetros, quando devido às

<sup>297</sup>Correio do Povo, Porto Alegre, 15/11/1924, p.1

<sup>298</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 05/12/1924, p.1

<sup>299</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 16/11/1924, p.2; 18/11/1924, P.1

<sup>300</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 04/12/1924, p.1

<sup>301</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 15/11/1924, p.1

<sup>302</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 30/12/1924, p.6

condições precárias do grupo, os revoltosos decidiriam por exilar-se no Paraguai, Bolívia e Argentina.

Um segundo grupo, vinculado aos chefes civis da Aliança Libertadora refugiou-se nos países vizinhos do Uruguai e Argentina<sup>303</sup>. Honório e Neto, mesmo exilados e isolados, voltariam durante os anos de 1925-1927 a realizar novas tentativas frustradas de invasões e ataques armados ao Rio Grande do Sul com o intuito de depor Borges de Medeiros e auxiliar os movimentos da Coluna Prestes no âmbito nacional. Em um destes episódios, Honório Lemes seria preso por Flores da Cunha em Uruguaiana e enviado a Porto Alegre para julgamento, encerrando ali um longo ciclo de protestos armados liderados por um dos principais “chefes bandoleiros”.

Por sua vez, Assis Brasil permaneceu exilado voluntariamente no Uruguai e apoiando os levantes militares no Brasil (LOVE, 1971, p.228). Apenas retornaria à vida política do estado em 1927, para reorganizar os adeptos oposicionistas e recomeçar as mobilizações da Aliança Libertadora após a dispersão ocorrida com o apoio às rebeliões dos tenentes. Em um novo pleito eleitoral federal disputado naquele ano, os oposicionistas persistiram na denúncia sobre a falta de garantias e liberdades do sistema eleitoral do Rio Grande do Sul e do Brasil. Mesmo descrentes com o processo foram às urnas para conseguir eleger apenas três deputados federais: Assis Brasil, Baptista Lusardo e Plínio Casado. Embora dispersos e com pouca força eleitoral naquele momento, os “libertadores gaúchos”, graças a sua atuação nos levantes militares tenentistas, conquistaram uma projeção nacional, alargando os horizontes de atuação do grupo (KIELING, 1984, p. 77-87) e conquistando importante prestígio na política nacional (LOVE, 1971, p.242).

Após múltiplas idas e vindas, conflitos e solidariedades, os oposicionistas finalmente foram capazes de sedimentar definitivamente seus laços partidários. Através de um congresso realizado no dia 3 de Março na cidade de Bagé nascia o Partido Libertador com a presidência de Assis Brasil e vice-presidência de Raul Pilla. Segundo o relato de Mem de Sá:

Chegara-se, porém, ao momento da decisão. Não era possível permanecer com uma simples Aliança, provisória e, portanto, precária. Impunha-se a criação de um partido. Federalistas de Gaspar e republicanos de Assis haviam cimentado, no sangue dos combates e nas agruras das campanhas eleitorais, mais do que sólida amizade, verdadeira coesão política. Estavam irmanados. Quando, porém, chegou o momento de redigir o documento básico – o Programa e Estatuto Partidário – as divergências irreduzíveis da doutrina eclodiram com a velha pujança de 40 anos de antagonismo (SÁ, 1973, p. 67).

---

<sup>303</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 27/12/1924, p.3; 28/12/1924, p.7

Apesar das afinidades construídas, algumas divergências permaneciam latentes no grupo e foi preciso que Assis e Pilla operassem longos diálogos de mediação e conciliação com os correligionários para sacramentar a fundação do partido e escrever um programa e estatuto<sup>304</sup>, que agradasse todos os correligionários. Ainda de acordo com Mem de Sá, o Partido Libertador

[...] já nascia forte, coeso, comprovado na luta, com programa próprio (o primeiro programa de Partido, no Brasil, a abordar a “questão social” [...]) com pugnacidade e energias inquebráveis. Um partido real e verdadeiro. E se me perdoarem a imodéstia acrescentarei: o único Partido real e verdadeiro que existiu no Brasil até 1937 (SÁ, 1973, p.69-70).

Em um processo iniciado no começo dos anos 1920 e completado ao final da década, Assis Brasil conduziu as oposições, de uma coalizão heterogênea e transitória para uma identificação e fusão em um partido novo (ANTONACCI, 1981, p. 87). Estava sacramentada a união dos “bandoleiros” e alcançados os objetivos pleiteados pelas suas principais lideranças.

Com o término dos levantes tenentistas e o nascimento do PL, um partido unitário que ansiava por ser forte e romper com os limites estaduais de atuação<sup>305</sup>, a política partidária oposicionista iniciava uma nova fase. Da mesma forma, o PRR também passava por mudanças e renovações internas, com destaque para a ascensão de uma nova geração de partidários, formada por Flores da Cunha, Lindolfo Collor, Getúlio Vargas, entre outros. O mandato de Borges de Medeiros na comandância estadual encerrou no final de 1927. Proibido pelo “Pacto de Pedras Altas” de pleitear uma nova reeleição, o chefe do partido obrigou-se a indicar um novo nome para concorrer ao cargo (LOVE, 1975, p.233). Os libertadores optaram por não participar do pleito. Segundo os relatos de Baptista Lusardo, ele e Plínio Casado travaram diálogos e realizaram encontros com os deputados federais do PRR, Lindolfo Collor e Flores da Cunha, no Rio de Janeiro. Os deputados oposicionistas manifestaram-se no sentido do grupo se abster no processo eleitoral para presidente do estado caso o nome indicado pelo situacionismo fosse “capaz de cumprir o Pacto de Pedras Altas” e que levantasse a “bandeira do apaziguamento e penhor de tranquilidade no Estado”. O nome indicado, com a concordância de Borges de Medeiros, foi Getúlio Vargas. Os libertadores se abstiveram e Vargas foi eleito (CARNEIRO, 1977, p. 355-356).

<sup>304</sup> Para maiores informações sobre as nuances e orientações do programa partidário do PL, ver as contribuições de Mem de Sá (1973), Kieling (1984) e Franco (2007; 2012).

<sup>305</sup> Desde seu surgimento, os libertadores mantinham vínculos com o Partido Democrático de São Paulo. Tratava-se de uma antiga ambição de Assis Brasil de formar uma frente política nacional de oposição. Aliados aos paulistas, o PL formou o efêmero Partido Democrático Nacional (LOVE, 1971, p. 242)

A ascensão de Vargas ao poder do estado ocorreu no mesmo momento em que o PL conseguira alcançar níveis satisfatórios de força e coesão para conquistar escaladas mais arrojadas na política gaúcha (KIELING, 1984, p. 98-100). O novo presidente estadual passou a atuar de forma conciliadora, mediando um diálogo aberto com as lideranças oposicionistas. Este processo conciliatório viabilizaria a formação da chamada Frente Única (reunindo PRR e PL) em torno da composição da Aliança Liberal e a candidatura do próprio Vargas para disputar o cargo de presidente nacional em março de 1930 (GRIJÓ, 1998, p. 167). Aliados, PRR e PL participariam da campanha nacional de 1929 e as lideranças partidárias de ambos os grupos alcançariam projeção nacional nas décadas posteriores. O Partido Libertador manteve-se vivo e atuante até a década de 1960, quando foi finalmente extinto pela ditadura militar junto com os demais partidos brasileiros.

No decorrer deste capítulo procurei demonstrar o conturbado trajeto das oposições político-partidárias desde a efetivação de uma precária união iniciada em 1922 e, finalmente, a consolidação em 1928 com a formação de um novo partido que apagou as divisões entre os setores oposicionistas, inclusive significando o desaparecimento dos federalistas, um dos setores oposicionistas mais tradicionais no Rio Grande do Sul. Em sintonia com este processo, o *Álbum dos Bandoleiros*, imbuído pelo poder simbólico das imagens e através da construção de um determinado imaginário político e um enquadramento da memória coletiva do grupo, buscou contribuir na definição de sentimentos de coesão e mobilização solidária entre os adeptos “bandoleiros”.

Ao final da década de 1920, o lema “Uni-vos, para salvar nas urnas, o Rio Grande do Sul” efusivamente propagado em 1924, conquistou novos contornos e rompeu os limites regionais de atuação política. Os “libertadores”, calejados de lutas armadas e disputas eleitorais no âmbito estadual, partiriam para empreitadas mais ambiciosas com o intuito de “salvar” e “libertar” o Brasil do sistema político da Primeira República. Aliados aos seus inimigos de sempre, PL e PRR, “bandoleiros” e borgistas, uniram-se para desferir o golpe final no regime que ao longo da década de 1920 demonstrava seu profundo desgaste e limitações, entrando em colapso com os episódios da Revolução de 1930 e iniciando uma nova fase na história política do Brasil.

## Considerações Finais

O Partido Libertador significou o término de um longo e complicado processo de articulação e unificação das oposições político-partidárias gaúchas durante a Primeira República. Por outro lado, também representou o início de uma nova fase nas disputas e alianças que proporcionaram projeções mais amplas para as empreitadas dos “bandoleiros libertadores”. Em decorrência de uma trajetória de lutas e mobilizações constantes no decorrer dos anos de 1920, ao final da década o grupo alcançou relativa importância no cenário político nacional e aliado aos adversários borgistas de outrora, empenharam-se na participação e renovação da dinâmica política nacional a partir dos acontecimentos de 1930.

Daquele momento em diante, lideranças como Raul Pilla, Assis Brasil, Baptista Lusardo, Plínio Casado, entre outros, em comunhão com os adversários históricos do PRR, Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, João Neves da Fontoura, seriam os protagonistas dos principais episódios da vida política do país. Por outro lado, os “generais bandoleiros” como Zeca Netto, Honório Lemes, Leonel Rocha, Felipe Portinho, cairiam no ostracismo, permanecendo apenas na memória e no imaginário dos seguidores, admiradores e companheiros de batalhas, além de comporem parte da história dos movimentos armados e políticos da Primeira República.

Ao longo deste texto demonstrei de que forma e através de que elementos o *Álbum dos Bandoleiros* procurou contribuir no complexo processo de unificação e mobilização dos setores oposicionistas no Rio Grande do Sul durante a década de 1920. Este processo foi caracterizado pela intensa luta simbólica frente aos adversários do PRR e de uma constante procura por elementos capazes de sedimentar a coesão e legitimação do grupo como um partido político uniforme. Estas questões estavam diretamente vinculadas com uma tentativa de construção e definição de um imaginário político e social da Revolução de 1923 e dos “famigerados bandoleiros”, assim como pelo estabelecimento de uma determinada leitura e memória em torno dos episódios e protagonistas da guerra civil.

No primeiro capítulo analisei de que forma os situacionistas, através de seu órgão de imprensa oficial, o jornal *A Federação*, construíram e veicularam um imaginário pejorativo em torno do grupo opositor e da guerra civil de 1923. Através dos editoriais da folha partidária, os membros do PRR objetivaram invalidar o protesto armado dos adversários, desvinculando suas reivindicações do plano da política para identificá-los como parte de um movimento de banditismo e desordem social. Com o intuito de criminalizar e deslegitimar a

atuação dos chefes militares opositores, o jornal investiu na propagação de adjetivos vexatórios e depreciativos, principalmente, como a alcunha de “bandoleiros”, amplamente difundida durante os meses de luta armada.

Contrapondo-se ao discurso legalista, os opositores também investiram na construção de suas próprias versões e visões do movimento e de seus principais personagens. Em um contexto de batalha simbólica e contra-ataque discursivo, dentre as diversas práticas e representações desenvolvidas pelos adeptos oposicionistas, surgiu a publicação do *Álbum dos Bandoleiros*, uma coletânea de imagens fotográficas e textos em homenagem aos revoltosos e que tinha por objetivo reverter a acepção negativa do epíteto, transformando seu significado em algo positivo, com elementos de mérito, orgulho, distinção e identificação para todos aqueles que haviam participado do movimento armado e que faziam parte da política partidária oposicionista.

Por meio da análise da luta simbólica entre o jornal situacionista e o álbum fotográfico oposicionista, situei a publicação deste último em torno de algumas características do contexto da década de 1920 no Rio Grande do Sul. A inserção da publicação do álbum fotográfico neste período deve ser compreendida através de dois aspectos. Primeiro, pelo momento de diversos conflitos e mobilizações partidárias, principalmente, por parte da articulação entre todos os setores contrários a Borges de Medeiros no estado. Segundo, pelo processo de efetivo progresso e inovação técnica, vivido pela imprensa porto-alegrense, assim como a destacada participação e aproximação entre editores, repórteres e redatores de jornais e revistas ilustradas com os partidos políticos, principalmente, de alguns destes em relação ao oposicionismo em Porto Alegre.

Organizado pela revista ilustrada *Kodak* e pelo jornalista Fernando Barreto, o *Álbum dos Bandoleiros* esteve inserido nesta conjuntura. Os jornais, que desde décadas anteriores se apresentavam como um espaço de mobilização e atuação política, durante a guerra civil de 1923, obtiveram um papel crucial na defesa de aliados e em ataques aos adversários. A faceta partidária de algumas folhas de Porto Alegre adquiriu contornos decisivos no desenrolar dos acontecimentos de 1923, compondo um dos principais instrumentos de luta para ambos os grupos armados.

A equipe editorial responsável pela publicação do álbum estava vinculada a um dos principais e mais polêmicos jornais oposicionistas de Porto Alegre, a *Última Hora*. A folha era comandada por Lourival Cunha e Hugo Barreto, antigos proprietários e diretores da *Kodak* e foi onde Fernando Barreto trabalhou durante anos e de quem adquiriu o comando da revista ilustrada. Durante a Revolução de 1923, o jornal foi o porta-voz dos rebeldes e

colaborou de diferentes formas com o movimento armado, além de ser responsável pela divulgação de diversas fotografias sobre o movimento, as quais possivelmente foram disponibilizadas para compor o álbum fotográfico publicado em 1924.

Durante este contexto, é válido lembrar que fotografias e álbuns possuíam um considerável grau de circulação e acesso da sociedade nos centros urbanos mais desenvolvidos, como, por exemplo, Porto Alegre. A capital gaúcha contava com diversos profissionais e estúdios fotográficos, além de viver um período de intenso aprimoramento do processo gráfico da imprensa, ocasionando uma propagação e utilização de imagens de forma mais qualificada através dos diversos produtos elaborados pelas oficinas gráficas de jornais e revistas.

Ao relacionar o *Álbum dos Bandoleiros* com este contexto e analisar os atributos do seu conteúdo e publicação, também concluí que o álbum foi constituído por algumas características recorrentes neste tipo de produto durante as décadas de 1920 e 1930 no Brasil, mas também por alguns elementos peculiares que tornavam sua publicação singular. Seguindo o padrão de sua época, o álbum foi impresso tipograficamente e editado por um órgão privado; suas fotografias seguiam o formato de fotogravura e eram acompanhadas por legendas explicativas; a capa era colorida e o restante das páginas internas impressa em preto e branco e em dupla face; a procedência e autoria das fotografias possuíam origens diversas e não explicitadas; em decorrência dos avanços técnicos de impressão, o custo final para a comercialização tornou-se mais barato e as tiragens poderiam ser ampliadas e reeditadas, etc.

Todavia, sua publicação também apresentou elementos particulares: seu conteúdo era essencialmente permeado pela temática da guerra e da política, tendo como finalidade explícita servir como um instrumento de poder simbólico em favor de determinado grupo partidário e sua luta pelo poder estadual. Além disto, sua tiragem também pode ser considerada peculiar, já que a quantia de 20.000 exemplares era algo extremamente grandioso para a época, demonstrando a importância do projeto de publicação deste álbum e os objetivos arrojados que se propunha.

Em torno dos objetivos de ação simbólica almejados pela publicação, as fotografias possuíam vital importância. A equipe editorial do álbum explorou a crença e a aposta no poder das imagens enquanto “prova” e “testemunho” de uma determinada leitura e visão dos acontecimentos e grupos políticos do Rio Grande do Sul daquele período. As imagens, consideradas como “espelhos do real” e portadoras de “status de credibilidade” supostamente inquestionáveis, eram expostas na coletânea como uma prova das “alegações acertadas” dos editores e dos “bandoleiros”, assim como serviam como refutação “inegável” das “acusações

e injúrias” praticadas pelos adversários. Através do poder da visualidade, fazia-se ver e fazia-se crer uma determinada representação da política gaúcha e dos dois lados em disputa na guerra civil, com o objetivo de que estas ideias e concepções interferissem e transformassem a realidade política estadual através do convencimento e ação dos leitores visuais e sua adesão à Aliança Libertadora.

Conforme identifiquei ao longo do texto, as imagens fotográficas reproduzidas no álbum tinham procedência e autoria variadas, sendo fruto do trabalho de diversos profissionais espalhados pelo interior do estado. Contudo, algumas delas foram produzidas especificamente com o intuito de compor a publicação, através da atuação de repórteres fotográficos vinculados com a equipe editorial da *Kodak* e enviados a determinados locais para registrar acontecimentos específicos. Além disto, levantei a hipótese de que grande parte destas fotografias, possivelmente, tenham sido elaboradas durante os meses de novembro e dezembro, momento de realização do armistício no qual ambas as tropas permaneceram estacionadas em acampamentos e proibidas de se locomover pelo território e promover novos ataques. A relativa tranquilidade dos meses finais da guerra civil provavelmente facilitou o trabalho dos fotógrafos, tendo em vista que durante os meses de batalhas existiam empecilhos que atrapalhavam o ato de fotografar, decorrentes de uma série de limitações técnicas relativas à aparelhagem, dificuldades dos locais que serviam como palco da guerra, luminosidade e movimentos que atrapalhavam a captura da cena fotografada, entre outros aspectos.

Outra peculiaridade do artefato político-visual residiu no mecanismo de publicação e comercialização proposto por sua equipe editorial. O produto foi lançado em duas edições diferentes. Uma primeira versão, lançada de forma extremamente rápida, logo após o término da luta armada, e outra, chamada de 8ª, com um conteúdo ampliado e mais completo, com a expressiva tiragem de 20.000 exemplares, um valor de venda um pouco mais caro e contando com uma distribuição comercial e veiculação de anúncios mais efetiva e ampliada. A explicação encontrada para esta lacuna intermediária entre as duas versões foi de que se tratava de uma jogada comercial da equipe editorial. A primeira versão, lançada às pressas após a pacificação do estado, serviu como um mecanismo de teste em torno da aceitação do produto por parte dos leitores e também como uma forma de atender uma demanda mais urgente em torno de um tema com amplas repercussões e curiosidade na sociedade gaúcha, além de chamar a atenção dos leitores-consumidores para o projeto de publicação deste tipo de produto visual sobre o conflito armado. Por sua vez, a oitava e última versão do álbum, saída do prelo no final de abril, às vésperas das eleições federais, era considerada, conforme

os anúncios de venda, a versão “corrigida e aumentada” da coletânea de fotografias sobre a guerra civil. Ao que tudo indica, esta versão foi a principal e final edição da publicação, contendo inclusive, com imagens relativas à Aliança Libertadora, principal agremiação oposicionista do pós-guerra.

Encerrei o primeiro capítulo demonstrando a existência de outros artefatos visuais relativos à guerra civil, localizados durante a pesquisa e que originaram algumas reflexões alternativas durante o percurso da investigação. Primeiro, a consideração de que o álbum da *Kodak* não foi o único produto visual sobre a guerra civil de 1923 que circulou pelos olhos dos leitores-consumidores. O álbum dividiu a atenção e coexistiu com outros objetos produzidos durante o período, como, por exemplo, as fotogravuras reproduzidas no jornal *Última Hora*, um quadro elaborado pelo fotógrafo Carlos Gatti, os diversos cartões postais com imagens de aspectos da guerra civil e um filme-documentário produzido por Benjamin Camozato.

A análise destas fontes visuais em paralelo ao *Álbum dos Bandoleiros* permitiu algumas interpretações pertinentes ao tema em estudo. Primeiro, a existência de uma circulação e acesso do público sobre imagens dos personagens e acontecimentos da Revolução de 1923, demonstrando a importância que o conflito adquiriu na sociedade durante aquele período. Segundo, a peculiaridade de que a maioria destes artefatos exploraram os retratos dos principais chefes oposicionistas do movimento armado, aspecto que demonstra o prestígio conquistado pelos “bandoleiros” e a penetração de imagens visuais destes personagens na sociedade e política de seu tempo.

No capítulo dois procedi à análise das fotografias reproduzidas no álbum. Através da elaboração de um vocabulário controlado de descritores e do estabelecimento de padrões temático-visuais, avaliei quais foram os principais assuntos, personagens e episódios explorados pelo conteúdo da publicação. Neste sentido, elenquei cinco padrões temáticos-visuais que de acordo com a sua recorrência, ficaram estabelecidos da seguinte forma: 1) Movimento Armado (43,024%), 2) Sociedade, Memória e Celebração (20,26%), 3) Movimento Político-Partidário (14,096%), 4) Cruz Vermelha (13,95%), Política Nacional e Intervenção (8,66%).

A partir destes agrupamentos temáticos propus algumas explicações sobre os significados e interesses existentes em determinadas seleções e exclusões, destaques e omissões, lembranças e esquecimentos operadas pelo conteúdo da publicação. Estas operações estavam diretamente vinculadas com representações que tinham por objetivo operar um enquadramento da memória coletiva sobre a guerra civil em favor dos anseios

oposicionistas, além de contribuir na construção de um determinado imaginário sobre os “bandoleiros” e os acontecimentos de 1923.

A primeira reflexão importante de ser retomada é de que o *Álbum dos Bandoleiros* deve ser encarado, principalmente, como um álbum da guerra. O conjunto temático relativo aos aspectos militares do movimento de 1923 foi enfoque explorado pelas fotografias, compondo aproximadamente a metade dos assuntos reproduzidos. A ênfase em torno das características, acontecimentos e personagens bélicos guardou significados e desdobramentos específicos. Em primeiro lugar, tratava-se de uma tentativa de selecionar, definir e difundir um panteão de “bandoleiros-heróis”, uma galeria de personagens considerados pelo discurso imagético do álbum como sendo os vultos mais proeminentes do movimento armado. Os chefes militares como Zeca Netto, Honório Lemes, Estácio Azambuja, Leonel Rocha, entre outros, foram veiculados pela publicação como emblemas simbólicos do coletivo oposicionista, figuras que encarnavam os valores de “liberdade” e “justiça” defendidos durante a luta armada. No discurso emitido pelo álbum, estas lideranças tratavam-se de “libertadores” que haviam protagonizado “façanhas épicas” combatendo a “tirania” e “ditadura” de Borges de Medeiros e por isto deveriam ser homenageados e lembrados pela coletividade, assim como documentados, perpetuados e imortalizados pela história.

Através da manipulação de um discurso heróico em torno das lideranças e dos acontecimentos de 1923, o álbum fotográfico procurou estabelecer uma determinada memória e imaginário para e a favor do grupo oposicionista estadual. Desta forma, buscava-se contribuir na construção de um imaginário permeado pela “importância” e pelos “valores” daqueles “abnegados batalhadores da liberdade”, realizando uma contraposição e contra-ataque diante das “difamações” sofridas anteriormente e, assim, construindo uma outra imagem e versão sobre a identidade daqueles personagens, desta vez, repleta de elementos positivos e qualidades excepcionais.

O aspecto militar, documentado através do álbum como uma luta coletiva, estava relacionado com o ato de rememorar e celebrar um sentimento de união, confraternização e solidariedade entre todos os adeptos do oposicionismo, com o intuito de camuflar e esquecer as divergências históricas que separavam os diferentes personagens e setores do grupo que pretendia ser unificado. Através das fotografias e textos que narraram a história da guerra civil sob um determinado olhar, perpetuava-se uma interpretação dos acontecimentos que deveria servir como um ponto de referência para a coesão e mobilização das lutas políticas do presente e futuro. Apontando os rumos coletivos que setores oposicionistas deveriam seguir, o álbum impedia o esquecimento em torno do aspecto mais importante dos meses vividos nos

campos de batalha: a união de todos os adeptos para a obtenção de um objetivo em comum. Tal qual ocorrido na guerra, os correligionários deveriam permanecer integrados e fortalecer os seus laços de solidariedade para enfrentar as disputas políticas e eleitorais de um futuro próximo.

A construção da memória e imaginário dos “bandoleiros de 1923” também perpassou pela exaltação de alguns episódios tidos como “excepcionais” e frutos das qualidades de ação dos “heróis protagonistas”, como, por exemplo, a enorme importância atribuída aos registros fotográficos da tomada de Pelotas pelas tropas de Zeca Netto em outubro. O descritor “Episódios/Acontecimentos: Tomada de Pelotas” apareceu em 24 recorrências e sua visualidade é repleta de elementos simbólicos, demonstrando de maneira exemplar as concepções e ambições de poder existentes no álbum fotográfico.

Segundo o discurso da publicação, a tomada da localidade tratava-se de uma importante vitória militar da revolução. A cidade de Pelotas representava um dos principais centros urbanos, comerciais e políticos do estado e a exibição visual de sua conquista era uma clara e direta demonstração de força do grupo oposicionista. Através da narrativa fotográfica, independentemente das nuances e dimensões do acontecimento histórico, o episódio adquiriu contornos “épicos” e a figura de Zeca Netto assumiu o papel de “herói” da “epopeia” visualmente documentada pelo álbum fotográfico.

As fotografias do episódio também reiteravam as manifestações de afeto e apoio da “maioria” da população local em relação às tropas oposicionistas. A demonstração visual da multidão de seguidores e apoiadores tinha por objetivo “fazer ver” e “fazer crer” que os “bandoleiros” não se tratavam de uma minoria na política e na sociedade estadual como o PRR tentava fazer crer, mas sim, uma parcela ampla, mobilizada, ativa e sempre disposta a combater os inimigos, seja através das armas, seja através das urnas.

Diversas fotografias que apresentaram as celebrações de respaldo e comunhão das populações locais com os grupos armados, identificadas através do padrão “Sociedade, Memória e Celebração”, buscavam evidenciar o suposto apoio da sociedade civil perante os revoltosos, reafirmando um sentimento de que a população gaúcha festejava e homenageava aqueles homens que eram percebidos como os “bandoleiros heróis” responsáveis pela “libertação” do Rio Grande do Sul, e não como “bandidos” causadores da desordem e desgraça do povo, tal qual argumentado pelos adversários legalistas

Da mesma forma, o álbum fotográfico, através dos textos e fotografias que narraram a história da Revolução de 1923, procurou realizar um “enquadramento da memória”, documentando, perpetuando e monumentalizando uma determinada memória coletiva da

guerra civil e estabelecendo uma única e definitiva leitura e interpretação sobre os personagens e episódios daquele acontecimento histórico. Isto ocorreu principalmente por meio das fotografias que traziam representações de celebrações entre os adeptos do oposicionismo advindos de diferentes setores da política gaúcha. Com a definição dos elementos que serviam de referencial em torno de um passado de luta comum a toda coletividade, estabelecia-se uma memória coletiva que era utilizada como um reforço do sentimento de pertencimento e de criação e consolidação de vínculos afetivos entre os membros e com o grupo. Do mesmo modo, todos os elementos que separavam e distanciavam os opositores, como por exemplo, as antigas divergências entre “federalistas” e “republicanos dissidentes”, eram relegadas ao esquecimento e a exclusão, com o objetivo de que apenas fossem lembrados e ressaltados os elementos fraternos que aproximavam todos os “bandoleiros” em torno de um mesmo movimento político e armado.

Através de imagens identificadas no padrão temático da “Política Nacional e Intervenção”, o *Álbum dos Bandoleiros* procurou criar um vínculo entre os oposicionistas gaúchos com o situacionismo de Arthur Bernardes no plano político nacional. O reforço desta noção ocorreu através de fotografias da excursão do Ministro da Guerra Setembrino de Carvalho no estado, na maioria das vezes acompanhado e em cenas de comunhão com os chefes “bandoleiros”. Por sua vez, Borges de Medeiros encontrava-se ausente nos registros fotográficos, sugerindo o afastamento e a exclusão do chefe do PRR no processo de discussão sobre a pacificação e os termos para o término da luta armada.

Estas representações visuais vinham ao encontro do entendimento de que a tão sonhada intervenção federal nos domínios borgistas havia realmente ocorrido, assim como teria sido realizada expressivamente em favor dos interesses oposicionistas. Com isto, as imagens contribuíram para a legitimação da atuação dos oposicionistas, no sentido de que as ideias e reivindicações do grupo eram transmitidas com um “caráter universal”, ou seja, como correspondentes diretas e legítimas do anseio e dos interesses de toda a população rio-grandense, que, assim como as lideranças oposicionistas, aguardava ansiosa pela intervenção federal no poder político do partido situacionista e pelo estabelecimento definitivo da paz.

Além disto, através das diversas repetições em torno da exibição visual da excursão da comitiva comandada pelo Ministro no interior do estado, exibia-se uma das supostas “principais vitórias morais” da guerra civil para o lado oposicionista. De acordo com o álbum, em decorrência do prestígio e o ímpeto da causa oposicionista, o governo federal atendia ao apelo dos rebeldes e intercedia no estado, ato que atestava a “superioridade” dos oposicionistas e o “enfraquecimento” do poder borgista.

O agrupamento de imagens em torno do assunto relativo à “Cruz Vermelha” também manipulou elementos importantes no jogo de memória e imaginário sobre a guerra civil e seus personagens. Na coletânea de fotografias sobre enfermeiras, médicos, hospitais e pacientes, encontra-se presente a elaboração de um sentimento de adesão e pertencimento em torno dos “bandoleiros” por parte de diferentes setores sociais. De acordo com as representações visuais do álbum, os fraternos serviços prestados por aquela instituição eram realizados em benefício da causa oposicionista, elemento que servia como demonstração dos “valores” e a “honra” daquele grupo. Tendo em vista que, diante do apoio de uma instituição altruísta como a Cruz Vermelha, era “impossível” persistir acreditando que aqueles homens fossem “bandidos” e “desordeiros”. As imagens do espaço de saúde e tratamento de feridos da guerra, ao mesmo tempo que comprovavam a amplitude do engajamento suscitado pelas colunas militares e pelo movimento partidário oposicionista no seio da sociedade gaúcha, também serviam como um meio de agradecimento e exaltação dos serviços prestados por médicos e enfermeiras ao “Exército Libertador”.

No terceiro e último capítulo, direcionei a análise para os aspectos político-partidários no Rio Grande do Sul da Primeira República, enfatizando a inserção do *Álbum dos Bandoleiros* no contexto de formação e mobilização dos grupos oposicionistas durante a década de 1920 e a composição da Aliança Libertadora, posteriormente convertida em Partido Libertador. Com este objetivo, dividi o capítulo em dois momentos principais. Primeiro, dando prosseguimento à análise visual do quinto padrão temático, o “Movimento Político-Partidário” e a discussão sobre a relevância de algumas concepções veiculadas pelo álbum fotográfico que estiveram extremamente presentes nas articulações políticas oposicionistas, especialmente durante o conturbado ano de 1924.

Em um segundo momento, avaliei o processo de formação e atuação da Aliança Libertadora no período posterior ao término da guerra civil, em uma conjuntura caracterizada pelas mobilizações dos oposicionistas e por alguns aspectos e acontecimentos fundamentais na trajetória do grupo, tais como, as disputas e dissidências entre os próprios adeptos e lideranças; os conflitos e dificuldades enfrentados perante aos adversários governistas; a criação de associações e o investimento em propagandas e campanhas eleitorais; e, por fim, o envolvimento com o movimento tenentista e a consolidação e refundação em Partido Libertador em 1928.

Importa ressaltar que este processo esteve permeado pela constante busca pela construção e sedimentação de vínculos e alianças solidárias mais concretas no interior do grupo. Diante desta problemática, o *Álbum dos Bandoleiros*, exaltando o lema de

“*Bandoleiros! Uni-vos para salvar, nas urnas, o Rio Grande do Sul*”, teve como uma de suas principais finalidades, a defesa da união oposicionista e o estímulo para sua participação através das urnas para concretizar os objetivos iniciados com a luta armada. Consciente das fragilidades dos laços que uniam os diferentes setores e lideranças que compuseram o movimento de 1922-1923, e de que a necessidade de construção de uma coesão mais sólida e efetiva seria um dos problemas enfrentados pelo grupo em um futuro próximo, a edição do álbum encampou e investiu na propagação do anseio unionista.

Com o objetivo de contribuir nesta construção simbólica, o álbum reproduziu fotografias dos mais variados líderes partidários, veiculando todos como parte de uma “geração de bandoleiros”, sem fazer ou desfazer os méritos, apenas salientando que todos haviam combatido lado a lado em 1923, e por isto, tinham a missão de permanecerem unidos em uma mesma causa e lutando pelos mesmos objetivos. Neste sentido, a publicação também omitiu a imagem de alguns personagens, como por exemplo, de Gaspar Silveira Martins, principal e histórico líder da ala federalista. A exclusão de Silveira Martins possuía o intuito de amenizar as divergências e esquecer os conflitos do passado, para isto se fazia necessário apagar os velhos heróis que estavam fortemente identificados com um setor, para que novos protagonistas e referenciais fossem lembrados e cultuados por todo o coletivo.

A organização do álbum fotográfico investiu na propagação da visão de uma “unidade partidária” entre todos os correligionários, lideranças e seguidores. Além disto, também exaltou alguns personagens do grupo, os “bandoleiros heróis”, que se encontravam acima de qualquer antagonismo partidário e se colocavam como referenciais simbólico da adesão, coesão e mobilização da Aliança Libertadora. Conforme o sugerido pelas fotografias das reuniões entre os chefes militares com Assis Brasil e Setembrino de Carvalho durante o Congresso de Bagé, justamente figuras como Netto, Portinho, Lemes e outros, é que haviam realizado os primeiros passos rumo à resolução do conflito armado e o estabelecimento da aliança partidária.

Ainda em torno da questão político-partidária, o álbum explorou fotografias alusivas à criação e mobilização da Aliança Libertadora surgida no mês de janeiro de 1924. Os registros fotográficos daquele momento expressam um entendimento de que a Aliança representaria a continuidade direta da luta armada. Segundo a narrativa do álbum, a criação da agremiação fazia parte de uma sucessão cronológica de acontecimentos que deveriam ser documentados e perpetuados na memória dos “bandoleiros libertadores”. Não obstante, a elaboração deste vínculo entre a guerra civil e a fundação da agremiação, também servia como um estímulo para que os adeptos continuassem com o mesmo ímpeto e a mesma organização demonstrada

nas contendas de 1922 e 1923. Conforme o indicado pelo conselho de Assis Brasil, era imprescindível passar das armas para as urnas com a mesma força e determinação.

Conforme ressaltado anteriormente, a 8ª edição do álbum foi lançada às vésperas das eleições para senador e deputado federal em maio de 1924. O momento eleitoral era de extrema importância para a Aliança Libertadora e o *Álbum dos Bandoleiros* procurou participar deste processo. De maneira pioneira na propaganda e campanha oposicionista, o álbum reproduziu em suas páginas o manifesto eleitoral da comissão executiva da Aliança Libertadora contendo os nomes dos candidatos indicados para concorrer aos cargos e também um conjunto de retratos fotográficos de cada um dos aspirantes. Ao reproduzir este conteúdo, a publicação servia como um instrumento de propaganda eleitoral que tinha por objetivo convencer e mobilizar o eleitorado oposicionista através da crença no poder simbólico do conteúdo visual.

Com o intuito de ir além do reproduzido pelas páginas do *Álbum dos Bandoleiros*, avancei na investigação sobre o processo de formação e atuação da Aliança Libertadora após o término da guerra civil. Neste sentido, percebi a contundente lacuna de estudos historiográficos em torno da participação dos grupos oposicionistas gaúchos na década de 1920, tanto nas disputas regionais contra os adversários do PRR, como em sua inserção na política nacional a partir da aliança com os movimentos tenentistas e com outros grupos estaduais de oposição. De qualquer forma, me pareceu de extrema importância explorar alguns aspectos e episódios em torno de um tema tão pouco estudado, a fim de entender melhor a dinâmica deste processo histórico e o conteúdo do álbum fotográfico e seus objetivos.

Através do estudo de algumas questões deste período demonstrei como o processo de unificação dos oposicionistas enfrentou problemas complexos que atrapalharam sua tentativa e desejo de unificação, uma articulação que acabou não ocorrendo da forma tão simples como previam os líderes oposicionistas mais otimistas e conforme propagava e defendia o *Álbum dos Bandoleiros*. Os vínculos entre as lideranças e setores que compunham a frente oposicionista contra Borges de Medeiros eram extremamente frágeis e diferentes divergências estiveram presentes na trajetória do grupo, como por exemplo, durante as discussões do término da guerra civil e o descontentamento sobre a deposição das armas perante a permanência de Borges de Medeiros na presidência estadual; a decisão e escolha de quem formaria a comissão responsável pela chefia executiva da Aliança Libertadora; os debates e discórdias sobre as seleções da dita comissão em torno dos nomes indicados para concorrer aos cargos de senador e deputado federal; as dissidências de setores do Partido Federalista,

como as alas de Antônio Moraes Fernandes em Porto Alegre e os “Cabedistas” de Santana do Livramento, no qual ambos os setores não concordavam com o alinhamento com a Aliança Libertadora, temendo a morte do partido e o esquecimento dos ideais de Gaspar Silveira Martins; e ainda as diferentes opiniões sobre a tomada de posição em favor de Arthur Bernardes ou em prol do movimento armado iniciado pelos tenentes.

Reunido com todos estes dilemas internos, os aliancistas também conviveram com diversas dificuldades externas, tais como, os problemas encontrados no alistamento eleitoral dos correligionários para votarem nas eleições federais de maio de 1924; as perseguições sofridas pelos chefes militares de 1923, negando a anistia concedida em Pedras Altas; a violência e censura política contra os indivíduos identificados com as oposições em diversos municípios, uma das causas da guerra civil de 1923 e que permaneceu ocorrendo após o término do conflito; e a permanência de indícios de fraudes eleitorais, aliada ao não cumprimento das cláusulas do tratado de paz que previa a adequação das eleições estaduais e municipais com o regime eleitoral federal.

Entretanto, não foram só obstáculos na caminhada dos aliancistas. Alguns aspectos também desempenharam papéis positivos e alguns elementos encontraram ampla ressonância e concordância entre os mais diferentes adeptos. Dentre estes, encontra-se a exaltação e o prestígio dos “bandoleiros-heróis” do movimento armado durante a atuação da Aliança Libertadora. A aceitação e penetração destas figuras pode ser percebida através de diversas frentes. Em primeiro lugar, através da fundação de associações políticas municipais que tinham por objetivo alistar e mobilizar o eleitorado urbano através de campanhas de propaganda, como passeatas, reuniões, comícios, festas, etc. Uma boa parte destas associações rendeu homenagem aos generais da luta armada através da utilização do nome ou apelido de alguns deles em seus nomes oficiais, como, por exemplo, o “Centro Cívico Zeca Netto”, a “Aliança Libertadora General Portinho”, o “Centro Cívico Tropeiro da Liberdade”, entre muitos outros.

Em segundo lugar, os generais serviram como os principais instrumentos de propaganda eleitoral da Aliança Libertadora. A divulgação da imagem dos chefes “bandoleiros” foi continuamente utilizada como um emblema político da coletividade oposicionista, sua repercussão e aquiescência foi capitalizada como um mecanismo de convencimento e adesão em torno dos candidatos aliancistas. Os generais, muito embora não tenham sido indicados como candidatos para nenhum dos cargos federais, foram os protagonistas de diversas excursões pelo interior do estado, participando em caravanas de campanhas e comícios em diferentes municípios e em favor de variados candidatos, tais

como, a participação de Honório Lemes nos eventos de apoio a Baptista Lusardo ou as viagens de Zeca Netto em favorecimento das candidaturas de Assis Brasil ou Plínio Casado.

As visitas de personagens como Netto e Honório Lemes em Porto Alegre apresentam outra característica sintomática destes aspectos. A chegada dos “bandoleiros” tratava-se de uma grande festa e com diversas homenagens previamente organizadas pelas associações políticas locais. Para estes eventos, uniam-se vertentes distintas e até mesmo conflitantes do oposicionismo da capital, como, por exemplo, os seguidores de Raul Pilla e os adeptos de Moraes Fernandes. Diante de figuras de enorme prestígio como os “heróis de 1923” e com objetivo de demonstrar o apreço e admiração em torno daqueles personagens, as desavenças eram, se não apagadas, ao menos amenizadas. Da mesma forma, as celebrações tratavam-se de encontros que reuniam um grande número de correligionários, proporcionando espaços de sociabilidade e de relações pessoais que serviam como outros mecanismos de mobilização e unificação entre os simpatizantes do oposicionismo e perante a Aliança Libertadora e seus candidatos.

Em terceiro lugar, similarmente as excursões e celebrações, alguns folhetos de propaganda eleitoral também foram produzidos para explorar a imagem dos chefes militares e servir como instrumentos de poder simbólico em favor da coletividade oposicionista e seus objetivos eleitorais. Este foi o caso de um panfleto impresso com a fotografia de Felipe Portinho e distribuído em Porto Alegre durante o período próximo às eleições federais de maio de 1924. A localização deste panfleto durante a pesquisa corroborou com algumas das conclusões e reflexões propostas. O conteúdo fotográfico deste artefato auxilia na comprovação do argumento acerca da existência de uma destacada circulação e penetração de imagens fotográficas das lideranças do conflito armado de 1923 na sociedade durante e após o término da guerra civil. Por outro lado, o produto também demonstra os usos e funções políticas que as representações visuais destes personagens assumiram durante aquele contexto: a propaganda partidária da Aliança Libertadora, através da manipulação de imagens apropriou-se do poder simbólico correspondente ao prestígio dos “bandoleiros” e suas “façanhas” na guerra civil com o intuito de mobilizar e convencer o eleitorado de que os oposicionistas representavam a melhor opção política para o Rio Grande do Sul e o Brasil.

Após os resultados das eleições de maio para senador e deputado federal, a Aliança Libertadora passou por momentos de avanços e retrocessos em sua luta pelo poder. Entretanto, o principal desafio vivido pelo grupo viria em decorrência da tomada de posição e envolvimento com o movimento nacional iniciado pelos tenentes.

Analisando estes episódios, concluí que a posição dos “libertadores” foi aparentemente ambígua e passou por dois estágios. Em um primeiro momento, sua posição foi manter-se ao lado do governo Bernardes, em defesa da legalidade e repudiando o movimento armado iniciado pelos rebeldes militares. Neste sentido, os chefes militares colocaram-se a disposição do governo federal para arregimentar e movimentar tropas no Rio Grande do Sul em defesa da ordem nacional. Enquanto que os deputados libertadores na câmara federal pronunciavam-se oficialmente contra os revoltosos e a favor da integridade do governo bernardista.

Em seguida, de maneira repentina e curiosa, os aliancistas mudaram de postura e se posicionaram abertamente em favor dos tenentes, utilizando-se da luta para iniciar um novo engajamento armado no Rio Grande do Sul contra Borges de Medeiros. Descontentes com a persistência das perseguições e violências contra os correligionários no estado e o não cumprimento de diversas cláusulas do “Pacto de Pedras Altas”, os opositores incorporaram-se ao movimento dos tenentes, passando a atuar através de duas frentes principais de combate. Uma através da ação da bancada oposicionista na câmara no Rio de Janeiro, principalmente através dos discursos de Baptista Lusardo, que ficou conhecido como o “Porta Voz da Coluna” ao narrar os episódios armados no Rio Grande do Sul e, posteriormente, a marcha da Coluna Prestes pelo Brasil. E outra com a participação dos chefes militares veteranos de 1923, Honório Lemes, Leonel Rocha e Zeca Netto que fizeram junção com as tropas militares rebeladas em diversos pontos no interior do estado.

A partir do engajamento no movimento tenentista a Aliança Libertadora foi capaz de abrir uma nova frente de lutas contra Borges de Medeiros e também se apresentar nacionalmente como uma força oposicionista. Após os distúrbios decorrentes do apoio e envolvimento com o movimento militar, a década de 1920 terminaria com a conversão dos “bandoleiros” em um partido definitivo e oficializado, o Partido Libertador, que nascia como uma agremiação de apelo e amplitude nacional.

Retomados os pontos principais abordados em cada um dos capítulos desta dissertação, à guisa de considerações finais, cabe ainda tecer alguns comentários sobre as reflexões propostas em torno da publicação e conteúdo do *Álbum dos Bandoleiros* e sua relação com o processo de unificação e mobilização das oposições político-partidárias no Rio Grande do Sul.

Em primeiro lugar, cabe destacar que este estudo não teve como objetivo investir na percepção da receptividade e do impacto deste produto político-visual entre os diversos grupos sociais, tarefa demasiadamente complicada e que extrapolaria os limites e a

capacidade das fontes históricas consultadas e das interpretações propostas. Neste sentido, é importante considerar a complexidade do problema da recepção, tendo em vista que na relação entre a leitura e a assimilação de imagens, estas últimas são incorporadas por seus consumidores, que as alteram, valorizam, reduzem e selecionam, fazendo com que a apreensão de um produto visual seja sempre múltipla e contextual (SCHWARCZ, 2013, p. 31), ou seja, cada visualização e utilização de uma imagem fotográfica pressupõem a elaboração de um novo significado (SONTAG, 1981, p.102).

Conforme argumenta Roger Chartier (1991) sobre a recepção de discursos textuais (também aplicável ao discurso fotográfico), deve-se considerar que os mesmos textos podem ser diversamente apreendidos, manipulados e compreendidos pelos seus diferentes leitores (CHARTIER, 1991, p.181). Ciente destas implicações, considero que a leitura e receptividade do *Álbum dos Bandoleiros* foi relativa e complexa, tornando extremamente árdua a tarefa de mensurar o quanto os projetos e ideias assimilados e veiculados pela publicação foram efetivamente aceitos pelos consumidores e leitores visuais. Ou seja, concluir o quanto a criação e estabelecimento do imaginário em torno dos “bandoleiros” e da guerra civil atingiu os corações e mentes dos leitores, e quão exitoso foi o enquadramento da memória coletiva proposto pelo conteúdo do álbum, me parece uma tarefa complicada de delimitar neste momento.

Embora não seja possível precisar quem foi o vencedor definitivo desta batalha simbólica, ou ainda, não seja presumível definir qual a tentativa, de qual das forças políticas e sociais em disputa foi a mais exitosa ou fracassada durante esta empreitada, similarmente ao percebido por José Murilo Carvalho sobre a tentativa frustrada de criação de um imaginário popular republicano no Brasil após o estabelecimento do novo regime (CARVALHO, 1990, p.141). No entendimento de meu estudo, mais importante que medir a recepção, o sucesso ou a derrota destas operações, é perceber e refletir sobre as possibilidades e os interesses em jogo através da publicação de um álbum fotográfico e as características e usos políticos assumidos pelas imagens fotográficas, objetos visuais utilizados como instrumentos de poder simbólico com fins e objetivos específicos. Da mesma forma, o fundamental consiste em avaliar a relevância de algumas concepções, caminhos e dificuldades existentes na trajetória dos setores oposicionistas e na atuação de suas lideranças durante a década de 1920, e de como determinadas imagens, discursos e representações elaborados e veiculados pelo *Álbum dos Bandoleiros* estiveram disponíveis e objetivaram interferir naquela conjuntura histórica.

Igualmente, é importante ressaltar que não concebi a publicação e atuação deste produto político-visual de forma isolada, mas sim como parte de um processo e inserido em um conjunto de esforços, entre práticas e representações, propostas pelos adeptos das diversas facções oposicionistas rio-grandenses com o objetivo de unir, legitimar e mobilizar o grupo. O álbum fotográfico produzido pela *Kodak* veio a somar, juntamente com outras manifestações políticas produzidas e reproduzidas pela Aliança Libertadora durante aquele período, com o intuito principal de consolidar o oposicionismo político no Rio Grande do Sul enquanto um bloco partidário único e definitivo, aspectos que tinham como objetivo proporcionar um caminho mais seguro e legítimo para sua projeção e combate ao monopólio do PRR na luta pelo poder político estadual.

Conforme salientei em outros momentos do texto, o conteúdo do álbum e seu jogo de participação no enquadramento da memória e construção de imaginário esteve comprometido com uma de suas principais intenções: a unificação definitiva e oficial dos setores oposicionistas. Desta forma, as fotografias dos diversos personagens participantes guerra civil e seguidores das diferentes correntes de oposição na política gaúcha podem ser comparados a um álbum de família. Ao refletir sobre os significados e funções sociais deste tipo de artefato, Pierre Bourdieu (apud LE GOFF, 2003) ressalta que estes devem ser considerados como uma espécie de “ritos de integração” aos quais a família sujeita seus membros. Segundo o sociólogo francês, um álbum de família “exprime a verdade da recordação social” e a reunião das imagens do passado familiar evocam e transmitem a recordação daqueles acontecimentos que merecem ser conservados, justamente porque o grupo percebe nestes “monumentos da sua unidade”, um fator de unificação ou, o que é equivalente, porque estes artefatos visuais retêm do seu passado as confirmações da sua unidade presente (BOURDIEU apud LE GOFF, 2003, p. 460).

Através dos textos, legendas e, principalmente, fotografias, elementos perpetuadores das “façanhas heroicas” da geração de “heróis-bandoleiros de 1923”, estabelecia-se um fator de unidade e de coesão para e entre os adeptos do grupo. Contemplando um passado comum de lutas coletivas expostos na coletânea de retratos do *Álbum dos Bandoleiros*, vislumbrava-se a necessidade de construção e sedimentação de solidariedades e integrações efetivas entre os companheiros de batalhas passadas. A memória enquadrada em torno de selecionados personagens e acontecimentos de 1923, aliado ao imaginário “heroico e glorioso” em torno deste episódio “emblemático” da história do Rio Grande do Sul, reuniam-se como um reforço nas trincheiras simbólicas para a conquista de objetivos políticos. Conforme complementa

Pierre Bourdieu (apud LE GOFF, 2003), não há nada que estabeleça mais confiança e seja mais edificante que um álbum de família que transpõe as recordações individuais para um passado comum e coletivo (BOURDIEU apud LE GOFF, 2003, p. 460). Em concordância, acrescento ainda que não há nada mais convincente e eloquente que um álbum fotográfico de guerra e política, capaz de, através da ação simbólica operada pelo discurso visual e textual, “provar o acerto” e produzir convencimento e consenso em torno de determinados grupos sociais e suas lutas pelo poder.

## Referências

ANTONACCI, Maria Antonieta. A Revolução de 1923: as oposições na república velha. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 229-253.

\_\_\_\_\_. **RS: as oposições & a Revolução de 1923**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

ARDENGI, Lurdes Grolli. **Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: EDUPF, 2003.

AXT, Gunter. **Gênese do estado moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)**. Porto Alegre: Paiol, 2011.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. v.1: Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984. p.296-331.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **A fotografia a serviço de Clio: uma interpretação da história visual da Revolução Mexicana (1900-1940)**. São Paulo: UNESP, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: EdUSP, 2008.

BUENO, Antônio Avelange Padilha. **Raul Pilla: aspectos de uma biografia política**. Porto Alegre: PUC, 2006. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2006.

BUENO, Antônio Padilha. **Raul Pilla: aspectos de uma biografia política**. Porto Alegre: PUC, 2006. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2006.

CALDAS, Pedro Henrique. **Zeca Netto & a conquista de Pelotas**. Porto Alegre: Est, 1993.

CALLAGE, Roque. **O drama das Coxilhas: episódios da Revolução Rio-Grandense de 1923**. São Paulo: Monteiro Lobato & Co., 1923.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

CARNEIRO, Glauco. **Lusardo – O último caudilho**. v.1: Revolução de 1923. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.5, n.11, jan./abr. 1991.

DAL FORNO, Rodrigo. “**Quem não é revolucionário nesta terra de tirania?**”: o *bandoleiro* Leonel Rocha e a Revolução de 1923 no norte do Rio Grande do Sul. Pelotas: UFPel, 2012. Monografia (Graduação em História). Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

\_\_\_\_\_.; DOBKE, Pablo. A construção da imagem dos bandoleiros maragatos da Revolução de 1923 através das páginas do jornal *A Federação*. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA, 2., Rio Grande, 2011. **Anais ... / Olhares além das práticas**. Rio Grande: Pluscom, 2011. v.1, p. 702-725.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: UFRGS, 1987.

\_\_\_\_\_. Pica-paus e maragatos no discurso da imprensa castilhistas. In: POSSAMAI, Zita (org.). **Revolução Federalista de 1893**. Porto Alegre: Secretária Municipal de Cultura, 1993.

\_\_\_\_\_. Imprensa, revolução e discurso: a construção de categorias. In: RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva Otero. (orgs.). **Revolução Federalista e os teuto-brasileiros**. São Leopoldo: UNISINOS; Porto Alegre: UFRGS, 1995.

\_\_\_\_\_. A fabricação do carisma: a construção mítico-heróica na memória republicana gaúcha. In: ELMIR, Cláudio; FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: UFRGS, 1998, p. 141-160.

FERREIRA FILHO, Arthur. **Revolução de 1923**. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1973.

FONTOURA, João Neves da. **Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo**. Porto Alegre: Globo, 1969.

FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In: GOLIN, Tau, BOEIRA, Nelson. **República velha (1889- 1930)**. Passo Fundo: Méritos, v. 3, 2007.

\_\_\_\_\_. **Dicionário político do Rio Grande do Sul 1821-1937**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”**. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

\_\_\_\_\_. A “Estância de São Pedro”: concepções de política e sociedade no Rio Grande do Sul. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 139-159.

\_\_\_\_\_. Entre a barbárie e a civilização: os conflitos armados no período republicano. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo Santos (orgs.). **Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 159-183.

\_\_\_\_\_. Apóstata do germanismo ou alemão arrivista: a trajetória de Lindolfo Collor até a Revolução de 1930. **Anos 90** (UFRGS. Impresso), Porto Alegre, v. 15, p. 25-35, 2001.

KIELING, José Fernando. **Política oposicionista no Rio Grande do Sul (1924-1930)**. São Paulo: USP, 1984. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

KLIEMANN, Luiza H.S. A articulação da oposição gaúcha (1924-1930). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre: PUC, v. VII, n. 1-2, p. 89-100, jul.-dez. 1981.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v.8, n. 12, p.97-115, jan-jun. 2006.

\_\_\_\_\_. Aproximações disciplinares: história, arte e imagem. **Anos 90**, Porto Alegre, v.115, n. 28, p. 151-168, dez. 2008.

KOSSOY, Boris. Estética, memória e ideologia fotográfica: decifrando a realidade interior das imagens do passado. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.6, n.1-2, p.13-24, jan-dez. 1993.

\_\_\_\_\_. **Realidades e ficção na trama fotográfica**. 3.ed. São Paulo: Atelier Editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. **Fotografia e história**. 4.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5.ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LEAL, Elisabete da Costa. **Os filósofos em tinta e bronze: arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. **O positivismo, o Partido Republicano Rio-Grandense, a moral e a mulher (1891-1913)**. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

LEÃO, Lúcio Antônio Rodrigues. **A disputa pelo poder no Rio Grande do Sul: a participação estrangeira no conflito de 1923**. Passo Fundo: UPF, 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.

LEMIESZEK, Cláudio de Leão. **Notícias da Revolução de 1923 em Bagé**. Bagé: Praça da Matriz, 2005.

\_\_\_\_\_. **Bagé 1923: a batalha de papel na guerra civil no RS (a imprensa partidária)**. Bagé : Praça da Matriz, Gráfica e Editora São Rafael, 2013.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica do consumo: álbuns da cidade de São Paulo, 1887-1954**. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

LÔBO, Mauricio Nunes. **Imagens em circulação: os Cartões-Postais produzidos na cidade de Santos pelo fotógrafo José Marques Pereira no início do século XX**. Campinas:

UNICAMP, 2004. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LOPES, Aristeu Machado. **A República e seus símbolos: a imprensa ilustrada e o ideário republicano**. Rio de Janeiro, 1868-1903. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

\_\_\_\_\_. Imagens de uma cidade sitiada: as fotografias de José Greco e a Revolução Federalista em Bagé-RS, 1893-1895. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo (UNISINOS), v.2, n.7, p.522-536, set. 2013

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

MACIEL, Maria Eunice. Procurando o imaginário social: apontamentos para uma discussão. In: ELMIR, Cláudio; FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: UFRGS, 1998, p. 75-87.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. **Revista Famecos**, Porto Alegre (PUCRS), vol. 1, n.15, p.74-82, ago. 2001. [Entrevista concedida a Revista Famecos]

MARQUES, Antero. **Mensagem a poucos: 23 Vivências de um estudante revolucionário**. Porto Alegre: A Nação, 1964.

MAUAD, Ana Maria. “O Olho da História”: análise da imagem fotográfica na construção de uma memória sobre o conflito de Canudos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.6, n.1-2, p.25-40, jan-dez. 1993.

\_\_\_\_\_. O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 35-50, jan-jun. 2008.

MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos. História e fotografia. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 2011, p. 263-284.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.23, n.45, jul. 2003.

\_\_\_\_\_. Rumo a uma “História Visual”. In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornélia; NOVAES, Sylvia Caiuby (orgs.). **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 33-56.

MURARI, Luciana. O gênio tumultuário da raça: guerra e política no discurso histórico-literário de Roque Callage. **Letras (UFSM)**, v. 19, n.1, p. 131-152, jan.-jun. 2009.

NETTO, José Antônio. **Memórias do General Zeca Netto**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.7-28, dez. 1993.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **A vaga sombra do poder: vida associativa e cultura política na Porto Alegre da década de 1920**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PEREIRA, Ledir de Paula. **O positivismo e o liberalismo como base doutrinária das facções políticas gaúchas na revolução federalista de 1893-1895 e entre maragatos e chimangos de 1923**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PESAVENTO, Sandra. República Velha gaúcha: “Estado autoritário e economia”. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 193-255.

\_\_\_\_\_. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 29, p. 9-27, 1995.

\_\_\_\_\_. **Imaginário da cidade: representações do urbano**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Positivismo: um projeto político alternativo**. Porto Alegre: LPM, 1986.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, p.200-212, 1992.

POSSAMAI, Zita. **Cidade fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos de Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

\_\_\_\_\_. O circuito social da fotografia em Porto Alegre (1922 e 1935). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.14, n.1, p.263-289, jan.-jun. 2006.

\_\_\_\_\_. Ensaio de um olhar moderno: imagens fotográficas no álbum Porto Alegre de Virgílio Calegari. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo (UNISINOS), v. 2, n. 7, p. 41-53, set. 2013.

RAMIL, Vitor. Satolep. In: **A paixão de V segundo ele próprio**. Porto Alegre: Som Livre, 1984.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Imagens cruzadas: Exército e sertão na Primeira República. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, n.4, p.1302-1317, out-dez. 2012.

ROUSTON JR., Eduardo. **“Não só do pão do corpo precisa e vive o homem, mas também do pão do espírito”**: a atuação federalista na Assembléia dos Representantes (1913-1924). Porto Alegre: PUC, 2012. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2012.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. 3.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SÁ, Mem de. **A politização do Rio Grande**. Porto Alegre: Tabajara, 1973.

SCHWARCZ, Lilia M. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

SONTAG, Susan. **Ensaio sobre fotografia**. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.

TORAL, André Amaral de. **Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

TRINDADE, Hélgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882 – 1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, P. 119-191.

TRUSZ, Alice. **A publicidade nas revistas ilustradas: o informativo cotidiano da modernidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

\_\_\_\_\_. **Álbum dos bandoleiros: um documento-monumento da Revolução de 1923**. In: **ÁLBUM DOS BANDOLEIROS (1923) - Edição digital (2013)**. Porto Alegre: Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, 2013a.

\_\_\_\_\_. **Imprensa periódica ilustrada e política: a revista Kodak e a palheta republicana**. Porto Alegre (1912-1913). **Tomos** (UFS), v. 1, n.23, p. 135-172, jul.-dez. 2013b.

VÁSQUEZ, Pedro. **Postaes do Brazil 1893-1930**. Rio de Janeiro: Metalivros, 2002

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. **Castilhismo, uma filosofia da República**. Porto Alegre: EST, 1980.

VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”**. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

WASSERMAN, Cláudia. O Rio Grande do Sul e as elites gaúchas na Primeira República: guerra civil e crise no bloco do poder. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZELLI, César Augusto; NEUMANN, Eduardo Santos (orgs.). **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 273-290.

## **Arquivos e Fontes Históricas consultadas**

### **A) Arquivos:**

Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense (Pelotas/RS).

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) - Setor de Obras Raras (Porto Alegre/RS).

Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasileira (Rio de Janeiro/RJ) <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em 8 abr. 2014.

Biblioteca Rio-Grandense (Rio Grande/RS).

Cinemateca Brasileira (São Paulo/SP). <http://www.cinemateca.gov.br/>. Acesso em 10 de abr. 2014.

Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, Arquivos Pessoais (Rio de Janeiro/RJ). <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>. Acesso em 14 jan. 2015.

Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Porto Alegre/RS).

Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

### **B) Fontes Históricas:**

#### Álbuns

*Álbum dos Bandoleiros, Revolução Sul Rio-grandense – 1923*. 1ª ed. Porto Alegre: Kodak/Barreto & Araújo, 1924. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Porto Alegre/RS).

*Álbum dos Bandoleiros – Revolução Sul Rio-grandense – 1923*. 8ª ed. Porto Alegre: Kodak/Fernando Barreto, 1924. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS)

#### Documentos diversos

Carta anônima a Borges de Medeiros. Porto Alegre, 12-12-1923. Arquivo Fernando Setembrino de Carvalho, documento FSC prs 1925.00.00, CPDOC-FGV (Rio de Janeiro/RJ) <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>. Acesso em 18 set. 2014.

Diário de viagem do Ministro Setembrino de Carvalho ao Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 1923. Arquivo Fernando Setembrino de Carvalho, documento FSC-4f, CPDOC-FGV (Rio de Janeiro/RJ). <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>. Acesso em 18 set. 2014.

Panfleto eleitoral. *Aliança Libertadora “Assis Brasil – Menino Deus”*, Porto Alegre, 1924. Setor de Publicidade e Propaganda do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Porto Alegre/RS)

### Fotografias

Fotografias da Revolução de 1923, Pastas 13, 14, 15, 16, 17 do Acervo Iconográfico do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS)

### Jornais:

*A Federação*, Porto Alegre, 1913-1935. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasileira (Rio de Janeiro/RJ) <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em 8 abr. 2014

*A Noite*, Rio de Janeiro, 1920. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasileira (Rio de Janeiro/RJ) <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em 8 abr. 2014

*A Rua*, Porto Alegre, 1921. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Porto Alegre/RS).

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 1922, 1923, 1924. Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

*Última Hora*, Porto Alegre, 1922, 1923, 1924, 1926. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Porto Alegre/RS).

*O Paiz*, Rio de Janeiro, 1920, 1923. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasileira (Rio de Janeiro/RJ) <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em 8 abr. 2014

*O Imparcial*, Rio de Janeiro, 1920. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasileira (Rio de Janeiro/RJ) <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em 8 abr. 2014

### Revistas

*Kodak*, Porto Alegre, 1912-1923. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Porto Alegre/RS)